UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

FABIANA SANCHES GRECCO

A ECONOMIA FEMINISTA COMO UM CAMPO DE ANÁLISE E AÇÃO: UM ESTUDO DE SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

CAMPINAS

2019

FABIANA SANCHES GRECCO

A ECONOMIA FEMINISTA COMO UM CAMPO DE ANÁLISE E AÇÃO: UM ESTUDO DE SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientadora: Professora Dra. ANGELA MARIA CARNEIRO ARAÚJO.

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA FABIANA SANCHES GRECCO, E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. ANGELA MARIA CARNEIRO ARAÚJO.

CAMPINAS

2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

G799e

Grecco, Fabiana Sanches, 1987-
A economia feminista como um campo de análise e ação : um estudo de suas implicações políticas / Fabiana Sanches Grecco. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Angela Maria Carneiro Araújo.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Economia feminista. 2. Divisão do trabalho por sexo. 3. Neoliberalismo. 4. Gênero. 5. Trabalho. I. Araújo, Angela Maria Carneiro, 1952-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Feminist economics as a field of analysis and action : a study of its political implications
Palavras-chave em inglês:
Feminist economics
Sexual division of labor
Neoliberalism
Gender
Work
Área de concentração: Ciência Política
Titulação: Doutora em Ciência Política
Banca examinadora:
Angela Maria Carneiro Araújo [Orientador]
Helena Sumiko Hirata
Flávia Millena Biroli Tokarski
Bárbara Geraldo de Castro
Andréia Galvão
Data de defesa: 04-10-2019
Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: https://orcid.org/0000-0002-2364-7478
- Currículo Lattes do autor: lattes.cnpq.br/7426900742504312

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Examinadora deste Trabalho de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelas professoras doutoras a seguir descritas, em sessão pública realizada em 04/10/2019, considerou a candidata Fabiana Sanches Grecco aprovada.

Profa. Dra. Angela Maria Carneiro Araújo.

Profa. Dra. Helena Sumiko Hirata.

Profa. Dra. Flávia Millena Biroli Tokarski.

Profa. Dra. Bárbara Geraldo de Castro.

Profa. Dra. Andréia Galvão.

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

AGRADECIMENTOS

Fazer um texto de tese de doutorado, em definitivo, não é uma tarefa fácil. Nem sempre temos recursos ou conhecimentos suficientes para tanto trabalho. Tais recursos e conhecimentos vão muito além dos métodos, técnicas, análises e apresentações dos resultados. É um trabalho que exige uma rede de pessoas que possam nos ajudar a garantir essas e outras questões práticas do cotidiano, mais relacionadas aos cuidados. Precisamos de pessoas que nos ajudem com as ideias, com o texto, com os dados, com o computador. Mas, também, com a comida, com o controle da ansiedade, com as angústias, com nossos dependentes. Pessoas que nos escutem nos momentos de tensão, que nos fortaleçam e encorajam.

Agradeço, assim, a todas as pessoas implicadas no meu processo de construção da pesquisa, de investigação e de elaboração do texto, estejam elas diretamente relacionadas ao meu doutoramento ou às minhas relações afetivas, às minhas necessidades cotidianas ou implicadas em todos esses processos ao mesmo tempo.

Agradeço a possibilidade de ser contemplada com uma bolsa de doutorado no país, da *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES) – Código de Financiamento 001 –, com a qual também pude fazer meu estágio doutoral na França, no grupo *Gênero, Trabalho e Mobilidade* (GTM) do *Centro de Pesquisas Sociológicas e Políticas de Paris* (CRESPPA/CNRS).

À professora Angela Araújo por ter acolhido minha pesquisa, por orientar a minha trajetória de doutoramento e pela confiança que sempre demonstrou em meu trabalho, o que foi muito importante para que eu me mantivesse segura na maior parte do tempo e na medida do possível.

À professora Helena Hirata, por ter acolhido minha pesquisa no período de estágio doutoral, por todas as orientações, indicações bibliográficas, indicações de entrevistas, por facilitar minha estadia na França, me ajudar com a língua francesa e na interação com outras pesquisadoras e pesquisadores do GTM.

Às coordenadoras de Pós-Graduação do período do meu doutoramento, Oswaldo Amaral e Andréa Freitas. À Camila Magalhães, Sonia Cardoso, Gilvani Rodrigues e demais trabalhadores da secretaria, pelo trabalho e pela atenção às minhas demandas, mas também pela solidariedade e acolhimento.

Às professoras Andreia Galvão e Bárbara Castro, pela leitura generosa, avaliação e orientação do texto de qualificação. Ao Jair Batista pela leitura e sugestões feitas ao texto de qualificação. Às professoras que avaliaram este texto final, as quais eu tive o privilégio de receber críticas e sugestões, Andreia Galvão, Bárbara Castro, Helena Hirata e Flávia Biroli. Aos demais professores da Unicamp, que fizeram parte desse período de doutoramento.

Aos professores, trabalhadores e colegas de estudo da Unesp Marília/SP, pelo apoio e amizade no período de graduação e mestrado, entre os anos 2006 e 2014, o que se reverbera em minha formação e, por consequência, no presente texto.

Aos estudantes e colegas de trabalho da Etec Bento Quirino, entre os anos de 2016 e 2017, e aos estudantes do estágio docente que realizei na Unicamp, na disciplina "Trabalho e Sindicalismo", supervisionada pelas professoras Angela Araújo e Andreia Galvão, no ano de 2018, pelas vivências e aprendizados docentes.

À Raquel Lindôso pela ajuda com as angústias da vida e da pesquisa. À Catarina Trindade, Thais Lapa, Bianca Briguglio, Carolina Bonomi, Fabrício Padilha e demais colegas de Pós-Graduação, de grupo de pesquisa e orientação, de disciplinas, de estágio doutoral e aos presentes em eventos científicos que pude participar no período, pelas trocas, sugestões e pela companhia.

Às pessoas com as quais estabeleci diálogo para a construção da investigação. Às mulheres lutadoras do Vale do Ribeira/SP, às consultoras de organizações feministas, professoras e pesquisadoras que entrevistei, especialmente Renata Moreno, Miriam Nobre e Marilane Teixeira.

Agradeço, por fim, a todas amigas e amigos, pelas trocas, conversas, risadas, pela luta e por darem um sentido amável a esses tempos tão difíceis. A toda minha família e à família do meu companheiro, pela compreensão e carinho, especialmente minha mãe, irmã, pai, sobrinhos e sobrinhas. À Lila, pelo amor canino e companhia na escrita desta tese.

Ao meu companheiro, Henrique Amorim, pelo amor, respeito, carinho, paciência, compreensão, incentivo e, também, pelos debates, pela leitura generosa do texto e sugestões. Ao nosso filho, Nuno, que chegou em nossas vidas no momento de conclusão deste texto e exigiu menos expectativas e cobranças e mais afeto.

Obrigada!

"(...) não é a natureza dos trabalhos efetuados pelas mulheres que explica suas relações de produção, longe disso, mas (...) são essas relações que explicam que seus trabalhos sejam excluídos do mundo do valor. São as mulheres que são excluídas do mercado (da troca) enquanto agentes econômicos e não sua produção".

Christine Delphy (2015 [1970], pp. 102-103).

"(...) tornou-se coletivamente "evidente" que uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres; que esse trabalho era invisível; que era feito (...) sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal. (...) é como se sua atribuição às mulheres, e somente a elas, fosse automática e isso não fosse visto nem reconhecido".

Danièle Kergoat (2009 [2000], p. 68).

RESUMO

Este trabalho buscou compreender a maneira como a Economia Feminista se constitui, desde a década de 1970, como um corpo teórico crítico ao viés androcêntrico da Ciência Econômica e o modo como ela se constitui como uma abordagem que orienta a prática política feminista, sobretudo na América Latina, a partir de meados da década de 1990. Como técnicas de investigação, para além do estudo de fontes bibliográficas nacionais e internacionais foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com consultoras de organizações feministas, professoras e pesquisadoras, que de alguma forma se relacionam aos temas da Economia Feminista no Brasil, na França, Portugal, Espanha, Argentina e África do Sul, e observação participante junto à Organização Não Governamental (ONG) Sempreviva Organização Feminista (SOF). Como método, optou-se por uma abordagem marxista e feminista, o que permitiu questionar o alcance do quadro conceitual pesquisado. Neste estudo, demonstrou-se o modo como a Economia Feminista se constituiu como um ramo do conhecimento, a incorporação da categoria "gênero" na Ciência Econômica e a maneira como o feminismo serviu como um elemento fundamental para a construção de pressupostos e métodos econômicos alternativos em relação aos predominantes e dominantes. Analisou-se criticamente o viés androcêntrico da Ciência Econômica, por meio de uma reflexão sobre a questão da objetividade científica e da compreensão do que constitui a categoria *homo economicus*. Questionou-se de que maneira parte das elaborações das economistas feministas se aproximam de perspectivas hegemônicas como as da Organização das Nações Unidas e até mesmo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Contrapondo-se a isso, demonstrou-se como a Economia Feminista se constituiu como ferramenta de prática política contra-hegemônica por parte do feminismo latinoamericano, especialmente por parte do feminismo brasileiro. Por fim, sob o marco teórico do marxismo analisou-se criticamente o debate que está no coração da Economia Feminista, sobre produção e reprodução social, apresentando-o como um projeto político. Frente a isso, esta tese mostrou as implicações políticas da Economia Feminista diante do contexto neoliberal, definindo-a como um campo de análise e ação (um tipo de *práxis*) plural e ambivalente que, em seu conjunto, almeja a valorização social e econômica dos trabalhos domésticos e de cuidados, mas cujas formulações tendem a nublar o conflito capital-trabalho e a mistificar as relações sociais de gênero, classe, raça e região do mundo.

Palavras-chave: Divisão Sexual do Trabalho; Economia Feminista; Neoliberalismo; Reprodução Social; Trabalho.

ABSTRACT

This study understood how Feminist Economics has been constituted, since the 1970s, as a critical theoretical body to the androcentric bias of Economic Science and how it was constituted as an approach that guides feminist political practice, especially in Latin America from the mid-1990s. As research techniques were conducted semi-structured interviews with consultants from feminist organizations, teachers and researchers, that somehow relate to the themes of Feminist Economics in Brazil, France, Portugal, Spain, Argentina and South Africa; participant observation with the Non-Governmental Organization (NGO) Sempreviva Feminist Organization (SOF); besides a study of national and international bibliographic sources. As a method, a Marxist and feminist approach was chosen, which allowed questioning the scope of the researched conceptual framework. The first contribution made possible by the present study was to demonstrate how Feminist Economics was constituted as an area of knowledge, the incorporation of the "gender" category in Economic Science and how feminism served as a fundamental element for the construction of alternatives economic assumptions and methods. The second contribution was to critically analyze the androcentric bias of Economic Science, through a reflection on the question of scientific objectivity and the understanding of what constitutes the *homo economicus* category. As a third, it has been demonstrated as part of feminist economists' elaborations relating to neoliberalism, approaching hegemonic perspectives such as those of the United Nations and even the World Bank and the International Monetary Fund. In contrast, as a fourth contribution, we analyzed how the Feminist Economy was constituted as a tool of counter-hegemonic political practice by Latin American feminism, especially by Brazilian feminism. Finally, under the theoretical framework of Marxism the debate on social production and reproduction was critically analyzed, debate that is at the heart of Feminist Economics, presenting it as a political project. Faced with this, this thesis showed the political implications of Feminist Economy in the neoliberal context, defining it as a plural and ambivalent field of analysis and action (a kind of *praxis*) which, as a whole, aims at the social and economic valorization of domestic and care work, but whose formulations tend to cloud the capital-labor conflict and mystify the social relations of gender, class, race and region of the world.

Keywords: Sexual Division of Labor; Feminist economics; Neoliberalism; Social reproduction; Work.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Trabalho Total (PNUD, 1995).....201

Gráfico 02 – Revisão da economia através dos olhos das mulheres (UNIFEM, 2000)...203

Gráfico 03 – Revisão da economia através dos olhos das mulheres considerando a globalização (UNIFEM, 2000).....205

Gráfico 04 – Fluxo do padrão de vida ampliado de Antonella Picchio.....208

Gráfico 05 – Circuito ampliado do trabalho de Cristina Carrasco.....217

Gráfico 06 – A cadeia de sustentação das necessidades humanas de Cristina Carrasco e Enric Tello.....219

Gráfico 07 – O *iceberg* de Amaia Pérez Orozco.....232

Gráfico 08 – Proposta de uma "economia diversa" que sustente o bem-viver.....239

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Economia de Gênero / Economia Feminista……52

Quadro 02 – A Economia Feminista na estrutura da Ciência econômica……63

Quadro 03 – Síntese do modo como o *homo economicus* é compreendido……108

Quadro 04 – Quanto maior a igualdade de gênero, maior a eficiência……150

Quadro 05 – Explicando o *iceberg* de Amaia Pérez Orozco……233

Quadro 06 – Propostas e práticas de subversão……236

Quadro 07 – Proposta para uma vida que vale a pena ser vivida e como resolvê-la……238

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Renda anual com afazeres domésticos e percentual sobre o PIB – Brasil (2001-2009 e 2011)……135

Tabela 02 – Compromissos financeiros do BM para fins de ajustamento por região, anos ficais 1980-1993……143

Tabela 03 – Empréstimos do Banco Mundial para setores com foco no aliviamento da pobreza – anos fiscais 1981-1993……144

Tabela 04 – Atividades de ensino e assistência institucional realizadas pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico – anos fiscais 1983-1990……145

Tabela 05 – Mulheres e homens no mercado de trabalho: indicadores de participação econômica segundo raça/cor – Brasil e regiões, 1998……158

Tabela 06 – Distribuição de homens e mulheres em posição precária no Brasil……159

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEA – American Economic Association/Associação Americana de Economia
AEC – Associação Economia Crítica/Asociación de Economía Crítica
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
ATER – Política de Assistência Técnica e Extensão Rural
BM – Banco Mundial
CEDAW – Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Descriminação contra as Mulheres
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMN – Casa da Mulher do Nordeste
CSWEP – Committee on the Status of Women in the Economics Profession/Comitê sobre a Situação das Mulheres na Profissão de Economia
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FMI – Fundo Monetário Internacional
FSM – Fórum Social Mundial
GEM-IWG – International Working Group on Gender, Macroeconomics and International Economics/Grupo Internacional de Gênero, Macroeconomia e Economia
IAFFE – International Association for Feminist Economics/Associação Internacional para a Economia Feminista
ICD – Instituto Catalão das Mulheres
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
MMM – Marcha Mundial das Mulheres
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
ONU Mulheres (antes UNIFEM) – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres
PAEs – Programas de Ajustes Estruturais
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
REC – Revista de Economía Crítica
REF – Rede Economia e Feminismo
REMTE – Rede Latino-Americana de Mulheres Transformando a Economia
SOF – Sempreviva Organização Feminista
SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

SUMÁRIO

Introdução....17
I – Questões teórico-metodológicas e de técnicas de pesquisa....27
II – Problematizações e estrutura do texto....31

Capítulo 01 – Economia Feminista: um campo plural e ambivalente....38
1.1 – "Gênero": uma incorporação dificultada na Ciência Econômica....38
1.1.1 – "Adicionar as mulheres e mexer"....41
1.1.2 – "Adicionar" o feminismo e "reteorizar"....49
1.2 – Economias Feministas, no plural....53
1.2.1 – Abordagens: demonstrando a pluralidade....55
1.2.2 – Reteorizar, mas conciliar, romper ou descolonizar?....60

Capítulo 02 – O viés androcêntrico da Ciência Econômica: objetividade científica e homo economicus....77
2.1 – O gênero da ciência....77
2.2 – A "objetividade forte" do "ponto de vista feminista"....83
2.2.1 – A objetividade segundo as Economistas Feministas....85
2.3 – O caráter androcêntrico da Ciência Econômica: o homo economicus....88
2.3.1 – O indivíduo autointeressado de Adam Smith....91
2.3.2 – O nascimento do homem econômico....94
2.3.3 – O homem econômico racional....98
2.3.4 – O homem econômico de Davos....102
2.3.5 – O "homem cogumelo" naufragado....108
2.3.6 – Marx e as "robinsonadas": relações sociais, reprodução social e valor....111

Capítulo 03 – A Economia Feminista e as organizações internacionais: ONU, CEPAL e BM 119
3.1 – "Orçamentos sensíveis a gênero" no Brasil....120
3.1.1 – CEPAL: pobreza, desenvolvimento e cuidado....126
3.1.2 – ONU: desenvolvimento humano e empoderamento....130
3.1.3 – A medida do trabalho doméstico nas Contas Nacionais: a questão do PIB....134
3.2 – Uma contradição para a Economia Feminista: o Banco Mundial....137

Capítulo 04 – Um feminismo contra-hegemônico para a Economia Feminista....152
4.1 – Um projeto neoliberal para o Brasil....152

4.1.1 – O impacto do processo de neoliberalização na vida das mulheres: o mercado de trabalho dos anos 1990....155
4.2 – A construção de um feminismo contra-hegemônico....162
4.2.1 – A Rede Latinoamericana de Mulheres Transformando a Economia (REMTE)....167
4.2.2 – A Sempreviva Organização Feminista (SOF)....173
4.2.3 – As articulações com a Economia Solidária e a Agroecologia....186

Capítulo 05 – Uma proposta política da Economia Feminista para o debate produção-reprodução: a vida no centro....194
5.1 – A reprodução da vida no centro e o fluxo do padrão de vida ampliado de Antonella Picchio....196
5.1.1 – O fluxo do padrão de vida ampliado....201
5.2 – A sustentabilidade da vida no centro, usos do tempo e o circuito ampliado do trabalho de Cristina Carrasco....211
5.2.1 – O circuito ampliado do trabalho....216
5.2.2 – Usos do tempo....219
5.2.3 – O problema da quantificação do trabalho de cuidado....225
5.3 – O conflito capital-vida no centro e o sistema socioeconômico como um iceberg: Amaia Pérez Orozco....230
5.3.1 – A teoria do iceberg....230
5.3.2 – Economia Feminista: uma proposta política....234
5.4 – A "vida no centro" em perspectiva....239

Considerações Finais....249

Referências Bibliográficas....252

Anexo I – Referências da AEA sobre Ciência Econômica e relações de gênero....275
Anexo II – Lista de organizações de mulheres economistas no mundo, segundo a AEA....277
Anexo III – Quadro síntese da Economia Feminista, segundo Pérez....278
Anexo IV – Detalhes do sistema de indicadores sensíveis ao gênero de Cristina Carrasco para a Catalunha....279
Anexo V – Modelo econômico de Cristina Carrasco para o trabalho doméstico (1988) I....282
Anexo VI – Modelo econômico de Cristina Carrasco para o trabalho doméstico (1988) II....283
Anexo VII – Modelo econômico de Cristina Carrasco para o trabalho doméstico (1988) III....284
Anexo VIII – Modelo econômico de Cristina Carrasco para o trabalho doméstico (1988) IV....285

INTRODUÇÃO

O conceito de reprodução social está no centro do debate marxista e no centro da relação e da tensão desse com o feminismo. Enquanto uma parte do feminismo[1] utiliza o termo "reprodução" correspondendo ao que está circunscrito as necessidades elementares da reprodução da vida, realizadas no âmbito doméstico, o marxismo o compreende como as condições materiais históricas de produção e reprodução do modo de produção capitalista. A célebre frase de Karl Marx "se a produção tem forma capitalista, a reprodução também terá" (MARX, 1988a [1867], p. 145), sintetiza essa noção.

No desenvolvimento dos debates feministas sobre o trabalho das mulheres, a análise das interconexões entre a produção e a reprodução social é um eixo central. Entre as décadas de 1960 e 1970 houve grande número de estudos críticos ao negligenciamento das experiências fundamentais para a reprodução da sociedade capitalista, como é o caso dos estudos sobre o trabalho doméstico. No contexto das décadas de 1980 e 1990 houve um período de reelaboração, aprofundamento e de consolidação de críticas a esses estudos. Nos anos recentes, devido à "crise dos cuidados"[2] e ao processo que instaurou uma nova divisão internacional do trabalho, imposta pela expansão do trabalho de cuidados relacionado a movimentos migratórios internacionais[3], o debate produção-reprodução foi retomado, como o interesse crescente pela Economia Feminista demonstra. Foi ao seu estudo, portanto, que a presente tese se dedicou.

De uma maneira geral, a Economia Feminista se baseia na crítica aos pressupostos e categorias analíticas das análises econômicas dominantes[4], considerando-os como androcêntricos e responsáveis por negligenciar parte da experiência econômica das mulheres. Simultaneamente a essa dimensão teórica, a

1 Refiro-me, sobretudo, às economistas feministas citadas ao longo desta tese.
2 Definida pelo deficit entre a demanda de cuidados e pessoas disponíveis para supri-los (HOCHSCHILD, 1995).
3 Como demonstraram Barbara Ehrenreich e Arlie Russell Hochschild (2003) e Helena Hirata (2016).
4 Refere-se às abordagens consideradas ortodoxas, por concentrarem a atenção nas relações de mercado, e ao *mainstream* econômico, que corresponde ao paradigma neoclássico (FERBER e NELSON, 1993)

Economia Feminista se constitui como uma abordagem prática de valorização do trabalho das mulheres. Considero, assim, a Economia Feminista como um campo de análise e ação[5] – isto é, como um tipo de *práxis*[6] feminista.

A partir disso, este estudo se dedica às implicações políticas desse ramo de conhecimento, tendo em vista que o feminismo tem sempre uma implicação política e que a Economia Feminista se desenvolveu no contexto do neoliberalismo[7], ao mesmo tempo em que se posiciona criticamente a ele.

Esse problema de pesquisa permitiu percorrer a hipótese de que embora a Economia Feminista, em seu conjunto, almeje a valorização social e econômica dos trabalhos domésticos e de cuidados, ela se constituiu como um campo ambivalente, devido às suas aproximações e, ao mesmo tempo, aos seus posicionamentos críticos em relação às perspectivas hegemônicas. Além dessa ambivalência, há um limite em seu desenvolvimento teórico-conceitual, uma vez que nele as relações de trabalho propriamente ditas (relações de exploração, atravessadas por relações de opressão e dominação), perderam centralidade analítica, sendo substituídas por dimensões mais próprias das condições de vida, como o bem-estar. Esse limite está, portanto, na mistificação do conflito capital-trabalho.

***

Foi sobretudo a partir da segunda metade do século XX que o debate sobre o trabalho doméstico envolveu uma gama diversificada de perspectivas, entre elas, a que afirmou a família como uma unidade produtiva (REID, 2016 [1934]); a que analisou a função econômica dos trabalhos reprodutivos, afirmando-os como fundamentais ao pleno desenvolvimento dos trabalhos produtivos (BENSTON, 1969); a que analisou a

5 A *Rede Latinoamericana de Mulheres Transformando a Economia* (REMTE), abordada ao longo desta tese, concebe a si mesma como um "espaço de análise e ação" (DIAZ, 2007, p. 74, tradução livre).

6 É longo e controverso o debate sobre a *práxis*. Desde Aristóteles estão presentes reflexões sobre a relação entre a teoria e a prática. Limito-me, então, a dizer que ela foi fundada por Karl Max como "ciência e ação" (GRAMSCI, 1981 [1955], p. 93), formando "uma filosofia que é também política e (...) uma política que é também filosofia", (*idem*, p. 107).

7 O neoliberalismo é aqui compreendido para além de uma mera orientação de política econômica, mas como uma racionalidade (FOUCAULT, 2008; BROWN, 2003), como um modo de vida (DIAS, 2012), que se capilariza por todo o conjunto de relações sociais.

função do trabalho doméstico para reproduzir a força de trabalho (MORTON, 1970); a que criticou a não remuneração pelo trabalho das mulheres e compreendeu o trabalho doméstico como um modo de produção específico, o modo de produção doméstico, configurando mulheres e homens como classes sociais antagônicas (DELPHY, 2015 [1970]); a que reiterou o caráter produtivo do trabalho doméstico, afirmando que ele criaria mais-valor (DALLA COSTA e JAMES, 1972); a que reconheceu a necessidade do trabalho doméstico, mas o considerou improdutivo (SECCOMBE, 1974); e a que levantou o debate sobre a necessidade do trabalho doméstico ser remunerado (DALLA COSTA e JAMES, 1972; FEDERICI, 2019a [1975]).

Houve, ainda, a perspectiva que compreendeu que no capitalismo as mulheres constituem um "exército industrial de reserva" (BEECHEY, 1977; SAFFIOTI, 1978 e 1979); a que entendeu que a "esfera da reprodução" manteria uma "autonomia relativa" em relação à produção, embora seja parte integral da economia (HUMPHRIES e RUBERY, 1994 [1984]); a perspectiva que introduziu uma ruptura com o dualismo metodológico, afirmando a co-produção entre produção-reprodução, em termos de uma análise das relações sociais (KERGOAT, 1986 [1984]); e a que, na mesma linha da anterior, analisou o modo como as qualificações adquiridas pelas mulheres no interior da família são utilizadas pelo trabalho industrial (HIRATA, 1986 [1984]).

Além disso, do debate sobre o trabalho doméstico foram desdobrados uma série de conceitos, como o de "trabalho familiar" (BALBO, 1978); de "trabalho duplicado" (BIANCHI, 1994 [1978]); e os de "dupla presença" (BALBO, 1978) e de "dupla invisibilidade" (BORDERÍAS, 1984), em relação ao acúmulo de trabalhos assalariado e doméstico e suas características. Além do conceito de "carga mental" (HAICAULT, 1984), que se refere ao trabalho cognitivo implicado na organização do trabalho doméstico.

A trajetória do debate sobre o trabalho doméstico, brevemente apresentada acima, confirma o quanto os debates feministas sobre o trabalho das mulheres estão centrados na problemática produção-reprodução social. Para Mary Castro e Lena Lavinas, resultou desse período de debate sobre o trabalho doméstico, um uso do termo "reprodução" verdadeiramente polissêmico e, até mesmo, impreciso. Conforme essas autoras, "(...) o uso do termo reprodução se confunde com analogias ao privado, ao doméstico e à família, sendo, por isso mesmo, *impreciso* (...). Se o conceito de produção

não parece levantar dúvidas, o de reprodução, ao contrário, mostra-se desde logo *polissêmico*" (CASTRO e LAVINAS, 1992, p. 240, grifos meus).

A Economia Feminista, objeto de análise desta tese, contribui para essa "polissemia" do termo "reprodução". Autoras como Antonella Picchio, Cristina Carrasco e Amaia Pérez Orozco têm renovado o debate produção-reprodução por defender que a esfera da reprodução ocupe lugar central, em detrimento da produção (PICCHIO, 1992 e 2012 [2005]), afirmando a necessidade de se pensar em termos de uma "sustentabilidade da vida" (CARRASCO, 2003 [2001]) e colocando o debate sobre o conflito capital-vida no lugar da análise do conflito capital-trabalho (PÉREZ, 2014a). Nesta tese, analisei as proposições dessas economistas e as sintetizei, no *Capítulo 05*, como um conjunto de perspectivas que procura colocar "a vida no centro".[8]

Muitos dos textos escritos por economistas feministas remontam a ideia de que apesar da palavra "economia" ter origem nas palavras gregas "*oikos*" (casa) e "*nomos*" (regras/administração), a Ciência Econômica se dedicaria, fundamentalmente, ao mercado ou à produção *stricto sensu*, negligenciando parte daquilo que corresponde à "produção da vida". Carrasco sugeriu, por exemplo, que apesar de "*oikosnomia*" significar a "gestão do lar", o corpo central da Economia[9] foi desenvolvido para analisar a produção capitalista, excluindo "toda a produção que se realiza nos lares às margens do mercado"[10] (CARRASCO, 2006a, p. 02).[11] Foi, então, contrapondo-se a essa perspectiva dominante que o âmbito do doméstico e da "reprodução da vida" tornou-se objeto de análise da Economia Feminista e tomado por parte das economistas feministas como um projeto político[12].

8 A perspectiva da "vida no centro", tratada no *Capítulo 05*, se refere a uma série de fundamentos teóricos-metodológicos que visam localizar os trabalhos domésticos e de cuidados em certa concepção de sistema socioeconômico, demonstrando sua relevância econômica e social.

9 Uso Economia, com letra maiúscula, para me referir à Ciência Econômica. Destaco que, em língua inglesa, há uma diferença entre *Economic*, que se refere à disciplina e *Economy*, que se refere às outras definições de economia. Nesse sentido, compreendo que "Feminist Economics" se refere ao corpo teórico da Economia Feminista.

10 Esta e todas as outras traduções feitas ao longo desta tese foram elaboradas por mim, de forma livre.

11 O modo como Max Weber (2004 [1922]) compreendeu o *oikos* dá interessantes pistas sobre como a economia se desenvolveu, voltada para as relações mercantis. Para esse autor, o *oikos* se localiza em oposição ao mercado, constitui uma parte da atividade comunitária de terras senhoris ou principescas. O *oikos* seria um tipo puro de comunidade de gestão econômica, que almeja a satisfação dos bens e serviços de que o senhor do *oikos* necessita e ao qual se submetem servidores, funcionários, sacerdotes, guerreiros, de forma natural. Weber comparou, com isso, o senhor do *oikos* a uma empresa capitalista.

12 A perspectiva da "vida no centro" da Economia Feminista tem como "proposta política" (CARRASCO, 2014, p. 25) que a "esfera da reprodução" seja colocada em um lugar central, sobrepondo a "esfera da produção". Apresentei os contornos desse projeto político no *Capítulo 05*.

As contribuições de cunho feminista para a Ciência Econômica são encontradas desde o século XVIII. Entre os séculos XVIII e XIX, economistas pioneiras reivindicaram o direito das mulheres de acessar plenamente o trabalho assalariado e denunciaram as desigualdades nos processos de trabalho e na distribuição dos salários. Priscilla Wakefield (Reino Unido, 1751-1832), por exemplo, fez críticas a Adam Smith por não integrar o trabalho das mulheres (mercantil e doméstico) em suas análises. Essa autora criticou o fato das mulheres não se integrarem aos trabalhos mais bem remunerados, forçando-as à pobreza ou, até mesmo, à prostituição. Julie Victoire Daubié (França, 1824-1874) analisou questões referentes ao bem-estar das mulheres e sua pobreza econômica, relacionando questões econômicas com questões morais e civis e reivindicando a redução da desigualdade entre mulheres e homens nas relações de trabalho. Harriet Taylor (Reino Unido, 1851-1970) reivindicou liberdades de trabalho, de pensamento, e de tomada de decisões sobre a própria vida (CARRASCO, 2006a). Barbara Bodichon (Reino Unido, 1827-1891) analisou as dificuldades das mulheres de alcançarem a independência econômica e Ada Heather-Bigg (Reino Unido, 1855-1944) defendeu a igualdade de remuneração entre mulheres e homens para a realização de trabalhos iguais (PUJOL, 1992).[13]

Foi, contudo, a partir da década de 1970 que a Economia Feminista passou a se definir como um ramo do conhecimento Econômico, sendo o período entre o final da década de 1980 e início de 1990 um marco de sua consolidação "como uma linha de investigação própria e corpo teórico específico" (CARRASCO, 2003 [2001], p. 03). A produção das economistas feministas passou a ganhar mais corpo e a construir uma diversidade de críticas, de cunho metodológico e epistemológico, às tradições econômicas existentes. Trabalhos pioneiros desse período foram escritos por autoras como Barbara Bergmann (1973), Carmen Diana Deere (1976), Ester Boserup (1970), Lourdes Benería (1979) e Heidi Hartmann (1976 e 1979). Foi nesse período também, que a *Associação Americana de Economia*[14] (AEA) criou o primeiro comitê para analisar assuntos referentes às mulheres na Economia nos Estados Unidos, chamado *Comitê sobre a Situação das Mulheres na Profissão de Economia*[15] (CSWEP).

13 Há um livro chamado "Um dicionário biográfico das mulheres economistas"/"*A Biographical Dictionary of Women Economists*", organizado por Robert W. Dimand, Mary Ann Dimand e Evelyn L. Forget, publicado pela editora Elgar, em 2000, com mais informações como as citadas neste parágrafo.

14 *American Economic Association* (AEA).

15 *Committee on the Status of Women in the Economics Profession* (CSWEP).

Já o período entre o final da década de 1980 e início de 1990, pode ser considerado um marco da consolidação da Economia Feminista como um campo no interior da Ciência Econômica, com a publicação de uma série de estudos, como os de Antonella Picchio (1992), Cristina Carrasco (1988), Michèle Pujol (1992), Diane Elson (1998), Diana Strassmann, Julie Nelson, Marianne Ferber, Nancy Folbre e Paula England[16]. Mas também, com a formação da *Associação Internacional para a Economia Feminista*[17] (IAFFE) e o lançamento do periódico *Feminist Economics*.[18]

A formação da IAFFE, que tem sede na *Universidade de Nebraska*, nos Estados Unidos, é atribuída à conferência anual da AEA do ano de 1990, que também deu origem a uma importante coletânea de textos organizada pelas economistas estadunidenses Marianne Ferber e Julie Nelson, intitulada "Para além do Homem Econômico: Teoria e Economia Feminista"[19], publicada em 1993. Já o periódico *Feminist Economics*, é um dos mais importantes veículos de publicação de toda a produção acadêmica da Economia Feminista internacional. Publicado desde o ano de 1995, em seus exemplares são encontrados textos escritos por economistas de todo o mundo, com análises de diferentes contextos.[20]

Há outra importante organização acadêmica, chamada *Associação Economia Crítica*[21] (AEC), criada em 2003 na Espanha, e seu periódico, *Revista de Economía Crítica*

16 Exemplos de textos de Diana Strassmann, Julie Nelson, Marianne Ferber, Nancy Folbre e Paula England, podem ser vistos em: FERBER e NELSON (1993).

17 *International Association for Feminist Economics* (IAFFE).

18 Diversos textos trazem a afirmação sobre a IAFFE e o periódico *Feminist Economics* serem um marco na consolidação da Economia Feminista. Por exemplo: CARRASCO (1999, p. 1); PÉREZ (2005, p. 44); FARIA e NOBRE (2002, p. 08); COELHO (2009, p. 132).

19 "*Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*". Além dessa coletânea, Ferber e Nelson publicaram outra, chamada "Economia Feminista hoje"/"*Feminist Economics Today*" (2003), em que fazem um balanço dos dez anos que se passaram desde a publicação de "*Beyond Economic Man*".

20 Em relação à formação da IAFFE, Marianne Ferber e Julie Nelson (2003) contaram sua história da seguinte maneira: "Em 1990, algumas dissidentes nos Estados Unidos se reuniram e discutiram suas ideias para iniciar uma organização própria. Tirando vantagem da grande participação em um painel organizado por Diana Strassmann intitulado "O feminismo pode encontrar um lar na Economia?" ("*Can Feminism Find a Home in Economics?*"). Jean Shackelford e April Aerni convidaram membros do público a se inscreverem e iniciar uma nova rede com uma inclinação explicitamente feminista. Dois anos depois, essa rede foi transformada na International Association For Feminist Economics (IAFFE). É independente da AEA, e aberto não só à economistas mulheres e homens, mas a acadêmicos de outros campos, bem como ativistas que não são acadêmicos (Aerni e Nelson, 1995). Jean Shackelford foi a primeira presidenta (e tem sido secretária executiva desde então), seguido por Marianne A. Ferber, Myra Strober, Barbara R. Bergmann (todas dos Estados Unidos), Rhonda Sharp (da Austrália), Jane Humphries (do Reino Unido), Nancy Folbre (dos Estados Unidos) e Lourdes Benería (da Espanha e dos Estados Unidos). A próxima presidenta será Bina Agarwal (da Índia). Hoje a IAFFE tem mais de quinhentos membros de mais de trinta países, assim como está ligada a um número de organizações afiliadas em todo o mundo" (FERBER e NELSON, 2003, p. 07).

21 *Asociación de Economía Crítica* (AEC).

(REC), nos quais há amplo espaço para o debate e para a publicação de estudos econômicos feministas. À AEC se vincula o trabalho da economista feminista Cristina Carrasco e estão relacionados dois encontros científicos, *Jornadas de Economia Crítica*[22] (JEC) e o *Congresso de Economia Feminista*[23] (CEF). Carrasco também organizou ao menos três coletâneas de grande importância para a Economia Feminista. A primeira delas, intitulada "As mulheres e o trabalho"[24], foi organizada em conjunto com Cristina Borderías e Carmen Alemany (1994); a segunda, "Mulheres e Economia"[25], publicada em 1999; e a terceira, "Com voz própria"[26], de 2014.

Além da IAFFE e da AEC, com o impacto do neoliberalismo dos anos 1990, formou-se na América Latina a *Rede Latinoamericana de Mulheres Transformando a Economia* (REMTE), com o intuito de debater a economia desde um ponto de vista feminista. Essa rede foi organizada tendo como fundamento um feminismo contra-hegemônico (ALVAREZ, 2003a), orientando-se pelo questionamento ao modo de produção capitalista e patriarcal (FARIA, 2015a, p. 05).

Ainda na América Latina, um grupo de pesquisadoras vinculadas à IAFFE formaram o *Grupo Gênero e Macroeconomia na América Latina e Caribe* (GEM-LAC) e tem atuado, sobretudo, na *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* (CEPAL).[27] A CEPAL, em parceria com a ONU Mulheres, desenvolve uma série de estudos estatísticos por meio do *Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe* (OIG/CEPAL), com claro viés na produção das economistas feministas estadunidenses e europeias (CEPAL, 2018). Como abordou Valeria Esquivel (2016), na América Latina houve a incorporação dos debates produzidos pelas Economistas Feministas da Europa e dos Estados Unidos, mas também haveria a adequação dos conceitos à realidade da região. Segundo essa autora, o debate teórico e a abordagem política sobre os cuidados permitiriam diversas alianças entre movimentos sociais, mas a abordagem

22 *Jornadas de Economía Crítica* (JEC).
23 *Congreso de Economía Feminista* (CEF).
24 "*Las mujeres y el trabajo*".
25 "*Mujeres y Economía*".
26 "*Con Voz Propria*".
27 Algumas pesquisadoras do grupo seriam: María Elena Cardero; Valeria Esquivel; Lucía Pérez Fragoso; Corina Rodríguez Enríquez; Rosalba Todaro; Alison Vasconez. Esse grupo surgiu amparado pelo *Grupo Internacional de Gênero, Macroeconomia e Economia/International Working Group on Gender, Macroeconomics and International Economics* (GEM-IWG, EUA) e todas as pesquisadoras são vinculadas a IAFFE. Mais sobre o grupo latinoamericano pode ser visto na publicação ONU MUJERES (2012) e CEPAL (2018), além do site: <www.gemlac.org>, último acesso em: 26/04/2018.

macroeconômica ainda precisaria ganhar força em relação às análises mais tradicionais. Isso corrobora com o que observou Amaia Pérez Orozco sobre a corrente latinoamericana da Economia Feminista estar mais relacionada à sua prática do que ao pensamento econômico (PÉREZ, 2012a).[28]

Como já mencionado, além dessa dimensão teórica acadêmica, no final do século XX a Economia Feminista passou a ser compreendida como uma abordagem prática de valorização do trabalho das mulheres. Na América Latina, em um contexto de intensa mobilização política e de trocas entre grupos feministas[29] – cujo objetivo era enfrentar medidas econômicas que afetavam drasticamente as condições de vida das mulheres, como o livre comércio –, a Economia Feminista se tornou uma potente fonte para a elaboração e execução de políticas que visam transformar a vida das mulheres.

Atualmente há, no Brasil, uma série de organizações feministas cujo trabalho é orientado para essa finalidade. Um exemplo é a *Organização Não Governamental* (ONG) *Sempreviva Organização Feminista* (SOF), que tem papel fundamental na elaboração de materiais bibliográficos sobre Economia Feminista e na participação em políticas públicas sob esse enfoque.[30] Um exemplo é a *Política de Assistência Técnica e Extensão Rural* (ATER)[31], que a SOF executa na região do Vale do Ribeira/SP.[32] Outro exemplo é a ONG *Casa da Mulher do Nordeste* (CMN), que tem perfil parecido ao da SOF, mas atua com política de ATER na região do sertão de Pajeú/PE.[33] Além dessas duas ONGs, há no país outras organizações, como a *Guayí – Democracia, Participação e Solidariedade*, no Rio Grande do Sul, e as redes de Economia Feminista, como a *Rede Economia e Feminismo* (REF), a *Rede de Economia Solidária e Feminista* (RESF/Nacional) e a REMTE, mencionada anteriormente.

Os primeiros materiais bibliográficos produzidos explicitamente sobre

28 Mais sobre a Economia Feminista na América Latina pode ser visto em: ESQUIVEL (2015); ONU MUJERES (2012); *Revista de Economía Crítica*, nº19, 2015.

29 Como demonstrou Alvarez (2003a).

30 Deve ser considerada a possibilidade de extinção ou descontinuidade das políticas públicas e organismos governamentais citados ao longo deste texto, na medida em que o período no qual ele foi redigido corresponde a um conturbado processo de reestruturação conservadora e neoliberal da política brasileira.

31 Política pública prevista na Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que institui a *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária* – PNATER e o *Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária* – PRONATER.

32 Sobre a maneira como a SOF conduz seu trabalho no Vale do Ribeira/SP, ver: HILLENKAMP e NOBRE (2018).

33 Ver, por exemplo, VILAÇA (2019).

Economia Feminista foram publicados, no país, pela *Sempreviva Organização Feminista* (SOF), nos *Cadernos Sempreviva*.[34] Outro veículo de relevância na área é a coleção *Cadernos Feministas de Economia & Política*, da *Casa da Mulher do Nordeste* (CMN). Ambas organizações prestam serviços técnicos ao Estado, por meio da política de ATER e ainda trabalham com a formação feminista, enfocando os temas da Economia Solidária[35], da autonomia econômica, da agroecologia e da soberania alimentar[36]. No Brasil, portanto, a Economia Feminista tem a especificidade de ser produzida por ONGs, que tanto desenvolvem conteúdos bibliográficos quanto executam políticas públicas, sob esse viés.

No que se refere à produção acadêmica, os primeiros estudos de Economia Feminista foram feitos por Hildete Pereira de Melo, da *Universidade Federal Fluminense* (UFF). Em 1985, essa economista publicou um texto chamado "A condição feminina e a teoria econômica"[37]. Em 1997, "A mulher como objeto da teoria econômica"[38], além de um dossiê, chamado "A perspectiva feminista e os trabalhos sobre usos do tempo", publicado no periódico *Revista Econômica* (2010, vol. 12, nº 01). Melo publicou ainda trabalhos influenciados pelas economistas feministas estadunidenses e europeias, como pode ser visto em "Os afazeres domésticos contam"[39]. Nesse conhecido estudo, foi apresentado um cálculo da participação dos afazeres domésticos no *Produto Interno Bruto* (PIB) brasileiro, correspondendo a 11,2%, o equivalente a R$ 260,2 bilhões no ano de 2006 (MELO, CONSIDERA, DI SABBATO, 2007). Em 2016, esse cálculo foi refeito, chegando a 12% (MELO, CONSIDERA, DI SABBATO, 2016).

Ainda na trajetória acadêmica da Economia Feminista no Brasil, há também um artigo de Marilane Teixeira, chamado "Desigualdades salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem de economistas feministas", publicado na Revista *Gênero* (2008, vol. 09, nº 01), e os livros "Uso do tempo e gênero", organizado por Natália Fontoura e Clara Araújo (2016), e "Entre a casa e o trabalho", organizado por

34 Além dessa coleção, a SOF publica uma série de cartilhas e folhetos, vinculados à outras organizações, como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e a Oxfam, além de ter publicações com a extinta *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres* (SPM), do governo federal (2003 - 2016).

35 O debate sobre a Economia Solidária, pode ser visto em: LAVILLE (1994); LEITE, ARAÚJO e LIMA (2015); SINGER (2001); WELLEN (2012). Sobre mulheres e Economia Solidária: GUÉRIN (2005).

36 A soberania alimentar é um conceito construído e apresentado pela *Via Campesina*, em 1996 (NOBRE et al., 2015).

37 Melo e Maria Valéria Pena (1985)

38 Melo e Franklin Serrano (1997)

39 Melo e Claudio Monteiro Considera e Alberto Di Sabbato (2007).

Clara Araújo e Andréa Gama (2017). Também foram publicados outros dois artigos, escritos por Liana Bohn e Eva Yamila Catela (2017) e por Brena Fernandez (2018), além de um dossiê chamado "Economia Feminista", publicado na *Revista Temáticas* (2018, nº 52), organizado por Fabiana Grecco, Juliane Furno e Marilane Teixeira.

Ademais, em 2017, formou-se um grupo na *Universidade de São Paulo* (USP), o *EconomistAs – Brazillian Women in Economics*, que segue os propósitos do CSWEP da AEA e que tem encaminhado pesquisas sobre como se constituem as desigualdades de gênero na Ciência Econômica brasileira.

Gostaria, por fim, de rememorar alguns livros fundamentais na questão de gênero e Economia no Brasil, embora não estejam diretamente relacionados com o corpo teórico da Economia Feminista. O primeiro deles foi organizado por Maria Isabel Baltar da Rocha (2000), chamado "Trabalho e Gênero"; o segundo, publicado originalmente na França, teve uma versão brasileira, chamada "As novas fronteiras da desigualdade", e foi organizado por Margaret Maruani e Helena Hirata (2003 [1998]); o terceiro, chamado "Mercado de Trabalho e Gênero", organizado por Albertina Costa, Bila Sorj, Cristina Bruschini e Helena Hirata (2008); e o quarto, "Gênero e Trabalho no Brasil e na França", igualmente publicado na França, sua versão brasileira foi organizada por Alice Abreu, Helena Hirata e Maria Rosa Lombardi (2016). Menciono, também, o trabalho de Cristina Bruschini, que foi integrante do coletivo de pesquisas sobre as mulheres da *Fundação Carlos Chagas* (FCC), cujos textos, entre muitos que gostaria de destacar, é "Trabalho de Mulheres no Brasil. Continuidades e Mudanças no período 1985-1995" (1998) e "Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?" (2006).[40]

Tendo em vista esse sucinto estado da arte e compreendendo a Economia Feminista, portanto, como um campo de análise e ação (*práxis*), esta tese objetivou estudar três de suas dimensões fundamentais: 01. analisar criticamente o viés androcêntrico das análises econômicas dominantes, apontado pelas economistas feministas; 02. o modo como, nesse campo, o debate sobre produção-reprodução social foi pensado; 03. e, por fim, as maneiras como a Economia Feminista se desenvolveu no

40 Uma série de pesquisadoras brasileiras podem ter seus trabalhos considerados como contribuições feministas para a Economia, embora não sejam economistas, como Albertina de Oliveira Costa, Angela Araújo, Bila Sorj, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi e Nadya Araújo Guimarães.

Brasil.

Embora a Economia Feminista forme um corpo teórico consolidado em algumas regiões do mundo[41], esse conjunto de abordagens ainda foi pouco estudado no Brasil.[42] Desse modo, o presente estudo tem a relevância de contribuir para a sistematização e organização dos conteúdos da Economia Feminista, tanto no que se refere ao debate geral elaborado nos Estados Unidos e Europa, quanto sobre as especificidades do que é produzido no Brasil. Ainda assim, considero ser impossível, neste espaço da tese, ser justa com todo o corpo político e intelectual da Economia Feminista. Há grande variedade de abordagens e de experiências que não puderam ser contempladas aqui, mas que são igualmente importantes na construção desse campo de análises e práticas feministas.

Rememoro, assim, que o enfoque da investigação aqui proposta são as implicações políticas desse ramo de conhecimento e que a hipótese a ser percorrida é a de que a Economia Feminista se constrói de maneira ambivalente.

I – Questões teórico-metodológicas e de técnicas de pesquisa

Para fazer essa investigação, me posiciono a partir de um ponto de vista crítico e feminista. Afirmar esse ponto de vista é parte da concepção metodológica em que me amparo. Assumo, portanto, a dimensão política que o ponto de vista feminista exige (HARAWAY, 1995 [1988]; HARDING, 1987) e uma postura crítica em relação ao quadro conceitual que utilizo, questionando seu alcance, o que ele permite observar e o que ele pode ocultar.[43] Além disso, tento não perder de vista que "o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações" (MARX, 1996 [1859], p. 39). Trata-se, portanto, de um método materialista histórico[44] e feminista.

41 Como demonstram Pujol (1992), Carrasco (2006a) e Pérez (2012a).

42 Além da presente tese, outro trabalho de sistematização da Economia Feminista, no Brasil, foi feito por Renata Moreno (2013), que integra a SOF e explicitou ter concentrado sua análise em um conjunto específico de referências bibliográficas, com enfoque no debate sobre o cuidado. Outros dois trabalhos de conclusão de Pós-Graduação abordaram a Economia Feminista como fundamento teórico-metodológico: BOHN (2017); TEIXEIRA (2017).

43 Sobre o ponto de vista situado, ver: HARAWAY, 1995 [1988]. Sobre o ponto de vista feminista, ver: HARDING, 1987. Sobre a objetividade do ponto de vista feminista, ver: HARDING, 1992 e 1995.

44 Sobre o método em Karl Marx, ver: AMORIM e FERRAZ, 2007; GRESPAN, 2002; KOSIK, 2002; MÜLLER, 1982.

A primeira vez que me deparei com o termo "Economia Feminista" foi durante meu mestrado em Ciências Sociais na *Universidade Estadual Paulista* (UNESP/Campus Marília). Em meados do ano de 2013, quando estava concluindo a minha dissertação sobre aspectos da divisão sexual do trabalho na catação de materiais recicláveis em duas cidades do interior do Estado, fui apresentada a um livro de Isabelle Guérin, chamado "As Mulheres e a Economia Solidária", publicado no Brasil no ano de 2005. A incorporação do livro de Guérin ao debate acadêmico brasileiro me forneceu pistas importantes sobre as especificidades da Economia Feminista no Brasil. A pesquisa sobre as relações estabelecidas entre a Economia Solidária e algumas perspectivas da Economia Feminista, me conduziram a uma série de estudos sobre as articulações entre ambas economias, como as experiências das ONGs *Casa da Mulher do Nordeste* (CMN) e *Sempreviva Organização Feminista* (SOF).[45]

Guérin analisou práticas de Economia Solidária na França e no Senegal e se valeu do trabalho de Nancy Folbre, uma economista feminista estadunidense, como fundamentação teórica para seu estudo sobre a importância da vivência coletiva das mulheres. No artigo "'De mãos dadas à meia-noite': o paradoxo do trabalho de cuidado"[46], publicado em 1995, no periódico *Feminist Economics*, Folbre analisou que trabalho de cuidado implicaria em reciprocidade, altruísmo e responsabilidade. Foram esses aspectos apontados por Folbre que Guérin analisou no trabalho coletivo das mulheres na Economia Solidária.

Cheguei à Economia Feminista, portanto, por meio de um estudo sobre as relações entre a Economia Solidária e a Economia Feminista, mas foram outras questões que me provocaram a investigá-la. A primeira delas foi que observei na Economia Feminista a possibilidade de estudar o debate sobre as interconexões entre produção e a reprodução social. As economistas feministas da perspectiva da "vida no centro" se dedicam justamente a essa questão, a qual as ONGs feministas brasileiras, que trabalham com a Economia Feminista, como a CMN e a SOF, têm como eixo principal ao abordá-la. A segunda questão que me provocou a estudar a Economia Feminista foi a possibilidade de seguir minha trajetória de estudos, que teve início em minha graduação em Ciências

45 Além de Guérin, ver: NOBRE (2003); HILLENKAMP, GUÉRIN e VERCHUUR (2016); SANTOS (2009); VILAÇA (2019).

46 "*'Holding Hands at Midnight': the paradox of caring labor*"

Sociais (UNESP/Campus Marília), sobre os trabalhos que não são considerados trabalhos. Me refiro aos trabalhos precários, informais e invisibilizados, como os trabalhos de catação de materiais recicláveis e doméstico. A Economia Feminista se dedica fundamentalmente a questionar o corpo teórico que sustenta os estudos do trabalho, que invisibiliza a importância econômica e social dos trabalhos que as mulheres realizam, que sequer são compreendidos como trabalho.

Com base nisso, o percurso que conduziu esta pesquisa partiu de fontes bibliográficas gerais sobre a Economia Feminista, quando foi realizado um levantamento e leitura da bibliografia internacional e nacional e a sistematização das informações, conceitos e do debate teórico. Essa primeira fase foi complementada com a realização de entrevistas com pesquisadoras que discutem a Economia Feminista ou temas correlatos[47]. Em seguida, o estudo foi particularizado por meio da investigação das formas específicas que a Economia Feminista adquiriu no Brasil, destacando o seu sentido histórico, social e político, em que a realização de uma pesquisa de campo foi fundamental. Por fim, os debates teóricos da Economia Feminista foram retomados de modo a desenvolver uma análise teórica mais aprofundada, enfocando o tema da relação entre produção e reprodução social.

Nesse percurso, portanto, faço uso de fontes bibliográficas e empíricas. Nas Ciências Sociais, a pesquisa empírica qualitativa se ocupa daquilo que não se pode quantificar. Isto é, "ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes" (MINAYO, 2009, p. 21). Ademais, a pesquisa de campo pode possibilitar conhecimentos que não estão presentes em outras fontes, como nos livros (NETO, 1999). Com base nisso, as técnicas adotadas foram duas: a observação participante e as entrevistas semiestruturadas. A técnica de entrevista possibilita intervir, de tempos em tempos, para trazer a pessoa entrevistada para mais próximo daquilo que se pretende investigar, "o informante fala mais que o pesquisador, dispõe de certa dose de iniciativa, mas, na verdade, quem orienta todo o diálogo é o pesquisador" (QUEIROZ, 1991, p. 58). Essa abordagem. "(...) combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada" (MINAYO, 2009, p. 64).

47 Refiro-me a pesquisadoras feministas que estudam as relações de gênero e trabalho, mas que não são economistas feministas ou não se vinculam a esses ramos de conhecimento.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de outubro do ano de 2016 e maio de 2018, com consultoras de organizações feministas, professoras e pesquisadoras, todas que de alguma forma estão relacionadas aos temas da Economia Feminista no Brasil, na França, Portugal, Espanha, Argentina e África do Sul. Esta variedade de países e de entrevistadas foi possível em decorrência de uma cadeia de contatos e, geograficamente falando, por conta do estágio doutoral que realizei na França, entre os meses de fevereiro e julho do ano de 2017.

As entrevistadas foram: Renata Faleiros Camargo Moreno (SOF, São Paulo/BR); Miriam Nobre (SOF, São Paulo/BR); Maria Betânia Ávila (SOS Corpo, Recife/ BR); Marilane Teixeira (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT/UNICAMP); Teresa Cunha (Universidade de Coimbra, Portugal); Corina Rodríguez Enríquez (IAFFE, Conicet e *Centro Interdisciplinario para el Estudio de Políticas Públicas* de Buenos Aires, Argentina); Jules Falquet (Universidade Paris 7, França); Solange Rocha (Universidade da Cidade do Cabo, NEPPS-UFPE e rede *Gender at Work*, África do Sul); Cristina Carrasco (Universidade de Barcelona, Espanha); Helena Hirata (GTM – CRESPPA/CNRS, França); Fatiha Talahite (GTM – CRESPPA/CNRS, França); Danièle Kergoat (GTM – CRESPPA/CNRS, França); e Isabelle Hillenkamp (*Institut de recherche pour le développement* – IRD, França).

Já a técnica de observação participante é um processo de pesquisa que permite a quem faz a investigação se colocar em relação direta com o grupo pesquisado. Esse método permite uma interação com o grupo, no momento em que suas atividades acontecem. Trata-se de uma vivência direta, mas com a finalidade de coletar dados e compreender o contexto pesquisado. Nesse processo há a relativização do ponto de vista de quem faz a observação e, assim, a pesquisadora pode verificar a relevância das questões que orientam a pesquisa, estabelecendo, se for o caso, novos questionamentos. A observação participante auxilia, portanto, "a vincular os fatos a suas representações e a desvendar as contradições entre normas e regras e as práticas vividas cotidianamente pelo grupo ou instituição observados" (MINAYO, 2009, p. 70 e 71).

A observação participante foi feita na atuação da ONG *Sempreviva Organização Feminista* (SOF). Essa ONG se destaca na área, na medida em que é responsável pela maior parte dos materiais bibliográficos sobre Economia Feminista

organizados no Brasil, interessando, assim, ao objetivo principal dessa pesquisa. Na investigação junto a SOF, realizei duas incursões a campo. A primeira foi em um Seminário e Feira de Economia Feminista e Solidária na região do Vale do Ribeira/SP, organizado pela SOF, chamado "Economia Feminista e Solidária: redesenhando o Território", realizado na cidade de Registro/SP, no mês de setembro do ano de 2017. Neste seminário falaram e estiveram presentes diversos grupos de mulheres do Vale: mulheres rurais, indígenas, caiçaras, quilombolas e representantes de organizações de Economia Solidária.

A segunda incursão foi em um seminário realizado na cidade de São Paulo, no mês de outubro do ano de 2017, chamado "Feminismo contra o neoliberalismo: nossas resistências, análises e propostas", organizado pela SOF e pelo movimento social *Marcha Mundial das Mulheres* (MMM). Nesse seminário estiveram presentes, sobretudo, mulheres que "constroem" a MMM em todo o país, mas também representantes de organizações de Economia Solidária da região e algumas representantes do Vale do Ribeira.

É parte importante das entrevistas e do processo de observação participante a utilização de um registro, conhecido na antropologia como "diário de campo"[48]. Esse método foi usado nesta pesquisa, assim como, a técnica de gravação. Tanto as entrevistas quanto as incursões a campo foram gravadas em áudio, de acordo com a anuência das interlocutoras, e orientaram a investigação. Esses dados empíricos nortearam a investigação bibliográfica, bem como me ajudaram a interrogar os materiais teóricos. Contudo, eles não se constituíram como materiais centrais, a partir dos quais ou por meio dos quais as reflexões críticas apresentadas aqui se desenvolveram.

II – Problematizações e estrutura do texto

Para alcançar o objetivo triplo desta tese, bem como percorrer a hipótese levantada, indicados anteriormente, foi necessário fazer um trabalho de sistematização dos principais aspectos que formam a Economia Feminista, como as principais

48 Método introduzido por Malinowski em "Os argonautas do pacífico ocidental", em 1922.

referências bibliográficas e marcos de sua consolidação no interior da Ciência Econômica, o que apresentei sucintamente anteriormente, mas aprofundei no *Capítulo 01*. Nesse capítulo, chamado "Economia Feminista: um campo plural e ambivalente", foram abordados os principais fundamentos da Economia Feminista e o modo como ela se constituiu como um ramo do conhecimento. Demonstrei como a categoria "gênero" teve sua incorporação dificultada na Ciência Econômica, devido a maneira como a Economia se estruturou como um terreno predominantemente masculino. Como demonstrado acima, desde o século XVIII houve uma série de contribuições feministas para a Ciência Econômica. Contudo, essas contribuições ganharam pouco relevo, o que se traduziu em um hiato entre a produção científica da Ciência Econômica sobre gênero e feministas e a produção das outras Ciências Sociais sobre esses pontos de vista.

Mesmo que tardiamente, a incorporação do conceito de gênero possibilitou uma série de avanços para a Economia, sobretudo servindo ao reconhecimento de desigualdades entre mulheres e homens. Por isso, nesse capítulo, qualifiquei a maneira como algumas economistas feministas compreenderam esse conceito. Embora a incorporação da categoria "gênero" à Ciência Econômica tenha sido de extrema relevância, analisei como, segundo as economistas feministas, não seria suficiente uni-la aos pressupostos e métodos dominantes da Economia, na medida em que isso poderia reproduzir distorções sobre as experiências das mulheres.

Abordei essa questão e a maneira como as economistas feministas a qualificaram como meramente "adicionar as mulheres e mexer" (FERBER e NELSON, 1993, p. 06). É a partir dessa constatação que a Economia Feminista começou a se definir como um campo específico de estudos na Ciência Econômica. O feminismo serviu, assim, como um elemento fundamental para a construção de pressupostos e métodos econômicos alternativos, provocando a reconceituação de uma série de categorias, como, por exemplo, a categoria trabalho. Seria essa reconceituação, portanto, que diferenciaria a Economia Feminista das demais abordagens que apenas incorporaram a dimensão de gênero aos pressupostos e métodos tradicionais.

Ainda nesse primeiro *Capítulo*, procurei demonstrar que a Economia Feminista é tão plural quanto o próprio feminismo e que, por essa razão, as economistas feministas definiram dois grupos de abordagens (Economia Feminista da conciliação e

Economia Feminista da ruptura) para qualificá-las devido ao grau de proximidade com as abordagens dominantes, consideradas androcêntricas. Enquanto as economistas feministas dividiram a Economia Feminista entre "conciliação" ou "ruptura" com o androcêntrismo, analisei a maneira como no interior da Economia Feminista da ruptura há diferenças entre perspectivas mais ou menos próximas à abordagens hegemônicas.

Mostrei que no interior da Economia Feminista da ruptura haveria, de um lado, a perspectiva de Amaia Pérez Orozco (2014a), que se ampara na problemática do bem viver[49], mais relacionada a uma lógica descolonial. Essa perspectiva foi fundamentada na maneira como povos indígenas da América Latina compreendem o bem viver, conforme Alberto Acosta (2016) estudou. Questionei, contudo, em que medida essa problemática poderia ser transposta à sociedade capitalista ocidental moderna, como um projeto político de sociedade.

De outro lado, haveria na Economia Feminista da ruptura uma perspectiva bastante próxima da problemática do bem-estar, que considera o "desenvolvimento humano", o desenvolvimento das "capacidades humanas", conforme a elaboração proposta pelo economista Amartya Sen (1987; 1993 [1989]; 2000 [1999]), que é uma das bases da concepção de "sustentabilidade da vida" de Cristina Carrasco (2003 [2001] e 2014b) e que, em certo sentido, se vincula aos preceitos da *Organização das Nações Unidas* (ONU). Afirmei que há semelhanças entre da teoria neoliberal/neoclássica de "capital humano" e a teoria do "desenvolvimento humano" e das "capacidades", de Sen. Essa proximidade com abordagens hegemônicas é, para mim, um dos aspectos que tornam a Economia Feminista ambivalente.

Na sequência, considerei a denúncia do viés androcêntrico da Ciência Econômica como uma das maiores contribuições da Economia Feminista. Essa contribuição reside na demonstração de que os pressupostos, os métodos científicos e as categorias analíticas da Economia seriam pouco objetivos por negligenciarem parte fundamental do sistema socioeconômico, referente aos trabalhos domésticos e de cuidados[50]. É nesse sentido que um dos objetivos fundamentais desta tese foi o de analisar a crítica das economistas feministas ao viés androcêntrico das análises

49 Bem viver é a tradução brasileira da noção de *Buen vivir* (no Equador); *vivir bien* (na Bolívia); *sumak kawsay* (em kíchwa); s*uma qamaña* (em aymara); *nhandereko* (em guarani), estudadas por Alberto Acosta (2016).

50 Tal como explicaram Ferber e Nelson (1993).

econômicas dominantes. Isso foi feito com maior profundidade no *Capítulo 02*, no qual abordei as críticas das economistas feministas aos pressupostos e métodos dominantes da Ciência Econômica.

Analisei criticamente tal viés androcêntrico por meio de uma reflexão sobre a questão da objetividade da ciência e da compreensão do que constitui o *homo economicus*. Nesse *Capítulo*, chamado "O viés androcêntrico da Ciência Econômica: objetividade científica e *homo economicus*", fiz uma breve apresentação das questões gerais referentes à abordagem de gênero na ciência. Apresentei um debate metodológico sobre a maneira como o "ponto de vista feminista" pode fundamentar certa noção de objetividade científica. Aprofundando a análise sobre essa questão, abordei a maneira como a Ciência Econômica é fortemente marcada pela construção de um tipo ideal, o *homo economicus*, um "sujeito" masculino, egoísta e supostamente autossuficiente de quem e para quem essa ciência se refere.

Essa exposição explicitou o quanto a Ciência Econômica não é neutra e como seu caráter androcêntrico a torna pouco objetiva e, sobretudo, limitada. Não obstante, resgatei algumas categorias de análise marxistas, com a finalidade de demarcar as diferenças entre essa trajetória de estudos e as perspectivas da Economia Política Clássica e Neoclássica, além de embasar teoricamente a análise crítica que desenvolvi sobre a perspectiva da "vida no centro". Argumentei que, do ponto de vista marxista, a reprodução social não é compreendida com um par binário da produção de mercadorias. A reprodução social significa produzir e reproduzir as relações sociais que estruturam e organizam a sociedade. Além disso, o valor seria constituído com base em um conjunto de relações sociais, e não como mera somatória dos custos de produção ao lucro.

Amparada no debate encaminhado no *Capítulo 02* sobre as perspectivas clássicas e neoclássicas, No *Capítulo 03*, chamado "A Economia Feminista e as organizações internacionais: ONU, CEPAL e BM", demonstro mais enfática o caráter ambivalente da Economia Feminista, por se aproximar de abordagens hegemônicas.

Nesse *Capítulo*, abordei a maneira como a Economia Feminista se constitui em um campo ambivalente devido as suas relações com a ONU e, até mesmo, com o Banco Mundial. Expus como os chamados "orçamentos sensíveis a gênero" foram introduzidos no Brasil, por meio da *Comissão Econômica para a América Latina e o*

Caribe (CEPAL), em um processo em que a *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres* (SPM)[51] teve papel fundamental. Apresentei uma vertente da Economia Feminista que se preocupa em incluir certa medida do trabalho doméstico nas Contas Nacionais, adicionando-o ao Produto Interno Bruto (PIB). Como problematização, analisei a questão do "desenvolvimento" – que é central tanto para a ONU, quanto para o Banco Mundial –, sobre a qual as economistas feministas não avançaram em suas críticas.

Já no *Capítulo 04*, intitulado "Um feminismo contra-hegemônico para a Economia Feminista", apresentei a maneira como a Economia Feminista é utilizada como uma ferramenta de prática política contra-hegemônica por parte do feminismo latinoamericano, especialmente por parte do feminismo brasileiro. Nesse *Capítulo*, analisei o processo e o contexto histórico do final dos anos 1990, em que a Economia Feminista despontou como uma abordagem que orienta certa prática política feminista de enfrentamento ao neoliberalismo na América Latina. Fiz uma recuperação histórica do contexto econômico e político do período em que houve a implementação de um projeto neoliberal no Brasil e expus o impacto desse processo de neoliberalização na vida das mulheres, considerando aspectos do mercado de trabalho.

Rememorei o debate sobre o período que vai de meados dos anos 1980 à primeira década dos 2000 ser marcado por uma intensa desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, verificada no aumento do desemprego, da intermitência, de novas modalidades de contrato de trabalho, os contratos de curto prazo, da subcontratação, da terceirização, dos desrespeitos à legislação trabalhista, do trabalho por conta própria, da insegurança crônica, a perda de proteção social, do desmonte de instituições coletivas e do aprofundamento de situações historicamente precárias, como o trabalho informal[52].

51 Quando abordo a *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres* (SPM), neste texto, me refiro ao período que vai de 2003 a 2016. Em 2016, Dilma Rousseff criou o *Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos* (Lei nº 13.266, de 2016) para envolver os órgãos criados em 2003 (Lei nº 10.683, de 2003), como a SPM e a *Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República* (SEPPIR). Alguns meses depois, com o golpe, o presidente interino, Michel Temer, extinguiu o ministério (Lei nº 13.341, de 2016), e transferiu as competências para o *Ministério da Justiça*. Em 2019, o governo de Jair Bolsonaro instituiu o *Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos* (Decreto nº 9.673, de 2019), mudando radicalmente o perfil político da pasta.

52 Dados e reflexões que confirmam tal desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo nos anos 1990, podem ser vistos em: CACCIAMALI, 2000 e 2001; LEITE, 2003; POCHMANN, 2001; TAVARES, 2002. Essa desestruturação foi chamada, também, de "processo de informalidade" (CACCIAMALI, 2000 e 2001). Para uma visão mais global sobre reestruturação produtiva, ver: ANTUNES, 1995 e 1997. Gostaria de fazer uma ressalva sobre a compreensão do processo de desestruturação. Há grande diversidade de composição do mercado de trabalho no Brasil, com variações substanciais entre as regiões. Nesse sentido, remontar a história

Apontei que esse processo teve graves consequências para o conjunto das mulheres, devido a inserção precária que historicamente elas têm no mercado de trabalho, ocupando os postos mais subalternos, com menores salários, e também devido à permanência de sua responsabilização pela maior parte dos trabalhos domésticos e de cuidados[53].

Demonstrei ainda que esse processo é resultado de uma investida neoliberal, por meio de um projeto político e econômico globalizado, que almeja a expansão capitalista por meio da liberalização da economia, e que incide sobre as condições materiais de existência das pessoas: sobre as relações sociais, sobre o trabalho, por exemplo. Tal processo foi impulsionado, em parte, pelas condicionalidades impostas pelos programas de ajustes estruturais do *Banco Mundial* (BM) e do *Fundo Monetário Internacional* (FMI), que instruíram a adequação neoliberal do Estado, em função do pagamento da dívida externa, prescrevendo, por exemplo, privatizações e abertura comercial ao capital estrangeiro.[54]

Recuperei esse contexto para tratar da forte resistência a esse processo de neoliberalização que parte do feminismo latinoamericano compôs na região[55], que fez deflagrar a *Rede Latinoamericana de Mulheres Transformando a Economia* (REMTE). Para exemplificar esse viés prático político da Economia Feminista apresentei o modo como a *Sempreviva Organização Feminista* (SOF) – que é vinculada à REMTE – aborda a Economia Feminista, articulando-a à Economia Solidária e à Agroecologia.

---

industrial pelo processo de reestruturação produtiva e de neoliberalização da economia não significa dizer respeito, de modo homogêneo, ao país todo. Por exemplo, no caso da experiência industrial do Nordeste, entre 1982 a 1994, as taxas de desemprego e a informalidade das Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador permaneceram bem acima dos verificados para o Sul e Sudeste. Há, também, diversas experiências laborais que não passaram por esse processo de desindustrialização, pois sempre existiram como precárias. Um exemplo emblemático é o *Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco*, construído com base no trabalho familiar, domiciliar e informal (LINDÔSO, 2010; OLIVEIRA, 2016).

53 Dados e reflexões que confirmam as consequências da desestruturação do mercado de trabalho brasileiro para o conjunto das mulheres nos anos 1990, podem ser visto em: BIDERMAN e GUIMARÃES, 2004; BRUSCHINI, 1998; BRUSCHINI e LOMBARDI, 2003; GUIMARÃES, 2001; MARUANI e HIRATA, 2003 [1998]. Isso se confirma, também, na primeira década do século XXI: ARAÚJO (2009); ARAÚJO e LOMBARDI (2013); COSTA, et al. (2008); LAVINAS, CORDILHA e CRUZ (2016); LOMBARDI (2009). Dados sobre questões raciais: ABREU, JORGE e SORJ, 1994; ARAÚJO e LOMBARDI, 2013; BRUSCHINI e LOMBARDI, 2003; GUIMARÃES, 2001. Para uma visão mais global, ver: HIRATA e LE DOARÉ (1999); HIRATA, 2003a; FALQUET, HIRATA e LAUTIER, 2006.

54 A importância do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) no processo de neoliberalização, foram estudados por: CHOSSUDOVSKY, 1999; HOBSBAWN, 1995 [1994]; OLIVEIRA, 2006; PEREIRA, 2010 e 2014.

55 Dados e reflexões que confirmam a mobilização política das mulheres contra o neoliberalismo, entre as décadas de 1990 e 2000, podem ser vistas em: ALVAREZ, 1998 e 2003a; FARIA e MORENO, 2015; FARIA e NOBRE, 2003.

Por fim, o *Capítulo 05*, chamado "Uma proposta política da Economia Feminista para o debate produção-reprodução: a vida no centro", compreendeu o debate que está no coração desta tese e alcançou a última dimensão do triplo objetivo dela, que é compreender o modo como, na Economia Feminista, o debate sobre produção e reprodução social é caracterizado. Nesse *Capítulo* final, apresentei três abordagens que ampliam as maneiras como o trabalho, a produção e a reprodução social são pensadas pelos pressupostos tradicionais da Ciência Econômica. São elas: 1. as elaborações de Picchio (1992 e 2012 [2005]) de que a reprodução social deva ter lugar central na economia e sua proposta de "fluxo do padrão de vida ampliado", que localiza a reprodução social no sistema socioeconômico; 2. as elaborações de Carrasco (2003 [2001], 2006b, 2011, 2014a, 2016) sobre a centralidade da "sustentabilidade da vida" e o "circuito ampliado do trabalho", que amplia a perspectiva de Picchio; e 3. as elaborações de Pérez (2006 e 2014a) sobre sistema socioeconômico se apresentar como um *iceberg* e sobre a construção de um projeto político que coloque em perspectiva o conflito capital-vida, superando a perspectiva do conflito capital-trabalho.

Nesse *Capítulo* abordei ainda o enfoque dos "usos do tempo" e o problema da quantificação do trabalho de cuidado, além da maneira como esse conjunto de abordagens conforma um projeto político alternativo de sociedade, que articulam o feminismo com a ecologia e incluem as dimensões de "bem-estar", "bem viver" e de "comum".

A partir da apresentação das elaborações das autoras da perspectiva da "vida no centro", que colocam em evidência os trabalhos domésticos e de cuidados, questionei em que medida a centralidade dessas elaborações em aspectos subjetivos, como o bem-estar e os afetos, nublaria as relações de exploração, dominação e opressão, que atravessam os trabalhos doméstico e de cuidados. Nesse aprofundamento, discuti as elaborações das autoras da perspectiva da "vida no centro" por meio das categorias marxistas de reprodução social, valor e tempo como relação social, o que permitiu refinar a crítica aos limites da Economia Feminista.

Capítulo 01 – Economia Feminista: um campo plural e ambivalente

> A introdução da categoria "gênero" tem revelado a insuficiência dos corpos teóricos das Ciências Sociais por sua capacidade de oferecer (…) um tratamento adequado da desigualdade social entre mulheres e homens. Esses novos enfoques pretendem denunciar o viés androcêntrico subjacente ao "saber científico".
>
> Cristina Carrasco (1999, p. 11).

> Dirigir a atenção para as mulheres e famílias foi certamente um passo na direção certa. Contudo, simplesmente adicionando mulheres como sujeitos sem alterar as ferramentas de análise tem sido descrito como "adicionar mulheres e mexer".
>
> Marianne Ferber e Julie Nelson (1993, p. 06).

Neste capítulo, gostaria de definir a Economia Feminista: apresentar seus principais contornos e o modo como ela se insere na Ciência Econômica. Para fazer isso, apresentarei como se deu a incorporação do conceito de gênero na Ciência Econômica e contextualizarei como a Economia Feminista, como um campo plural, se distingue dessa mera incorporação. Discutirei, contudo, algumas de suas ambivalências.

1.1 – "Gênero": uma incorporação dificultada na Ciência Econômica

Alice Wu (2017) publicou um estudo sobre opressões de gênero enfrentadas pelas economistas estadunidenses. Nesse estudo, Wu analisou o que era dito sobre mulheres e homens em uma plataforma *online* de troca de mensagens entre economistas e concluiu que entre as principais palavras usadas para se referir às mulheres estavam: "mais quente", "lésbica", "bebê", "sexismo", "anal", "feminazi", "vagabunda", "quente", "vagina" e "gravidez". Enquanto os termos mais usados para se referir aos homens, eram: "matemática", "preço", "conselheiro", "livro", "didático" e "motivado". Além de constatar essa discriminação sexista, a pesquisadora abordou outro problema igualmente grave que é a disparidade de gênero no acesso aos postos de trabalho na Ciência Econômica acadêmica. Wu indicou que naquele período havia apenas 45

mulheres em cargos de professoras assistentes para 159 homens ocupando o mesmo cargo nos cinco principais departamentos de Ciência Econômica dos Estados Unidos.[56]

A pesquisa de Wu correu o mundo por meio de duas matérias publicadas por Elizabeth Winkle (2017), no jornal *The Washington Post*, e por Justin Wolfers (2017), no *The New York Times*. Wolfers destacou que o estudo de Wu demonstrou a hostilidade com que são tratadas as mulheres na Economia e afirmou que esses ambientes são extremamente "tóxicos" para elas. Já Winkle, além dos dados alarmantes revelados pela pesquisa de Wu, abordou a história profissional da economista Myra Strober para ilustrar a questão. Segundo essa reportagem, em 1970, o departamento de Economia da *Universidade da Califórnia*, EUA, teria contratado três doutoras/es em Economia, recentemente formadas/os no *Instituto de Tecnologia de Massachusetts*. Dois deles, homens, foram contratados como professores assistentes, mas Myra Strober, foi contratada em uma posição de salário inferior e sem nenhuma possibilidade de função de direção/coordenação. Sem nenhuma resposta sobre o motivo, Strober acabou mudando de instituição e se tornou professora na área de educação, na *Escola de Negócios* da *Universidade Stanford*, mudando também o enfoque de seu trabalho para os estudos de gênero.

No Brasil, também há disparidade de gênero entre economistas. Em uma pesquisa realizada pela rede brasileira de mulheres economistas, vinculada à *Universidade de São Paulo* (USP), *EconomistAs – Brazillian Women in Economics*[57], sobre a representação das mulheres nos departamentos com programas de pós-graduação em Economia no país, as pesquisadoras verificaram que entre as/os estudantes que concluíram a graduação em 2017, apenas 35,6% eram mulheres. Já nos níveis de mestrado e de doutorado, esse percentual foi de 36,0% e 32,3%, respectivamente.[58] O estudo apontou ainda que as mulheres representariam 25,0% das/os docentes

56 A *American Economic Association* (AEA) disponibilizou uma lista de referências bibliográficas com estudos sobre relações de gênero e Ciência Econômica e uma lista de organizações de mulheres economistas de todo o mundo, disponíveis nos *Anexos I e II* deste texto. Mais dados podem ser vistos em: FERBER e NELSON, 1993, pp. 2-4. A AEA investiga as disparidades de gênero na Ciência Econômica desde 1973. Os relatórios anuais estão em: </www.aeaweb.org/about-aea/committees/cswep/survey/annual-reports>. Último acesso em: 17/04/2019.

57 Sobre essa rede, ver o site: www.usp.br.bwe. Último acesso em: 17/04/2019.

58 Apesar do número de ingressantes nos cursos de graduação ser praticamente equiparado: 47% são mulheres. (O GLOBO, 2013). Nos Estados Unidos a estimativa de mulheres estudantes de economia é de 38%. Fonte: Relatório anual da *American Economic Association* (AEA), 2016.

permanentes nesses departamentos e seriam apenas 12,2% entre as/os titulares.[59] Dentro dessa mesma discussão, entre os "profissionais em pesquisa e análise econômicas" os homens ganham, em média, 25% a mais que as mulheres para fazer o mesmo tipo de trabalho (salário médio de R$4.225,05, para homens, e de R$3.367,47, para mulheres)[60].

Não obstante, Liana Bohn e Eva Yamila Catela (2017) fizeram uma pesquisa sobre a produção científica da Economia Feminista, no país, entre os anos 1990 e 2015 e concluíram que o enfoque que considera o gênero e propõe "novas formas de compreensão e análise da Economia" (BOHN e CATELA, 2017, p. 01), ainda é muito restrito e atrasado, em pelo menos uma década, em relação à produção europeia e estadunidense.

Nesse sentido, as dificuldades da incorporação do ponto de vista feminista à Economia é algo generalizado e não específico de um ou outro contexto. Carrasco argumentou que ao contrário das demais áreas das Ciências Sociais, que seriam mais permeáveis aos debates sobre relações de gênero e que incorporariam novas perspectivas de análise no decorrer do tempo, a Ciência Econômica "tem se mantido absolutamente insensível às mudanças conceituais" (CARRASCO, 2006a, p. 01). Para a autora, a difícil incorporação do debate de "gênero" na Ciência Econômica deve-se, especialmente, a três fatores. Em primeiro lugar, essa ciência estaria sob o domínio do paradigma hegemônico neoclássico, que seria incompatível com o feminismo que se preocupa com a transformação das desigualdades de gênero. Em segundo, a Economia seria a disciplina social que mais teria poder social e que manteria o domínio masculino. Em terceiro, as próprias fronteiras da Economia seriam estreitas e excludentes em razão de, em seu conjunto, considerar apenas o mercado em suas análises.

Na mesma direção, a economista Fatiha Talahite, em uma coletânea publicada na França em 2014, chamada "Podemos fazer Economia do gênero?"[61],

59 O estudo apurou 69,2% (36 de 52) dos departamentos de Economia participaram da pesquisa: "total de 1325 docentes, que lecionam nos níveis de graduação ou de pós-graduação, dos quais 337 são mulheres (25,4%) e 988 são homens (74,6%). Entre os respondentes, 1162 docentes têm vínculo permanente com as instituições de ensino,7 dos quais 291 (25,0%) são mulheres e 871 (75.0%) são homens" (BWE, 2018, p. 06).

60 Dados gerados pela plataforma digital Gênero e Número (2017), segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do ano de 2016. Mais detalhes sobre essa questão podem ser vistos em: LIMA, 2017.

61 "*Peut-on faire l'économie du genre?*". Coletânea publicada em *Regards croisés sur l'économie* (2014, n° 15). Outra publicação francesa sobre Economia Feminista está em: *Nouvelles Questions Féministes* (2007, vol. 26).

também afirmou que a Economia foi uma das últimas das Ciências Humanas e Sociais a integrar o debate sobre gênero. Uma das hipóteses da autora é a de que ela seria uma disciplina masculinizada, que se constituiria por meio da redução do ser humano à racionalidade econômica individual, excluindo outras dimensões. Para Talahite, isso também decorreria do nível elevado de hierarquização e formalização dos conceitos econômicos, em um conjunto teórico excessivamente abstrato, o que dificultaria abordagens mais empíricas como as que os estudos de gênero e feministas compreenderiam.

Embora a incorporação do gênero tenha sido dificultada pelo conjunto dominante e androcêntrico da Ciência Econômica, houve nas últimas décadas a abertura para que tanto o gênero quanto o feminismo tivessem espaço nessa ciência. Abordarei, nesse momento, as análises de Marianne Ferber e Julie Nelson (1993), Cristina Carrasco (1999), Amaia Pérez Orozco (2005 e 2012b [2006]) e Fatiha Talahite (2014), para quem o "gênero" teria sido incorporado de duas principais maneiras na Economia: como "Economia do gênero" e como "Economia Feminista". Gostaria, nesse momento, de abordar essas duas ramificações com a finalidade de evidenciar as características da segunda.[62]

1.1.1 – "Adicionar as mulheres e mexer"

Em diversas regiões do mundo, entre os anos de 1930 e 1970, surgiram diversos grupos acadêmicos em torno dos "estudos feministas" e "estudos de mulheres". "Gênero", como um conceito, foi incorporado apenas a partir da década de 1970 (MATOS, 2008). No contexto dos Estados Unidos, os estudos pioneiros e de maior relevância parecem ser os de Gayle Rubin (2017 [1975]), acerca do sistema sexo-gênero, e o de Joan Scott (1995 [1986]), que afirmou o "gênero" como uma categoria analítica. É certo que o conceito de gênero não foi incorporado com unanimidade. Muito foi dito sobre seu uso ter se desdobrado em análises dicotômicas, seguindo o binarismo de gênero, e reproduzir certa ordem compulsória heteronormativa, inclusive tendo sido

62 Essa separação também foi apresentada por MORENO, 2013; TEIXEIRA, 2017 e BOHN e CATELA, 2017.

reduzido a um sinônimo de "mulheres".[63]

Em alguns casos, inclusive, travou-se certa resistência a essa incorporação. No Brasil, por exemplo, entre os anos 1970 e 1990, havia uma consolidada tradição de estudos sobre a exploração-dominação das mulheres com enfoque na abordagem do patriarcado e acreditava-se que o conceito de gênero poderia obscurecer a dimensão de conflito na relação entre os sexos.[64] O caso francês também é bastante emblemático. Há certa recusa ao conceito de gênero, uma vez que as feministas francesas já utilizavam a noção de "relações sociais de sexo" e teorizavam sobre a desnaturalização dessas relações, antes da popularização do "gênero".[65]

De todo modo, os debates em torno do conceito de gênero possibilitaram a ampliação da discussão sobre as relações e desigualdades entre mulheres e homens, em diversas áreas do conhecimento, e tiveram grande impacto nos estudos do trabalho, além de marcar, enfaticamente, a dimensão histórica (e não natural/biológica) do modo como o gênero se constitui.

Segundo Amaia Pérez Orozco (2005), os estudos preocupados com a equidade de gênero, mas baseados em pressupostos e métodos tradicionais,

63 O extenso debate sobre "gênero" pode ser visto em: Marlise Matos (2008), que definiu o debate do seguinte modo: "Tal formulação surgiu com o intuito de distinguir e separar o sexo – categoria analítica marcada pela biologia e por uma abordagem essencializante da natureza ancorada no biológico – do gênero, dimensão esta que enfatiza traços de construção histórica, social e sobretudo política que implicaria análise relacional (…) em sua forma mais difusa e difundida, tem sido acionada quase sempre de forma binária (...)", (MATOS, 2008, p. 336); Judith Butler (2012 [1990]), para quem: "O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembléia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor", (BUTLER, 2012 [1990]), p. 37, grifo da autora); Adriana Piscitelli (2009), que reconstruiu a história do conceito desde a década de 1960 até os modos contemporâneos de interpretá-lo. Ver, também, Donna Haraway (2004 [1991]).

64 Heleieth Saffioti (1992) abordou a não univocidade do conceito de gênero e sua articulação com classe social. Conforme compreendeu Adriana Piscitelli (2001), o conceito de gênero serviu como uma alternativa diante do debate que relacionava trabalho e patriarcado e questionou a opressão das mulheres como um dado universal. Em outra via, para Heleieth Saffioti a análise das relações de gênero não devem nublar as relações de classe. Para essa autora, o patriarcado e o capitalismo constituem o mesmo sistema. Desse modo, "classe e gênero são construidos simultaneamente ao longo da história", (SAFFIOTI, 1992, p. 195). Saffioti (1987 e 1997) abordou as relações de gênero, classe e raça como um "nó" que une essas "três contradições sociais básicas" em um tipo de simbiose. Em abordagem parecida, Danièle Kergoat (2010 e 2016) apresentou o conceito de "consubstancialidade" das relações sociais de sexo. Elisabeth Souza-Lobo (2011 [1991]) fez críticas à noção de trabalho e classe social que não se atenta ao gênero e analisou tanto a divisão sexual do trabalho como a organização política das mulheres. O debate sobre a interseccionalidade (CRENSHAW, 1989; COLLINS, 2014; DAVIS, 2016 [1981]; DORLIN, 2009; PISCITELLI, 2008; STOLKE, 2006) demonstra certa preocupação em "articular" gênero, classe e raça.

65 Veja, por exemplo, Nicole Claude-Mathieu (2009 [2000]), que abordou o debate sobre sexo/gênero no contexto francês.

reclamariam, em primeiro lugar, que as mulheres também são capazes de fazer ciência e que isso é a elas negado. É nesse passo que surgiriam variados estudos estatísticos sobre as desigualdades de gênero em diversos âmbitos da Economia e da sociedade. Para Pérez, "Esses estudos intentam abordar as causas que estão por trás dessa sub-representarão e as formas de discriminação direta e indireta que operam" (PÉREZ, 2005, p. 48).

Em relação às contribuições da incorporação do conceito de gênero na Economia, Marianne Ferber e Julie Nelson compreenderam que: 1. foram elaboradas ações afirmativas por meio de organizações de economistas para incentivar as mulheres a se desenvolverem profissionalmente na área; 2. foi desenvolvido o "feminismo empiricista"[66], diante do qual melhoraram os modos como são aplicados os métodos de pesquisa; 3. foram enfatizadas as diferenças entre mulheres e homens (chamado pelas autoras de "feminismo da diferença"); 4. foi incorporado o "feminismo pós-moderno", objetivando "desconstruir" entendimentos tradicionais[67]; 5. além da incorporação do feminismo "construtivista", descrito pelas autoras como "estudos do entrelaçamento entre construções sociais de gênero e construções sociais da ciência" (FERBER e NELSON, 1993, p. 09) e apontado como a perspectiva mais comum entre as economistas feministas.

É interessante notar o modo como Marianne Ferber e Julie Nelson apresentaram o conceito de gênero, tendo como base tal "feminismo construtivista". Segundo essas autoras, os fundamentos do conceito de gênero, do ponto de vista do "construtivismo", poderiam ser descritos em cinco tópicos. Em primeiro lugar, "gênero" seria "o significado social dado às diferenças biológicas entre os sexos" (FERBER e NELSON, 1993, p. 09). Embora isso não esteja referenciado, é evidente a influência de Simone de Beauvoir, em "O segundo sexo" (1949), sobre "tornar-se mulher" (e homem) ao longo da vida e não como uma determinação biológica. Em segundo, Ferber e Nelson compreenderam que "gênero" faria referência a construções culturais, o que significaria que seus padrões de atribuição estariam sujeitos à considerável variação histórica e cultural e em nada se referiria a essencialismos. Elas compreenderam, ainda, que

66 Ferber e Nelson (1993) se apoiam no modo como Sandra Harding (1987) conceituou o "feminismo empiricista", dizendo que preconceitos sociais seriam corrigidos pelo uso mais rigoroso das metodologias de investigação científicas existentes.

67 Piscitelli (2001) fez uma apresentação do conceito de gênero conforme o feminismo "desconstrutivista".

"gênero" sofreria o problema de não raras vezes dizer respeito apenas às mulheres. O problema estaria no fato de, os atributos tradicionalmente associados aos homens serem considerados naturais e universais, enquanto que os associados às mulheres seriam "contaminados" pelo gênero (FERBER e NELSON, 1993, p. 10). Está aqui mais uma referência à Beauvoir, que em seu estudo mostrou que o feminino seria marcado pelo discurso masculinista, enquanto que o masculino, por seu caráter universal, permaneceria como "não marcado".[68]

Por fim, na apresentação do conceito de gênero feita por Ferber e Nelson, as autoras compreenderam que o privilégio masculino produziria uma "injusta e prejudicial depreciação das qualidades percebidas como femininas" (FERBER e NELSON, 1993, p. 10), e, nas culturas ocidentais modernas, o masculino estaria associado às ideias de separação ("*separation*" ou "*separativeness*"), enquanto que o feminino estaria associado às ideias de conexão e relação. Isso significaria dizer que:

> (...) em um modelo masculino, as pessoas são percebidas primordialmente como indivíduos que são separados tanto da natureza como de outros humanos. Em um modelo feminino, as pessoas são vistas como mais integralmente conectadas às comunidades humanas e ecológicas (FERBER e NELSON, 1993, p. 10).

Essa abordagem parece se referir aos estudos de psicologia moral sobre a construção das identidades de gênero, embora essa referência também não esteja explícita. A ideia de que o masculino se constitui socialmente cindido e o feminino não, e que, por consequência, o feminino seria desvalorizado na medida em que sua dimensão de "cooperação" e "comunhão" atrapalharia o fundamento principal do capitalismo, como a competição egoísta, foi abordada por Carol Gilligan (1982) em "Uma voz diferente"[69], em que a autora toca na questão da ética do cuidado, refletindo, justamente, sobre esses significados do feminino e do masculino.

Cristina Carrasco (1999) discutiu o conceito de gênero de um modo similar ao de Ferber e Nelson. Segundo Carrasco, com o pluralismo das abordagens dos anos

68 Uma reflexão sobre o debate do "gênero marcado" pode ser visto em Judith Butler, 2012 [1990]. Essa autora analisou essa ideia de Beauvoir por meio das abordagens de Monique Wittig e Lucy Irigaray.

69 "*In a Different Voice*".

1980, o conceito de gênero teria se generalizado entre as economistas feministas, por meio do entendimento de que: "O gênero – diferentemente do sexo, que significa o biológico – representa tudo aquilo que em homens e mulheres é produto de processos sociais e culturais" (CARRASCO, 1999, p. 35). Carrasco apontou que o debate sobre o trabalho doméstico das décadas de 1960 e 1970, que focalizava tanto a questão do patriarcado/capitalismo, como o tema do salário, teria formado a base da incorporação do conceito de gênero na Economia. Além disso, para ela a introdução do conceito de gênero na análise do trabalho das mulheres teria implicações consideráveis para as teorias da organização e do mercado de trabalho, como citado na epígrafe deste capítulo, a qual resgato aqui:

> A introdução da categoria "gênero" tem revelado a insuficiência dos corpos teóricos das Ciências Sociais por sua capacidade de oferecer (…) um tratamento adequado da desigualdade social entre mulheres e homens. Esses novos enfoques pretendem denunciar o viés androcêntrico subjacente ao "saber científico" (CARRASCO, 1999, p. 11, aspas da autora).

É desse modo que, para Carrasco, o conceito de patriarcado, mais do que o conceito de gênero, é o que sustentaria todo o desenvolvimento da Economia Feminista. Isso porque, para essa autora, as relações capitalistas e patriarcais seriam unificadas, impossíveis de serem separadas. Isto é:

> (...) ambas dividem elementos básicos para a subsistência do cuidado da vida. As contradições se entrelaçam e se fundem em uma única, construindo o que se poderia designar como a tensão social fundamental de um sistema capitalista patriarcal: o objetivo do benefício, por uma parte, e o objetivo do cuidado e o bem-estar humano, de outra; a lógica do capital frente a lógica da vida (CARRASCO, 2014a, p. 37).

Não obstante, as economistas feministas afirmam não ser suficiente apenas relacionar o gênero e feminismo com a estrutura tradicional da Ciência Econômica. Conforme também indicado na epígrafe deste capítulo, essa insuficiência foi denominada

por Ferber e Nelson de "adicionar mulheres e mexer" (FERBER e NELSON, 1993, p. 06).[70] Para as autoras, esse tipo de adição poderia provocar visões distorcidas sobre a experiência das mulheres.

Conforme Carrasco, deveríamos reconhecer que os temas relacionados ao trabalho das mulheres seriam abordados por distintos paradigmas econômicos, como o neoclássico e o marxista, mas seu tratamento se manteria "dentro de uma perspectiva de viés androcêntrico, com sérios riscos de legitimar teoricamente uma situação de desigualdade existente" (CARRASCO, 2006a, p. 01). Para a autora, portanto, essas abordagens apresentam limites analíticos, que precisam ser encarados e refletidos.

Pérez (2005) analisou que haveria uma retroalimentação entre esses estudos que apenas "adicionam o gênero" e o viés androcêntrico da Economia:

> Seu objeto básico é reverter esses erros históricos, sem questionar o método científico em si nem os marcos teóricos preexistentes, apenas incorporando neles as mulheres. Pretendem resgatar as experiências femininas nos conceitos não revisados e atribuídos ao [lado] monetizado da economia e do trabalho; considerando que as relações de gênero são relevantes para compreender o que ocorre nos mercados. Se caracteriza, em conjunto, por centrar-se em explicar as desigualdades entre mulheres e homens nos mercados (...) e, de forma especialmente relevante, no mercado de trabalho (...). Se trata de adaptações para a questão de gênero de metodologias androcêntricas (...). A estreiteza do objeto de estudo e da metodologia se retroalimentam (PÉREZ, 2005, p. 48).

Uma série de economistas feministas discutiu essa questão por meio da análise crítica de uma vertente de estudos sobre a família e o trabalho doméstico das décadas de 1960 e 1970, conhecida como "Nova Economia Doméstica" (NEF), em que os trabalhos do economista Gary Becker (1973 e 1974) seriam as principais referências.

Marilane Teixeira (2018), resumiu o debate em torno de Becker dizendo que o autor abordou o caráter econômico do trabalho doméstico das mulheres, porém por meio de um modelo neoclássico que percebia as mulheres como donas de casa naturalmente cuidadosas e altruístas. Teixeira criticou a abordagem de Becker do

70 Cristina Carrasco (2006a) e Amaia Pérez Orozco (2005) indicaram que a expressão "adicionar mulheres" foi qualificada por Sandra Harding (1986) e complementada por Gilliam Hewitson (1999): "adicionar mulheres e misturar".

seguinte modo:

> Com ênfase na livre escolha, o modelo ignora as restrições estruturais que limitam, desproporcionalmente, as decisões das mulheres em casa e no mercado de trabalho. E, ao analisar a família como parte de um modelo de comércio básico, com alguns preços sendo calculados em termos de combinação tempo-dinheiro, sustenta suas hipóteses com base nas vantagens comparativas que representam a produção de mercado versus não mercado. De uma forma tautológica, explica o pagamento e o status mais baixo das mulheres no local de trabalho por meio de suas obrigações no lar, enquanto, simultaneamente, considera a desproporcional divisão do trabalho doméstico das mulheres como sendo resultado de seu pagamento mais baixo e, por conseguinte, menor custo de oportunidade no mercado de trabalho (TEIXEIRA, 2018, p. 152).

A economista Barbara Bergmann analisou que esse tipo de teorização neoclássica levaria a conclusões "absurdas" (BERGMANN, 1995, p. 149), como a de que o Estado deveria se envolver o menos possível nas questões referentes à divisão sexual do trabalho. Essa autora, assim como Nancy Folbre (1986), questionou ainda o modo como a teoria de Becker consideraria um modelo dominante de família em suas análises, o que teria pouco fundamento na realidade social.

> Uma "teoria da família" não deveria, como Becker faz, restringir-se a olhar para um homem dominante casado com uma mulher subordinada, com crianças seguramente subordinadas. Ao fazê-lo, Becker reduz à invisibilidade pessoas que se uniram em grupos que não estão de acordo com esse modelo. No Ocidente, pelo menos, parceiros não casados, famílias de parceiros iguais, famílias de pais/mães solteiros, parceiros do mesmo sexo com ou sem crianças e comunhões de vários tipos são cada vez mais predominantes (BERGMANN, 1995, p. 142).

Além da crítica ao modelo patriarcal de família abordado por Becker, Carrasco (2006a) a atribuição de tempo para o trabalho doméstico aos membros da família. Para ela, o modelo de Becker compreenderia que no processo de "maximização

da utilidade"[71] seria estabelecido o tempo em que a família, como um grupo, deveria dedicar a cada tipo de trabalho, mas o tempo de cada membro dependeria de suas "vantagens comparativas"[72] (CARRASCO, 2006a, p. 11). Além disso, no estudo de Becker, por questões de caráter biológico, os homens se direcionariam ao mercado e as mulheres aos trabalhos domésticos: "aquisições (...) de capital humano especializado em função do sexo" (*idem*, p. 11).

Teixeira (2017) também refletiu sobre a abordagem de Becker se situar no debate sobre "capital humano". Sobre isso, a autora afirmou que:

> A aplicação da teoria das vantagens comparativas e dos modelos de capital humano e, consequentemente, a análise da especialização no âmbito doméstico, era intrinsecamente uma análise estática, uma vez que considerava a distribuição dos recursos entre os membros da família igual às suas habilidades de gênero. Essa aquisição e distribuição era precisamente o que questionavam as feministas. Além disso, tais enfoques omitiam o processo de realização pelo qual têm lugar tais aquisições, não questionando sua incidência na autonomia, no poder e na capacidade de maximizar o bem-estar dos integrantes da família. Por todos estes aspectos, pode-se afirmar que essa análise não constituía um instrumento transformador, uma vez que: a) não questionava o androcentrismo dos modelos ortodoxos; b) não incorporava os fatores não econômicos que intervêm na construção do gênero; e c) não considerava as soluções propostas pelas feministas (TEIXEIRA, 2017, p. 31).

Segundo Brena Fernandez, nessa abordagem de Becker, que se relaciona com a teoria do "capital humano", as diferenças salariais entre mulheres e homens seriam explicadas pelos diferentes níveis de produtividade e de "investimento em capital humano" entre ambos os gêneros. Devido a divisão desigual do trabalho doméstico, as mulheres seriam menos produtivas no mercado e teriam menos recursos e tempo para investirem em "capital humano". Fernandez criticou essa teoria dizendo que nela as mulheres supostamente escolheriam os trabalhos que necessitam de menor "capital

71 O fundamento base da teoria da utilidade está em dizer que o preço ou o valor de troca de uma mercadoria é estabelecido de acordo com o seu valor de uso ou de sua utilidade. Quantifica-se, assim, as necessidades a que o valor de uso precisaria atender (HUNT, 1981 [1978]).

72 A teoria da vantagem comparativa, originalmente desenvolvida por David Ricardo, compreende que mediante uma estrutura de comércio internacional, os países se especializariam e, por consequência, aumentariam a produção global, o que permitiria que os países envolvidos se beneficiassem. Isto é, se refere à especialização da produção (VICARD, 2017).

humano" associado. Isto é, Becker compreenderia esse processo como "uma decisão das próprias mulheres" (FERNANDEZ, 2018, p. 572).

Miriam Nobre, por fim, sintetizou a Economia Neoclássica, base do modelo econômico de Becker para analisar o trabalho das mulheres, de uma maneira que ajuda a compreender as críticas dirigidas a ele:

> (…) eles partem do princípio de que o motor da economia é o indivíduo, suas preferências e escolhas totalmente racionais e explicáveis pelo seu desejo de maximizar a utilidade ao mínimo custo. As escolhas racionais e egoístas dos indivíduos se complementam com comportamentos altruístas na família, lugar privilegiado das mulheres (NOBRE, 2002, p. 10).

Nesse sentido, é possível concluir que o "risco" (CARRASCO, 2006a), as "visões distorcidas" (FERBER e NELSON, 1993) e a "retroalimentação" (PÉREZ, 2005) que a mera junção de gênero com os pressupostos e métodos dominantes na Economia podem causar, referem-se a fatores como: 1. compreender as relações de gênero e as estruturas familiares de modo heteronormativo e patriarcal e não como arranjos que variam no tempo e no espaço; 2. abordar a divisão sexual do trabalho como um dado biológico e não como derivado do modo como se estruturam as relações sociais; 3. e incidir de modo acrítico no conjunto de políticas públicas e considerar um tipo de Estado preocupado apenas com as prescrições do mercado, em vez de considerá-lo como uma instituição responsável por fomentar as necessidades materiais mais elementares.[73]

A incorporação do conceito de gênero na Economia, portanto, embora represente a abertura para que a perspectiva feminista possa problematizar a produção do conhecimento e elaborar abordagens menos injustas com as mulheres, se constitui problemática, para as economistas feministas, por reproduzir os padrões dominantes da produção de conhecimento.

1.1.2 – "Adicionar" o feminismo e "reteorizar"

Durante a década de 1960, conforme mais mulheres ingressavam na

73 Mais sobre a "Nova Economia Doméstica" (NEF) pode ser visto em: FERBER, 2003.

profissão de economista, os cálculos econômicos produzidos quase exclusivamente por homens passaram a ser revistos. Diversas estudiosas demonstraram o quanto vários modelos econômicos se baseavam em "suposições estereotipadas sobre gênero" (STRASSMANN, 2002 [1999], p. 25). Esses estudos levaram a um maior entendimento da Economia do Trabalho, com temas como a segregação ocupacional, a discriminação no emprego e a disparidade salarial, reduzindo "o preconceito de gênero no conhecimento econômico da tendência dominante" (*idem*, p. 25). A diferença dessas abordagens para as abordagens circunscritas ao corpo teórico que forma a Economia Feminista está na crítica aos paradigmas dominantes da Ciência Econômica. Conforme Diana Strassmann, enquanto algumas estudiosas feministas concordam em melhorar a tendência dominante da Economia, outras percebem falhas nos fundamentos das categorias, que impedem explicações mais adequadas do "fenômeno econômico" (STRASSMANN, 2002 [1999], p. 26).

> Quando começaram a construir a economia para torná-la uma disciplina mais responsável para com o bem-estar de todas as pessoas, economistas feministas passaram a contestar uma definição disciplinar que restringe tão adversamente a teorização econômica. (…) muitas economistas feministas sentem que uma análise séria do fenômeno econômico requer uma aproximação conceitual que transcenda as suposições fundamentais. (…) Reivindicando um corpo de conhecimento que responda mais à diversidade das pessoas, algumas economistas feministas procuraram reorientar a área para responder a questões de importância mais imediata para populações mais amplas (STRASSMANN, 2002 [1999], p. 30).

Para as economistas feministas, os pressupostos e métodos da Economia dominante alcançam apenas os trabalhos e as trocas realizadas nos parâmetros da produção capitalista *stricto sensu* e do mercado. Por essa razão, para as economistas feministas não é suficiente unir a análise de "gênero" aos pressupostos e métodos dominantes. Mas, é necessário que sejam desenvolvidos pressupostos e métodos mais sensíveis às necessidades e às experiências das mulheres – que são copiosamente negligenciadas.

É nesse sentido que as economistas feministas advogam pela necessidade de

se reteorizar a Ciência Econômica, ou seja, fundar novas abordagens teóricas. Strassmann (2002 [1999]) esclareceu a reteorização proposta pela Economia Feminista da seguinte maneira:

> Algumas das inovações teóricas mais importantes da pesquisa econômica feminista desafiam as categorias conceituais econômicas tradicionais de individualidade, atividade, família e trabalho. Ao fazê-lo, desconstroem a presumida correspondência entre mercado e valores sociais, e *reteorizam* a vida econômica compensando diversas influências negligenciadas nos resultados econômicos das mulheres (STRASSMANN, 2002 [1999], p. 31, grifo meu).

Tanto Pérez (2005 e 2012b [2006]) quanto Talahite (2014), observaram que houve um processo de integração das mulheres, tanto como sujeito quanto como objeto, aos paradigmas dominantes. No entanto, tal integração teria se dado de duas formas: tanto ao *mainstream*[74] econômico, formando a Economia do gênero, quanto via "desconstrução sistemática dos conceitos e teorias dominantes" (TALAHITE, 2014, p. 17), formando a Economia Feminista.

Carrasco afirmou que ao contrário das abordagens da Economia de gênero, a Economia Feminista questionaria o viés androcêntrico da Economia, que centrada no mercado, seria cega aos trabalhos não remunerados ou desvalorizado, fundamentalmente relacionados ao "cuidado da vida humana" (CARRASCO, 2006a, p. 02), e feito por mulheres. Segundo a autora, a Economia Feminista representa "algo muito mais profundo" (*idem*, p. 03), que se constituiria por meio de uma mudança radical na análise, "tendo como princípio básico a satisfação das necessidades humanas" (*idem*, p. 03).

Já Antonella Picchio, abordou a distinção entre a pesquisa de gênero e a pesquisa feminista dizendo que a última se basearia "em uma capacidade diferente de introduzir novas abordagens e propor novos interrogantes" (PICCHIO, 2012 [2005], p. 14). Para ela, isso não se manifestaria como conflito entre as pesquisadoras de gênero e as feministas, mas apenas como "distinção nos campos de referência" (*idem*, p. 14).

74 O *mainstream* econômico se define pelo paradigma neoclássico, em termos conceituais, e pelo paradigma neoliberal, em termos de política econômica (ESQUIVEL, 2016).

Segundo Picchio,

> Desenhar uma linha divisória entre a análise de gênero e a análise feminista não é fácil nem automático. Na prática, depende de uma política de conhecimento que não pode ser especificada simplesmente através de uma visão ideológica, e que implica uma nova forma de se aproximar das causas, da linguagem analítica e das questões relacionadas com a vida de mulheres e homens (PICCHIO, 2012 [2005], p. 15).

O quadro abaixo demarca as principais diferenças entre a Economia de Gênero e a Economia Feminista e facilita a compreensão dessa distinção:

Quadro 01 – Economia de Gênero / Economia Feminista. Adaptado de: BOHN (2017, p. 46). Dados de: ROBEYNS (2000, p. 12).

	Economia de Gênero	**Economia Feminista**
Relação com o *mainstream*	Introduz o gênero em vez do sujeito econômico padrão – o *homo economicus* –, criando políticas conscientes dos diferenciais	Posiciona-se criticamente, podendo ser marginalmente diferente ou diferir em todos os aspectos
Uso do gênero	Em sua função estreita	Em sua ampla definição
Metodologia	*Mainstream*	Pluralista
Ontologia	Marginalmente diferente do *mainstream*	Incompatível com muitos dos pressupostos do *mainstream*
Aceita pelos economistas	Sim	Muitas vezes não
Público	Geralmente formada por economistas neoclássicos	Multidisciplinar

Considero importante, não obstante, situar melhor a Economia Feminista no interior da Ciência Econômica, que é ampla e diversa. Ainda assim, as correntes de pensamento da Economia podem ser divididas em dois grandes grupos: ortodoxa e heterodoxa. As "economias heterodoxas" pretendem olhar para além das relações de mercado. São consideradas como "outras economias"[75], pois são perspectivas

75 Para Antonio David Cattani (2009, s.p.), "outra economia" é a "que se apresenta como alternativa material e humana superior à economia capitalista".

econômicas não dominantes: elas podem ser críticas ao modo capitalista de produção, como a Economia de base marxista é; elas podem considerar como econômicas as práticas que não envolvem exclusivamente a extração de mais-valia, como a Economia Solidária faz; e elas podem também não ser pautadas exclusivamente nas transações monetárias, como a Economia Feminista.

Já as "economias ortodoxas", são consideradas como teorias do *mainstream* econômico. Elas são mais vigentes, mais estudadas nas universidades, mais aplicadas pelos governos e, também, mais condizentes com o modo de vida e com as ideologias capitalistas. Um exemplo de ortodoxia é a Economia Neoclássica (a mesma de Gary Becker), caracterizada por aglutinar (de modo axiomático – como "visão de mundo") as concepções de que os agentes econômicos seguiriam certa tendência em fazer escolhas racionais pela maximização dos lucros. No cerne do paradigma ortodoxo está a noção de indivíduo. Um indivíduo que age na direção de maximizar seus interesses particulares, motivados pela busca do lucro. Em meio às economias ortodoxas, portanto, predomina uma visão de mundo pautada nos anseios, necessidades e ações dos indivíduos que buscam o lucro capitalista. É em relação a isso que as economias heterodoxas se contrapõem, em especial, a Economia Feminista.

A Economia Feminista é, portanto, um campo da Ciência Econômica heterodoxa[76]. Apesar da marginalização acadêmica e política que as análises de gênero sofrem, como afirmou Pérez (2005), a Economia Feminista se constitui atualmente como uma "rama distintiva" do pensamento econômico. Ela seria, portanto, um conjunto delimitado no interior das análises acadêmicas que relacionam o conceito de gênero à Economia. Como já mencionado, a Economia Feminista é forjada por meio da "desconstrução sistemática dos conceitos e teorias dominantes" (TALAHITE, 2014, p. 17), formando "uma linha de investigação própria e corpo teórico específico" (CARRASCO, 2006a, p. 03). Mas, ela também é, fundamentalmente, plural.

1.2 – Economias Feministas, no plural

Uma de minhas interlocutoras, Teresa Cunha, me alertou para o fato de que

76 Como afirmou PÉREZ, 2012a, p. 152.

ao falar de Economia Feminista eu deveria levar em conta a pluralidade econômica, bem como a pluralidade do próprio feminismo. Cunha é socióloga, professora na *Universidade de Coimbra*, em Portugal, e em seus estudos tem abordado as narrativas de mulheres que trabalham em redes familiares ou comunitárias na África do Sul, em Moçambique e no Brasil, por meio de referências como Gayatri Spivak, Boaventura de Sousa Santos e Karl Polanyi.[77]

Em entrevista realizada em abril de 2017, Cunha me explicou o seguinte:

> Estou a dizer que talvez não seja correto falar em uma economia feminista e sim em economias feministas, no plural. Porque as economias feministas ou, aliás, o próprio feminismo nos tem repetidamente ensinado: a produção do conhecimento é muito contextual. (...) sigo muito de perto o Polanyi na sua ideia de que a economia está sempre encrustada no social e que não há uma economia e sim uma pluralidade de economias (Teresa Cunha, professora na *Universidade de Coimbra*, entrevista concedida para esta pesquisa em abril de 2017).

A Economia Feminista conta, assim, com pesquisadoras que dialogam com diversas outras abordagens teóricas heterodoxas e que partem, da mesma forma, de diversos feminismos. Muitas autoras afirmam, por exemplo, estabelecerem parcerias e diálogos com a economia marxista, com a economia ecologista ou com feminismos pós-modernos, antirracistas, pós-coloniais e descoloniais. Algumas, inclusive, reforçam a necessidade de chamá-la de "Economias Feministas", no plural, como é o caso de Cunha.

Karl Polanyi, segundo Cunha, é uma referência importante para a Economia Feminista. Mas, Isabelle Hillenkamp, outra interlocutora desta pesquisa, abordou mais detalhadamente a importância desse autor. Hillenkamp é pesquisadora no *Institut de recherche pour le développement* (IRD), na França, e tem um trabalho de pesquisa sobre Economia Feminista e Solidária junto à *Sempreviva Organização Feminista* (SOF), no Vale do Ribeira/SP. Em uma entrevista realizada em maio do ano de 2018, Hillenkamp sintetizou a abordagem de Polanyi, que interessa à compreensão da Economia Feminista, da seguinte maneira:

77 Um exemplo do trabalho de Teresa Cunha pode ser vista em: CUNHA (2015).

> Ele vai procurar, especialmente na literatura antropológica, uma documentação sobre outras formas de instituir a Economia. Ele vai querer demonstrar que a instituição da economia de mercado não foi a regra histórica, mas foi um momento bastante excepcional da história da humanidade e, para ele, esse processo histórico que começa mais ou menos na Inglaterra, antes da Revolução Industrial, é um impasse político (Isabelle Hillenkamp, pesquisadora no *Institut de recherche pour le développement* (IRD), entrevista concedida para esta pesquisa em maio de 2018).

A importância de Polanyi se deve, particularmente, às suas críticas à sociedade de mercado e por sua compreensão de que haveriam sistemas econômicos na mesma proporção em que haveriam sociedades. Segundo esse autor, a compreensão smithiana de que haveria nos seres humanos certa propensão natural para a barganha, permuta ou troca (o que depois formaria o entendimento sobre o *homo economicus*) seria uma falácia. Partindo das análises de Malinowski, em "*Os argonautas do pacífico ocidental*", sobre sociedades tribais da Melanésia, Polanyi concluiu que "a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais" (POLANYI, 1980 [1944], p. 61). Segundo o autor, portanto, os sistemas econômicos corresponderiam aos modos de organização das diferentes sociedades no decorrer do tempo e do espaço.

Sob esse enfoque, passo a apresentar algumas das diversas reflexões que, a meu ver, caracterizam a pluralidade da Economia Feminista.

1.2.1 – Abordagens: demonstrando a pluralidade

Segundo Carrasco, a Economia Feminista não corresponderia a um "pensamento monolítico" (CARRASCO, 2006a, p. 03). Para a autora, inclusive, seria preciso pensar a Economia Feminista como uma abordagem interdisciplinar, por habitualmente dialogar com outras disciplinas das Ciências Sociais, como a Sociologia, a Antropologia e a História.

Tal pluralidade foi caracterizada por Carrasco da seguinte maneira:

> Nesses anos, juntamente a crítica metodológica e epistemológica das tradições existentes, se desenvolve uma temática amplíssima.

> Entre os assuntos abordados estão: a crítica ao pensamento econômico clássico por não considerar o trabalho das mulheres em seus estudos, a discussão sobre o conceito de trabalho, as características e funções do trabalho doméstico, diferentes aspectos da participação e discriminação no trabalho das mulheres, políticas econômicas e seus efeitos diferenciados por sexo, os problemas de gênero e desenvolvimento e, mais recentemente, os efeitos da liberalização do comércio e os fluxos monetários sobre o trabalho e as condições de vida das mulheres, a invisibilidade das mulheres nos modelos macroeconômicos, o viés masculino presente nas receitas e despesas dos orçamentos públicos, críticas e novas propostas de estatísticas e contas nacionais por não incluir os trabalhos não pagos, os estudos sobre usos do tempo que permitem verificar as diferenças de dedicação aos diferentes trabalhos entre mulheres e homens e o maior tempo total de trabalho realizado pelas mulheres e o desenvolvimento de novas abordagens que permitam a análise global da sociedade, mantendo como objetivo central a sustentabilidade da vida humana, o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas (CARRASCO, 2006a, p. 03).

Entre os debates que considero caracterizar a pluralidade da Economia Feminista, gostaria de apresentar sete: 1. o debate sobre salário; 2. o debate sobre o trabalho doméstico; 3. a crítica ao *homo economicus*; 4. o debate sobre desenvolvimento; 5. o debate sobre a "sustentabilidade da vida"; 6. cuidado, crise do cuidado, austeridade e provisionamento; 7. e os debates que discutem os temas raça, pós-colonialismo, heteronormatividade e educação.

O primeiro deles, o debate sobre o salário, toca em diversas questões sobre as mulheres na sociedade capitalista, as quais foram explicitadas por Carrasco:

> (…) acesso das mulheres ao emprego, as condições desiguais de emprego entre os sexos, a concepção de mulheres como mães e esposas, contribuição das mulheres para o bem-estar, tanto através do emprego como do trabalho não pago, a dependência do capitalismo sobre o trabalho das mulheres e a relação entre sistemas de classes e sexos na sociedade capitalista patriarcal (CARRASCO, 2006a, p. 09).

Barbara Bergman (1973), por exemplo, ao discutir o tema da "libertação das mulheres" por meio do trabalho assalariado indicou que haveria a necessidade das

mulheres disputarem, em primeiro lugar, os cargos historicamente masculinos, a fim de minimizar a divisão sexual do trabalho. Isso incluiria, tanto a socialização do trabalho doméstico, quanto a necessidade dos homens realizarem os trabalhos dentro de casa. Para Bergmann, a equiparação salarial seria, então, um segundo passo. Ela argumentou, ainda, que a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e a melhoria de seus salários transformariam positivamente a Economia.

Já Antonella Picchio (2018 [1992] e 2009), analisou a relação entre os trabalhos reprodutivos e os salários. A autora observou que o salário pensado do ponto de vista do "salário familiar", em que os homens seriam provedores, esconderia uma grande quantidade de trabalho doméstico não pago. Do mesmo modo, o fenômeno da "dupla jornada" também esconderia o fato de que dois trabalhos estariam sendo realizados por apenas um salário. Para essa autora ainda o trabalho assalariado e o trabalho doméstico se misturam de diversas maneiras, sobretudo por meio do trabalho domiciliar (como no artesanato e na agricultura).[78]

O segundo tema relevante de debates dentro desse amplo espectro de abordagens da Economia Feminista, é o reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho. Carmen Diana Deere (1976), por exemplo, analisou que haveria uma diferença entre a exploração do trabalho das mulheres nos países de economia "avançada" e a exploração do trabalho das mulheres nos países "periféricos". Para Deere, enquanto nos países de economia "avançada" havia maior participação das mulheres na força de trabalho assalariada, nas periferias havia maior exploração do trabalho rural das mulheres, de tipo não capitalista ou de tipo misto. A autora compreendeu, com isso, que haveria na "periferia" a combinação de modos de produção que confluiriam para a expansão do capital, ao notar como a produção rural de subsistência seria importante para a acumulação de capital, concluindo que o trabalho das mulheres dentro de modos de produção não-capitalistas ou mistos (como o meio rural dos países "periféricos") reduziria o valor da força de trabalho, aumentando a taxa de mais-valia e, consequentemente, a acumulação. Deere ainda demonstrou que a exploração do trabalho doméstico no meio urbano resultaria em um mesmo processo de acumulação capitalista, com a diferença de que, nesse caso, a complementação das necessidades da família com a produção rural de subsistência seria inviável.

78 Outro estudo sobre a questão do salário pode ser visto em: PUJOL (1992)

Já Carrasco (1988), construiu um modelo econômico[79] para o estudo do trabalho doméstico, compreendendo-o como o elemento fundamental da reprodução social. Por meio desse estudo econômico, a autora abordou as especificidades dos processos de produção domésticos e de produção mercantil e apontou para as relações entre ambos. Carrasco concluiu que há certa dificuldade nesse tipo de estudo, devido ao modo como se mensura o tempo de trabalho doméstico. Isso se tornou seu objeto de análises posteriores[80], investigando a complexidade da análise econômica sobre os trabalhos domésticos e de cuidados.

O terceiro tema de destaque é a crítica ao caráter androcêntrico da Economia, o qual considero um pilar desse campo. No centro dessa crítica está a noção de que o *homo economicus* representaria a falsa autonomia da parcela masculina da população, ocupando um mundo público aparentemente autônomo. Como já mencionado e o que será aprofundado no *Capítulo 02* desta tese, a Economia Feminista faz uma crítica contundente ao viés androcêntrico da Ciência Econômica. Esse viés é reconhecido na trajetória das concepções de indivíduo dessa ciência: o *homo economicus*, o indivíduo de quem e para quem a Ciência Econômica fala, presente em uma longa trajetória que vai da Economia Política Clássica de Adam Smith e sua concepção de "mão invisível", às concepções de *homo economicus* de John Stuart Mill (*economic man*), de Alfred Marshall, e de muitos outros economistas.[81]

Em relação ao quarto ponto, o debate sobre desenvolvimento, Diane Elson (2010), analisou a dimensão androcêntrica das políticas macroeconômicas e construíu maneiras do trabalho doméstico e de cuidados ser incorporado a elas. Lourdes Benería, Günseli Berik e Maria S. Floro (2018 [2016]) apresentaram um panorama desse debate, contudo criticando as políticas macroeconômicas, sobretudo as desenvolvidas no âmbito do Banco Mundial (BM). Analisarei esse enfoque com mais abrangência no *Capítulo 03* desta tese.

O quinto ponto, o debate sobre a "sustentabilidade da vida", defende que a "produção da vida humana" deveria ter maior importância que a mera produção de

79 Baseando-se no economista Piero Sraffa.

80 Como pode ser visto em: CARRASCO (2003 [2001] e 2006b).

81 Entre as economistas que escreveram sobre o *homo economicus*, destaco: Cristina Carrasco (2006a); Mary Morgan (2006), Lourdes Benería, Günseli Berik e Maria S. Floro (2018 [2016]), Celia Amorós (1992), Ulla Grapard, 1995, Paula England, 1993, e Amaia Pérez Orozco (2014).

mercadorias e no interior desse debate se destaca a defesa e a construção de fundamentos e métodos mais sensíveis aos trabalhos desprezados pela economia dominante, em geral, realizados por mulheres de forma não remunerada ou informal (FERBER e NELSON, 1993). Esse enfoque é o coração do debate da perspectiva da "vida no centro", que será analisada no *Capítulo 05* desta tese, para qual uma das tarefas fundamentais da Economia Feminista seria, portanto, a de colocar em foco a "produção do viver" (FARIA e NOBRE, 2003) e a "sustentabilidade da vida" (CARRASCO, 2003 [2001]; PÉREZ, 2012b [2006]).

O sexto ponto, sobre cuidado, crise do cuidado, austeridade e provisionamento, conectado ao ponto anterior, considera relevante que valores como as emoções, a responsabilidade com as outras pessoas, a reciprocidade (FOLBRE, 1995 e 2001), os cuidados (CARRASCO, 2006b; PÉREZ, 2006 e 2014b) e a solidariedade (NOBRE, 2003 e 2015) sejam colocados no centro das discussões. Disso deriva, também, reflexões sobre austeridade das políticas econômicas recentes (BARGAWI, COZZI e HIMMELWEIT, 2017; PÉREZ, 2014c), sobre a questão da crise do cuidado (PÉREZ, 2012b [2006]), e do "provisionamento" (POWER, 2004).

Por fim, as economistas feministas não se dedicam apenas aos temas relativos as relações de gênero e trabalho, discutindo também temas como raça, pós-colonialismo, heteronormatividade e educação. Essa diversidade pode ser verificada, sobretudo, com a leitura do periódico *Feminist Economics*.

Logo na primeira edição desse periódico, de 1995, M. V. Lee Badgett publicou um instigante ensaio problematizando os padrões de gênero da Economia Feminista, dizendo que modelos baseados em família se revelavam limitados por não dizerem respeito às famílias de lésbicas, gays e bissexuais. Em 2007, no mesmo periódico, Colin Danby questionou a heteronormatividade da Economia Feminista, afirmando que nela haveria a suposição de que "a família" representasse automaticamente um marido, uma esposa e seus filhos.

Rhonda Williams (1993), na coletânea "Para além do Homem Econômico: Teoria e Economia Feminista"[82], organizada por Marianne Ferber e Julie Nelson, abordou a necessidade de se racializar a teorização de gênero. Para a autora, o *homo economicus*

82 "*Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*".

pertenceria a uma raça e a uma classe específicas: um homem branco capitalista (WILLIAMS, 1993). Dez anos depois, na coletânea "Economia Feminista hoje"[83], outro instigante capítulo sobre a questão racial foi escrito por Lisa Saunders e William Darity Jr. (2003), no qual foi abordada a questão da desigualdade racial na Economia.

Em abordagem similar, ...S. Charusheela e Eiman Zein-Elabdin (2003) escreveram sobre a questão do pensamento pós-colonial e sua relação com o feminismo e a Economia, afirmando que a Economia Feminista teria o mérito de questionar os discursos econômicos hegemônicos, no entanto, perpetuaria um tipo de análise ocidental sobre as mulheres não ocidentais. Luciane Lucas dos Santos (2017a), por fim, publicou um artigo sobre a mesma temática, em que analisou o modo como a colonialidade econômica incidiria sobre a vida das mulheres pobres e periféricas.

Já Myra Strober (2003), analisou o quanto a educação tem se fundido com os aspectos do *mainstream* econômico, mostrando como a educação tem sido analisada por meio de uma chave conceitual, inicialmente elaborada para se compreender o funcionamento do mercado (economia neoclássica). Analisou, ainda a questão da escassez, do autointeresse e da competição. A autora explicou que o debate sobre Economia Feminista e Pedagogia se referiria tanto ao conteúdo dos cursos de Economia quanto as práticas em sala de aula.

1.2.2 – Reteorizar, mas conciliar, romper ou descolonizar?

Diversos caminhos teórico-metodológicos relacionados à diferentes abordagens feministas formam a Economia Feminista. É nesse sentido que se convencionou dividir a Economia Feminista em duas distintas abordagens: a "Economia Feminista da conciliação" e a "Economia Feminista da ruptura".

Essa divisão foi sintetizada por Pérez (2005), com o objetivo de distinguir as "distintas correntes que abordam questões de gênero na Economia por meio de uma perspectiva crítica em relação as desigualdades entre mulheres e homens" (PÉREZ, 2005, p. 44). Para a autora, todas as abordagens que entraram nesse seu sistema de classificação estão preocupadas com a transformação das relações de gênero e não em

83 "*Feminist Economics Today*".

meramente justificá-las ou naturalizá-las. Dessa maneira, a divisão entre "conciliação" e "ruptura" se daria devido ao "grau de ruptura com os paradigmas androcêntricos" (*idem*, p. 44).

Segundo Pérez, a Economia Feminista da conciliação "considera factível conjugar os paradigmas androcêntricos preexistentes com as modificações que a adoção de uma perspectiva feminista requer. (…) [ela] abarca a esfera do mercado, mas adicionando à do lar" (PÉREZ, 2005, p. 45). Ela "visa redefinir os conceitos fundamentais de economia e trabalho, recuperando o conjunto de atividades femininas invisíveis – consolidadas no trabalho doméstico – e aliando essa recuperação a conceitos e marcos anteriores" (*idem*, p. 51). Para a autora, essas abordagens conciliatórias compreenderiam certa experiência comum das mulheres na economia e abordariam um conceito de trabalho doméstico centrado na experiência das "mulheres ocidentais".

A Economia Feminista da conciliação se desenvolveria, dessa forma, em quatro ramos: 1. estudos que colocam luz na existência de uma "esfera econômica" (trabalho doméstico) até então negada; 2. visibilizam as relações desiguais de gênero, incorporam o conceito de divisão sexual do trabalho do marxismo e abordam uma referência de "família nuclear tradicional baseada no homem ganhador de rendimentos / mulher dona de casa" (PÉREZ, 2005, p. 52); 3. analisam as causas da divisão desigual, questionando as interconexões entre mercado e lar; 4. almejam explicar a totalidade da realidade e da atividade econômica das mulheres, o enfoque da "produção-reprodução" (*idem*, p. 53), fala-se em dupla presença, tanto no âmbito mercantil como no doméstico.

Já a abordagem da ruptura, "(…) defende trocas muito mais profundas, um questionamento das bases dos discursos androcêntricos, tanto no que se refere a epistemologia, como aos conceitos e métodos (…) [propondo] centrar-se nos processos de sustentabilidade da vida" (PÉREZ, 2005, p. 45). Desse ponto de vista, produção e reprodução não teriam o mesmo valor analítico e a "manutenção da vida" (*idem*, p. 54), seria a categoria central de análise, não se fundamentando em uma concepção estática de Economia e se preocupando "com o conjunto de relações sociais que garantem satisfação das necessidades das pessoas" (*idem*, p. 55). Propõe, dessa forma, introduzir as dimensões de afeto, cuidado, vínculos sociais, participação coletiva, liberdade e

valorizar e reconhecer os trabalhos femininos a partir dessas dimensões, reconfigurando, portanto, a própria noção de trabalho.

Além disso, confronta as relações de poder entre as próprias mulheres e "renuncia, portanto, à busca de um sujeito unitário, com experiências e interesses comuns que definam 'a mulher' no mundo" (PÉREZ, 2005, p. 55, aspas da autora). Para Pérez, a abordagem da ruptura resultaria na afirmação de mais "esferas econômicas" além das monetizadas: "os mercados e a experiência masculina nos mesmos, deixam de ser a encarnação da normalidade e normatividade econômica" (*idem*, p. 56). Afirmar-se-ia, assim, de um lado, a lógica de acumulação e, de outro, a lógica da vida.

Em certo sentido, portanto, a Economia Feminista da ruptura é o que denominei, nesta tese, de perspectiva da "vida no cento". Sob esse ponto de vista, Carrasco caracterizou esse campo da ruptura da seguinte maneira:

> Em definitivo, a economia feminista realiza uma ruptura com os paradigmas econômicos anteriores, apresentando-se como pensamento transformador ao propor *uma nova mirada que situa a vida no centro* e o trabalho de cuidados como aspecto determinante da reprodução social e das condições de vida da população (CARRASCO, 2014, p. 39, grifos meus).

O quadro abaixo localiza a Economia Feminista na estrutura da Ciência econômica e indica as diferenças de abordagem que elucidam a divisão entre conciliação e ruptura.

Quadro 02 – A Economia Feminista na estrutura da Ciência Econômica. Adaptado de: PÉREZ, 2006, p. 202.

<table>
<tr><td>Homem = sujeito usurpador da universalidade</td><td>Enfoque androcêntrico</td><td>O público (mercado e Estado); fluxos monetários; trabalho assalariado; protagonismo masculino; mulheres ausentes; justifica a desigualdade de gênero</td><td rowspan="2">A caixa negra da inatividade, a reprodução e o privado.</td></tr>
<tr><td>Mulher = homem
Reclamação do estatuto do sujeito</td><td>Economia do gênero</td><td>O público (mercado e Estado); fluxos monetários; trabalho assalariado; presença masculina e feminina; analisa a desigualdade de gênero</td></tr>
<tr><td colspan="4">Economia Feminista
↓</td></tr>
<tr><td>“A mulher” como sujeito forte</td><td>Eco. Fem. da conciliação</td><td>O público (mercado e Estado); fluxos monetários; trabalho assalariado; dupla presença feminina</td><td>O privado (lares); âmbito não monetizado; trabalho doméstico; dupla presença feminina</td></tr>
<tr><td colspan="4">↑
Compreensão da subordinação das mulheres</td></tr>
<tr><td>“Nós” como sujeito político</td><td>Eco. Fem. da ruptura</td><td colspan="2">A sustentabilidade da vida
A satisfação das necessidades

o visível — o invisível
o público — o privado
o monetizado — o não monetizado
os trabalhos remunerados — os trabalhos não remunerados</td></tr>
<tr><td colspan="4">↑
Análise da recriação social do poder</td></tr>
</table>

*A imagem original encontra-se no *Anexo III*.

Conforme Carrasco (2006a), a Economia Feminista da ruptura – ou a perspectiva da “vida no centro” – tem vários pontos de convergência com a abordagem de Amartya Sen (1987; 1993 [1989]; 2000 [1999]), posteriormente complementada por Martha Nussbaum (2003).

É relevante destacar desde já que as concepções de Sen formam uma das

bases teóricas do *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH), concebido a partir da crítica à centralidade do mercado de outros sistemas de indicadores econômicos, como é o caso do cálculo do *Produto Interno Bruto* (PIB). Sen é um economista indiano, professor da *Universidade de Harvard*, ganhador do Prêmio Nobel de Economia, em 1998, e um dos relatores do *Relatório de Desenvolvimento Humano* (RDH), que é uma publicação anual do *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD).[84] Contudo, Sen tem em seu histórico o fato de ter sido membro da presidência do *Banco Mundial* (BM) na década de 1990.

Em sua trajetória, Sen elaborou a "abordagem das capacidades", que nada mais é do que um modo de se avaliar a qualidade da vida humana, diante do qual a "capacidade" seria "a liberdade de uma pessoa de escolher entre diferentes formas de vida" (SEN, 1993 [1989], s.p.). Sob esse fundamento, esse autor elaborou a noção de que a superação de problemas relativos à pobreza seria parte fundamental do exercício do desenvolvimento.[85] Para ele, a "agência individual" (SEN, 2000 [1999], p. 15) seria fundamental para fazer frente as privações causadas pela pobreza e a "liberdade individual" seria "um compromisso social" (*idem*, p. 16), sendo fundamental a expansão das liberdades individuais para o "desenvolvimento" das sociedades. Ao compreender as liberdades econômica e política como complementares, indicou que o crescimento do PIB, assim como a industrialização, o "progresso tecnológico" (*idem*, p. 19) e a "modernização social" (*idem*, p. 19), poderiam ser meios de expandir as liberdades individuais. Desse ponto de vista, a liberdade seria, por fim, tanto um meio como uma finalidade do desenvolvimento.[86]

Para Sen seria fundamental compreender a "agência" sob o ponto de vista de que "as pessoas são pessoas responsáveis" (SEN, 2000 [1999], p. 234) que atuam ou se negam a atuar e que podem decidir "atuar de uma ou outra forma" (*idem*, p. 234). Para ele, a "agência" teria a ver com o bem-estar das mulheres, na medida em que elas seriam fundamentais na "erradicação das desigualdades que reduzem o bem-estar" (*idem*, p. 235), contribuindo para a sobrevivência infantil e para a queda das taxas de natalidade. Sen concluiu, assim, que qualquer intenção prática de melhorar o bem-estar das

84 MACHADO e PAMPLONA (2008) estudaram essa abordagem sobre desenvolvimento (ONU, PNUD e IDH).

85 Um livro célebre desse autor se chama, justamente, "Desenvolvimento como Liberdade" ("*Development as freedom*"), de 1999.

86 O primeiro livro de referência do autor é: "Mercadorias e Capacidades" [*Commodities and capabilities*] (1987).

mulheres deveria se basear nas próprias mulheres e, por isso, seria importante ao feminismo "enfocar a agenda das mulheres baseando-se no conceito de agente" (*idem*, p. 235).

Complementando o pensamento de Sen, Martha Nussbaum, em um artigo publicado no periódico *Feminist Economics*, em 2003, chamou a atenção para o fato do economista ter dado contribuição relevante em termos de "justiça social" ao afirmar a importância da dimensão humana no "desenvolvimento econômico". No entanto, para essa autora, Sen apresentaria de modo bastante vago a questão das capacidades e ela, nesse artigo, intentou especificar um conjunto definido de capacidades compreendendo as mais importantes a serem garantidas. Para Nussbaum, as capacidades humanas centrais seriam: 1. vida; 2. saúde corporal; 3. integridade corporal (liberdade de ir e vir, sem violações físicas); 4. sentidos, imaginação e pensamento; 5. emoções; 6. razão prática (formar concepções, refletir); 7. afiliação (conviver bem com outras pessoas); 8. outras espécies (preocupação em relação à natureza); 9. *play* (divertir-se em atividades recreativas); 10. controle sobre o meio ambiente (participação política e posse de bens e terras).

A perspectiva de Sen foi interpretada por Ingrid Robeyns como uma possibilidade de se fazer uma análise econômica e feminista, devido à sua atenção ao bem-estar dos seres humanos. Robeyns analisou, inclusive, o modo como a teoria das "capacidades" serviu à Economia Feminista e afirmou que o próprio Sen se autodenomina um "economista feminista" (*idem*, 2007, p. 45). Segundo Robeyns, a abordagem de Sen possibilitou a elaboração de certas análises feitas por economistas feministas de que o bem-estar do ser humano deveria ser a medida central do sucesso econômico. A autora afirmou ainda que uma análise feminista das capacidades compreenderia as desigualdades de gênero na conversão de recursos em capacidades, as desigualdades de gênero no conjunto de capacidades e como o gênero afeta a escolha e a responsabilidade pessoal.

Para a autora, a teoria de Sen seria relevante na medida em que versaria sobre "as possibilidades reais das pessoas serem o que gostariam de ser e fazerem o que gostariam de fazer" (ROBEYNS, 2007, p. 45). Segundo essa autora, enquanto as abordagens mais tradicionais da Economia analisariam os bens e os serviços como

variáveis básicas para determinar o nível de riqueza, Sen abordaria a "capacidade" das pessoas em gerar esses bens e serviços. Entre tais capacidades, a autora destacou o nível de alfabetização, o acesso à comida, ter saúde e ter trabalho. Em síntese, o conjunto das capacidades de uma pessoa representaria sua possibilidade de "alcançar o bem-estar e de agir" (*idem*, p. 46).

Nancy Folbre (1996), Cristina Carrasco (2006a) e Lourdes Benería, Günseli Berik e Maria S. Floro (2018 [2016]) analisaram essa questão mostrando que o ponto de vista do "desenvolvimento humano" e das "capacidades humanas" deveria se sobrepor a abordagem do mercado, a qual estaria preocupada apenas com o crescimento econômico. Com base nesse ponto de vista, alguns métodos estatísticos de "indicadores de gênero" foram criados, bem como a própria *Organização das Nações Unidas* (ONU) prescreveu uma série de medidas com enfoque no "empoderamento das mulheres".[87]

Nancy Folbre (1995) entende que os investimentos no "capital humano" das mulheres produziriam uma maior taxa de retorno da produtividade do trabalho à saúde infantil e ao bem-estar familiar do que os investimentos em capital humano dos homens. Dentro de problemática parecida, Diana Strassmann (2002 [1999]) destacou que, para a Economia Feminista, os esforços para avaliar o bem-estar humano poderiam ser mais úteis do que simplesmente medir rendimentos produtivos.

No sentido de complementar as abordagens de Sen e Nussbaum, em um artigo também publicado no periódico *Feminist Economics*, as economistas feministas Günseli Berik, Yana van der Meulen Rodgers e Stephanie Seguino (2009) escreveram o seguinte:

> O bem-estar humano exige, no mínimo, um provisionamento adequado (através de trabalho remunerado e atividades e cuidados não remunerados do Estado ou da comunidade); capacidades (a capacidade de fazer ou ser, baseada no provisionamento); e agência (a capacidade de participar da indecisão para moldar o mundo em que vivemos). Essa definição de bem-estar é consistente com a prevista pela abordagem das capacidades (BERIK, RODGERS e SEGUINO, 2009, p. 02).

87 A conferência da ONU de 1995, em Beijing, apontou um programa "de amplo alcance com vistas ao 'empoderamento de todas as mulheres'", (BENERÍA, BERIK e FLORO, 2018 [2016], p. 33, aspas das autoras). Ver, também, a atuação do *Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres* (UNIFEM), hoje *Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres* – ONU Mulheres.

Sob esse fundamento, Berik, Rodgers e Seguino argumentaram não apenas pela igualdade de oportunidades (tal como Sen e Nussbaum), mas também pela igualdade de resultados. Essas autoras abordaram o modo como as desigualdades de gênero, raça, etnia e classe prejudicam a habilidade de *provisionar*[88] e de expandir as capacidades: "essa preocupação mais ampla com a desigualdade baseia-se na premissa de que mulheres e homens não são grupos homogêneos" (BERIK, RODGERS e SEGUINO, 2009, p. 03).

As autoras afirmaram ainda que suas análises estão fundadas em uma tradição de estudos da Economia Feminista, que integra o gênero à teoria macroeconômica e desenvolve recomendações de políticas macroeconômicas equitativas para o gênero. Elas afirmaram que a perspectiva *mainstream* sobre desigualdade e macroeconomia enfatizaria a igualdade de oportunidades (formal e legal), mas relutaria em promover a igualdade dos resultados (dos "frutos" do desenvolvimento). Contudo, de seus pontos de vista, uma expansão equitativa das capacidades dependeria do modo como os países alcançam o crescimento econômico e como utilizam os recursos do crescimento.

A Economia Feminista da ruptura, conforme afirmou Carrasco (2006a), estaria ancorada, portanto, nesses pressupostos teóricos elaborados por Sen e Nussbaum e permearia o debate em torno deles. Carrasco considerou que no sentido de compreender a vida das pessoas, seu bem-estar, suas condições de vida e o ideal de "justiça social" (conforme Nussbaum), a perspectiva da ruptura se anteporia ao mercado e iria além do discurso dominante e além da "simples ideia de igualdade" (CARRASCO, 2014, p. 38). Para Carrasco, as ideias de "capacidade" e de "bem-estar", de Sen e Nussbaum, estariam integradas à Economia Feminista por meio da dimensão do cuidado, compreendendo-o como uma "capacidade humana". De seu ponto de vista, atentar para a questão da satisfação das necessidades emocionais e afetivas, possibilitaria separar "o que significa qualidade de vida do crescimento econômico" (CARRASCO, 2014, p. 41).

88 Isabelle Hillenkamp, Isabelle Guérin e Christine Verschuur (2016) afirmam que o conceito de *provisioning* (aprovisionamento) refere-se às "atividades necessárias à preservação da vida" (p. 12). Ver mais em: POWER (2004).

Para Carrasco, somar a construção de uma "vida vivível" (uma noção que tem em sua estrutura a ideia de que a vulnerabilidade[89] seria uma condição humana, que disso derivaria certa interdependência) com a compreensão de que os sistemas socioeconômicos necessitam reproduzir-se continuamente, formariam a base de sua noção de "sustentabilidade da vida". Essa noção, portanto, conforma a ideia de que haveria uma profunda relação entre o econômico e o social e, consequentemente, que seria preciso investir esforços na direção das dimensões econômicas, sociais e ecológicas que envolvem a vida humana: "relação harmônica entre a humanidade e a natureza, e entre humanas e humanos" (*idem*, p. 46).

É sob esse marco teórico que a autora elaborou um "sistema de indicadores de gênero" para o *Instituto Catalão das Mulheres* (ICD), ampliando o espectro que conforma o IDH de Sen. Carrasco explicou que sua proposta de indicadores objetivou construir um conjunto de indicadores sob uma perspectiva feminista não androcêntrica, centrado na experiência das mulheres.

Carrasco comentou a relevância dos indicadores sociais da seguinte maneira:

> O objetivo de um sistema de indicadores é condensar a informação contida nas estatísticas existentes, para poder entender as principais características da sociedade, suas inter-relações e as possíveis mudanças. Ele tem que ser de leitura rápida e permitir comparações temporais, espaciais, ou ambas. Em particular, os indicadores sociais são medidas quantitativas ou qualitativas dos fenômenos sociais que permitem analisar as condições de vida de um setor ou de determinados setores da população. Servem de roteiro para conhecer a evolução das características sociais mais significativas de uma sociedade, detectar problemas específicos, contribuir no planejamento de políticas públicas que tendam a aumentar a qualidade de vida das pessoas e controlar a execução e os resultados dessas políticas. Contudo, como qualquer estudo social, um sistema de indicadores é uma convenção que responde a determinada concepção de mundo (CARRASCO, 2012 [2006], p. 35).

Em sua abordagem, Carrasco questionou os indicadores de gênero vigentes dizendo que eles almejariam a igualdade de gênero, que nada mais seria do que

89 Segundo Antonella Picchio (2012 [2005]), as condições de uma vida saudável deveria ser baseada na experiência das mulheres, na medida em que nelas há a percepção da vulnerabilidade, que pode ser usada como uma fonte de sabedoria e de imaginação coletiva.

"conseguir que as mulheres conquistassem os espaços sociais tradicionalmente reservados aos homens e que desfrutassem de reconhecimento e status social" (CARRASCO, 2012 [2006], p. 36). Isto é, tratar-se-ia de uma maneira das mulheres alcançarem os patamares masculinos em diversos aspectos da vida social e não de valorizar os aspectos mais relacionados com a "sustentabilidade da vida", o que demandaria, no mínimo, um movimento inverso: os homens alcançarem os patamares das mulheres nos cuidados com as pessoas, por exemplo. Por conta disso, Carrasco observou que "A igualdade de direitos pode ser um passo necessário, mas nunca suficiente" (*idem*, p. 37), por isso a necessidade afirmada pela autora de "ir além da simples igualdade" (*idem*, p. 37).

Na construção de suas justificativas, Carrasco abordou o modo como a "estrutura de pensamento" (CARRASCO, 2012 [2006], p. 39) elaborada por Sen foi considerada:

> O que utilizaremos tem estreita relação com a perspectiva dos "funcionamentos" e das "capacidades" desenvolvida originalmente por Amartya Sen (1985, 1996, 1999). Esse enfoque não é uma teoria, mas uma estrutura de pensamento. Baseia-se em uma noção de bem-estar, vinculada diretamente à qualidade de vida das pessoas – mulheres e homens –, consideradas individualmente, embora não de maneira individualista. Cada pessoa é única e irrepetível, de maneira que negar tal individualidade significa empobrecer o patrimônio humano. Além disso, essa individualidade tem um caráter relacional, na medida em que os seres humanos só podem viver em sociedade: o individualismo é irreal e somente pode ser concebido tornando invisível a dependência humana. As condições de vida de cada um ou de cada uma são específicas, embora se deem em certo contexto social, com características ambientais e sociais específicas, no qual as pessoas se relacionam e interagem por meio de hábitos e normas estabelecidos. Por isso, é importante identificar as diferenças individuais de bem-estar entre mulheres e homens (CARRASCO, 2012 [2006], p. 39).

Isto posto, Carrasco construiu um vetor que compreendeu dez "capacidades" e uma série de indicadores somados a elas. As dez capacidades elencadas pela autora foram: acesso à saúde; acesso à educação e ao conhecimento; acesso a um espaço doméstico adequado e seguro; acesso a um trabalho remunerado em condições

adequadas; acesso à obtenção de rendimentos monetários; acesso a uma mobilidade e a um planejamento territorial adequados; acesso ao tempo livre e às atividades esportivas; acesso aos cuidados; acesso a uma vida livre de violência; participação social e política na comunidade. Além desses dez eixos, Carrasco considerou, ainda, uma série de indicadores para avaliar particularmente a população imigrante.[90]

Marilane Teixeira (2012) analisou que desenvolver um sistema como o proposto por Carrasco não seria uma tarefa fácil no Brasil. No país, devido a grande diversidade social e a dificuldade com acesso à informação, a grande quantidade de indicadores poderia tornar a pesquisa demasiado complexa e, consequentemente, haveria maior dificuldade em obter estatísticas disponíveis para todas as variáveis propostas.[91]

É interessante destacar que tanto o sistema de indicadores elaborado por Carrasco teve influência explicita das análises de Amartya Sen (1987; 1993 [1989]; 2000 [1999]), sobre sua abordagem das capacidades. A abordagem de Sen parece ser propositiva no sentido de dar importância a aspectos mais amplos da vida humana, para além de perceber o desenvolvimento econômico apenas por sua dimensão monetária. Contudo, sua perspectiva parece permanecer centrada na noção de que o crescimento econômico é algo fundamental para as sociedades, discurso esse que tem servido como justificativa para uma série de intervenções do BM e do FMI em diversas regiões do mundo, incluindo o Brasil.

Desse ponto de vista, não seria contraditório a Economia Feminista da ruptura, que pretende se distanciar de perspectivas mercadológicas e androcêntricas, estar ancorada nesse tipo de proposição hegemônica?

Tatiana de Amorim Maranhão, analisou como a "abordagem das capacidades"

90 A apresentação detalhada das capacidades e seus indicadores foram apresentadas no *Anexo IV*. Uma explicação detalhada de cada um desses indicadores pode ser vista em: CARRASCO, 2012.

91 Considerando as especificidades do caso brasileiro, cabe mencionar o que foi considerado um avanço para a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD) do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE) na década de 1990. Trata-se da categoria de "trabalho inativo", que conforme Cristina Bruschini: "(…) passou a ser vista como um contingente dinâmico, distinguindo-se a força-de-trabalho efetiva da potencial" (BRUSCHINI, 1998, p, 26). A PNAD seria realizada desde o ano de 1967 e, no início dos anos 90, passou por uma transformação que ampliou o conceito de trabalho "inativo" e possibilitou melhor alcance do trabalho não remunerado das mulheres. Isso teria sido resultado de demandas de vários setores da sociedade, incluindo as pesquisadoras feministas e seguiria as recomendações da *13ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho* e da *III Conferência Mundial Sobre a Mulher* da ONU, em Nairobi, no ano de 1985, "para que sejam elaboradas estatísticas mais precisas sobre a participação econômica das mulheres e seja dada atenção à sua contribuição não econômica" (*idem*, 1998, p. 25).

está no centro da convergência entre o Banco Mundial e da ONU, na construção de uma agenda comum para a "redução da pobreza" na década de 1990, em torno de uma nova estratégia de desenvolvimento. Essa autora afirmou que na década de 1990 houve a "definição do desenvolvimento como a garantia de oportunidades" (MARANHÃO, 2016, p. 16). Essa definição poderia ser abordada como a mudança de um enfoque nas nações para os indivíduos que compõem as nações.

> (…) era imprescindível construir um consenso político interno aos países que desse sustentação às reformas liberalizantes. A forma desse consenso político foi dada pela ideia da garantia das oportunidades. No âmbito das Nações Unidas, na mesma época, o desenvolvimento era redefinido como um processo de expansão de oportunidades no lugar do acúmulo de riquezas. Esta redefinição aconteceu em torno da noção de desenvolvimento humano que incorporou as dimensões sociais e culturais em suas prescrições (MARANHÃO, 2016, p. 16)

Segundo Maranhão, a convergência entre BM e ONU passou a definir "metas sociais a serem cumpridas como promessas de desenvolvimento" (MARANHÃO, p. 17), consagradas como os "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio" (ODM), lançados em 2000. Para essa autora, a "abordagem das capacidades" de Sen construiu uma "nova codificação da pobreza" (*idem*, 2016, p. 17), que responsabiliza os pobres por sua situação, porém, sob o enunciado da garantia das oportunidades.

> O centro dessa convergência é o deslocamento do que se entende por desenvolvimento: de um processo de acúmulo de riquezas para a garantia de um "ambiente de oportunidades" para que o homem desfrute dos benefícios da globalização mediante a expansão e o exercício de suas capacidades. O foco é deslocado claramente para os pobres, que passam a ser o alvo prioritário das estratégias, funcionando como o ponto determinante para o equilíbrio saudável da economia de mercado (MARANHÃO, 2016, p. 21, aspas da autora).

Christine Keating, Claire Rasmussen e Pooja Rishi (2010) também dão boas respostas à questão que fiz acima. Essas autoras refletiram sobre a vinculação do discurso do "desenvolvimento econômico" com "desenvolvimento e gênero", por meio

da análise das políticas de microcrédito. O microcrédito, para elas, seria uma estratégia para aliviar a pobreza por meio de pequenos empréstimos fornecidos tanto para indivíduos, quanto para organizações coletivas, para estimular o "desenvolvimento econômico" e se tornou um componente importante dos projetos de desenvolvimento e ajuda externa na África, Ásia e América Latina.

Segundo essas autoras, os defensores das políticas de acesso aos programas de microcrédito afirmam que o "empoderamento das mulheres" reforçaria seus poderes econômicos e políticos. Elas analisam essas políticas por meio da noção de "acumulação por espoliação" (HARVEY, 2005 [2003]), em que "novos sujeitos são trazidos na estrutura do capitalismo, pela exploração e de maneira violenta" (KEATING, RASMUSSEN e RISHI, 2010, p. 153). Também compreendem a noção de Nancy Hartsock (2006) de que processos libertariam as mulheres de certas "opressões patriarcais", mas as incorporariam ao capitalismo global em termos desiguais em relação aos homens.

Com base em Harvey e em Hartsock, portanto, as autoras concluíram que as políticas de acesso a microcréditos formam um mecanismo de "acumulação por espoliação", verificado no financiamento baseado em dívidas das nações e estabelecem uma relação ambígua com o "empoderamento das mulheres", que implica na apropriação de recursos culturais e de conquistas sociais.

A despeito da ampliação que as teses e as práticas elaboradas pelas economistas feministas aqui citadas lograram, a conexão da Economia Feminista da ruptura (perspectiva da "vida no centro") com as perspectivas de Sen e de Nussbaum se reflete em uma ambivalência, uma vez que a própria noção de desenvolvimento é mistificada.

Amartya Sen fez ampliar a noção de "desenvolvimento econômico", investida pelo Banco Mundial durante décadas, a uma conotação mais "humana", porém ainda mais centrada no indivíduo. O desenvolvimento, para ele, não deveria ser apenas econômico, ele deveria necessariamente ser combinado com o desenvolvimento das "capacidades humanas". Rememoro que, para ele, dar condições para que as pessoas desenvolvam suas "capacidades" seria fomentar "a liberdade pessoal de escolher entre vários modos de viver" (SEN, 1993 [1989], s.p.), na direção de uma maior qualidade da vida. Desse modo, questiono em que medida sua teoria do "desenvolvimento humano" e

das “capacidades”, se diferenciaria da teoria neoliberal/neoclássica de “capital humano”?

Parte considerável das críticas das economistas feministas foram construídas em oposição ao trabalho de Gary Becker. Isso porque o autor é uma das principais referências da economia neoclássica, sendo um dos elaboradores da NEF, criticada pelas economistas feministas e apresentada anteriormente neste capítulo. Não obstante, Becker é um dos elaboradores da teoria do “capital humano”. Ele, ao lado de Shultz, foi um dos representantes da Escola de Chicago que, na década de 1950, instituíram o “capital humano” como um programa de pesquisa. O fundamento base dessa escola relacionou os padrões de renda com os investimentos em escolarização e qualificação profissional. Essa teoria compreendeu que as ações que visem o aumento de recursos das pessoas influenciariam o rendimento monetário futuro (FREIRE FILHO e COELHO, 2011). Atualmente, a teoria do capital humano está também situada no campo da educação, do *management* e das políticas públicas. Articula-se, sobretudo à competitividade de jovens no mercado de trabalho, incluindo condutas e emoções “que agregariam valor social para o sujeito e, simultaneamente, poderio econômico para as corporações” (*idem*, p. 07).

Carrasco considerou que a aquisição do “capital humano” não seria possível sem os trabalhos necessários para “criar e manter pessoas saudáveis” (CARRASCO, 2003 [2001], p. 21), que incluiriam o desenvolvimento de “estabilidade emocional, segurança afetiva, capacidade de relação e comunicação” (*idem*, p. 21). A autora crítica a abordagem do “capital humano”, dizendo que ela mantém “invisível o nexo com as atividades de cuidado” (*idem*, p. 21), além de utilizar “as pessoas como meio para seus fins: a obtenção de lucro” (*idem*, p. 21).

Carrasco estabeleceu, com essas críticas, uma suposta diferença entre “capital humano” e “desenvolvimento humano”. Para ela, o primeiro teria caráter negativo e estaria relacionado à economia neoclássica, aos preceitos capitalistas. O segundo, relacionado aos cuidados, teria caráter positivo. Faria referência ao lar como um ambiente homogêneo, seguro, pacífico, diferente e afastado da lógica mercantil. Um lugar onde as “capacidades humanas” poderiam ser desenvolvidas pela mediação do

trabalho afetivo das mulheres.[92]

Em síntese, a teoria do "capital humano" se referiria a condutas e emoções dos indivíduos, fundamentais ao seu sucesso no mercado de trabalho. De acordo com Sen, a expansão das liberdades individuais (ser quem se quer ser, desenvolver "capacidades humanas") seria fundamental para o desenvolvimento (SEN, 1999 [2000]). Isto é, apesar de Carrasco tentar diferenciar as duas abordagens, elas se referem ao mesmo conjunto de "habilidades" e ambas têm como finalidade o desenvolvimento econômico, transferindo aos indivíduos essa responsabilidade. Algo precisamente neoliberal, como demonstrou Foucault (2008 [1978-1979]) em seu curso de 1978-1979, no *Collège de France*, em que apontou a ideologia do "capital humano" como o fundamento do neoliberalismo estadunidense.

Não obstante, a perspectiva de Sen e de Nussbaum, sobre "capacidades", "agência" e "justiça social", explicitamente vinculadas à ONU e, por consequência, ao BM, FMI e OMC, não são as únicas sobre a temática do bem-estar humano a serem somadas à Economia Feminista.

Pérez (2014a) compreendeu a questão do bem-estar a partir do debate sobre "uma vida que vale a pena ser vivida" (PÉREZ, 2014a, p. 23). Essa autora partiu da constatação de que a abordagem de Sen e de Nussbaum é tão relevante para uma série de economistas feministas por ter uma tripa dimensão: no âmbito acadêmico, essa abordagem teria se configurado como um debate político e democrático; no âmbito político, ela permitiria incidir na construção de indicadores mais sensíveis ao gênero; e no âmbito institucional, na medida em que ela foi assumida pela ONU como um enfoque oficial. Contudo, Pérez compreendeu que essa abordagem acabaria se equiparando à necessidade de expansão mercantil.

Contrapondo-se a essa abordagem hegemônica, Pérez se apoiou na noção de "bem viver", estudada por Alberto Acosta (2016), que provém de uma matriz comunitária de povos andinos e amazônicos, do Equador e da Bolívia, que vivem em harmonia com a natureza. Seu significado serviria como uma forma de construir coletivamente um novo modo de vida, alternativo ao "desenvolvimento", orientado pela definição de "harmonias múltiplas" (sem exacerbação de conflitos) por meio de uma

92 Picchio (2012 [2005]) demonstrou a importância do "desenvolvimento humano" para a aquisição de "capital humano" em sua elaboração do "fluxo do padrão de vida ampliado", abordado no *Capítulo 05* desta tese.

noção holística e integradora do ser humano e que vem sendo projetada como um projeto político apropriado para a superação do capitalismo (ACOSTA, 2016).

Segundo Acosta (2016), essa abordagem é compreendida como a reunião de noções "pós-desenvolvimentistas", enquanto práticas de resistência ao colonialismo e às suas sequelas, presentes na utopia indígena, que soma à tarefa despatriarcalizadora, a tarefa descolonizadora.

> (…) não existe a concepção de um processo linear de vida que estabeleça um estado anterior e outro posterior, a saber de subdesenvolvimento e desenvolvimento, dicotomia pela qual deveriam transitar as sociedades para a obtenção do bem-estar (…) [nem de] conceitos de riqueza e pobreza, determinados, respectivamente, pela acumulação e pela carência de bens materiais (ACOSTA, 2016, p. 71).

Com base nessa abordagem, Pérez percorreu um longo caminho argumentativo em busca de fomentar uma compreensão ética e democrática do que poderia ser qualificado como uma "vida que merece ser vivida".

> (…) emanaria de uma epistemologia e uma ontologia em conflito com as hegemônicas. Porque ao falar em viver bem, queremos romper radicalmente com uma lógica produtivista e de crescimento, substituí-la por uma lógica de sustentabilidade multidimensional (ambiental, social, reprodutiva) (PÉREZ, 2014a, p. 229).

Em sua argumentação, Pérez desenvolveu a categoria de "desesidade" (necessidades + desejos), como uma representação de que em um bem viver, tanto necessidades quanto desejos deveriam caminhar em conjunto e não em paralelo ou como opostos. A autora explicou que essa oposição se manifesta na sociedade capitalista acompanhando a cisão que estabelece que a produção possibilitaria a satisfação dos desejos, enquanto que a reprodução se ocuparia das necessidades. O termo "desesidade" indica que produção e reprodução precisam ser pensadas em conjunto, equilibrando-se e não opondo-se. Outra dimensão a ser considerada para uma "vida que merece ser vivida" é, segundo Pérez, a de que o bem-estar deve ser coletivo e construído

conjuntamente, tanto no nível universal (que envolve questões ambientais como o uso de recursos materiais e energéticos e critérios sociais como a exploração do trabalho), quanto no singular (consiste em considerar a diversidade de experiências). Além das dimensões de interdependência e autonomia (PÉREZ, 2014a).

Questiono, contudo, em que medida essa problemática poderia ser transposta à sociedade capitalista ocidental moderna, tendo em vista seus conflitos de gênero, classe, raça e região do mundo?

Considero, por fim, que embora a Economia Feminista da ruptura se apresente como um conjunto de proposições teóricas e práticas, que se distancia de teorias dominantes, consideradas androcêntricas, as autoras acima citadas constroem suas proposições articulando abordagens incompatíveis.

De um lado, Carrasco concilia sua posição antiandrocêntrica e sua perspectiva da "sustentabilidade da vida" com as noções hegemônicas formuladas por Sen e Nussbaum sobre "desenvolvimento", "capacidades", "agência" e "justiça social", o que parece mistificar a própria noção de desenvolvimento. De outro, Pérez relaciona a mesma perspectiva de Carrasco (antiandrocêntrica e da "sustentabilidade da vida"), contudo, com o fundamento teórico descolonial andino e amazônico do "bem viver", o que parece transportar, de maneira ahistórica, o contexto andino e amazônico à sociedade capitalista ocidental moderna, como uma suposta solução para seus problemas de exploração, dominação e opressão, sem contudo enfrentá-los.

Capítulo 02 – O viés androcêntrico da Ciência Econômica: objetividade científica e *homo economicus*

> Como ver? De onde ver? Quais os limites da visão? Ver para quê? Ver com quem? Quem deve ter mais do que um ponto de vista? Nos olhos de quem se joga areia? Quem usa viseiras? Quem interpreta o campo visual? Qual outro poder sensorial desejamos cultivar, além da visão?
>
> Donna Haraway (1995 [1988], p. 28).

> De um modo geral, podemos dizer que a economia tem sido um conhecimento criado pelos homens para explicar as experiências masculinas.
>
> Amaia Pérez Orozco (2005, p. 45).

> A proeminência do termo "homem econômico" é um artefato originário das interpretações culturais do século XIX, que confundiram o homem com a atividade dinâmica do mercado e a mulher com imutáveis papéis familiares.
>
> Ann Jennings (1993, p. 122).

No presente capítulo, gostaria de aprofundar a análise sobre a denúncia das economistas feministas de que a Ciência Econômica dominante teria um caráter androcêntrico. Farei isso por meio de uma reflexão sobre a questão da objetividade na produção do conhecimento científico e de uma reflexão sobre o *homo economicus* – o tipo ideal de quem e para quem a Ciência Econômica se refere – com o objetivo de demonstrar o modo como as economistas feministas interpretam essas questões.

2.1 – O gênero da ciência

No século XVI, Nicolau Copérnico teria imaginado um "homem viril"[93] olhando as órbitas da Terra a partir do Sol. No século seguinte, Galileu Galilei deu vida aos seus estudos e mudou os rumos da história do ocidente. A invenção da luneta astronômica, um telescópio refrator, foi reconhecidamente revolucionária. A partir da

93 Ao ler o texto em que Copérnico explica sua tese de que a terra se move em volta do sol, Jacob Bronowski diz o seguinte: "Nós pegamos em sua mente uma imagem, o gesto do *homem viril* em pé, em cima do sol, com os braços estendidos, observando os planetas" (BRONOWSKI, 1956, p. 253, grifo meu). Hannah Arendt (2007 [1958]) indicou essa referência em sua análise sobre a invenção do telescópio.

versão e do uso que Galileu deu a esse artefato, foi possível aumentar significativamente o alcance da visão e constatar cientificamente que a Terra girava ao redor do Sol.[94] Finalmente foi possível realizar o sonho "de um ponto fora da Terra a partir do qual *o homem* pudesse analisar o mundo" (ARENDT, 2007 [1958], p. 274, grifo meu).

Com a mudança no alcance do olhar foi possível mudar o alcance do pensamento, o que mudou, por conseguinte, certa visão medieval de mundo – teológica e especulativa – para uma visão moderna de ciência baseada na observação supostamente desenviesada (com certo afastamento da religião e da "especulação filosófica" aristotélica), na regularidade matemática e na experimentação, formando a base da ciência moderna.

A dúvida colocada por Galileu sobre a capacidade dos sentidos compreenderem a realidade inaugurou a construção do conhecimento por meio de "instrumentos de medição" (ARENDT, 2007 [1958]) e, enfim, já não havia limites "para o que *o homem* poderia fazer" (DURANT, 1996 [1926], p. 117, grifo meu).[95]

Não resta dúvidas de que o uso que Galileu fez da luneta tenha mudado os rumos da história e que a grandeza de seu feito seria revolucionária. No entanto, o modo como esse fragmento da história da ciência ocidental moderna é contado – objetos feitos por certos homens, pensados por certos homens, direcionados (sobretudo discursivamente) a certos homens – ilustra como a produção do conhecimento tem gênero, classe, raça e região do mundo. Seja Copérnico, Galileu, René Descartes, Adam Smith, Thomas Hobbes, Augusto Comte, Karl Marx, Max Weber ou qualquer outro[96], suas

94 O heliocentrismo parece ter sido proposto pela primeira vez por Aristarco de Samos (séc. III, a.c.), antecipando Copérnico em quase 2000 anos (FERREIRA, 2008).

95 Ao longo deste texto há uma série de citações que demonstram o modo como o uso de "homem" como sujeito universal carrega a marca das desigualdades de gênero presentes na ciência, na política, em toda sociedade. Eleni Varikas (2009 [2000]) no "Dicionário Crítico do Feminismo" analisou essa questão no verbete "Universalismo e particularismo". Para ela, o uso de "homem" como sinônimo de "humanidade" remontaria às origens da filosofia ocidental e suporia a atuação cívica dos homens como uma universalidade de direitos, em que, na verdade, grupos inteiros seriam excluídos. Um exemplo disso é a Revolução Francesa e sua "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão", de 1789. Em oposição a essa conduta universalista e excludente, Olympe de Gouges escreveu em 1791 a "Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã". Não é sem sentido, portanto, que na tradução brasileira do livro em que Hannah Arendt (2007 [1958]) analisou a importância de Galileu Galilei e do telescópio, o tradutor se valeu da palavra "homem" como sinônimo de todas as pessoas, como a passagem acima demonstra. Veja que na edição original de Arendt a palavra "*man*", referente à "homem", não existe: "*a point outside the earth from which to unhinge the world*" (ARENDT, 1998 [1958], p. 262).

96 Uma referência importante são as coleções brasileiras "Os Pensadores" e "Os Economistas", editadas pela Abril Cultural e Nova Cultural. Essas coleções somam mais de 100 volumes e nelas há apenas uma obra escrita por uma mulher: Rosa Luxemburgo. Isto é, uma história de "'grandes homens' - e de algumas mulheres escolhidas" (LÖWY, 2009 [2000], p. 43, aspas da autora). Ferber e Nelson (1993) citaram a seleção de teóricos realizada por Mark Blaug, de 1.000 pessoas, apenas 31 eram mulheres.

reflexões estão diretamente relacionadas com a produção e reprodução de visões de mundo. Explicitam como a produção do conhecimento científico no ocidente é, de modo predominante, um assunto de homens brancos, grande parte das vezes preocupados com o lucro capitalista, escondidos atrás de métodos de investigação científica supostamente objetivos e atrás de certos discursos sobre neutralidade (LÖWY, 2009 [2000]), que mistificam seu caráter "cego ao gênero" ["*sex blind*"] (HARTMANN, 1979).

No início do século XX, a escritora Virginia Woolf contestou esse domínio masculino na produção de conhecimento, por meio de reflexões sobre as mulheres e a ficção. Woolf já era uma escritora renomada quando foi convidada por duas Universidades inglesas a palestrar sobre esse tema e reconhecia que não era trivial ser uma mulher escritora naquele período. Por essa razão, optou por analisar, nessas duas palestras, a situação das escritoras em uma sociedade pouco receptiva para o trabalho intelectual das mulheres e chegou a seguinte conclusão: as mulheres são pobres, não têm acesso à renda e onde moram não há um espaço sequer de silêncio para que possam se desconectar por algumas horas dos trabalhos domésticos e de cuidados e realizar seu trabalho intelectual: "(…) uma mulher precisa ter dinheiro e um *teto todo seu*, um espaço próprio, se quiser escrever (...)" (WOOLF, 2014 [1928], p. 12, grifo meu). A liberdade intelectual, afirmou Woolf, "depende de coisas materiais" (*idem*, p. 151). Por isso, seria "necessário ter quinhentas libras por ano e um aposento com tranca na porta para escrever" (*idem*, p. 147).

Para Woolf, dificuldades como a falta de acesso à renda, a propriedades e o fato das mulheres serem responsabilizadas por todo o conjunto de trabalhos domésticos e de cuidados, o que envolveria conviver nos lares sem tempo e espaço individuais, explicariam as lacunas de gênero das prateleiras das bibliotecas e das livrarias. Explicaria por que, até então, muito tinha sido dito sobre as mulheres, mas por autores homens.

Se é verdade que houve e ainda há grande desigualdade de gênero na construção do conhecimento, é verdade, também, que a participação das mulheres nessa construção histórica é subestimada. A "história das mulheres" – um campo da historiografia inaugurado na década de 1960 – não deixa dúvidas quanto a isso. Esse campo tanto conformou uma série de estudos que visibilizaram a participação das

mulheres em diversas áreas, como na ciência, artes e política, em diferentes momentos históricos, quanto compreendeu questões referentes ao domínio, a parcialidade e a objetividade da historiografia, por meio de uma narrativa política da produção de conhecimento, que desafiou a "autoridade dominante" do homem branco, mudando inclusive o modo como a história é escrita (SCOTT, 1992 [1991]).

Olympe de Gouges, Rosa Luxemburgo, Virginia Woolf, Simone de Beauvoir e Heleieth Saffioti, são apenas alguns exemplos de mulheres cujas obras alteraram visões de mundo por meio da construção do conhecimento, da crítica feita desde seus pontos de vista.[97] Além do mais, no presente, é preciso desfazer a impressão liberal-patriarcal[98] de um mundo cindido, em que uma parte seria habitada por homens (o público) e outro por mulheres (o privado), sem interação entre ambas. O que a "história das mulheres" também ajudou a desconstruir.

O que gostaria de afirmar, portanto, é que compreender discursivamente "homem" como o conjunto da humanidade não é mera desatenção ou negligência, mas é um problema de silenciamento histórico, com o objetivo claro da expansão da acumulação capitalista.

Como analisou Londa Schiebinger:

> O poder da ciência ocidental – seus métodos, suas técnicas e epistemologias – é celebrado por produzir conhecimento objetivo e universal, transcendendo as restrições culturais. Entretanto, no que diz respeito ao gênero, à raça e a muito mais, a ciência não é um valor neutro (SCHIEBINGER, 2008, p. 274).

97 Além da produção do conhecimento, a atuação das mulheres na política também é subjugada. Apesar dos cargos políticos ainda serem predominantemente ocupados por homens, não significa que as mulheres estejam ausentes no fazer político. Embora também seja verdade que as mulheres estejam mais substantivamente representadas no formato de luta dos movimentos sociais do que em outros formatos, sua participação em processos de greve e lutas sindicais foram fundamentais para a conquista de direitos no decorrer da história do capitalismo. Sobre a resistência, luta e organização política das mulheres, ver: ARAÚJO e FERREIRA, 2000; FRACCARO, 2018; GOLDMAN, 2014 [1993]; KERGOAT, 2018 [1978]; LUXEMBURGO, 2011a [1912]; SOUZA-LOBO, 1991; SOUZA-LOBO, 2011 [1991]; SOUZA-LOBO, *et al*., 1986 [1984].

98 Conforme Carole Pateman (2014 [1989]) a noção que separa o todo social em duas esferas: pública e privada, é liberal-patriarcal. Para Jules Falquet (2017), essa separação auxilia na manutenção da opressão das mulheres. Por exemplo, a autora provoca a reflexão do modo como o amor, compreendido como um "sentimento privado" (p. 56), tem relação com a obtenção individual e coletiva de trabalho doméstico e de cuidado gratuitos, que abaixa o custo da reprodução social.

Assim, com o olhar voltado para dentro ou fora da Terra e para dentro ou fora de si mesmos, esses homens têm analisado o mundo por meio das ferramentas que eles mesmos desenvolveram para percorrer seus próprios interesses. Trata-se de "avanços" científicos importantes, mas que deles também decorreram visões de mundo distorcidas e experiências históricas insustentáveis, como a colonização, a exploração do trabalho, a divisão sexual do trabalho, a extração de recursos naturais em larga escala e as guerras, cada vez mais sofisticadas. Enquanto que dimensões das experiências[99] que dizem mais respeito às mulheres do que aos homens, como os trabalhos domésticos e de cuidados, são invisibilizadas e socialmente desvalorizadas.

Muita coisa mudou desde que o ensaio "Um teto todo seu", de Woolf, foi publicado, apresentando ao mundo as suas duas palestras proferidas no início do século XX. Mas a ciência permanece, conforme Donna Haraway, "um texto contestável e um campo de poder" (HARAWAY, 1995 [1988], p. 11). Assim como Woolf e Haraway, Llana Löwy compreendeu que as disputas nesse "campo de poder" se dão, sobretudo, em torno das relações de gênero. Para ela,

> (…) a evolução do conhecimento científico foi moldada pela existência de uma dicotomia fundamental entre o feminino e o masculino na sociedade, e pelo fato de que, durante a maior parte da História, a pesquisa científica foi empreendida por e para indivíduos do sexo masculino (LÖWY, 2009 [2000], p. 40).

Essa autora analisou que, apenas em meados da década de 1970, a relação entre ciência e gênero começou a ser, de fato, debatida. A partir de então, teria sido possível constatar como "nenhum trabalho coletivo de seres humanos pode ser dissociado do tempo e do lugar de sua produção" (*idem*, p. 41), como é o caso da ciência.

A partir desse tipo de reflexão, a década de 1980 assistiu a "animados" debates sobre a possibilidade da criação de uma "ciência feminista", como analisou Londa Schiebinger (2001 [1999]). E, nos anos 1990, a discussão sobre essa possibilidade deu lugar a questão sobre se as mulheres fariam a ciência de uma maneira diferente em relação aos homens. No final do século XX, portanto, estudou-se como "as práticas e as

99 Considerando a experiência inserida em significados, como algo que deva ser (re)interpretado permanentemente, algo sempre contestado, sempre político, e não essencializado ou ratificado (SCOTT, 1998 [1991]).

ideologias calcadas no gênero estruturaram o conhecimento" (SCHIEBINGER, 2008, p. 274). Segundo essa autora, os diferentes feminismos contestaram a afirmação de que "a ciência é de gênero neutro, revelando que valores geralmente atribuídos às mulheres foram excluídos da ciência e que desigualdades de gênero foram construídas na produção e estrutura do conhecimento" (SCHIEBINGER, 2001 [1999], p. 26).

Para Schiebinger, a massiva entrada das mulheres nas universidades teria provocado essas reflexões. No entanto, elas teriam sido elaboradas tanto por meio de "métodos-padrão" (SCHIEBINGER, 2001 [1999], p. 29), por exemplo, o feminismo liberal que nada teria feito além de relacionar as mulheres aos padrões normativos do conhecimento. Quanto por meio de certas abordagens que tenderam a "romantizar aqueles valores tradicionalmente considerados femininos" (*idem*, p. 26). Elise Oelsner (1836-1902), por exemplo, teria afirmado algo como as mulheres terem uma "natureza superior" (*idem*, p. 24), Carol Gilligan teria afirmado que as narrativas das mulheres teriam "uma voz diferente" (*idem*, p. 25) e Mary Field Belenky teria sugerido que as mulheres usariam um tipo de "conhecimento conectado, pensamento contextual, e discurso colaborador, ao invés de conhecimento 'separado', que privilegia regras e padrões impessoais e abstratos" (*idem*, p. 25, aspas da autora).[100]

Maria Margaret Lopes e Maria Conceição da Costa (2005) afirmaram que os termos gênero e ciência teriam sido usados juntos pela primeira vez por Evelyn Fox-Keller, em 1978, e essa junção teria se tornado um campo de estudos nos anos 1980, por meio de trabalhos de autoras como Donna Haraway e Londa Schiebinger, abordadas acima. Lopes e Costa rememoram, ainda, um debate entre Anne Fausto-Sterling e Joan Scott em que Fausto-Sterling afirmaria que se, para Scott, a "História das mulheres" teria confrontado a política das histórias existentes, provocando sua reescrita, a abordagem de "gênero e ciência" confrontaria a política da história da ciência, provocando a sua reconstrução. Para Lopes e Costa, no Brasil, não haveria grande avanço em relação a esses "debates apaixonantes" (LOPES e COSTA, 2005, p. 77), quando muito, eles teriam sido abordados, no país, por áreas como a biologia e a genética.

O que gostaria de evidenciar ao mencionar essas análises feministas sobre ciência e gênero, é que discutir a construção do conhecimento por meio da análise das

100 É interessante rememorar que essa perspeciva "romantizada" apontada por Schiebinger foi indicada no *Capítulo 01* como sendo uma das bases do conceito de gênero, conforme descreveram Ferber e Nelson (1993).

relações sociais de gênero não significa enfatizar um "saber feminino", mas um ponto de vista feminista (*feminist standpoint*). Isto é, fazer e refazer, construir e reconstruir a história e a ciência, sob esse ponto de vista. Em certo sentido, é isso que supostamente pretende fazer a Economia Feminista. Como abordaram Marianne Ferber e Julie Nelson (1993), por meio do ponto de vista feminista, as economistas almejam uma ciência, inclusive, mais objetiva.

2.2 – A "objetividade forte" do "ponto de vista feminista"

Diana Strassmann demonstrou como os estudos das economistas feministas têm problematizado a questão da exclusão do ponto de vista feminista da Ciência Econômica. Segundo essa autora, alguns estudos, como o de Michèle Pujol (1992), demonstraram que uma série de conhecimentos construídos por mulheres economistas foram ignorados (STRASSMANN, 2002). Strassmann lembrou, por exemplo, a exclusão da "economia doméstica" da Economia. Veja que na década de 1930, Margaret Reid (2016 [1934]) já estudava o tema do trabalho doméstico, compreendendo a família como uma unidade econômica e não como mera unidade de consumo. No entanto, seu trabalho foi relegado à margem da produção econômica.[101]

Pérez (2014a) problematizou essa questão afirmando o quanto "conhecimentos situados" (HARAWAY, 1995 [1988]) e as "verdades parciais" (HARDING, 1987) poderiam ajudar a construir "mundos melhores" (PÉREZ, 2014a).[102] Com base nas perspectivas de Haraway e de Harding, Pérez escreveu o seguinte sobre a "nova objetividade" que o "ponto de vista feminista" tornou possível:

> (...) a proposta dos conhecimentos situados aposta na parcialidade como nova objetividade. Aposta-se em redefinir a objetividade como o reconhecimento da radical contingência de todo ponto de vista. Isso implica localizar-se, num sentido não individualista, mas relacional. Não se trata de dizer que estou aqui ou ali, mas explicar, a posição que habito/habitamos (coletivamente) nessa complexa e

101 Helen Longino é uma referência importante sobre as maneiras como o conhecimento econômico é construído (STRASSMANN, 2002).

102 No *Capítulo 05* será abordado um projeto político desde a Economia Feminista, elaborado por Pérez (2014a). Veremos que propor "mundos melhores" é, de fato, uma preocupação dessa economista feminista. Logo, a objetividade do "ponto de vista feminista" é, para seu objetivo, uma ferramenta metodológica.

> hierárquica estrutura social e dar-me/darmos conta do que olhamos a partir daí, como olhamos e para quê (PÉREZ, 2014a, p. 71).

Como mostrou Sandra Harding, afirmar um ponto de vista pressuporia certo "envolvimento na luta intelectual e político" (HARDING, 1987, p. 185), e não seria apenas uma mera perspectiva. Do mesmo modo, Haraway compreendeu que não seriam as identidades que produziriam a ciência, mas sim os posicionamentos críticos, objetivos e responsáveis. Segundo essa autora, "a visão requer instrumentos de visão; uma ótica é uma política de posicionamentos" (HARAWAY, 1995 [1988], p. 27). Para Haraway, posicionar-se seria, portanto, assumir as responsabilidades pelo conhecimento construído e isso seria mais objetivo do que pontos de vista "não localizáveis e, portanto, irresponsáveis" (*idem*, p. 21), que se esconderiam atrás de falsos discursos sobre neutralidade. Posicionar-se seria, portanto, "a prática chave, base do conhecimento organizado em torno das imagens da visão" (*idem*, p. 27).

Nesse sentido, fazer ciência desde o ponto de vista feminista confrontaria as concepções tradicionais que se pretendem "objetivas", neutras e distanciadas das supostas "armadilhas" das subjetividades, mas que se revelariam como parciais, excludentes e irresponsáveis. Então, fazer ciência feminista não significaria, para essas autoras, abandonar a objetividade. Para Harding (1992), fazer ciência feminista significaria fortalecer os padrões da objetividade para alcançar a maior precisão e abrangência, alcançando uma "objetividade forte". Isso, por meio do envolvimento político pressuposto no fazer científico (preferencialmente anticapitalista, antirracista e feminista) e tratando o conhecimento, conforme Haraway, como "conhecimento localizado" (HARAWAY, 1995 [1988], p. 21). Em síntese, "objetividade forte feminista" significaria afirmar que os saberes seriam "localizados" (*idem*, p. 18). A objetividade, seria, portanto, uma "racionalidade posicionada" (*idem*, p. 33).

É nesse ponto que a ciência feminista se diferenciaria radicalmente da experiência social dos homens das classes dominantes – o reducionismo das "posições não marcadas" do homem branco, como abordou Haraway – em que essas lutas/resistências estariam, grande parte das vezes, ausentes e em que imperariam perspectivas parciais, distorcidas, irresponsáveis e, muitas vezes, perversas, como

avaliaram Harding e Haraway. A visão, supostamente sem ponto de vista, serviria a uma lógica perversa, vinculada ao militarismo, ao capitalismo, ao colonialismo, à supremacia masculina, ao racismo. No enfrentamento disso, as pesquisadoras feministas teriam construído um "instrumento afiado para a desconstrução das alegações de verdade de uma ciência hostil" (HARAWAY, 1995 [1988], p.13), almejando "ir além da denúncia da ciência enviesada" (*idem*, p. 13), e realizar "melhores explicações do mundo" (*idem*, p. 32).

É com esse enfoque que Haraway propôs a construção de "uma doutrina de objetividade corporificada que acomodasse os projetos científicos feministas críticos e paradoxais" (HARAWAY, 1995 [1988], p. 18). Por meio dessa "doutrina corporificada", a objetividade revelar-se-ia como "algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades" (*idem*, p. 21). Do mesmo modo, Harding afirmou que esse ponto de vista feminista, que investiga a experiência das mulheres, partiria de um tipo de experiência social "mais completa e menos distorcida" (HARDING, 1987, p. 184), na medida em que sujeito e objeto (ou indivíduo e sociedade ou investigadoras e investigadas), estariam colocados no mesmo "plano crítico" e, por isso, as suposições epistemológicas tradicionais se tornariam inviáveis, sendo necessários, pois, outros métodos, outros paradigmas, outras suposições. Isso significaria o que Llana Löwy afirmou como um olhar "reflexivo, crítico, cético e irônico sobre a ciência" (LÖWY, 2009 [2000], p. 42), incluindo as dimensões de "paixão, contestação, solidariedade e responsabilidade nas concepções de objetividade e universalidade" (*idem*, p. 42).

2.2.1 – A objetividade segundo as Economistas Feministas

A questão da objetividade é tão relevante para a Economia Feminista que logo na primeira edição do periódico *Feminist Economics*, do ano de 1995, Sandra Harding publicou um texto chamado "Pode o feminismo tornar a ciência econômica mais objetiva?"[103]. Nesse texto, Harding questionou a suposta neutralidade da pesquisa

103 "*Can feminist thought make economics more objective?*".

econômica e destacou como as economistas feministas identificaram inúmeros valores e interesses androcêntricos responsáveis por moldar os conceitos fundamentais e os métodos analíticos da Economia. A autora defendeu que o ideal de "neutralidade científica" teria enfraquecido os padrões de maximização da objetividade, uma vez que excluiu da investigação os locais "marginalizados", como os trabalhos domésticos e de cuidados, e pontos de vista, como o feminista, que gerariam análises capazes de identificar e analisar criticamente pressupostos culturais eurocêntricos ou androcêntricos.

Julie Matthaei, também em um artigo publicado no periódico *Feminist Economics*, traduzido pela SOF, ampliou o argumento de Harding propondo que as economistas feministas anti-racistas e anticlassistas/marxistas adotariam um "compromisso maior de avanço do conhecimento e de melhoria da vida social" (MATTHAEI, 2002 [1996], p. 45), na medida em que "essa teorização fornece uma ferramenta necessária para a mudança social progressista" (*idem*, p. 44), pois "cada uma, ainda que superior à hegemônica, é por si só lacunar e incompleta" (*idem*, p. 45). Essa autora explicou o seguinte:[104]

> A construção de um conhecimento verdadeiramente "objetivo" e libertador requer uma teoria que possa analisar a interdeterminação de classe e as diferenças raciais/étnicas e de gênero – redirecionando simultaneamente os vieses classista, racista e sexista da teoria hegemônica. De fato, idealmente poder-se-ia acrescentar outros eixos de privilégio/opressão, como o heterossexismo, a aptidão e o nacionalismo, para alcançar maior objetividade (MATTHAEI, 2002 [1996], p. 45).

As economistas Marianne Ferber e Julie Nelson afirmaram que a questão da objetividade é latente na Economia Feminista "não porque a economia é demasiadamente objetiva, mas porque ela não é objetiva o suficiente" (FERBER e NELSON, 1993, prefácio, s.p.). A partir de análises como as de Harding, as economistas feministas compreenderam o potencial da "objetividade forte" de minar a imparcialidade ao se construir mutuamente com os movimentos sociais, bem como com

104 Questões sobre interseccionalidades estão dispostas na *Nota de Rodapé* nº 38, p. 34.

as próprias *experiências* das mulheres.[105]

Julie Nelson (1993) analisou que, pelo menos desde o século XVII, haveria a identificação da ciência com a masculinidade e dominação, enquanto o feminino se relacionaria com a natureza, subjetividade e submissão. Destacou que o modelo cartesiano de conhecimento, por exemplo, seria baseado na separação entre a objetividade e a natureza. A esse respeito, Ferber e Nelson (1993) alertaram que considerar as atribuições tradicionalmente referidas ao feminino (subjetividades e afeto) não implicaria na formação de uma "ciência do sexo feminino" (FERBER e NELSON, 1993, p. 11), mas poderia investigar e corrigir os vieses construídos a partir de uma ênfase naquilo que se referiria ao masculino e que teria mais relação com uma sociedade desigual pautada no ganho privado e acúmulo de capital. Assim, as autoras propuseram a valorização de qualidades atribuídas socialmente às mulheres em direção a uma ciência menos negligente com a história das mulheres e, portanto, mais objetiva.

Segundo a economista Paula England, tal análise poderia suscitar que os padrões de gênero estariam sendo reforçados, defendendo a permanência lembrar as mulheres nos trabalhos domésticos e de cuidados, por exemplo. Ao contrário disso, segundo essa autora, valorizar os aspectos considerados femininos seria o mesmo que "reconhecer o valor tradicionalmente feminino dessas atividades e, por consequência, recompensá-los, sem acreditar que as mulheres devam fazer uma parte desproporcional dessas atividades" (ENGLAND, 1993, p. 39).

Já Ann Jennings (1993) compreendeu que o dualismo cartesiano que distingue público/privado, mercado/família, homem/mulher, razão/emoção, mente/corpo, história/natureza, objetividade/subjetividade, explicaria a origem histórica do *homo economicus*.

> Esses padrões de ligação metafórica e exclusão dualística explicam a origem histórica do "homem econômico" [*economic man*]. "Econômico" e "homem" foram ligados em entendimentos sociais que também impregnaram as lutas competitivas do homem econômico com a racionalidade histórica. Tanto "mulher" quanto "família" foram excluídos dessa teleologia darwinista social. Quando família ou mulher é considerada explicitamente, cada uma

105 Uma autora importante para essas economistas foi Helen Longino, em seu livro "*Science as Social Knowledge: Values and Objectivity in Scientific Inquiry*" 1990.

> delas é diferente de, e é deficiente em relação a, categoria culturalmente priorizada. Embora elas possam ter suas próprias virtudes, essas categorias são vistas como insuficientemente racionais e insuficientemente competitivas; a história as deixa atrás. A proeminência do termo "homem econômico" é um artefato originário das interpretações culturais do século XIX, que confundiram o homem com a atividade dinâmica do mercado e a mulher com imutáveis papéis familiares (JENNINGS, 1993, p. 122).

A dicotomia objetividade/subjetividade e mercado/família seria, portanto, um dos grandes fundamentos do viés androcêntrico da Economia dominante e fundamentaria a constituição do *homo economicus* como um tipo ideal de quem e para quem a economia se refere. Considero importante, neste momento, revisar uma bibliografia sobre *homo economicus*, na medida em que o debate sobre a "objetividade forte" e a crítica ao *homo economicus* são parte fundamental da crítica que as economistas feministas fazem à Ciência Econômica, tratando-a como androcêntrica. No conjunto de textos escritos pelas economistas feministas o *homo economicus* é frequentemente mencionado e pressuposto, mas muito pouco definido. Como é o caso da coletânea organizada por Marianne Ferber e Julie Nelson (1993), considerada um dos marcos da consolidação da Economia Feminista e que tem como título, justamente, essa referência: "Para além do Homem Econômico: Teoria e Economia Feminista"[106]. Vou focalizar, portanto, nos aspectos que melhor caracterizam esse debate. Não se trata de reconstruir toda a história do pensamento econômico, mas em alguma medida recorrer a ela para compreender melhor as críticas que as economistas feministas fizeram e fazem a essa abordagem.

2.3 – O caráter androcêntrico da Ciência Econômica: o *homo economicus*

O viés androcêntrico da Economia, denunciado pelas economistas feministas, pode ser constatado na trajetória das concepções de indivíduo dessa ciência. Para apresentar tal trajetória, gostaria de tecer um caminho que vai da Economia Política Clássica de Adam Smith e sua concepção de "mão invisível", às concepções de *homo economicus* de John Stuart Mill (*economic man*), de William Stanley Jevons (*calculating*

106 "*Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*".

man), de Carl Menger (*rational economic man*), e de outros como Thomas Malthus, Alfred Marshall, Vilfredo Pareto, Lionel Robbins. Também abordarei o modo como Michel Foucault (2008 [1978-1979]) analisou o homem econômico neoliberal, em suas aulas dos anos 1970 e apresentarei a análise das economistas Lourdes Benería, Günseli Berik e Maria S. Floro sobre o "homem de Davos". Após discorrer sobre o *homo economicus*, discutirei o modo como as economistas feministas o compreenderam, como um "homem cogumelo" (em referência a uma passagem escrita por Thomas Hobbes) e comparando-o a Robinson Crusoé.[107]

Para compreender a que se refere o termo *homo economicus* considerei ser preciso voltar a atenção às noções de indivíduo da Ciência Econômica na medida em que seria preciso analisar o contexto histórico em que essa abordagem foi elaborada para compreender por quais motivos ela permanece, por mais de 200 anos, vigente. Contudo, para compreender a noção de *homo economicus*, parece ser preciso também recobrar a relação intrínseca entre o desenvolvimento das ideologias individualistas e a ascensão do capitalismo.

No início do processo de sobreposição do capital mercantilista pelo capital industrial, entre os séculos XVI e XVII, foi necessário "criar um sistema sócio-político mais voltado para a busca livre e desinibida do lucro" (HUNT, 1981 [1978], p. 54). Tal sistema se apoiou em ideologias individualistas, como a proteção dos direitos de propriedade privada e em fundamentos religiosos que objetivavam o êxito financeiro. O antigo paternalismo cristão, que condenava o comportamento ambicioso e a vontade de acumular riqueza, passou a ruir diante do mercado capitalista, que se fundamentava, entre outras coisas, nestas características para funcionar bem (*idem*). O protestantismo, que transformou em virtudes o que antes era condenado pela igreja católica, entendia que as pessoas seriam mais justas pela fé que tinham e não pelo que faziam. Isto é, os motivos das ações dos indivíduos eram mais importantes que seus atos. A ética protestante conclamava, assim, o autocontrole, o trabalho constante e disciplinado e as limitações de consumo e dos desejos. Uma doutrina que combinava perfeitamente aquilo que almejavam os capitalistas com as necessidades cotidianas para que o capitalismo se consolidasse (HUNT, 1981 [1978]; WEBER, 2004 [1904]).

107 Uma parte dos debates sobre *homo economicus* apresentados aqui foram publicados em: GRECCO, 2018. Contudo, o desenvolvimento sobre esse tema que trago no presente texto é mais amplo.

Carrasco se referiu a esse período histórico da seguinte maneira:

> Pensadores clássicos – estudiosos do que veio a ser chamado de Economia Política – viveram um período de transição e reestruturação da realidade social, ligada naturalmente ao processo de industrialização. A produção orientada para o mercado está se separando da produção doméstica destinada ao autoconsumo familiar, processo que se consolidará mais tarde com a implantação generalizada do capitalismo. Essa situação ajuda a sua análise a concentrar-se na produção capitalista e seu instrumental analítico e conceitual tomam como referência exclusivamente esse tipo de produção. Seus temas básicos de preocupação serão a criação de riqueza por meio do trabalho assalariado e distribuição de renda entre as classes sociais. Por isso discutem amplamente questões relacionadas ao trabalho: produtividade, eficiência, salário, divisão do trabalho, etc., mas sempre referindo-se ao trabalho/emprego e ignorando a produção realizada em casa (CARRASCO, 2006a, p. 04).

A filosofia do individualismo que deriva desse período, portanto, tem como premissa que "o ser humano deveria ser independente, dirigir-se a si mesmo, ser autônomo, livre – deveria ser um indivíduo, uma unidade distinta da massa social, e não ficar perdido nela" (MCDONALD, 1962 *apud* HUNT, 1981 [1978], p. 51). As teorias do individualismo compuseram, portanto, a ideologia burguesa capitalista de distinção social. O individualismo era (e ainda é) a ideologia dominante da acumulação capitalista. Diversos autores da época passaram a afirmar os motivos pessoais e egoístas como motivos básicos da ação dos seres humanos. O "Leviatã", de Thomas Hobbes, publicado pela primeira vez em 1651, é um exímio exemplo das afirmações da época sobre as ações humanas estarem relacionadas a um ímpeto egoísta (HUNT, 1981 [1978]). Para Hobbes, o egoísmo inato levaria a um estado natural de guerra, em que cada pessoa agiria contra todas as outras e apenas um poder absoluto poderia solucionar a guerra de "todos contra todos" (HOBBES, 1999 [1651], p. 110).[108]

Com exceção de poucos grupos que se beneficiavam das restrições e

108 Isso fica evidente nas seguintes passagens do Cap. XIII – "Da condição natural da humanidade relativamente a sua felicidade e miséria"), de "Leviatã": "Pois a natureza dos homens é tal que, embora sejam capazes de reconhecer em muitos outros maior inteligência, maior eloquência ou maior saber, dificilmente acham que haja outros tão sábios como eles próprios" (HOBBES, 1999 [1651], p. 107). "De modo que na natureza do homem encontramos três causas principais de discórdia. Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; e terceiro, a glória" (*idem*, p. 108). "(…) Durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama guerra" (*idem*, p. 109).

regulamentações do comércio e da produção, a maior parte dos capitalistas passaram a defender as doutrinas individualistas e egoístas, com o objetivo de se livrarem do controle estatal e expandir seus lucros (HUNT, 1981 [1978])[109]. Enaltecer o indivíduo e suas ações era (e ainda é), então, a ideologia fundamental na qual o capitalismo precisava (e ainda precisa) se escorar, diante da qual um modelo, um tipo ideal, precisava (e ainda precisa) ser sustentado pelos economistas. É desse contexto, portanto, que deriva a noção de *homo economicus*.

2.3.1 – O indivíduo autointeressado de Adam Smith

A metáfora da "mão invisível" de Adam Smith é de suma importância nesse processo. Apesar de poucas vezes citada em toda sua obra, essa metáfora foi consagrada na Ciência Econômica por meio de seu trabalho[110]. A interpretação corrente (do senso comum) dessa metáfora a compreende como uma "divagação metafísica" na medida em que sugere apenas que certa "mão invisível" seria responsável pelo "equilíbrio" do mercado. No entanto, o uso que Smith fez da metáfora em "A riqueza das Nações" (1776), não se refere expressamente à suposta ordenação "metafísica", "invisível", do mercado, mas diz respeito às possíveis consequências *não intencionais* da ação humana, à *condição natural* que rege a ação e a *intenção moral* que a motiva. Embora o trecho em que Smith menciona a metáfora deixe evidente essa referência[111], o principal fundamento dessa ideia se encontra em seus estudos sobre filosofia moral, expostos em "A Teoria dos Sentimentos Morais", de 1759. Nesse sentido, para compreender a teoria econômica exposta por Smith em "A riqueza das Nações", seria necessário recorrer também aos seus estudos anteriores, que evidenciaram o significado por trás da metáfora da "mão invisível" (MARIUTTI, 2016; SANTOS e BIANCHI, 2007).

109 Dudley North (1641-1691) é considerado o primeiro porta-voz das ideias liberais do indivíduo, que deu base ao Liberalismo Clássico. North entendia que todos "eram motivados primordialmente pelo interesse próprio e que deveriam ter liberdade para competir por si sós num mercado livre, para que o bem-estar público fosse maximizado" (HUNT, 1981 [1978], p. 53).

110 Adam Smith teria citado a metáfora da "mão invisível" apenas três vezes em todos os seus escritos. Apesar disso, em conjunto com outros pensadores de sua época, Smith fundamentou a noção da "ordem espontânea" da economia, presente no iluminismo escocês (MARIUTTI, 2016; SANTOS e BIANCHI, 2007).

111 Em "A Riqueza das Nações", a metáfora da "mão invisível" está presente no seguinte trecho do capítulo 02 do livro IV: "(…) [o indivíduo] orientando a sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas o seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que *não fazia parte de suas intenções* (…). *Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade*" (SMITH, 1983 [1776], p. 379-380, grifo meu).

Pois bem, nesses estudos de filosofia moral de Smith, o autointeresse seria compreendido como algo natural nos seres humanos (uma propensão natural de busca pelo ganho)[112]. Contudo, isso seria algo bastante genérico e poderia se expressar tanto como egoísmo quanto como virtude, a depender de sua intensidade (SANTOS e BIANCHI, 2007). O que é importante apreender aqui é que, para Smith, por uma determinação natural de interdependência entre os seres humanos baseada na permuta, os indivíduos agiriam motivados pelo autointeresse (de modo egoísta ou não) e ao perseguir seus próprios interesses, beneficiariam (não intencionalmente) toda a sociedade. Em outras palavras, toda ação humana seria motivada por uma condição natural (natureza humana de busca pelo ganho – autointeresse) e carregaria uma intenção moral (egoísmo ou virtude) e dessas ações derivariam consequências não intencionais positivas (o benefício de toda a sociedade). Essa, portanto, seria a ideia contida na metáfora da "mão invisível" quando Smith a utilizou em "A riqueza das Nações".

Renata Moreno sintetizou a abordagem de Smith da seguinte maneira:

> O interesse individual e egoísta é, para Smith, o motor da ação dos agentes econômicos no mercado. Mas esse interesse individual se diluiria no ambiente doméstico, onde prevaleceria o altruísmo. Tal formulação não considera as dimensões da desigualdade e dos conflitos que marcam as relações sociais de gênero e as relações familiares. Segundo a formulação de Smith, a sociedade precisaria de uma esfera na qual os critérios que prevalecem são os morais, e não os da eficiência. Essa esfera seria o ambiente doméstico e, nele, as mulheres têm um papel importante. A realização do trabalho doméstico e de cuidados seria, nessa visão, uma expressão do altruísmo das mulheres (MORENO, 2013, p. 31).

As economistas Lourdes Benería, Günseli Berik e Maria S. Floro escreveram o

112 A visão naturalista de Adam Smith fica evidente na seguinte passagem: "[a] divisão do trabalho (…) é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente da natureza humana (…), essa propensão é simplesmente um dos princípios originais da natureza humana (…), é uma consequência necessária das faculdades de raciocinar e falar. De qualquer maneira, essa propensão encontra-se em todos os homens, não se encontrando em nenhuma outra raça de animais (…). No caso de quase todas as outras raças de animais, cada indivíduo, ao atingir a maturidade, é totalmente independente e, em seu estado natural, não tem necessidade da ajuda de nenhuma outra criatura vivente. O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes (…). Ele terá maior probabilidade de obter o que quer, se conseguir interessar a seu favor a auto-estima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa (…). Assim como é por negociação, por escambo ou por compra que conseguimos uns dos outros a maior parte dos serviços recíprocos de que necessitamos, da mesma forma é essa mesma propensão ou tendência a permutar que originalmente gera a divisão do trabalho" (SMITH, 1983 [1776], p. 49-50).

seguinte sobre Adam Smith:

> Adam Smith, em sua obra mais influente, *A riqueza das nações*, vinculou a busca egoísta de ganho individual ao bem-estar da sociedade (como resultado do crescimento econômico), por intermédio da mão invisível do mercado, sem considerar que poderia haver alguma contradição entre o individual e o coletivo (BENERÍA, BERIK e FLORO, 2018 [2016], p. 165, grifo das autoras).

Isso pode ser explicado da seguinte maneira. Em síntese, para Smith, o processo de criação de riqueza e sua disseminação através das nações dependeria das múltiplas características do homem econômico: suas motivações, propensões, talentos e preferências. Essas características comportamentais formariam a Economia que ele sistematizou: os talentos e a natural propensão à troca estariam combinados para gerar riqueza (MORGAN, 2006, p. 02 e 03). Essa concepção de indivíduo egoísta e ocasionalmente benfeitor para o restante da sociedade de Adam Smith inaugurou, portanto, o fundamento filosófico que sustenta a figura do *homo economicus*.

Como indicou Carrasco,

> Não é estranho, então, que neste contexto haja uma redefinição dos espaços públicos e privados e comece uma tradição que ignora a divisão por sexo do trabalho e oculta o trabalho doméstico familiar e sua articulação com a reprodução do sistema capitalista. Se inicia, assim, uma perspectiva de análise que mantém uma rígida separação entre diferentes dicotomias: público e privado, razão e sentimento, trabalho mercantil e trabalho doméstico, empresa e família (CARRASCO, 2006a, p. 04).

Carrasco (2006a) mostrou que Adam Smith teria reconhecido a importância do trabalho doméstico das mulheres, particularmente sobre a educação das crianças, na medida em que isso seria indispensável para formarem-se "trabalhadores produtivos", contribuindo para a riqueza das nações. Contudo, não conferiu valor econômico a esse trabalho. Insistiu na suposta "obrigação" natural das mulheres como mães e esposas. Além disso, não fez nenhuma discussão sobre as diferenças salariais entre mulheres e homens. Em contrapartida, Naïma Hamrouni (2011) publicou um artigo em defesa de

Smith, afirmando desde o título que ele não seria responsável pelo não reconhecimento do trabalho das mulheres. A autora argumentou que as críticas das economistas feministas endereçadas ao "pai fundador da ciência econômica moderna" (HAMROUNI, 2011, p. 54), como a de que seu pensamento acentuaria a divisão sexual do trabalho, formariam uma caricatura e não seriam todas justificáveis. Para ela, ainda, o pensamento de Smith estaria mais próximo do feminismo do que do anti-feminismo de sua época.

Do ponto de vista de Carrasco, o tipo de crítica abordada por Hamrouni tenderia a reproduzir certa "cegueira histórica e analítica dos autores clássicos" (CARRASCO, 2006a, p. 05). Uma cegueira que impede de compreender "a contribuição econômica decisiva das mulheres para a reprodução social" (*idem*, p. 05). Além do trabalho doméstico propriamente dito, "as mulheres mantêm longas horas na agricultura ou no trabalho fora de suas casas quer seja no trabalho fabril ou como pequenos comerciantes e ambulantes ou como trabalhadoras eventuais, babás ou lavadeiras" (*idem*, p. 05). Tudo isso, como abordou Carrasco, foi completamente ignorado das análises clássicas, embora se constituam em trabalhos fundamentais para o funcionamento da economia mercantil, direta ou indiretamente.

2.3.2 – O nascimento do homem econômico

Apesar de Smith ser o responsável por introduzir o indivíduo autointeressado na estrutura da Ciência Econômica, o *homo economicus*, no entanto, ele não desenvolveu um modelo afirmando-o. Essa dimensão de um modelo econômico fundamentado em uma *persona* poderia ser encontrado, primeiramente, em Thomas Malthus, particularmente em seus estudos sobre população. Para Malthus, as pessoas seriam movidas por um desejo insaciável de prazer sexual, o que resultaria em uma crescente populacional, a qual a produção de alimentos não conseguiria acompanhar. Daí que, para Malthus, implementar "controles preventivos", como restrições morais e controles de natalidade, seria necessário, na mesma medida em que seriam benéficos certos "controles positivos", como a fome, miséria, pragas e guerras (HUNT e SHERMAN, 1985 [1972]).

Malthus acreditava que “as massas” seriam incapazes de conter o crescimento populacional, diferentemente das pessoas com maiores rendas. Assim, as ideias de Malthus e dos liberais desaguavam juntas na ideia de que os governos deveriam renunciar aos pobres e não intervir na economia. Como argumentou Emery Kay Hunt, “Ainda hoje, muitos defendem as ideias de Malthus, insistindo em que a pobreza é culpa dos pobres, que têm filhos em quantidade excessiva, e em que nada se pode fazer para exterminá-la” (HUNT e SHERMAN, 1985 [1972], p. 65). Segundo Mary Morgan, o que Malthus nos disse é que “se o homem usasse sua capacidade de previsão e raciocínio para restringir sua família, as leis populacionais seriam diferentes” (MORGAN, 2006, p. 04). São nestes termos que, para Morgan, o *homo economicus* de Malthus seria o primeiro a servir como um modelo econômico. O homem econômico de Malthus seria, assim, uma figura cujo autointeresse e poder de raciocínio seriam subjugados por sua propensão natural à procriação.

Embora Smith seja considerado o responsável por introduzir o indivíduo autointeressado na estrutura da Ciência Econômica e Malthus também tenha definido uma concepção de indivíduo que carrega determinadas características morais em sua ação econômica, John Stuart Mill é geralmente identificado como o criador da noção de *homo economicus*. A primeira formulação mais alentada da ideia de *homo economicus* teria sido elaborada, portanto, por Mill, em sua descrição das motivações econômicas dos indivíduos na obra “Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela”, de 1836 (SOUZA, 2014). No entanto, ele nunca usou o termo “*homo economicus*” em seus escritos, tendo ele surgido, na verdade, de uma reação de John Kells Ingram ao trabalho de Mill (PERSKY, 1995).

A mais antiga nomenclatura explícita do termo “*homo economicus*” estaria, portanto, na obra “A História da Economia Política”, de 1888, em que Ingram desacreditou a economia política de Mill, dizendo que ela “não lidava com homens reais, mas com homens imaginários – ‘homens econômicos’ (...) concebidos como simplesmente ‘animais que fazem dinheiro’” (INGRAM *apud* PERSKY, 1995, p. 222, aspas do autor). Mais tarde, John Neville Keynes, também teria confrontado Mill, dizendo que o autor se referia a um homem econômico cujas atividades seriam determinadas apenas pelo desejo de riqueza (PERSKY, 1995). Desse modo, Mill teria caracterizado (embora

não explicitamente) o homem econômico como um indivíduo voltado a um único desejo, o desejo de possuir riqueza, e com a capacidade de obter esse fim de forma eficaz (MORGAN, 2006; SOUZA, 2014). Para Joseph Persky, para além do que afirmam Ingram e Keynes, o *homo economicus* de Mill não seria apenas um "monomaníaco faminto por dinheiro" (PERSKY, 1995, p. 223). Além de sua motivação para a acumulação, o indivíduo de Mill desejaria também, luxo, lazer e procriação.

Não obstante, para se compreender melhor o homem econômico de Mill, para além dessas quatro características (louco por dinheiro, desejoso de lucro, lazer e procriação), seria interessante notar como a teoria de Mill se insere na concepção de utilidade da Ciência Econômica. Em um sentido bastante simplificado, a base da teoria da utilidade está em dizer que o preço ou o valor de troca de uma mercadoria é estabelecido de acordo com o seu valor de uso ou de sua utilidade. Assim, passou-se a quantificar as necessidades a que o valor de uso precisaria atender. O ponto de partida dessa teoria seria o entendimento de que as decorrências do modo de produção capitalista – tais como a especialização do trabalho, o caráter competitivo e egoísta, a dependência fruto da especialização, a acumulação de capital e o controle dos processos de produção, como os sistemas de contabilidade, as leis e os contratos – seriam leis naturais e imutáveis, semelhantes às leis da natureza, projetadas de modo universal e generalizador (HUNT, 1981 [1978]).

A teoria da utilidade fica mais clara com o resumo das seguintes formulações de seus elaboradores. Conforme Hunt, para Jeremy Bentham, o aumento da utilidade de um produto aumentaria seu valor e, por consequência, a riqueza de seu dono. Para Jean-Baptiste Say, o desejo de ter um objeto e seu uso se originariam da utilidade desse objeto. A capacidade de criar a utilidade seria o que conferiria valor à produção. Assim, todos receberiam como renda uma quantia proporcional à sua participação na criação da utilidade e disso se beneficiaria toda a sociedade. Para Nassau Senior, os preços seriam reflexo das utilidades extraídas por cada indivíduo, do consumo das mercadorias e não o trabalho a elas incorporado. Já Frédéric Bastiat, teria reduzido toda a teoria econômica a uma mera análise da troca no mercado e se esforçado em explicar a natureza dos serviços prestados pelos proprietários de terras e pelos capitalistas e em demonstrar que a acumulação beneficiaria tanto capitalistas, quanto trabalhadores

(HUNT, 1981 [1978], p. 149, 154, 163, 194 e 197).

A perspectiva da utilidade de Mill, diferente das demais citadas acima, não entendia que o "deus cristão" tinha instituído a propriedade privada. Para ele, a propriedade privada era uma criação humana. A troca não era o centro da política econômica e o autointeresse era algo culturalmente construído pelo próprio capitalismo. "Temos, assim, que concluir que, apesar do fato de Mill esposar um ponto de vista utilitarista e apesar do fato de que o utilitarismo influenciou significativamente suas ideias, ele não era, com toda certeza, um utilitarista convicto" (HUNT, 1981 [1978], p. 204). Assim, embora o homem econômico de Mill fosse um louco por dinheiro, desejoso de lucro, lazer e procriação, e as proposições do autor estivessem ancoradas em certa perspectiva utilitarista, a partir de suas contribuições há uma mudança importante de paradigma na afirmação do comportamento autointeressado dos indivíduos como algo construído socialmente e não como uma característica natural dos seres humanos.

Continuando nosso percurso sobre o indivíduo na Ciência Econômica, cabe adentrar à teoria da utilidade marginal, na qual a utilidade marginal ou do grau final de utilidade é definida pela quantidade da necessidade que se tem de um determinado produto. Isto é, para essa tradição de pensamento o valor estaria relacionado com a maximização da satisfação dos interesses dos indivíduos. De acordo com William Stanley Jevons, o prazer e o sofrimento seriam o objeto último do cálculo da Economia, tudo aquilo que um indivíduo deseja e trabalha para obter teria utilidade para ele. Assim, o valor com sentido de apreço ou desejo seria idêntico ao seu grau de utilidade[113]. A utilidade marginal de algo seria, portanto, o que Jevons chamou de grau final de utilidade (JEVONS, 1983 [1871]).[114]

Jevons compreendeu o homem econômico, portanto, como um "consumidor calculista", cujas motivações e ações seriam definidas em termos psicológicos. Isso, com base no princípio moral economicista do utilitarismo e em sua crença de que o comportamento econômico deveria ser caracterizado na linguagem formal da

113 Isso fica evidente na seguinte passagem: "Mas no momento em que distinguimos entre a utilidade total de uma quantidade de um bem e o grau de utilidade de porções diferentes, podemos dizer que é sua escassez que evita a queda do grau final de utilidade. O pão tem a utilidade quase infinita de manter a vida e, quando se torna uma questão de vida ou morte, uma pequena quantidade de comida excede em valor todas as outras coisas", (JEVONS, 1983[1871], p. 105).

114 Isso teria relação com o que Senior chamou de "lei da variedade" e o que Edward Banfield chamou de "lei da subordinação das necessidades", (JEVONS, 1983 [1871]; MARSHALL, 1982 [1890]).

matemática: o "buscador de prazer" que "maximiza a utilidade" do consumo. Basicamente, conforme Mary Morgan, Jevons "levou o homem econômico para o laboratório de matemática para caracterizar seu comportamento com um novo nível de exatidão e para investigar as leis de seu comportamento" (MORGAN, 2006, p.12). Isto é, ao contrário do *homo economicus* de Mill, o indivíduo calculista de Jevons, seria uma personagem introspectiva, cuja subjetividade não poderia ser acessada.[115]

2.3.3 – O homem econômico racional

O homem calculista de Jevons teria ajudado a fundamentar a concepção de "utilidade marginal". A escolha racional que os indivíduos econômicos ("agentes econômicos") fazem, foi efetivamente colocada no centro do comportamento econômico. A partir disso, a Economia Neoclássica e a consequente concepção de homem econômico racional (*rational economic man*) teriam sido elaboradas (MORGAN, 2006).[116] O sentido neoclássico do *homo economicus* teria sido empregado pela primeira vez por Alfred Marshall, em sua "Aula inaugural do curso de economia de Cambridge", de 1885. No pensamento de Marshall a motivação econômica não estaria separada de outras motivações não-econômicas e seu método de investigação do indivíduo previa uma cuidadosa observação de comportamentos, instituições e costumes. Para ele, a natureza humana estaria conformada entre os fatos que dependeriam do tempo e do espaço e as próprias condições econômicas influenciariam seu caráter. Assim, o "*homo economicus* marshallensis" seria "um sujeito menos raso do que aqueles relacionados aos primeiros marginalistas: historicamente e geograficamente determinado, sujeito a influências econômicas e não-econômicas, sempre contrapondo seus desejos pecuniários a preceitos éticos e morais" (SOUZA, 2014, p. 23).

Para Carrasco, na Economia Neoclássica, as mulheres seriam tratadas como "mães, especializadas donas de casa devido as suas capacidades reprodutivas, economicamente dependentes de seus pais ou maridos, improdutivas no trabalho e pouco racionais para tomar decisões" (CARRASCO, 2006a, p. 08). Para a autora, por essa

115 O "homem calculista" é, segundo Mary Morgan (2006), comparável a Ebenezer Scrooge, a personagem principal da história "Um Conto de Natal", de Charles Dickens, publicado pela primeira vez em 1843. A partir do trabalho de Jevons, Frank Knight teria elaborado os detalhes do indivíduo calculista (MORGAN, 2006).

116 Um estudo aprofundado do homem econômico racional foi feito por HOLLIS e NELL, 1977.

razão a crítica da economia neoclássica, a partir de uma perspectiva feminista, seria "grande, abundante e antiga" (*idem*, p. 08). Benería, Berik e Floro, por exemplo, escreveram o seguinte sobre a economia neoclássica: "A economia neoclássica segue (...) sem questionar as consequências da busca de uma ganância individual para as instituições, o comportamento humano e a sociedade em seu conjunto" (BENERÍA, BERIK e FLORO, 2018 [2016], p. 165).

A Economia Neoclássica combinaria, em síntese, três ideologias capitalistas: 1. o argumento da "mão invisível", no qual as trocas em um mercado livre se harmonizariam com os interesses de todos; 2. a ideia de que esse mercado livre se ajustaria automaticamente a um equilíbrio com o pleno emprego; e 3. a ideia de que a distribuição da renda deveria ser determinada pela produtividade. A partir dessa base, a Economia Neoclássica contemporânea se dividiria entre neoclássicos liberais e neoclássicos conservadores e o principal ponto em comum entre ambos seria, justamente, a defesa do sistema capitalista, da propriedade privada e das instituições fundamentais para que esse modo de produção se mantenha (HUNT, 1981 [1978]).

Nas palavras de Hunt:

> (…) a economia neoclássica vê o processo econômico como uma simples série de trocas nas quais se permutam coisas equivalentes. Todos se beneficiam porque, embora cada um consiga exatamente o valor equivalente àquilo de que abre mão, obtêm mais utilidade com o que fica do que com o que dá em troca. Portanto, o mercado harmoniza o interesse de todos e maximiza a utilidade para todos. Não existem classes nem antagonismo de classe (HUNT, 1981 [1978], p. 343).

Em meados do século XX, portanto, a escolha "racional" do homem econômico tornou-se uma questão mais importante do que suas motivações e desejos, como foi para os autores anteriores. Na base da Economia Neoclássica do século passado, os cálculos de utilidade teriam fornecido apenas uma vertente ao *homo economicus*. A segunda vertente viria do marginalista austríaco Carl Menger, que teria discutido a avaliação individual e subjetiva sem qualquer um dos aparatos do cálculo utilitarista. Para Menger, o homem econômico seria um economizador em vez de um maximizador. Suas avaliações subjetivas (baseadas em introspecção) estariam

relacionadas à escolha entre satisfazer diferentes necessidades em vez de calcular as unidades-padrão do prazer de consumir bens diferentes, como faria o homem calculista de Jevons. É somente nessa tradição marginalista austríaca que seria encontrada uma explicação econômica da escolha. Com ela, supor-se-ia que os desejos só poderiam ser maximizados ou satisfeitos por meio de escolhas "racionais" (MORGAN, 2006).

Em relação ao conceito neoclássico de racionalidade, as economistas Benería, Berik e Floro escreveram que:

> O conceito neoclássico de racionalidade, que se supõe constituir a norma em matéria de comportamento humano, especifica um conjunto particular de fins aos que supostamente aspira o interesse individual egoísta; se supõe que os seres humanos intentam conseguir uma ganância máxima: o empresário ou empresária intenta maximizar seus benefícios, o trabalhador ou a trabalhadora intentam seus rendimentos, e o consumidor ou a consumidora, sua utilidade. Por sua vez – segundo se argumenta –, a racionalidade econômica garantiria que o funcionamento dos mercados promova a máxima eficiência na atribuição dos recursos e a maximização da produção com os custos mais baixos possíveis (BENERÍA, BERIK e FLORO, 2018 [2016], p. 165).

Um exemplo do modo como a Economia Neoclássica abordou o *homo economicus* pode ser visto na "Nova Economia Doméstica", já abordada no *Capítulo 01*. Carrasco (2006a) discutiu o modo como Gary Becker partiu do referencial neoclássico para analisar o trabalho doméstico. Sua crítica central é a de que Becker compreenderia a família como uma instituição harmônica, sem conflitos de interesses, formulando, assim, o "teorema do altruísmo" (CARRASCO, 2006a, p. 11), em que o "chefe de família" incorporaria "em sua função de utilidade as funções dos demais membros" (*idem*).[117]

> No processo de maximização da utilidade familiar se estabelece o tempo que a família como coletivo deve dedicar a cada tipo de trabalho. Mas, a especialização no mercado de trabalho ou no trabalho doméstico dos distintos membros familiares dependerá de suas respectivas vantagens comparativas. De acordo com Becker, as (presumidas) vantagens comparativas levam a que os homens se especializem no trabalho de mercado e as mulheres no trabalho doméstico (CARRASCO, 2006a, p. 11).

117 Nancy Folbre (1986) abordou a mesma questão.

Como analisaram as economistas feministas, a ausência das mulheres nos modelos econômicos insiste em uma distinção "natural" entre as esferas privada e pública. A consequência central disso seria a invisibilização dos trabalhos os quais as mulheres historicamente foram encarregadas e as contribuições desses trabalhos para o bem-estar social (GRAPARD, 1995). Assim, tanto o *homo economicus* "como o sistema econômico oficial, só podem existir porque suas necessidades básicas – individuais e sociais, físicas e emocionais – são cobertas pelo trabalho não remunerado das mulheres" (CARRASCO, 2006a, p. 14).

Ademais, as críticas das economistas feministas ao *homo economicus* se encontram, também, com as críticas antirracistas à economia neoclássica. Segundo Rhonda Williams, para Vernon Dixon, por exemplo, haveria uma tendência da economia neoclássica em construir o afro-americano como fundamentalmente patológico e, por consequência, incapaz de competir em economias capitalistas. Nesse sentido, seria preciso também caracterizar o homem econômico como euro-americano. Williams chamou a atenção para a necessidade de se racializar a teorização de gênero. Ou seja, o homem econômico pertenceria a uma raça e uma classe específicas (WILLIAMS, 1993).

Apesar do comportamento racional dos "agentes econômicos" se delinear na Economia Neoclássica, a teoria sociológica da escolha racional, emergente entre as décadas de 1950 e 1960 nos Estados Unidos, também pode elucidar algo. Essa teoria – que se propõe a explicar o comportamento social e político assumindo que as pessoas agiriam racionalmente – foi considerada como uma "invasão" do homem econômico na Sociologia, no sentido em que representaria "(...) o último assalto imperialista da economia na Sociologia: a subordinação do *homo sociologicus* ao *homo economicus*" (BAERT, 1997, s.p., grifos do autor). Em linhas gerais, os sociólogos da escolha racional desenvolveram teorias para explicar e prever padrões de comportamento de um determinado grupo de pessoas. Por essa razão, essa teoria é tão relevante para os estudos sobre ações coletivas. Contudo, na perspectiva da escolha racional, a noção de interação entre indivíduo e ambiente seria ofuscada, além de que a "ideia de autointeresse desabona qualquer iniciativa, relacionada ao altruísmo, como se o senso grupal e o bem comum não pudessem ser motivadores para a ação coletiva"

(SCHEEFFER, 2013, p. 38).

Ainda no tema da relação da Economia com a Sociologia, no início do século XX, Vilfredo Pareto teria procurado integrar ambas as áreas. Seu *homo economicus* seria, então, uma tentativa de criar um conceito de homem "completo" (para além do econômico), incluindo a dimensão das emoções. Em contrapartida, no período entreguerras, Lionel Robbins teria possibilitado o afastamento da teoria econômica da psicologia, esforçando-se para que a Economia fosse formulada apenas em termos lógicos e formais. Robbins seria o responsável por definir a racionalidade como sendo a consistência das preferências dos "agentes" (porquê e como), o que diferiria muito da abordagem da racionalidade como maximização racionalizada do autointeresse (SOUZA, 2014, p. 29).

Das críticas feitas à Mill ou da aula inaugural de Marshall em diante, a noção de *homo economicus* segue sendo revista[118] ou reprovada (sobretudo pelas economistas feministas), mas permanece como um paradigma importante para a maior parte da Ciência Econômica, já que o conceito de indivíduo tem grande centralidade, sobretudo para a tradição neoclássica. Como adverte Persky (1995), seria um grave erro ler no *homo economicus* de Mill a moderna identificação do homem econômico com a própria racionalidade. Em muitos usos contemporâneos, a essência do homem econômico não residiria no que ele escolhe, mas em seu método racional de fazer escolhas. *Grosso modo*, é desse contexto que emergiria, enfim, a figura do "agente racional", em que uma das implicações seria, justamente, a dificuldade de tratar os agentes como heterogêneos (SOUZA, 2014, p. 27-29).

2.3.4 – O homem econômico de Davos

As economistas Lourdes Benería, Günseli Berik e Maria S. Floro abordaram o "homem de Davos", como o homem econômico contemporâneo. Essas autoras analisaram que o *homo economicus* – a "personagem central dos modelos econômicos convencionais" (BENERÍA, BERIK e FLORO, 2018 [2016], p. 164) – "passou a constituir

118 Diante das críticas, abre-se a possibilidade de caracterizar de outros modos os indivíduos tratados pela ciência econômica. Por exemplo: *Homo behavioralis; Homo socioeconomicus; Homo bioeconomicus; Homo heuristicus; Homo habitualis; Homo psychologicus; Homo gynoeconomicus; Homo reciprocans* (SOUZA, 2014).

um tipo de personalidade mais frequente" (*idem*, p. 164). Um exímio exemplo disso seria a formação de valores e normas sociais em torno dos economistas do *Fórum Econômico Mundial* de Davos, na Suíça, que reúne ninguém mais, ninguém menos, do que as "pessoas que dirigem o mundo" (*idem*, p. 168).

As autoras destacaram que no ano de 1997 o jornal *The Economist* forjou valores e normas em torno do "homem de Davos".[119]

> Segundo o *The Economist*, o homem de Davos é a personificação do "homem econômico racional" triunfante e designa aos homens de negócios, banqueiros, funcionários e intelectuais que compartem a fé no individualismo, a democracia de livre mercado (ao estilo ocidental) e o "capitalismo inovador" que maximiza incessantemente aos benefícios graças às mudanças tecnológicas. São quem controlam muitos dos governos do mundo e o grosso de suas capacidades econômicas e militares (BENERÍA, BERIK e FLORO, 2018 [2016], p. 168, grifos e aspas das autoras).

No *Fórum* de 2007, uma colunista do *Financial Times*, Gillian Tett, teria definido os homens de Davos da seguinte maneira:

> (…) [São] agentes de vendas dos grandes bancos estadunidenses, com muita lábia e dentadura branca, vendendo avidamente dívida hipotecária reembalada; comerciantes britânicos que riem de si mesmos; e sérios representantes de companhias de seguros e bancos alemães que fumam um cigarro atrás do outro. Sua presa incluía gestores de fundos da Itália, Espanha, Alemanha e Grécia, frequentemente com trajes de elegantes tons de pastel. (...) também se podia observar alguns reguladores, que chamavam a atenção por seu aspecto em geral mais desalinhado que o dos banqueiros. Não obstante, algumas das delegações mais numerosas correspondiam as três agências de qualificação de crédito que estavam obtendo grandes benefícios com o boom das obrigações de dívidas garantidas (TETT, 2007 *apud* BENERÍA, BERIK e FLORO, 2018 [2016], p. 168).

Baseadas nessas duas declarações, Benería, Berik e Floro localizaram o homem de Davos nos contornos do neoliberalismo e da globalização contemporânea.

119 Lourdes Benería abordou esse debate em um artigo publicado no periódico *Feminist Economics*. Ver: BENERÍA, 1999. Outra análise da Economia Feminista sobre o *homo economicus* publicada no mesmo periódico pode ser vista em: SEGUINO, STEVENS e LUTZ, 1996.

Um momento histórico em que predominaria uma "ênfase categórica na produtividade, na eficiência, na rentabilidade financeira, no individualismo, na conduta competitiva, no consumo, até em uma aparente tolerância ou inclusive aceitação das desigualdades sociais e na ganância" (BENERÍA, BERIK e FLORO, 2018 [2016], p. 167).

Na esteira dessas autoras, gostaria de abordar o neoliberalismo como um modo de vida (DIAS, 2012), forjado por uma racionalidade governamental (FOUCAULT, 2008 [1978-1979]) orquestrada. Pelo menos desde a década de 1970, o neoliberalismo pôde ser compreendido para além de uma mera orientação de política econômica.

Com o curso de 1978-1979 de Michel Foucault, no *Collège de France*, o neoliberalismo é compreendido como uma racionalidade governamental que pauta objetiva e subjetivamente a vida no capitalismo contemporâneo. Foi Foucault (2008 [1978-1979]) quem primeiro argumentou que no neoliberalismo a lógica de mercado é ampliada para todas as dimensões da vida.[120] Como um modo de vida, ele se capilariza por todas as instâncias da vida, instituindo o consumo em todas elas, como uma "medida do mérito individual" (BENERÍA, BERIK e FLORO, 2018 [2016], p. 169).

Para Edmundo Fernandes Dias, "O modo de vida materializa a passagem das macroestruturas (relações capital-trabalho na sua forma mais abstrata) às microrelações (o cotidiano das classes)" (DIAS, 2012, p. 51). Assim, "Todo modo de vida se realiza em um conjunto de instituições que, ao mesmo tempo, expressam a relação estrutural-contraditória de dominação" (*idem*, p. 51). Com esse fundamento, Dias compreendeu o neoliberalismo como: "A redução de tudo e de todos à condição de mercadoria (...) tanto para o processo de acumulação, quanto para o controle político" (*idem*, p. 58). Trata-se de todo um processo histórico de "captura de subjetividade" (*idem*, p. 283) para o "controle" social. Em abordagem semelhante, David Harvey afirmou que o neoliberalismo foi acolhido em toda parte, tornando-se hegemônico, como "modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo" (HARVEY, 2008 [2005], p. 13). Para esse autor, a "empreitada" neoliberal é tamanha que, sem o consenso seria impossível sua implementação. Na sua construção, o "consentimento político num espectro

120 Ver, também, BROWN, 2003, e LEMKE, 2001.

suficientemente amplo da população" (*idem*, p. 49), fez-se imprescindível.

Foucault, em seu curso de 1978-1979, fez uma longa explanação sobre o neoliberalismo e, sobretudo, sobre o homem econômico neoliberal que percebia tomar corpo. Seu modo de representá-lo difere pouco do Homem de Davos, embora seja preciso destacar a enorme diferença entre o neoliberalismo da década de 1970 com relação ao que ele se tornou na virada do século e, ainda mais, como se coloca atualmente, tendo passado setenta e cindo anos da reunião de Bretton Woods (em que se arquitetou o FMI e o BM) e ao menos duas décadas dos paradigmáticos *Programas de Ajustes Estruturais* (PAEs) do final do século XX.

A análise de Foucault, no entanto, permanece extremamente importante na medida em que ele percebeu certa singularidade do neoliberalismo estadunidense em fundamentar-se na ideologia do "capital social" (um tipo de americanismo[121] neoliberal).

> Direi que em certo sentido, (…) o neoliberalismo aparece nessas condições como o retorno ao *homo oeconomicus*. (...) ele o é com um deslocamento considerável, pois, na concepção clássica do *homo oeconomicus*, esse homem (…) é o homem da troca, é o parceiro, é um dos dois parceiros no processo de troca. E esse *homo oeconomicus* parceiro da troca implica, evidentemente, uma análise do que ele é, uma decomposição dos seus comportamentos e maneiras de fazer em termos de utilidade, que se referem, é claro, a uma problemática das necessidades, já que é a partir dessas necessidades que poderá ser caracterizada ou definida, ou em todo caso poderá ser fundada, uma utilidade que trará o processo de troca. *Homo oeconomicus* como parceiro da troca, teoria da utilidade a partir de uma problemática das necessidades: é isso que caracteriza a concepção clássica do *homo oeconomicus*. No neoliberalismo – e ele não esconde, ele proclama isso –, também vai-se encontrar uma teoria do *homo oeconomieus*, mas o *homo oeconomicus*, aqui, não é em absoluto um parceiro da troca. O *homo oeconomicus* é um empresário, é um empresário de si mesmo. (…), sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda(FOUCAULT, 2008 [1978-1979], pp. 310-311).

Wendy Brown (2003) é uma autora que tem desenvolvido textos muito interessantes com base no curso de Foucault sobre o neoliberalismo e o *homo*

121 Faço aqui uma menção a Antonio Gramsci (2011 [1934]) em *Americanismo e Fordismo*.

economicus.[122] Conforme analisou Brown, no neoliberalismo o *homo economicus* tornou-se "a norma do humano e do mundo" (BROWN, 2003, s.p.). Essa autora analisou como o *homo economicus* contemporâneo se manifesta não apenas no Estado, mas também nas "grandes corporações, pequenas empresas, organizações sem fins lucrativos, escolas, consultorias, museus, países, estudiosos, artistas, órgãos públicos, estudantes, sites, atletas, equipes esportivas, programas de pós-graduação, prestadores de serviços de saúde, bancos e instituições jurídicas e financeiras globais" (BROWN, 2015, p. 10). Segundo Brown, em Smith o *homo economicus* teria seus contornos no "comerciante malicioso", com os neoclássicos buscou pelo prazer e há trinta anos ainda era orientado pela busca incessante pelo lucro. No entanto, atualmente "se tornou empreendedorizado (...) e foi formulado como capital humano" (BROWN, 2015, p. 32-33).

As economistas Benería, Berik e Floro escreveram o seguinte sobre o *homo economicus* no contexto do neoliberalismo:

> (…) a suposição do homem econômico racional está incrustrada no marco teórico das políticas neoliberais e se encontra na base de todos os esforços para responsabilizar exclusivamente a pessoa individual de sua própria subsistência. É o que acontece tanto no caso das políticas de desmantelamento da rede de seguridade social, de flexibilização e de desregulação do mercado de trabalho ou de financeirização que vincula os rendimentos de uma pessoa depois da aposentadoria para a avaliação do mercado de valores (BENERÍA, BERIK e FLORO, 2018 [2016], p. 165).

Não obstante, em que medida, nesse estágio do neoliberalismo, as mulheres têm se tornado cada vez mais identificadas com esse tipo de racionalidade econômica neoliberal? Benería, Berik e Floro responderam a essa questão dizendo que em muitas sociedades o comportamento das mulheres permaneceriam muito diferentes dos pressupostos do *homo economicus* neoliberal e seguiriam motivadas por outras questões não mercantis, como o afeto, a empatia e a cooperação. Estudos recentes demonstrariam que mesmo que o interesse pessoal tenha alguma dimensão no presente dessas mulheres, sua dimensão em relação aos homens ainda seria menor. Isso porque sua história de relação com os cuidados colocaria em foco certa responsabilidade com a vida

122 Inclusive essa autora tem feito análises muito interessantes sobre a questão da "crise da democracia liberal", como pode ser visto em: BROWN (2003).

das outras pessoas.

O que gostaria de ressaltar aqui é que o *homo economicus* permanece uma figura individual, racional, autocentrada e egoísta, apesar das variações de intensidade em cada abordagem e de método de cada um de seus momentos históricos. De qualquer que seja a perspectiva, o homem econômico é, inegavelmente, um amante do capital e tem o lucro como a razão de sua existência e disso, muitas vivências e valores escapam. A relação entre a expansão do capital e a individualidade egoísta e gananciosa do homem branco ocidental é inegável.[123] Essa questão nos provoca a pensar que a reflexão sobre gênero, mais do que nunca precisa centrar a sua atenção no modo como as relações sociais têm construído a masculinidade e o quanto essa construção interessa à expansão da acumulação capitalista. Isso parece ser tão relevante quanto valorizar os aspectos não mercantis, referentes ao feminino, como abordam as economistas feministas.

Miriam Nobre formulou o debate abordado até aqui de uma maneira bastante sintética e contundente:

> As feministas afirmam que esse indivíduo, o chamado homo economicus, que a economia dominante observa, não é uma pessoa qualquer, mas um homem branco. Suas preferências e a maneira de agir pode até explicar o comportamento de um homem branco de 30 e poucos anos, detentor de capital, mas não toda a humanidade. Quanto ao grau de autonomia, que lhe é atribuído pela tendência econômica dominante para exercer suas escolhas, as feministas o questionam, mostrando que existem relações de poder e conflito, tanto na sociedade como na família, fazendo com que uns tenham mais autonomia do que outros (NOBRE, 2002, p. 10).

Para que a compreensão sobre as abordagens aqui elencadas seja facilitada, elaborei o quadro abaixo para sintetizar o modo como o *homo economicus* foi apresentado.

123 María José Capellín, teria chamado os indivíduos privilegiados da modernidade de BBVAh: branco, burguês, *varón*, adulto, heterossexual (PÉREZ, 2014).

Quadro 03 – Síntese do modo como o *homo economicus* é compreendido. Elaboração própria.

Referência	Nomenclatura	Características
Thomas Hobbes	Indivíduo egoísta	Naturalmente egoísta, gera a guerra de todos contra todos.
Adam Smith	Indivíduo autointeressado	Naturalmente autointeressado, suas ações beneficiam todo o conjunto da sociedade.
Thomas Malthus	Indivíduo sexualmente insaciável	O autointeresse e o poder de raciocínio seriam subjugados por sua propensão natural à procriação
John Stuart Mill	Homem Econômico	Desejo insaciável de riqueza, luxo, prazer e sexo.
William Jevons	Homem Econômico Calculista	Tudo o que se deseja é útil. Homem calculista.
Alfred Marshall	Homem Econômico Racional	Sofre influência de questões não econômicas, seus anseios são submetidos a questões éticas e morais.
Carl Menger	Homem Econômico Racional	Homem economizador.
Vilfredo Pareto	Homem Econômico Racional/Emocional	Não é só econômico, há emoções.
Lionel Robbins	Homem Econômico Racional	Racionalidade é a preferência do "agente".
Neoliberalismo: por exemplo, Friedrich Hayek; Milton Friedman; Ludwig von Mises;.	Homem de Davos	Demanda incessante por mercadorias, é responsabilizado por todos os aspectos de sua vida (capital humano).

2.3.5 – O "homem cogumelo" naufragado

A economista feminista Paula England (1993) argumentou que leis, crenças culturais, e outras práticas discriminatórias teriam excluído a maior parte das mulheres da política, das lideranças religiosas, das posições militares e dos trabalhos tradicionalmente masculinos no trabalho assalariado. Isso faria com que apenas os homens fossem associados à honra, poder e dinheiro. Enquanto as mulheres seriam associadas às atividades tradicionais, pouco valorizadas. Esses modelos de separação, presumiriam que na "economia" ou no "mercado" os seres humanos seriam autônomos, impermeáveis às influências sociais e com pouca conexão emocional entre si, tornando a empatia algo impossível, enquanto que a família seria o lugar do altruísmo e da conexão.

Essas suposições foram classificadas, por England, como androcêntricas, ou centrada nos homens, favorecendo-os. Para a autora, muito do modo como os padrões sociais de gênero são organizados derivaria dos modelos neoclássicos e das experiências humanas que tais modelos excluem. Esse sexismo invisibilizaria o quanto os trabalhos domésticos contribuiriam para a Economia, a sociedade e a política – para a "riqueza das nações" (ENGLAND, 1993).

De acordo com as economistas feministas[124], o homem econômico da Ciência Econômica androcêntrica dominante se assemelha a um *cogumelo*[125], ou melhor, ao "homem cogumelo" de Thomas Hobbes[126]. Em "O Cidadão" (1642), ao refletir sobre o estado de natureza, Hobbes afirmou que deveríamos considerar "os homens como se nesse instante acabassem de brotar da terra, e repentinamente (como cogumelos) alcançassem plena maturidade, sem qualquer espécie de compromisso entre si" (HOBBES, 2002 [1642], p. 135). É como se esse indivíduo nascesse já formado e com suas preferências já desenvolvidas: um ser pronto, que não depende de nada e não é responsável por nada além de si mesmo (NELSON, 1993). De acordo com Carrasco, o *homo economicus* representaria a falsa autonomia da parcela masculina da população, um mundo público aparentemente autônomo:

> (…) cego à necessária dependência das criaturas humanas, baseado na falsa premissa de liberdade; um mundo incorpóreo, sem necessidades para satisfazer; um mundo constituído por pessoas inesgotáveis, sempre sãs, nem muito jovens, nem muito adultas, autoliberadas das tarefas de cuidados (Carrasco, 2006a, p. 14).

Para Pérez, o ideal de mercado teria sido estruturado com base na ideia de um trabalhador assalariado que surgiria pronto para o trabalho, como um *cogumelo*, que só poderia existir, no entanto, se houvesse quem assumisse a responsabilidade de manter a vida no dia-a-dia. Toda essa quantidade de trabalho de cuidados não remunerados formaria, assim, a base invisibilizada que sustenta o conjunto da estrutura da sociedade. Além disso, a autora sugeriu que a partir desse conjunto de raciocínios

124 Entre elas, Amorós (1992), Carrasco (2006), Nelson (1993) e Pérez (2014a).

125 Na literatura estrangeira escrita pelas economistas feministas o termo é traduzido para: "*hongo*", "*champiñone*", "*mushroom man*".

126 Recobro que no início deste texto Hobbes foi apontado como um dos primeiros autores na elaboração da ideia de que haveria certo egoísmo inato aos seres humanos.

androcêntricos é que a noção de "dona de casa" teria sido criada, como plenamente disponível para o trabalho doméstico (PÉREZ, 2006).

Diana Strassmann sintetizou essa crítica de uma maneira bastante clara:

> A suposição da autonomia individual, por exemplo, desvia a atenção da sequência lógica da vida humana e das complexidades das relações interdependentes. Mais ainda, a noção de pessoas como agentes independentes e personalidades únicas, responsáveis somente por suas próprias necessidades, reflete uma visão de mundo adulta e privilegiada, desproporcionalmente masculina. Uma estrutura teórica construída na experiência de adultos independentes ignora a autonomia limitada das crianças, dos mais velhos e dos doentes, assim como daqueles que dependem criticamente de decisões de outros (STRASSMANN, 2002 [1999], p. 27).

Miriam Nobre compreendeu a questão da seguinte maneira:

> Esse indivíduo é, ademais, pensado de forma isolada, como um Robinson Crusoé em uma ilha perdida, que nunca foi criança nem será velho porque não tem relações de dependência com ninguém. Como as feministas comentam, esse homem é como um fungo que já aparece pronto e com suas preferências definidas. Além de difundir o mito da independência, o pressuposto da autonomia esconde todo o trabalho da reprodução, da produção das pessoas, que é feito em sua maioria pelas mulheres (NOBRE, 2002, p. 11).

O "cogumelo venenoso" ("seta venenosa"), como o denomina Celia Amorós (1992), teria sua versão econômica encarnada em Robinson Crusoe, como abordou Pérez (2014a). Para Ulla Grapard, "no mínimo devemos nos questionar o que a história de um homem branco, colonial – que naufragou e viveu sozinho em uma ilha do Caribe por vinte e seis anos antes de encontrar um 'selvagem' – pode nos falar sobre a economia moderna" (GRAPARD, 1995, p. 35, aspas da autora). No bojo da ausência da percepção dos processos produtivos como relações sociais na economia clássica, há também a dimensão de que para essa tradição econômica – que se arrasta aos dias atuais, sob outras conotações – as relações de gênero e de raça/etnia seriam insignificantes. Veja que pouco se questiona o fato de Robinson Crusoé ser "dono" de

escravos, ter sido fazendeiro de cana-de-açúcar e tabaco no Brasil e só ter naufragado porque organizou um navio para ir à Guiné traficar pessoas.

Na verdade, foram os próprios economistas[127] que usaram Crusoé como referência para o *homo economicus*. Conforme Grapard, ao usarem a história de Defoe, de 1719, tais economistas removeriam Crusoé do mundo de violência, coerção e exploração em que Defoe o descreveu e o colocariam, como "agente econômico", em um mundo sem mulheres. Ao projetá-lo em Crusoé, os economistas tomariam o homem ocidental (branco e capitalista) como a norma humana.

Isso revelaria, portanto, o quanto suas teorias são histórica e culturalmente situadas, contribuindo para a construção sexista e racista dessa ciência.

2.3.6 – Marx e as "robinsonadas": relações sociais, reprodução social e valor

A crítica de que o *homo economicus* seria semelhante a Robinson Crusoé não se restringe às economistas feministas. Karl Marx, já no século XIX, elaborou a sua análise crítica às "robinsonadas" dos economistas clássicos quando escreveu sobre "O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo"[128]. Marx se aproveitou da comparação do *homo economicus* com Crusoé para reforçar o seu argumento de que faltaria à Economia Política Clássica a dimensão da relação social.

Para Marx, os "modos diferentes de trabalho humano", como pescar ou construir móveis, que Crusoé executava em sua ilha, seriam distribuídos em seu tempo, conforme a necessidade e serviriam para satisfazer as suas necessidades. Tais "trabalhos úteis" teriam sido elencados por Crusoé em sua "escrita sobre si", em que o náufrago descreveu o dispêndio de tempo e de materiais (as características essenciais do valor para a Economia Clássica) para prover as suas necessidades. Eis que para ele, refugiar-se apenas nisso (dispêndio de tempo e de materiais) – o que faz a Economia Clássica tendo como horizonte Robinson Crusoé – mistificaria o modo de produção capitalista, que é uma investida própria da economia burguesa (MARX, 1988b [1867], p. 70-78).

Marx também ressaltou que, na ilha, as determinações do trabalho eram

127 Por exemplo, Jevons, Marshall, Edgeworth, Wicksell and J. B. Clark (GRAPARD, 1995).
128 "O Capital", vol. I, Livro I, Cap. I.

vistas de modo individual e Crusoé era independente. Enquanto que na "sombra da idade média", ou nas sociedades capitalistas, as determinações do trabalho seriam percebidas de modo social e haveria certo nível de dependência social.

Gostaria de problematizar essa questão fazendo uma breve digressão em direção a algumas categorias de análise forjadas nessa tradição de estudos: reprodução social e valor, por meio das quais analisarei, no *Capítulo 05*, a perspectiva da "vida no centro". Começarei pelo debate produção-reprodução, que é o tema central desta tese.[129]

Para a Economia Política Clássica, a produção se desenvolveria em etapas que, encadeadas, formariam o processo industrial. A produção *stricto sensu* (ponto de vista economicista) teria o objetivo de transformar a matéria-prima em produtos comercializáveis, que corresponderiam às necessidades dos indivíduos no capitalismo. Em seguida, viria a distribuição e a troca e, por fim, o consumo, entendido como a finalidade desse processo. Esse seria, segundo Marx, o "silogismo"[130] dos economistas clássicos (MARX, 1996, pp. 25-31), a "representação científica da classe burguesa", que promoveria uma separação do que se encontra unido e ocultaria a produção dos indivíduos sociais, ocultando, portanto, a exploração da força de trabalho (*idem*, pp. 25-31).

Para Marx, haveria nele o equívoco de considerar a produção, distribuição, troca e consumo, como etapas independentes no processo produtivo, além de ignorar esse processo como a construção de um "modo de vida". Marx demonstrou que no processo de produção existiria uma identidade imediata entre a produção e consumo (MARX, 1996, pp. 30-38). Para ele, a produção e o consumo existiriam como meio e por mediação um do outro, possuindo uma dependência recíproca. Cada qual, produção e consumo, ao se realizar, tornar-se-ia criador do outro e isso se estenderia para a circulação. Essa indissocibilidade seria, portanto, o fundamento básico do processo de reprodução ampliada do capital, para Marx.[131]

O "silogismo" (economicista) invisibilizaria, portanto, a reprodução social. No começo do século XX, Rosa Luxemburgo abordou o tema da reprodução social dizendo

129 Cabe lembrar que Mary Castro e Lena Lavinas (1992) analisaram o caráter polissêmico e impreciso do um uso do termo "reprodução" pelos estudos do trabalho doméstico.

130 Raciocínio dedutivo.

131 Abordei essa questão do "silogismo" e a crítica de Marx a ele em minha dissertação de mestrado sobre a indústria da reciclagem. Ver: GRECCO, 2014.

que "o processo de reprodução na sociedade capitalista assume a forma de um problema singular, bem complicado" (LUXEMBURGO, 1984 [1912]), vol. I, p. 09), e, por meio de uma reflexão sobre os processos de reprodução simples e ampliada, alertou para o fato de que "o conceito de reprodução inclui um aspecto histórico-cultural" (*idem*, p. 07), que, para além de capitalistas e trabalhadores, compreende, também, as "terceiras pessoas"[132] da sociedade capitalista e, para além do modelo capitalista de produção, compreende a convergência de outros modos de produção (LUXEMBURGO, 1984 [1912]), vol. I e II).

Assim como Luxemburgo, Antonio Gramsci (2011 [1934]) também analisou a sociedade capitalista enfatizando a análise de Karl Marx de que "se a produção tem forma capitalista, a reprodução também terá" (MARX, 1988a [1867], p. 145). Gramsci abordou essa questão especialmente em sua análise sobre de que maneira o Fordismo, como um modo de controle e organização do trabalho, tem uma relação dialética com o "americanismo", como um modo de vida. Gramsci corroborou, assim, para a compreensão marxista de que "o que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção" (MARX e ENGELS, 1993 [1846], p. 28).

Em síntese, a análise marxista sobre a reprodução social inaugurou a compreensão de que o modo de produção corresponde ao modo de vida e possibilitou a análise da sociedade capitalista para além do "silogismo", no qual a Economia Política Clássica se limitava.

Apesar de inaugurar as condições para que se pudesse pensar para além da produção *stricto sensu* – o que poderia incluir um estudo sobre a importância dos trabalhos domésticos e de cuidados para a reprodução social – Marx pouco avançou para além da análise das relações fabris.[133] O autor tratou todo o conjunto de trabalhos domésticos e de cuidados necessários para a manutenção da vida em termos de reprodução biológica de "músculos, nervos, ossos, cérebro dos trabalhadores existentes e (...) [a produção de] novos trabalhadores" (MARX, 1988a [1867], p. 149), mediada apenas pelo consumo. Isto é, apesar de anunciar tal "reprodução biológica" e o consumo necessário para que ela se efetive como "condição constante para a reprodução do

132 Para além dos capitalistas e trabalhadores, as "terceiras pessoas" seriam funcionários, profissionais liberais, clérigos… (LUXEMBURGO, 1984 [1912]), vol. I e II).

133 Compreende-se isso como reflexo do momento histórico em que Marx viveu, o de grande expansão fabril, em que sua atenção foi concentrada.

capital" (*idem*, p. 149), ignorou todo o trabalho necessário para esse processo. No máximo, considerou a divisão do trabalho na "indústria rural patriarcal de uma família camponesa" (MARX, 1988b [1867], p. 74), como funções naturais e tratou da "questão das mulheres"[134] como reveladora de uma estratégia capitalista de desvalorização da força de trabalho, na medida em que com a maquinaria incorporou as mulheres e crianças, aumentando o número de assalariados e usurpando "o trabalho familiar necessário ao consumo para sua autovalorização" (MARX, 1988a [1867], p. 21).[135]

A segunda categoria de análise marxista que gostaria de fazer algumas ressalvas, é sobre o valor. Apesar de controversa, a teoria do valor-trabalho permanece desde sua concepção uma importante ferramenta analítica dos processos políticos, econômicos e sociais do capitalismo. De um ponto de vista clássico, neoclássico (marginalista) ou marxista, as relações de produção e as relações de trabalho vêm sendo pensadas por meio da teoria do valor há pelo menos 240 anos[136]. No entanto, o acúmulo das reflexões feministas questiona, desde meados da década de 1970, em que medida é possível compreender os trabalhos não monetarizados ou não assalariados (trabalhos domésticos e de cuidados) por meio desta teoria. É possível partir dela para entendê-los? É necessário superá-la? O que pode ser aproveitado dela para as reflexões sobre a reprodução social?

Em síntese, as críticas feministas gerais à teoria do valor podem ser elencadas da seguinte forma: 1. os cuidados estabelecidos no cerne da família e os valores desses cuidados seriam fundamentalmente diferentes do valor de troca; 2. as análises econômicas clássicas e neoclássicas têm no horizonte um agente racional, essencialmente egoísta e que se movimenta na sociedade para a sua própria satisfação,

134 Trata-se de um vocabulário utilizado até o final dos anos 1960 para caracterizar uma situação de subordinação vivida pelas mulheres (ABREU, 2016).

135 Juliet Mitchell, que fez uma importante análise sobre o assunto nos anos 1960, afirmou que tanto Marx, quanto Engels e os socialistas, como Fourrier e Bebel, trataram da "questão das mulheres" como mero acessório da teoria socialista ou submergida na análise da família, que em seus pontos de vista, precisaria ser abolida na medida em que junto ao casamento e a propriedade privada formariam "as condições que fazem do burguês um burguês" (MITCHELL, 1967 [1966], p. 08). A tese de Fourrier – conhecido como "advogado da libertação das mulheres e da liberdade sexual entre os primeiros socialistas" (*idem*, p. 07), – de que "O grau de emancipação das mulheres é a medida natural da emancipação geral" (*idem*, p. 07), foi incorporada por Marx "no sentido mais fundamental do progresso do humano sôbre o natural" (*idem*, p. 08), o que pode ser visto, posteriormente, em Luxemburgo, para quem "É apenas na proletária moderna que a mulher se torna um ser humano, pois é apenas a luta que produz o ser humano" (LUXEMBURGO, 2011c [1914], p. 494.) e para quem a proletária deve ir à luta "pela libertação do gênero das mulheres e do gênero humano do horror da dominação do capital" (*idem*, p. 496), na medida em que a social-democracia concedeu a ela esse "lugar de honra" (*idem*, p. 496).

136 Considerando a publicação de "A Riqueza das Nações" (1983 [1776]), de Adam Smith.

relacionada à otimização de seus lucros capitalistas; 3. o sistema de pensamento da teoria do valor promoveria a desvinculação teórica entre produção e reprodução; 4. a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo implicaria que os trabalhos não calculáveis fiquem fora do escopo da economia; 5. o trabalho doméstico nem sempre é encarado como algo historicamente determinado, como o trabalho fabril, mas como uma "força natural", uma "vocação feminina"; 6. o valor não é sexualmente neutro. Há uma dissociação/cisão sexual, que possibilitou a forma valor tornar-se dominante na socialização pela mercadoria; 7. a identificação da exploração com a exploração capitalista não seria inevitável, portanto não seria necessário aceitar a economia como um domínio separado e não seria necessário recorrer à teoria da mais-valia; 8. contudo, seria preciso desfazer a confusão entre o método materialista de Marx e sua análise do capitalismo.[137]

Cabe, portanto, analisar a teoria do valor com mais atenção. Primeiramente, ela não encontra expressão apenas no marxismo. Apesar de ter sido desenvolvida com profundidade por Karl Marx, isto só foi feito em razão de sua crítica à forma como o valor era concebido pela Economia Política Clássica, em especial, por Adam Smith e David Ricardo (MARX, 1988b [1867]; 1996 [1859]).[138] Além das concepções clássica e marxista do valor, há também a concepção de valor da teoria marginalista e da economia neoclássica, que nela está ancorada. Esta última, talvez seja a concepção mais problemática e que as teóricas feministas (sobretudo as economistas feministas) mais investem esforços para confrontar.

O nascimento da teoria do valor, no final do século XVIII, estaria relacionado à responsabilidade de desvendar certa "lei natural" que impulsionava a busca crescente pelo ganho privado. É nesse sentido que Adam Smith analisou a suposta "lei invisível" que regia a sociedade que via nascer. Em "A Riqueza das Nações" (1983 [1776]), Adam Smith desenvolveu uma análise atenta à questão da formação dos preços como oriunda

137 Exemplos de críticas feministas à teoria do valor: DELPHY (2003 e 2004); FEDERICI (2017 [2004], 2019b); NELSON (1993); FOLBRE (2001); SCHOLZ (1996) e MENEGATTI (2017). Isso, além de todo o debate sobre trabalho doméstico e sobre produção-reprodução indicado ao longo desta tese.

138 Na mesma medida em que Marx criticou a forma como os economistas clássicos entendiam o valor, a sua forma de entendê-la também foi bastante criticada. Esta crítica está presente, por exemplo, no começo do século XX com Hilferding Böhm-Bawerk (RUBIN, 1987 [1928]); na metade do século, com Joan Robinson (ROSDOLSKY, 2001 [1968]); e, nas décadas de 1970, 80 e 90, por meio das teorias da sociedade pós-industrial, sobretudo com Daniel Bell, André Gorz, Antonio Negri e Maurizio Lazzarato (AMORIM, 2012), mas, também, por meio dos debates feministas, como os que serão apresentados aqui.

do dispêndio de tempo de trabalho necessário para a produção stricto sensu. O valor de uma mercadoria era, para ele, a quantidade de trabalho que essa mercadoria poderia adquirir. Nesta concepção, a medida real do valor de troca era o trabalho: o tempo gasto, os graus de dificuldade e de engenhosidade de quem faz o trabalho. Algo que se realizaria seguindo uma tendência natural e não histórica. Esta "propensão natural" justifica, portanto, a exploração do trabalho e encerra um conceito de valor essencialmente mercantil e fundamentado em uma noção de indivíduo egoísta.

Há também, a teoria marginalista do valor e a economia neoclássica, que dela deriva, que propuseram um sistema de análise que bastante agrada os adeptos da expansão dos lucros capitalistas. Esta concepção tem lugar a partir da segunda metade do século XIX, principalmente com Stanley Jevons e Alfred Marshall (MANDEL, 1971 [1962]). Na base da concepção de valor da economia neoclássica está a teoria marginalista, que entende o valor de troca como essencialmente uma função do valor de uso. Assim, passou-se a quantificar as necessidades a que o valor de uso precisa atender. O valor seria, então, o resultado da utilidade do produto, sobretudo de sua utilidade marginal ou do grau final de utilidade, que é definida pela quantidade e da necessidade que se tem deste produto. Deste modo, o valor estaria relacionado com a maximização da satisfação dos interesses dos indivíduos. Interessa, para esta concepção, o raciocínio econômico matemático e os interesses dos indivíduos supostamente sem gênero, idade ou origem (HUNT, 2008 [1977]).

Ao contrário de uma perspectiva naturalista, monetarista e que fundamenta a produção capitalista, Marx tem uma abordagem que entende a formação do valor como algo histórico, inserido em um determinado espaço de tempo e sob determinadas relações sociais (BELUZZO, 1987 e 1998; AMORIM, 2012). O valor de troca, para Marx, pressupõe: 1. uma população; 2. uma população produzindo em determinadas condições; 3. certos tipos de família, comunidade ou Estados. Assim, "o valor de troca nunca poderia existir de outro modo senão como relação unilateral, abstrata de um todo vivo e concreto já dado" (MARX, 1996 [1857], p. 40). Marx não se limita, assim, às relações de troca entre as coisas ou das relações entre trabalho e coisas. O valor é, para ele, sobretudo, "uma forma social adquirida pelos produtos do trabalho no contexto de determinadas relações de produção entre as pessoas" (RUBIN, 1987 [1928], p. 83).

Em síntese, os economistas clássicos e Marx são radicalmente diferentes, na medida em que Marx propõe: 1. uma análise histórica e não natural da sociedade; 2. o capitalismo não é o limite histórico que sua análise alcança; 3. há múltiplas determinações nos processos de produtivos que vão além da mera produção, comercialização e consumo de objetos; 4. nos processos produtivos não há particularização e dissociação de seus elementos; 5. as condições materiais dos processos de produção influenciam decisivamente a forma como os indivíduos vivem (MARX, 1988b [1867]; 1993 [1845]; 1996 [1859]).[139]

Apesar de Marx ter ignorado a relevância dos trabalhos domésticos e de cuidados para a reprodução capitalista, indicando-os como uma "função natural" (MARX, 1988b [1867], p. 74 e 75) – o que se configura em uma profunda contradição em sua obra – Marx avança no entendimento do processo de valorização do capital mediado por um conjunto de relações sociais. Isto é, diferentemente das concepções clássica e neoclássica, o que importa para Marx são as relações sociais na análise das relações de trabalho. Desse ponto de vista, a reflexão sobre a reprodução ampliada do capital permite, portanto, que os trabalhos domésticos e de cuidados sejam compreendidos como fundamentais nesse processo.

Reitero, por fim, que para a Economia Política Clássica as relações sociais não importam na análise do processo de produção. Nesse espectro, o indivíduo age de modo isolado, ilhado, motivado por suas necessidades e no cálculo do valor apenas cabem o dispêndio de tempo e de materiais e não de "músculos, nervos, ossos e cérebros dos trabalhadores existentes e para produzir novos trabalhadores" (MARX, 1988a [1867], p. 149).

Concluo, dessa maneira, que diferentemente do marxismo, a Economia Política Clássica e Neoclássica está centrada em um agente e não em relações sociais. Tem uma fixação pelos indivíduos supostamente autossuficientes, sem gênero, sem classe e sem origem étnica, mas historicamente mais relacionados à sociabilidade do homem branco, que pertence à classe dominante, cujo objetivo principal é a busca pelo lucro capitalista. Um indivíduo que habita o mercado, como se ele (o mercado) fosse "A" sociedade, com letra maiúscula: a única realidade existente no universo, uniforme,

139 Até mesmo Picchio indicou que a análise marxista do valor seria uma "poderosa crítica da análise clássica", (PICCHIO, 1992, p. 08).

transistórica – o "lugar" onde vivem todos os indivíduos da terra, todos os homens cogumelos. Esses pressupostos, no entanto, parecem revelar apenas uma das múltiplas faces da Economia porque elas dizem respeito a apenas um aspecto econômico (do homem branco que busca pelo lucro capitalista), como se esse fosse o único.

As críticas feitas ao *homo economicus* explicitam a visão de mundo capitalista, que se sustenta nas noções de indivíduo e de ganho privado. Essas dimensões de indivíduo e de ganho privado são as que mais fundamentalmente se constituem como recurso discursivo/ideológico das práticas capitalistas, que expandem a exploração do trabalho, o acúmulo de capital e aprofundam as desigualdades sociais. Elas formam a base do liberalismo e do neoliberalismo. Isto é, a crítica ao *homo economicus* tem o potencial de ir além da mera constatação de que a Ciência Econômica é androcêntrica. Ela pode demonstrar o quanto esse androcentrismo é fundamental para a reprodução capitalista. Afinal, para o capital se expandir, é imprescindível que a lógica de mercado e a ideologia dos indivíduos (homens e mulheres) autossuficientes seja constantemente renovada.

Com este *Capítulo*, que nos remeteu às origens da ciência moderna, objetivei chamar a atenção para o inegável domínio masculino na produção do conhecimento. O mais relevante de abordar esse debate sobre o viés androcêntrico da Economia, foi aprofundar a compreensão sobre de que maneira se fundamenta o eixo central da Economia Feminista da Ruptura, que se define de acordo com o grau de proximidade com esse viés. Além disso, situar a crítica aos pressupostos clássicos e neoclássicos embasará o debate proposto no próximo Capítulo, que explicita a ambivalência da Economia Feminista, em decorrência de sua aproximação a pressupostos hegemônicos.

Capítulo 03 – A Economia Feminista e as organizações internacionais: ONU, CEPAL e BM

O empoderamento da mulher e sua total participação, em base de igualdade, em todos os campos sociais, incluindo a participação no processo decisório e o acesso ao poder, são fundamentais para a realização da igualdade, do desenvolvimento e da paz.

IV Conferência Mundial sobre a Mulher da ONU, Pequim, 1995.

Solicitamos à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, juntamente com outras organizações do sistema das Nações Unidas, que colabore com os Estados membros que o solicitem no monitoramento do cumprimento dos acordos adotados mediante a criação de um Observatório da Igualdade, que contribui para o fortalecimento dos mecanismos nacionais de gênero.

Consenso de Quito (CEPAL, 2007, p. 08).

(…) um sistema de indicadores é uma convenção que responde a determinada concepção de mundo. Escolher "o que quer ser medido" e definir quais são os "traços mais característicos de uma sociedade" não é um assunto nem simples nem neutro. Depende, fundamentalmente, da orientação ideológica e do objetivo político de quem elabora tal sistema.

Cristina Carrasco (2012 [2006], p. 35).

(…) a igualdade entre todos os seres, e particularmente a de gênero, não é apenas um direito humano fundamental, de valorização da vida e do espaço social, mas de uma condição para o desenvolvimento e a eliminação da pobreza.

A questão de gênero no Brasil (BM, 2003, p. iii).

(…) trata-se de um olhar do Banco Mundial sobre questões de gênero no Brasil, com lentes ajustadas no sentido de enxergar as imbricações entre gênero e desenvolvimento.

A questão de gênero no Brasil (BM, 2003, p. xiii).

Cuidar do desequilíbrio entre gêneros na divisão do trabalho doméstico, de modo que os homens e as mulheres compartilhem o cuidado dos filhos e as tarefas domésticas, deixando assim as mulheres mais livres para participar da força de trabalho e progredir no emprego, é uma outra condição para reduzir as desigualdades no trabalho relativas a gênero.

Estratégias e Recomendações do BM para o Brasil (BM, 2003, p. xxxv).

As mulheres representam uma parte desproporcional da população inativa e à medida que os homens da casa ficam desempregados e/ou sejam incapazes de sustentar financeiramente o domicílio, as mulheres serão forçadas a entrar no mercado de trabalho.

BM sobre o Ajuste Estrutural para o Brasil (BM, 2003, p. 92).

Nos capítulos anteriores abordei a distinção que as economistas feministas fizeram entre a "Economia do gênero" e a "Economia Feminista", alegando que a primeira não questiona os paradigmas dominantes da Economia, como faz a segunda. Abordei, também, que no interior da Economia Feminista há uma separação entre "Economia Feminista da conciliação" e "Economia Feminista da ruptura", definida de acordo com o grau de distanciamento do viés androcêntrico da Economia. Mostrei que no interior da "Economia Feminista da ruptura" também há certa divergência de abordagens devido à concordância ou discordância com a questão do bem-estar relacionado à teoria do "desenvolvimento humano".

Para aprofundar a compreensão sobre essas distinções, analisei tal viés androcêntrico da Ciência Econômica por meio de reflexões sobre a questão da objetividade da produção de conhecimento e do *homo economicus*, destacando o modo como o homem econômico neoliberal tem sido abordado pelas economistas feministas.

No presente capítulo, gostaria de aprofundar a análise sobre a questão do "desenvolvimento" para a Economia Feminista e a ambivalência que ela traz para esse campo. Para isso, analisarei sua relação com organizações internacionais como a *Organização das Nações Unidas* (ONU) e a *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* (CEPAL). Além disso, analisarei como a produção das economistas feministas tem relações paradoxais com o Banco Mundial (BM). Destacarei ainda o fato de que, no Brasil, a *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres* (SPM) tem lugar central no desenvolvimento da Economia Feminista no país.

3.1 – "Orçamentos sensíveis a gênero" no Brasil

Os "orçamentos sensíveis a gênero" (OSGs)[140], é uma iniciativa da *Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres* (ONU Mulheres, antes UNIFEM), por meio do *Programa Orçamentos Sensíveis a Gênero*, que vem apoiando iniciativas de orçamentos com perspectiva de gênero em diferentes países do mundo. O programa consiste em incentivar o direcionamento dos Estados de "recursos orçamentários que permitam concretizar as ações em programas e políticas

140 Em inglês: *Gender Responsive Budget*.

públicas com objetivos claros de redução das lacunas de desigualdade e cumprimento dos direitos das mulheres" (JÁCOME e VILLELA, 2012, p. 11).

> É sobre (...) o olhar feminista sobre a economia, a tributação, a política fiscal etc. – que se constrói a base de sustentação para os OSGs e também para a produção dos instrumentos e informações necessários para que essas políticas sejam criadas: pesquisas de uso do tempo, desagregação de dados, produção de indicadores de gênero, ferramentas de diagnóstico e linhas de base, entre outros, que permitam perceber e analisar como as políticas (ou a ausência do recorte de gênero nelas) impactam, de maneira diferenciada, mulheres e homens (JÁCOME e VILLELA, 2012, p. 21)

Os "orçamentos sensíveis a gênero" são, portanto, uma questão da Economia Feminista. Antonella Picchio, por exemplo, escreveu que seria interessante tornar visíveis os seguintes aspectos: 1. a quantidade de trabalho que é distribuído às mulheres e aos homens; 2. qual o impacto das políticas adotadas sobre mulheres e homens, incluindo o trabalho não remunerado; e 3. o quanto mulheres e homens assumem a responsabilidade pelas condições de vida (PICCHIO, 2001). Dentro dessa perspectiva, a definição de indicadores seria de grande importância, na medida em que poderiam ser captadas as "condições de vulnerabilidade do sistema social, a partir de uma definição de sustentabilidade a luz do trabalho total, remunerado e não remunerado, reprodutivo e produtivo" (*idem*, p. 24). A autora explicou, ainda, que algumas experiências, como a conta do trabalho total (*Total Work Account*) do *Canada Statistics*, teriam o apoio das Nações Unidas, do *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD) em particular, impulsionadas pelos compromissos assumidos pelos Estados membros com a Plataforma de Pequim, de 1995.

Uma maneira da Economia Feminista passar a ser abordada no Brasil se deu por meio da abertura do governo federal à "transversalidade de gênero" (BANDEIRA, 2005) nas políticas públicas. A criação da *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres* (SPM), no primeiro mandado do *Partido dos Trabalhadores* (PT), em 2003, com *status* de ministério, representou um grande passo para que a perspectiva da Economia Feminista pudesse começar a se desenvolver em políticas do governo federal, por meio das organizações que executam tais políticas.

Um exemplo desse tipo de política é a de *Assistência Técnica e Extensão Rural* (ATER)[141], que é desenvolvida pelo trabalho de assistência técnica de *Organizações Não Governamentais* (ONGs), como a *Sempreviva Organização Feminista* (SOF), o *Centro Feminista 8 de Março* (CF8) e a *Casa da Mulher do Nordeste* (CMN), o que permitiu, inclusive, enfocar a Economia Feminista, a Economia Solidária, a agroecologia e a soberania alimentar. A política de ATER vem do contexto do *Programa Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável* (PRONAT), com a implementação dos Territórios Rurais e a institucionalização dos *Territórios da Cidadania* (TC), implantados pelo governo federal, por meio da atuação do *Ministério do Desenvolvimento Agrário* (MDA) e da *Secretaria de Desenvolvimento Territorial* (SDT). A SOF, por exemplo, atuou nos TCs com o objetivo de ampliar e qualificar o acesso das mulheres rurais às políticas do MDA, por meio da *Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia* (AEGRE) [posterior *Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas* (DPMRQ)] e, na sequência, foi licenciada para atuar com a política de ATER no Vale do Ribeira/SP, como será tratado no *Capítulo 04*.[142]

Segundo Lourdes Bandeira, com a criação da SPM, teria sido possível implementar os consensos da *Organização das Nações Unidas* (ONU) sobre a igualdade de gênero, além de abordar a "transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas e nas políticas de superação da pobreza" (BANDEIRA, 2005, p. 03), conforme as orientações da *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* (CEPAL) (MELO e BANDEIRA, 2005).[143] Com esse enfoque, Bandeira analisou o *Plano Plurianual* (PPA) do período de 2004-2007, do governo federal, e apesar de apontar uma série de lacunas e

141 Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.

142 Algumas publicações vinculadas ao governo federal deixam explícitas a abertura ao debate sobre a Economia Feminista. Em 2009, o MDA publicou um livro organizado por Andrea Butto, chamado "Estatísticas rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres", em que se discutiu questões relativas à Economia Feminista e às mulheres rurais. Na mesma medida, em 2016, a SPM publicou o livro "Gênero e Autonomia Econômica para as Mulheres", igualmente com o enfoque na Economia Feminista.

143 Não é apenas da CEPAL o mérito de incorporar a questão da igualdade de gênero no governo brasileiro. O conjunto dos movimentos sociais tiveram grande importância nesse processo. A própria criação da SPM, por exemplo, mobilizou cerca de 120 mil mulheres, que participaram dos debates e apresentaram propostas para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM, 2005). Em 2002, ocorreu um seminário em Brasília para a avaliação do Plano Plurianual (PPA) de 2000-2003 e um grupo de Organizações Não Governamentais(ONGs) passou a pensar estratégias conjuntas de intervenção no PPA 2004-2007. A Associação Brasileira de ONGs (ABONG), teria convocado redes e fóruns para o fortalecimento das ações conjuntas, formando a Inter-Redes e, inclusive, organizações feministas, como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e o Instituto Feminista para Democracia (SOS Corpo), apresentaram o documento "Estratégias para Transversalizar a Perspectiva de Promoção da Igualdade de Gênero no Governo Lula" (BANDEIRA, 2005).

problemas, concluiu que o projeto:

> (…) trouxe à tona uma perspectiva inovadora inclusiva na medida em que adotou, pela primeira vez no país, na plataforma política de governo, a viabilização da inclusão social, da equalização das oportunidades – gênero, raça, etnia, pessoas portadoras de necessidades especiais e da cidadania. Portanto, propôs a garantia de que o recorte transversal de gênero esteja presente na formulação e implementação de políticas públicas no país (BANDEIRA, 2005, p. 43).

Bandeira definiu seu entendimento sobre a "transversalidade de gênero nas políticas públicas" como a elaboração de uma "matriz que permita orientar uma nova visão sobre as competências (políticas, institucionais e administrativas) e a responsabilidade dos agentes públicos com relação à superação das assimetrias de gênero nas diversas esferas de governo" (MELO e BANDEIRA, 2005, p. 08).

A noção de "transversalidade de gênero" foi forjada no contexto internacional dos movimentos feministas e tem a particularidade de compreender a política pública de um modo relacional entre os gêneros. Bandeira explicou que há grande diferença entre a construção de políticas públicas de gênero, que necessariamente implicam em um ponto de vista relacional, e políticas públicas para as mulheres, que normalmente enfatizam a responsabilidade das mulheres pela reprodução social, mas que tendem, a longo prazo, a serem transformadas em políticas de gênero, devendo "vincular-se e relacionar-se com todas as áreas das ações governamentais" (BANDEIRA, 2005, p. 49).

Bandeira explicou ainda que "o conceito de transversalidade de gênero é tido como sinônimo de *gender mainstreaming*" (BANDEIRA, 2005, p. 48) e teria sido reconhecido na IV Conferência Mundial das Mulheres em Pequim (1995), para garantir a incorporação da melhoria do *status* das mulheres em todas as dimensões da sociedade, "transversalizando" toda a política e não apenas algumas áreas.

Segundo Bandeira, a convenção firmou o seguinte pacto:

> No contexto mundial, a política de promoção das mulheres via a "transversalidade de gênero" significou aos governos não unicamente a incorporação dessa perspectiva em um ministério ou

> secretaria específica de atuação na área da mulher, senão que seu impacto vinculante deve ser assimilado por todas as políticas públicas propostas pelo Estado e desenvolvidas em cada área governamental, considerando as especificidades das mulheres e dos homens. Assim, cada ação política deveria contemplar tal perspectiva, uma vez que a pergunta chave implícita estaria sempre posta: modificam-se as condições de vida das mulheres e se melhora a sua condição de empoderamento? (BANDEIRA, 2005, p. 49).

No contexto brasileiro, a experiência de institucionalização das demandas em relação às mulheres se deu, inicialmente, com a criação do *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*, em 1985, vinculado ao *Ministério da Justiça*. Na Constituição de 1988[144], afirmou-se que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações e que ambos devem ter tratamento igual perante a lei. Em meados de 2002, no final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, criou-se a *Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher*, também vinculada ao *Ministério da Justiça.* Nesse período, a questão da pobreza das mulheres e do desenvolvimento econômico passou a ser enfocada, como é possível observar com as ações do *Ministério do Desenvolvimento Agrário* (MDA), que estabeleceu programas, em 2000 e 2001, destinando 30% de todos os recursos para as mulheres assentadas da reforma agrária em unidades de agricultura familiar. Essa distribuição de recursos englobava capacitação e assistência técnica, além de linhas de financiamento do *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar* (PRONAF) e do *Banco da Terra*.

Mas a "transversalidade" teria sido institucionalizada a partir da criação da SPM, de seu enfoque nos *Tratados* e *Convenções Internacionais* de proteção aos *Direitos Humanos das Mulheres*, estabelecidos pelo conjunto de movimentos feministas articulados em torno da *Organização das Nações Unidas* (ONU) e das recomendações feitas pelos estudos da *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* (CEPAL), que enfocavam a questão da pobreza e gênero na América Latina, como abordaram Hildete Pereira de Melo e Lourdes Bandeira (2005), em um texto publicado pela própria CEPAL.

Assim, a partir da noção de que, no país, "as mulheres constituem um grupo em desvantagem evidente, seja no mercado de trabalho, nas instâncias de decisão, na

144 Capítulo I – "Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos", artigo 5º, parágrafo 1º.

vulnerabilidade à violência doméstica ou no acúmulo de atividades não remuneradas" (BANDEIRA, 2005, p. 53), passou-se a construir uma série de orientações para a construção de políticas públicas, o que possibilitou que a Economia Feminista pudesse começar a compor o modo como tais políticas são abordadas e desenvolvidas.

Miriam Nobre, da *Sempreviva Organização Feminista* (SOF), compreendeu esse enfoque *mainstream* de gênero, incentivado pela ONU e CEPAL, como uma estratégia de mudança social por vias normativas (*gender mainstreaming*), "com ações de *lobby* nos governos e legislativos nacionais, e na estrutura das Nações Unidas" (NOBRE, 2015, p. 65). Nalu Faria, também da SOF, discutiu que o processo de institucionalização do debate feminista se deu em um contexto de fortalecimento da direita e com a emergência do neoliberalismo, em que se desenvolveu um questionamento do caráter radical do feminismo e no qual a "categoria gênero surge como algo menos conflitivo e amenizador" (FARIA, 2015b, p. 12). Nobre explicou ainda que havia a premissa de que a própria categoria de gênero fosse uma "categoria de análise transversal" (*idem*, p. 12) e, assim, ela foi incorporada por uma abordagem bastante técnica e implicada na realização de "análises, modelos operativos e capacitação de especialistas em gênero e desenvolvimento" (*idem*, p. 13). Isso teria sido levado a cabo por organizações como o *Banco Mundial* (BM) e passou a influenciar as ONGs, os movimentos sociais e os governos nacionais.

Conforme abordou Renata Moreno, também da SOF, haveria um grande número de pesquisas em Economia Feminista centrados na questão do desenvolvimento e tendo a realidade dos países do Sul como objeto de estudos. Tais estudos girariam em torno do ambiente internacional da organização feminista nas Nações Unidas, nas agências de cooperação e universidades da Europa e dos Estados Unidos. Na América Latina também tiveram "focos de elaboração sobre esse debate" (MORENO, 2013, p. 106), a partir de militantes e pesquisadoras vinculadas a esses processos internacionais.

> A IV Conferência da Mulher, realizada em 1995 em Pequim, é um marco deste processo, e impactou a dinâmica do feminismo no Brasil e na América Latina. Elementos defendidos pelas feministas foram incorporados à plataforma de ação da Conferência, o que fez com que se propagasse um discurso triunfalista sobre o avanço dos direitos das mulheres (MORENO, 2013, p. 106).

Clarice Paradis, Natália Carrau e Viviana Barreto, em um texto publicado pela SOF, disseram que no contexto do neoliberalismo dos anos 1990, uma série de ambiguidades foram produzidas. Imperava, nesse período, um tipo de "tecnocracia de gênero" (PARADIS, CARRAU e BARRETO, 2017, p. 30), que objetivava incluir as mulheres à ordem estabelecida "em nome de uma ideia fabricada de 'empoderamento'" (*idem*, p. 30, aspas das autoras) e por meio de uma "concepção individualista de subjetividade e agência" (*idem*, p. 30). No âmbito internacional, havia um discurso "triunfalista" de avanço das agendas das mulheres. Enquanto que, no âmbito nacional, havia a atuação de movimentos feministas dentro do Estado por meio de capacitação profissional, consultorias e implementação de projetos, embora, em meio a isso, houvesse o desenvolvimento de uma política de Estado de limitação do alcance mais geral das políticas públicas às mulheres.[145]

Sobre a capacitação em gênero e desenvolvimento, segundo Nobre, nos anos 2000, passou-se a desenvolver uma série de análises mais críticas sobre a questão do gênero e desenvolvimento e muitas das autoras, antes vinculadas a perspectiva do *mainstream* de gênero, enfocando as correlações de força desses debates. Essa autora analisou, ainda, que o debate sobre desenvolvimento versou sobre modos de incorporação das mulheres pobres (em sua maioria do meio rural), indagando se "os modelos de desenvolvimento eram capazes de gerar igualdade" (NOBRE, 2015, p. 64). Questionando essas abordagens sobre gênero e desenvolvimento, Magdalena León T., em um texto publicado pela SOF, enfatizou que a pobreza foi explicada como resultado da corrupção dos governos e como "uma incapacidade estrutural/cultural para gerar riqueza. Tudo isso combinado com várias alusões a 'perspectiva de gênero'" (LEÓN T., 2015, p. 44, aspas da autora).

3.1.1 – CEPAL: pobreza, desenvolvimento e cuidado

A *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* (CEPAL) foi criada como uma ramificação da *Organização das Nações Unidas (*ONU), mediante uma resolução do *Conselho Econômico e Social*, em 1948. Ao longo de sua trajetória, a CEPAL

145 As principais referências das autoras para esse texto são: Magdalena León T. (2015), Sonia Alvarez (2014) e Verônica Schild (2015).

tem produzido uma vasta literatura sobre a questão da pobreza/desenvolvimento e definido abordagens sobre essa questão para a América Latina e Caribe (MELO, 2005). Seus teóricos iniciais, como Celso Furtado, apontavam para a necessidade de se realizar políticas de industrialização como forma de superar o "subdesenvolvimento" e a pobreza. Em seguida, vieram as teses sobre a "dependência" e "heterogeneidade estrutural" e, com o contexto da "crise da dívida externa" dos anos 1980 – em que os países devedores do BM/FMI não conseguiam pagar suas dívidas – a CEPAL teria cunhado o termo "década perdida" e estimulado as exportações por meio da dinamização dos setores de bens comercializáveis. A partir dos anos 1990, no entanto, o enfoque seria a proposta de "transformação produtiva com equidade" (CEPAL, 2019).

Os assuntos de gênero têm também uma trajetória longa na CEPAL. Essa instituição organizou, por exemplo, uma série de conferências para discutir assuntos referentes às mulheres da América Latina e Caribe, desde a década de 1970[146]. Em relação à Economia Feminista, o que se destaca nesse histórico é o debate sobre a questão de gênero, na *Unidade Mulher e Desenvolvimento*, que realizou ao longo do ano de 2003 reuniões específicas para debater essa questão e disso decorreu um acordo entre a então recém-criada SPM e a CEPAL, com o objetivo da "transversalidade de gênero" nas políticas públicas (MELO e BANDEIRA, 2005).[147] No Brasil, o tema da pobreza, do desenvolvimento e gênero tem sido abordado na instância da CEPAL, pela economista feminista Hildete Pereira de Melo (MELO, 2005).

Melo escreveu o seguinte sobre o modo como a questão do gênero e da pobreza foi abordada na perspectiva "cepalina":

> Na perspectiva cepalina pobreza e exclusão são fenômenos que atingem de forma diferenciada os sexos. Para as mulheres esta realidade de carências é mais aguda, uma vez que elas realizam uma gama enorme de atividades não remuneradas, seja no âmbito mercantil, seja no seio da família, pela dedicação às atividades do lar que as fazem ser majoritariamente dependentes da provisão masculina para o sustento de suas famílias (MELO, 2005, p. 16).

146 A 1ª *Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe* foi em Havana, Cuba, em 1977.

147 No Brasil, dentro desse espectro de políticas que foram dotadas por "transversalidade de gênero", destaco o *Plano Brasil Sem Miséria*, o *Programa Bolsa Família* e o *Programa Fome Zero*. Além das políticas específicas para a área rural, como o *Programa Nacional de Agricultura Familiar* (PRONAF), o *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA), *Programa Nacional de Alimentação Escolar* (PNAE), *Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais* (POPMR) e *Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural* (PNDTR).

Além da questão da "transversalidade de gênero" nas políticas públicas incentivadas pela CEPAL, na *Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe*[148], de 2007, em Quito no Equador, foi solicitada a constituição de um observatório sobre a igualdade de gênero (Consenso de Quito), com o apoio dos países envolvidos (CEPAL, 2007). Dessa maneira, no Brasil, foi criado o *Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, vinculado a CEPAL, no ano de 2009.[149] De acordo com Valeria Esquivel (2016), na América Latina, a abordagem macroeconômica da Economia Feminista ainda é pouco desenvolvida. Logo, essa ação representaria um avanço nesse sentido.[150]

Outro âmbito da Economia Feminista o qual a CEPAL tem se ocupado é a questão dos cuidados. Desde 2007 a CEPAL tem desenvolvido estudos sobre essa questão na América Latina (CEPAL, 2018). Em 2005, a economista feminista vinculada à *Associação Internacional para a Economia Feminista (*IAFFE), Corina Rodríguez Enríquez, então consultora da CEPAL na Argentina, já indicava o debate sobre a crise dos sistemas de "provisão" dos cuidados. Mas, em 2009, a CEPAL discutiu diretamente o tema em seu "*Panorama social de América Latina*", indicando tal crise na região devido as taxas de envelhecimento da população em relação as de natalidade.

Para Esquivel, a Economia Feminista na América Latina se inscreve em uma perspectiva "estruturalista do funcionamento das economias da região" (ESQUIVEL, 2016, p. 103) e contribui para a expansão de análises tradicionais, bem como faz avançar a agenda sobre os cuidados e as políticas sociais, ainda que sejam menos influentes em termos macroeconômicos. Essa autora analisou que a agenda de cuidados na América Latina procurou ir além da "visibilidade e o reconhecimento dos aportes não remunerados das mulheres à economia – o vocabulário da Plataforma de Ação de Beijing" (*idem*, p. 112), para enfocar a redistribuição de cuidados, não apenas entre

148 Na mais recente *Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe*, da CEPAL, de 2016, em Montevidéu, Uruguai, traçou-se estratégias de implementação da Agenda Regional de Gênero (que compreende os compromissos com os governos da região) no marco do "desenvolvimento sustentável" até 2030 (CEPAL, 2016a e 2016b). É interessante destacar que o termo "desenvolvmento sustentável" tem relação com as investidas do BM. Nos anos 1980, o BM migrou de "alvo da crítica ambientalista a paladino do desenvolvimento sustentável" (PEREIRA e PRONKO, 2015).

149 Outras plataformas criadas pelo governo federal para desenvolver estatísticas de gênero, ainda que sem uma definição clara de vínculo com a Economia Feminista, foram o *Sistema Nacional de Informações de Gênero* (SNIG/IBGE), o *Relatório Anual Sócioeconômico da Mulher* (RASEAM) e o *Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça*, do *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (IPEA).

150 Como já indicado na *Introdução*, há um grupo de pesquisadoras latinoamericanas, o *Grupo Gênero e Macroeconomia na América Latina e Caribe* (GEM-LAC), vinculadas a *Associação Internacional para a Economia Feminista* (IAFFE), atuante na CEPAL, especialmente na condução de análises macroeconômicas.

homens e mulheres, mas entre as famílias e a sociedade. Exemplos disso seriam o *Sistema Nacional de Cuidados*, do Uruguai, e a *Rede Nacional de Cuidado e Desenvolvimento Infantil*, da Costa Rica.

Em 2009, relatórios da *Organização Internacional do Trabalho* (OIT) também abordaram o problema da crise dos cuidados para a América Latina (OIT, 2009) e para o Brasil (OIT, 2012).[151] Há uma série de questões sociais, econômicas e políticas que dizem respeito às mudanças na divisão social do trabalho apontadas pelas estudiosas do trabalho de cuidado no país. Entre elas, 1. as configurações demográficas recentes, como o envelhecimento da população, 2. a estruturação atual do mercado de trabalho, com a maior inserção das mulheres, mesmo que em termos de precariedade das condições de trabalho e de baixos salários[152], 3. e a crise dos cuidados que delas derivam, em que os cuidados permaneceriam sob a guarda apenas das mulheres, resultando em um déficit entre a demanda de cuidados e pessoas disponíveis para supri-los. Esses estudos também indicam que há algumas políticas públicas que incidem diretamente sobre essa temática, como as que se destinam ao provimento de cuidados.[153]

O que chama a atenção nesse processo são as possíveis soluções apontadas pela OIT para o caso brasileiro, que incentivam o mercado na provisão do cuidado.[154] Trata-se de um "modelo de conciliação" que tem relação com outros dois conceitos bastante empregados por esta instituição: o de "responsabilidade social" e o de "trabalho digno" (OIT, 2009 e 2012).

Compreendo que a contradição dessa possível solução está no fato de o mercado ser o maior responsável por incorporar os trabalhos de cuidados como trabalho precário. Helena Hirata compreendeu tal conciliação por meio da noção de "diamante do *care*" (*care diamond*)[155], composto pelo Estado, mercado, família,

151 Laís Wendel Abramo e María Elena Valenzuela (2016), adotaram perspectiva semelhante.

152 As referências sobre os dados demográficos e a estruturação do mercado de trabalho podem ser vistas em: GEORGES, 2017. Alguns dados também são vistos em GUIMARÃES, HIRATA e SUGITA, 2011.

153 Ainda que isso seja insuficiente, há, por exemplo, o *Programa Saúde da Família* em âmbito federal e o *Programa de Acompanhamento aos Idosos*, no município de São Paulo/SP (GUIMARÃES, HIRATA e SUGITA, 2011). Isabel Georges (2017), considera o *Programa Bolsa Família*, no espectro de políticas voltadas ao cuidado (GEORGES, 2017). Acrescento, ainda, as políticas de assistência social, como o *Benefício de Prestação Continuada* (BPC), direcionado a população idosa e pessoas com deficiência e incapacidade para o trabalho.

154 Para a OIT, as soluções seriam: 1. proteção do mercado; 2. proteção provida pelo Estado; 3. redistribuição da carga do cuidado e proteção entre homens e mulheres e entre as distintas gerações nas famílias; 4. soluções coletivas não estatais, o que chamaram de terceiro setor e formas comunitárias (OIT, 2009 e 2012).

155 A referência de Hirata (2016) para a concepção de *care diamond* é de: Razavi, "*The Political and Social Economy of Care in a Development Context*"/ Emiko Ochiai, "*Changing care diamonds in Europe and Asia: Is Europe becoming Asia?*".

comunidade (ou voluntariado e setor sem fins lucrativos). O problema desse modelo de conciliação, para ela, é que o "modelo da delegação" (transferir os cuidados de um grupo social de mulheres para outro) tenderia a se sobrepor, senão a substituir, a conciliação, além de configurar como trabalho desvalorizado, desprotegido e precário (HIRATA, 2005 e 2016).

3.1.2 – ONU: desenvolvimento humano e empoderamento

Como visto acima, a *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (*CEPAL), que é uma organização que tem atuado em torno da Economia Feminista na América Latina, é uma ramificação da *Organização das Nações Unidas* (ONU). A ONU foi fundada em 1945, pelo presidente Franklin D. Roosevelt (1933-1945), inicialmente com a "missão" de se ocupar da paz e segurança internacionais, mas logo despontou com um viés intervencionista em questões sociais e econômicas sob o discurso de que "as causas de violência tanto dentro como entre os Estados poderiam ser reduzidas, se desigualdades e privações econômicas diminuíssem" (MACHADO e PAMPLONA, 2008, p. 56).

Nesse viés, a década de 1960 foi declarada pelas Nações Unidas como a "Década do Desenvolvimento", objetivando reduzir "a diferença entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, tendo como meta econômica um crescimento anual mínimo de 5% para estes últimos" (MACHADO e PAMPLONA, 2008, p. 57). Já nesse período, era presente a noção da importância dos "conhecimentos e habilidades das pessoas para o processo de desenvolvimento" (*idem*, p. 57), o que se verifica, por exemplo, com a elaboração do *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD). Na década de 1980, no contexto da "crise da dívida externa", a ONU teria tido uma postura mais reativa, apontando as consequências negativas das abordagens do *Banco Mundial* (BM) e do *Fundo Monetário Internacional* (FMI) (MACHADO e PAMPLONA, 2008). Na década de 1990, inclusive, com a projeção internacional da discussão sobre a dívida externa, algumas agências da ONU teriam manifestado a necessidade de um acordo entre credores e devedores (PEREIRA, 2014, p. 43). É

Conferência Inaugural, *Center for French-Japanese Advanced Studies in Paris*, EHESS, 13 abr. 2015.

também desse contexto que o PNUD passou a ser orientado pelo paradigma do "desenvolvimento humano sustentável" (MACHADO e PAMPLONA, 2008, p. 60), além de instituir o *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH) com o objetivo de captar tal paradigma.[156]

O primeiro *Relatório de Desenvolvimento Humano*, foi publicado em 1990 e trouxe a ideia de que "o desenvolvimento humano pode ser definido como um processo de aumentar as escolhas possíveis das pessoas" (MACHADO e PAMPLONA, 2008, p. 62). Como já abordado no *Capítulo 01*, esse paradigma tem como formulador principal o economista Amartya Sen (inserido tanto na ONU, quanto no BM) e sua teoria das "capacidades humanas", elaborada em "Mercadorias e Capacidades"[157] (1987). Sen desenvolveu sua abordagem de bem-estar como uma alternativa às abordagens utilitaristas desse conceito. Isto é, a importância não estaria na aquisição de um bem (como o cálculo sobre a renda *per capita* compreende), mas o modo como ele é utilizado pelas pessoas (o que o cálculo de IDH tentaria compreender). É nesse sentido que a meta a ser alcançada seria a de igualdade de "capacidades", uma vez que "capacidade" seria "a liberdade pessoal de escolher entre vários modos de viver" (SEN, 1993 [1989], s.p.).

Naquele *Capítulo*, apresentei o modo como as economistas feministas somaram às análises de Sen e de Martha Nussbaum (2003), de "justiça social", com as suas próprias concepções críticas ao viés androcêntrico da Ciência Econômica e desenvolveram uma série de estudos a partir disso, como o sistema de indicadores de Carrasco para o *Instituto Catalão das Mulheres* (ICD) (CARRASCO, 2012 [2006]). É importante rememorar, também, o modo como Sen se autodenomina um "economista feminista" (ROBEYNS, 2007, p. 45). Além de que, para esse autor, a "agência" teria a ver com o bem-estar das mulheres, na medida em que elas seriam fundamentais na "erradicação das desigualdades que reduzem o bem-estar" (SEN, 2003, p. 235). Por isso, incentivou a "enfocar a agenda das mulheres baseando-se no conceito de agente" (*idem*, p. 235).

Em um artigo publicado no periódico *Feminist Economics*, chamado "Desenvolvimento como Empoderamento" ("*Development as Empowerment*"), Marianne

156 É interessante dizer que o termo "desenvolvimento sustentável" (que compõe um conceito com termos contraditórios) passou a compor o vocabulário internacional e se popularizar, a partir do *Relatório de Brundtland*, da *Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento* (CMED/ONU), publicado em 1987.

157 "*Commodities and capabilities*".

Hill analisou a questão da democracia e do poder social necessários para se desenvolver as "capacidades", "agência" e "empoderamento", a partir da perspectiva de Sen. Analisou, assim, que a equidade no exercício do poder institucionalizado envolveria mais do que um mero aumento de indivíduos na tomada de decisões sociais, demandando "o empoderamento dos indivíduos através de sua auto-organização e aumentando sua autodeterminação em todas as áreas de atividade" (HILL, 2003, p. 122).

Segundo Hill:

> Como economistas feministas, podemos nos basear em análises de poder e insights relevantes de todas as disciplinas para desenvolver uma abordagem de empoderamento humano que vincule os resultados sociais a arranjos institucionais reais. Desta forma, podemos atuar como catalisadores para a criação de conhecimento que efetivamente avance o objetivo da liberdade humana (HIIL, 2003, p. 122).

É nesse mesmo sentido apontado por Hill que a ONU tem criado convenções para agir diretamente nos governos. Me refiro às decisões sobre as ações da ONU direcionadas às mulheres. Essas ações não são explicitamente voltadas à Economia Feminista, mas abrem espaço para que seus debates sejam absorvidos pelo Estado. Me refiro, sobretudo, à *Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Descriminação contra as Mulheres"* (CEDAW)[158] de 1979, às conferências de Nairobi, no Quênia (1985), que recomendou a elaboração de estatísticas "mais precisas sobre a participação econômica das mulheres" (BRUSCHINI, 1998, p. 25), e de Pequim, na China (1995), que teria apontado para um programa "de amplo alcance com vistas ao 'empoderamento de todas as mulheres'" (BENERÍA, BERIK e FLORO, 2018 [2016], p. 33, aspas das autoras).[159]

158 Informações sobre a CEDAW: https://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/committee.htm, último acesso em 02/02/2019.

159 Refiro-me às Conferências Mundiais da Mulher: 1ª Conferência Mundial sobre Mulher – México (1975): "Igualdade, Desenvolvimento e Paz"; 2ª Conferência Mundial sobre a Mulher – Copenhague (1980): "Educação, Emprego e Saúde"; 3ª Conferência Mundial sobre a Mulher – Nairóbi (1985): "Estratégias Orientadas ao Futuro, para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000"; 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher – Pequim (1995): "Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz". Sonia Alvarez, et al., destacam: "Essas conferências incluem a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992; a Conferência para os Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993; a Conferência da ONU sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994; a Quarta Conferência Mundial de Mulheres, realizada em Pequim, em 1995; o Encontro Mundial para o Desenvolvimento Social, em Copenhague, em 1995; e a Segunda Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), realizada em Istambul,

Informada pela MnD, a ONU, com a aprovação da CEDAW em 1979, gerou crescente interesse pelo tema do bem-estar das mulheres e da desigualdade de gênero nas políticas internacionais. Havia nessa convenção a mensagem de que o desenvolvimento não seria possível sem que a igualdade entre mulheres e homens fosse alcançada. Além disso, encorajados pelas proposições da ONU, muitos governos criaram departamentos para os assuntos relativos às mulheres (BENERÍA, BERIK e FLORO, 2018 [2016]), o que possibilitou a elaboração de uma série de políticas públicas com esse enfoque.

As economistas feministas Lourdes Benería, Günseli Berik e Maria S. Floro (2018 [2016]), remontam a trajetória do debate sobre gênero e desenvolvimento[160], dizendo que o primeiro momento desse debate teria sido inaugurado com o livro "O papel das mulheres no desenvolvimento econômico"[161], de Ester Boserup (1970). Segundo as autoras, Boserup sistematizou um debate conhecido como "mulheres no desenvolvimento" (MnD)[162] a partir da ideia de que o processo de modernização teria prejudicado as mulheres. Apesar de questionar a concepção de que as mulheres seriam trabalhadoras improdutivas, Boserup não explicava de forma suficiente o impacto do colonialismo e centrava-se exclusivamente na esfera produtiva.

Posterior a abordagem MnD, um segundo momento remonta à tradição dos estudos sobe "mulheres e desenvolvimento" (MeD)[163], elaborado como crítica ao feminismo liberal e à teoria econômica ortodoxa sobre o desenvolvimento. Interessava explicitar, nesse momento, a exploração socioeconômica que afetava mulheres e homens, mesmo que de maneiras diferentes, considerando a redistribuição de riqueza como forma de alcançar a igualdade de gênero. Lourdes Benería e Gita Sen (1982), conceituaram como e porque o processo de desenvolvimento capitalista afetaria de maneira diferente as mulheres e os homens, aplicando os conceitos de acumulação de capital e de reprodução e argumentaram que no debate sobre desenvolvimento, tanto as análises de gênero quanto as de classe deveriam ser levadas em conta.

---

em 1996", (ALVAREZ et. al., 2003b, p. 551).

160 Segundo as autoras, "Eleanor Leacock, June Nash e Helen Safa levaram em conta as mulheres em seus trabalhos dos anos 1960 sobre diferentes comunidades e suas considerações sobre o câmbio socioeconômico" (BENERÍA, BERIK e FLORO, 2018 [2016], p. 21).

161 "*Women's Role in Economic Development*".

162 Nancy Fobre (1997) abordou essa mesma denominação: "*women in development*" (WID) : Mujeres en el Desarrollo (MED), conforme (BENERÍA, BERIK e FLORO, 2018 [2016]).

163 Mujeres y desarrollo (MyD) (BENERÍA, BERIK e FLORO, 2018 [2016]).

Esses debates abriram espaço para o que depois se desenvolveu como o enfoque de "gênero e desenvolvimento" (GyD)[164], que incorporou os dois anteriores, englobando uma ampla diversidade de pensamento e ações feministas. Em decorrência desse enfoque é que foram criadas sistemas de elaboração de dados e medidas de bem-estar diferenciados segundo o gênero (BENERÍA, BERIK e FLORO, 2018 [2016]).

3.1.3 – A medida do trabalho doméstico nas Contas Nacionais: a questão do PIB

Segundo Carrasco, a partir dos esforços feministas dos anos 1970 de compreender os trabalhos domésticos como trabalhos, uma série de estudos foram desenvolvidos com a intenção de quantificá-los. Disso deriva sua quantificação como *Produto Interno Bruto* (PIB). Centenas de estudos teriam demonstrado que o trabalho doméstico representaria algo como 35 % e 45 % do PIB em países considerados "industrializados" (Europa, Canadá e Japão, por exemplo), demonstrando "enormes quantidades de produção não contabilizadas" (CARRASCO, 1998, p. 72). Isso teria levado a um informe da ONU sobre "desenvolvimento humano", que afirmou que "o valor da produção não registrada nas Contas Nacionais dos países industrializados representa ao menos a metade do Produto Interno Bruto e mais da metade do consumo privado" (*idem*, p. 72).

Hildete Melo, Claudio Monteiro Considera e Alberto Di Sabbato, explicaram que o Sistema de Contas Nacionais seguiria as recomendações das Nações Unidas (ONU), do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Comissão das Comunidades Européias, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Banco Mundial (BM), adotando um conceito amplo de produção. Desse ponto de vista, as Contas Nacionais mediriam todos os bens e serviços que envolvem a remuneração dos fatores de produção. Isto é, o produto seria igual à renda, o que impossibilita contabilizar o trabalho doméstico realizado sem remuneração. É nesse sentido que os autores desenvolveram uma metodologia para incluir no PIB brasileiro os "afazeres domésticos".

164 Nancy Fobre (1997) abordou essa mesma denominação: "*gender and development*" (GAD) : Género y Desarrollo (GyD) (BENERÍA, BERIK e FLORO, 2018 [2016]).

O apelidado "PIB da vassoura"[165], incorporou o trabalho doméstico ao PIB, considerando informações da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD) sobre o dispêndio de tempo de trabalho doméstico por gênero e faixa etária, além do dispêndio de tempo no trajeto casa-trabalho.[166] Os trabalhos domésticos corresponderiam, desse modo, a algo como 11,2%, o equivalente a R$ 260,2 bilhões, no ano de 2006 (MELO, CONSIDERA, DI SABBATO, 2007), chegando a 12%, em 2016 (*idem*, 2016).

A tabela abaixo demonstra as taxas da incorporação do trabalho doméstico ao PIB no período de 2001 a 2011 e explicita o método utilizado pelos autores:

Tabela 01 – "Renda anual com afazeres domésticos e percentual sobre o PIB – Brasil (2001-2009 e 2011)". Adaptado de: MELO, CONSIDERA, DI SABBATO, 2016, p. 181. Dados de: IBGE (vários anos) – Pnads 2001-2009; IBGE (2011).

	2001		**2002**		**2003**		**2004**		**2005**	
	Renda anual	PIB	Renda anual	PIB	Renda anual	PIB	Renda anual	PIB	Renda anual	PIB
Modelo 01	148.653	11,4	170.238	11,5	200.283	11,8	204.791	10,5	235.350	11,0
Modelo 02	131.692	10,1	153.215	10,4	177.174	10,4	184.191	9,5	207.591	9,7
PIB	1.302.136		1.477.822		1.699.948		1.941.498		2.146.239	
	2006		**2007**		**2008**		**2009**		**2011**	
	Renda anual	PIB	Renda anual	PIB	Renda anual	PIB	Renda anual	PIB	Renda anual	PIB
Modelo 01	269.642	11,4	319.966	12,0	297.857	9,8	370.869	11,6	554.567	13,4
Modelo 02	240.011	10,1	289.523	10,9	271.080	8,9	337.529	10,6	511.125	12,3
PIB	2.369.484		2.661.344		3.031.864		3.185.125		4.143.013	

* A renda anual está calculada em milhões de reais correntes no ano respectivo. Método 1 – renda semanal com afazeres domésticos (Pnad) multiplicada por 52 semanas. Método 2 – renda semanal com afazeres domésticos (Pnad) dividida pelo salário mínimo de setembro e multiplicada pela soma dos salários mínimos do ano respectivo.

165 Apelidado pelo jornalista Ancelmo Gois (MELO, CONSIDERA, DI SABBATO, 2016).

166 Rememoro, conforme abordado no Capítulo 01, que Cristina Bruschini (1998) já havia indicado grande transformação na PNAD com a expansão da compreensão de "trabalho inativo".

Para Carrasco (1998) e Renata Moreno (2013), as metodologias que pretendem somar o trabalho doméstico ao cálculo do PIB são problemáticas na medida em que o próprio cálculo do PIB pressuporia uma noção de desenvolvimento relacionada exclusivamente ao crescimento econômico. Segundo Carrasco o cálculo do PIB ficaria restrito apenas ao trabalho remunerado, sendo incapaz de capitar o bem-estar. Por isso, seria necessário ir além dele e criar outros indicadores.[167] Moreno complementou essa crítica dizendo que esse cálculo, centrado no valor de uso, nublaria "os custos sociais assumidos pelas comunidades, famílias e pela própria natureza" (MORENO, 2013, pp. 48-49).

> (...) é hegemônica a visão de que, se o PIB está crescendo, o funcionamento da economia vai bem. Mas esta medida considera apenas o valor de troca, sendo o valor de uso mantido às margens do que é mensurado (...). Isto pode ser considerado como uma falha sistêmica na medida em que afeta a capacidade do mercado de gerar e transmitir informações econômicas confiáveis para os agentes que nele atuam, buscando um uso eficiente dos recursos para maximização dos lucros (MORENO, 2013, pp. 48-49).

Para além da incapacidade do PIB "capitar o bem-estar" e ignorar os "custos sociais" da produção, acredito que sua caracterização mistifica as relações de trabalho que estão por trás do crescimento econômico. Isto é, o cálculo do PIB ignora a exploração do trabalho e as relações sociais de dominação e opressão compreendidas nesse processo. Desse modo, no Brasil, a soma do trabalho doméstico ao PIB, apesar de demonstrar a face econométrica desse trabalho, mistifica suas dimensões históricas de gênero, raça e classe. Isto é, invisibiliza o fato do trabalho doméstico ser realizado predominantemente por mulheres negras, pobres e de baixa escolaridade, servindo para a manutenção de uma estrutura social desigual, como a brasileira.

167 No *Capítulo 01* desta tese apresentei a proposta de novos indicadores criada por Carrasco (2012 [2006]) para a Catalunha (*Instituto Catalão das Mulheres* – ICD). Naquele *Capítulo*, isso serviu de exemplo sobre a maneira como as economistas feministas propõem novos pressupostos e métodos de análise econômica. Rememoro que sua inspiração foi o *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH), usado pelo *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD), de autoria de Amartya Sen, em que a possibilidade de se quantificar as "capacidades das pessoas" somou-se com uma perspectiva feminista não androcêntrica, centrado na experiência das mulheres.

3.2 – Uma contradição para a Economia Feminista: o Banco Mundial

A contradição desse processo desencadeado pela ONU, é seu aporte na questão do desenvolvimento, o que leva toda essa trajetória abordada até aqui a uma estreita relação com o *Banco Mundial* (BM), que tem como objetivo endividar as nações para supostamente "desenvolvê-las".[168] A própria Economia Feminista tem relações muito paradoxais com essas organizações, que vão além do vínculo com os tratados das conferências da ONU sobre a questão do desenvolvimento relacionado ao gênero e do debate sobre "desenvolvimento humano" de Amartya Sen (que parece ser a principal abordagem da ONU das últimas décadas).

As economistas feministas Marianne Ferber e Julie Nelson (2003), em *Feminist Economis Today* (livro publicado 10 anos depois de "Para além do Homem Econômico: Teoria e Economia Feminista"[169], que é considerado um marco na constituição da Economia Feminista), mencionaram a grande influência da *International Association for Feminist Economics (*IAFFE) no BM, enaltecendo o fato de suas elaborações teóricas serem apropriadas por uma organização tão perversa como essa, que por meio de suas "condicionalidades" tem causado grandes transtornos para os países que dela emprestaram dinheiro.

O trecho abaixo explicita a posição de Ferber e Nelson sobre isso:

> Um sinal de progresso é o recente relatório do Banco Mundial. Seu próprio título, *Engendering Developmen*t (2001), sugere que este trabalho tem sido influenciado pelo pensamento feminista (e duas décadas de *lobbying*), como o fato de que, juntamente a muitos economistas do *mainstream*, nada menos do que vinte e sete publicações de autoras que são membros a IAFFE foram citadas. Além disso, enquanto o tom geral do livro é bastante neoclássico, indicam as duas primeiras frases do prefácio que os autores estão plenamente conscientes do papel que as disparidades entre homens e mulheres desempenham em frear a economia e o progresso social (FERBER e NELSON, 2003, p. 13, grifos meus).

Ferber e Nelson citaram a passagem do relatório do BM, ao qual se referem, e

168 Francine Mestrum (2006) analisou a regularidade do debate sobre pobreza entre ONU e BM.
169 "*Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*".

explicaram que ele se concentra sobre os direitos humanos e não meramente na eficiência econômica, além de apresentar seu "desejo de mudança" (FERBER e NELSON, 2003, p. 13) em relação ao enfoque neoclássico/liberal.

Segundo essas autoras os relatores do BM escreveram que:

> As desigualdades de gênero prejudicam a eficácia do desenvolvimento de políticas em aspectos fundamentais. No entanto, esta é uma questão que muitas vezes encontra-se apenas no diálogo da periferia da política e tomada de decisão, tanto em arenas nacionais e internacionais (…) as evidências apresentadas neste relatório constituem um argumento convincente para o Estado intervir para promover a igualdade de gênero (BM, 2001 *apud* FERBER e NELSON, 2003, p. 13).

O *Fundo Monetário Internacional* (FMI) e o *Banco Mundial* (BM)[170], são instituições criadas na *Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas*, em 1944, na cidade de Bretton Woods, Estados Unidos, convocada pelo presidente Franklin D. Roosevelt (1933-1945). Para esse encontro foram convidados os 44 países aliados da Segunda Guerra Mundial e mais a Argentina (país neutro), com o objetivo de arquitetar uma nova economia internacional (PEREIRA, 2010, p. 97).

Segundo João M. M. Pereira,

> O objetivo fundamental era plasmar as condições que garantissem, ao mesmo tempo, o livre comércio para os produtos norte-americanos, a abertura dos mercados estrangeiros ao capital estadunidense e o acesso irrestrito a matérias-primas necessárias àquela que se tornara a maior potência econômica e militar do planeta (PEREIRA, 2010, p. 97).

Desde 1942 havia um debate informal entre Harry Dexter White (assessor-chefe do secretário do Tesouro dos EUA) e John Maynard Keynes (assessor principal do Tesouro britânico), sobre a organização de um acordo multilateral. Em certo sentido,

170 O Grupo Banco Mundial (GBM) é composto por diversas instituições, entre elas, o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID). A expressão "Banco Mundial" designa essas duas instituições (PEREIRA, 2010, p. 39). Em 2013, o GBM apresentava um quadro de aproximadamente 12 mil funcionários e havia efetuado quase US$ 800 bilhões em empréstimos desde 1947 (PEREIRA, 2014, p. 19).

Keynes e White elaboraram propostas convergentes, ambos gostariam de evitar "empobrecer o vizinho" (PEREIRA, p. 98, aspas do autor).[171] Mas, ambas propostas divergiam da seguinte maneira: à Inglaterra interessava a manutenção da zona da libra esterlina e aos EUA interessava "afirmar a predominância do dólar como moeda internacional e âncora da projeção mundial do poder político-financeiro norte-americano" (*idem*, p. 99). Desse modo, quando foram iniciadas as negociações formais, as propostas de Keynes foram rejeitadas.[172] Mesmo assim, na Conferência de 1944 foram criadas três comissões principais, presididas cada uma delas por White (elaborou o FMI), pelo mexicano Eduardo Suárez (sobre outros meios de cooperação) e pelo próprio Keynes (sobre o banco internacional).[173]

Antes mesmo da *Conferência* de Bretton Woods, em 1943, além da reconstrução dos países afetados pela guerra, o "desenvolvimento" passou a fazer parte dos projetos pretendidos pelos países envolvidos. Na consolidação das instituições de Bretton Woods, o período entre os anos 1945 e 1950 serviu apenas para a ratificação dos acordos iniciais e, entre os anos 1958 e 1964, o objetivo foi a promoção do desenvolvimento capitalista. Passou-se a "valorizar outros indicadores para a autorização de empréstimos, como o potencial de crescimento e o tipo de política econômica implementada" (PEREIRA, 2010, p. 158).

O BM, nesse sentido, pode ser compreendido da seguinte forma:

> (…) o BM é um ator político, intelectual e financeiro, devido à sua condição absolutamente singular de emprestador, formulador e

171 Ambos: "(…) consideravam indispensável a construção de um sistema de cooperação econômica baseado em regras e instituições de caráter multilateral que evitasse o cenário do entre guerras, marcado por politicas comerciais protecionistas e desvalorizações cambiais competitivas" (PEREIRA, 2010, p. 98).

172 Os "Estados Unidos, que sempre foram o maior acionista, o membro mais influente e o único com poder de veto na instituição, forjando-a como parte da sua infraestrutura de poder global" (PEREIRA, 2014, p. 19 e 20).

173 É interessante notar que embora Keynes tenha presidido o início do que veio a se constituir em uma das principais instituições neoliberais, grosso modo, o neoliberalismo refere-se ao repúdio da economia keynesiana (BROWN, 2003, s.p.). A abordagem proposta por Keynes consistia em uma política de "pleno emprego", em que a eliminação do desemprego em massa, e a consequente demanda gerada pela renda dos trabalhadores, estimularia a economia, que estava em recessão no período. Desse modo, Keynes foi o principal formulador de uma teoria alternativa à economia de livre mercado, que pretendia "a direção e administração macroeconômicas da economia com base na renda nacional" (HOBSBAWN, 1995, p. 111). Segundo Michel Foucault (2008), essas intervenções políticas de cunho keynesiano foram responsáveis pela crise do liberalismo (1930 e 1960, imediatamente antes da guerra, imediatamente depois), que, por seu turno, levaram à sua reformulação, o que teria constituído Keynes como o principal adversário do neoliberalismo. Hobsbawn (1995) indagou como seria interessante especular o que Keynes e White teriam achado dos rumos e consequências das políticas que eles ajudaram a formatar, porém, orientados por outros objetivos, como o pleno emprego.

> articulador de políticas, ator da sociedade civil e veiculador de ideias sobre o que fazer em matéria de desenvolvimento capitalista, em clave anglo-saxônica (PEREIRA, 2014, p. 20).

Para se ter uma noção do agigantamento dessa instituição, entre 1949 e 1962 o número de países membros do BM subiu de 45 para 75 e, entre 1962 e 1964, 11 países, incluindo o Brasil[174], correspondiam à 50% dos clientes devedores (PEREIRA, 2014).

Nos anos 1970, os países latino-americanos cresciam suas economias à custa de elevado endividamento externo (PEREIRA, 2014) e os governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, foram decisivos na consolidação de "uma guinada liberal-conservadora radical no ambiente político mundial" (Pereira, 2014, p. 24). Com isso, o BM passou a adotar um enfoque orientado ao combate à pobreza, mas com claro viés de controle social.

O discurso de Robert McNamara (presidente do Banco no período), em 1972, evidenciou isso.

> Quando os privilegiados são poucos e os desesperadamente pobres são muitos, e quando a brecha entre ambos os grupos se aprofunda em vez de diminuir, é apenas uma questão de tempo até que seja preciso escolher entre os custos políticos de uma reforma e os riscos políticos de uma rebelião (PEREIRA, 2010, p. 203).

Os anos 1980 (já fundamentado pelo discurso de "combate a pobreza" do BM – mesmo enfoque que o da ONU e da CEPAL) foram marcados pela "crise da dívida externa", em que os países devedores não conseguiam pagar suas dívidas (especialmente o México, que junto com o Brasil e a Argentina eram os três países mais devedores do período) e medidas de ajustamento estrutural foram propostas. Com isso, o BM e o FMI adotaram o enfoque do "tratamento de choque" (PEREIRA, 2014, p. 27), de "choque de austeridade" (*idem*, p. 27). Os empréstimos já em curso "foram instrumentalizados para servir ao enquadramento da política econômica dos devedores

174 Destaco que no início do período republicano, em 1889, o Brasil já devia o equivalente a 150 milhões de dólares em dívida externa. Em 1921, o Brasil negociou o primeiro empréstimo diretamente com os Estados Unidos e no início da década seguinte, os USA eram credores de 30% da dívida externa brasileira. No final dos anos de 1960, o Brasil se tornou o "principal devedor aos credores externos" (OLIVEIRA, 2006, p. 82).

às exigências dos credores internacionais" (*idem*, p. 26). Em resumo, esse tipo de empréstimo era orientado para a adequação da economia doméstica dos países como modo de garantir o pagamento da dívida. O empréstimo era baseado, assim, em uma série de condicionalidades, voltadas "para adequar a economia doméstica ao novo ambiente externo e manter o pagamento do serviço da dívida" (PEREIRA, 2014, p. 25). Nesse processo, para além dos setores tradicionais de infraestrutura, como os de energia e transporte, a sua atuação passou a abranger, também, os setores de política econômica, educação, saúde, habitação, meio ambiente, administração pública, desenvolvimento urbano e rural, políticas fundiárias e reconstrução nacional pós-conflito (PEREIRA e PRONKO, 2014, p. 13 e 14).

É desse contexto o *Plano Baker* (1985), que exigiu como condicionalidade a remodelagem do gasto público pela via da descentralização e a privatização de empresas públicas; o *Plano Brady* (1989), que instituiu a desregulação financeira ampla dos países da periferia e a eliminação dos instrumentos de controle sobre taxas de juros e programas de crédito dirigidos à atividade industrial; além do *Consenso de Washington* (Washington – *Wall Street*), do mesmo ano. Este último exigia: 1. liberalização comercial; 2. desregulação financeira; 3. desregulamentação ampla da economia; 4. privatização de empresas públicas; 5. ofensiva do capital contra o conjunto de direitos sociais e trabalhistas forjados no pós-guerra (PEREIRA, 2014).[175]

Consolidou-se, assim, um "consenso político" sobre política macroeconômica, com uma agenda neoliberal. Essas políticas macroeconômicas não formaram apenas um mero sistema de livre mercado, mas constituíram um novo esquema intervencionista, que destruiu as bases produtivas domésticas dos países em desenvolvimento e consolidou a economia de força de trabalho barata e global (CHOSSUDOVSKY, 1999).

Segundo Michel Chossudovsky, a ratificação do *Acordo Geral de Tarifas e Comércio* (*General Agreement on Tariffs and Trade* – GATT) constitui um marco desse processo e violou "os direitos fundamentais dos povos" (*idem*, p. 28). O GATT foi um acordo firmado ainda em 1947 e, em 1995, foi submetida à administração da *Organização Mundial do Comércio* (OMC). No documento oficial do GATT consta a seguinte informação sobre a seus objetivos:

175 Destaco que 1989 é, também, o ano da queda do muro de Berlim, na Alemanha, considerado um marco no desenvolvimento do neoliberalismo e na rejeição à sua oposição.

> Reconhecendo que suas relações no domínio comercial e econômico devem ser orientadas no sentido de elevar os padrões de vida, de assegurar o emprego pleno e um alto e sempre crescente nível de rendimento real e de procura efetiva, para a mais ampla exploração dos recursos mundiais e a expansão da produção e das trocas de mercadorias; Almejando contribuir para a consecução desses objetivos, mediante a conclusão de acordos recíprocos e mutuamente vantajosos, visando à redução substancial das tarifas aduaneiras e de outras barreiras às permutas comerciais e à eliminação do tratamento discriminatório, em matéria de comércio internacional (GATT, 1947).

Chossudovsky analisou que as mesmas condicionalidades de austeridade orçamentária, desvalorização, liberalização do comércio e privatização foram aplicadas, simultaneamente, em mais de cem países devedores. Conforme Pereira (2014), todos os programas se baseavam em: 1. contenção do consumo interno; 2. no arrocho salarial; 3. no corte de gastos sociais; 4. e na redução do investimento público. O resultado foi a perda da soberania econômica e do controle sobre a política monetária e fiscal. Os *Programas de Ajuste Estrutural* (PAE) levaram, com isso, milhões de pessoas ao empobrecimento em um processo que consistiu em fome, fechamento de escolas, ressurgimento de doenças, patrocínio de projetos hidrelétricos e agroindustriais em grande escala, destruição do meio ambiente e deslocamento de milhões de pessoas (CHOSSUDOVSKY, 1999).

Ao longo da década de 1980, a América Latina contraiu mais empréstimos do BM para fins de ajustamento estrutural do que qualquer outra região:

Tabela 02 – "Compromissos financeiros do BM para fins de ajustamento por região, anos ficais 1980-1993". Fonte: Adaptado de KAPUR et al., 1997, p. 520, dados de: World Bank Financial Database; e PEREIRA, 2010, p. 436, dados do Banco Mundial.

Empréstimos*	**1980/ 1982**	**1983/ 1986**	**1987/ 1990**	**1991/ 1993**	**1996/ 1999**	**2000/ 2004**
África	320	916	1.305	1.049	3.418	4.554
Leste da Ásia	301	389	687	147	sem dados	sem dados
Europa e Ásia Central	440	572	498	924	10.814	9.155
América Latina e Caribe	95	1.257	2.284	1.527	8.073	14.826
Oriente Médio e Norte da África	0	229	437	474	1.765	586
Sul da Ásia	256	189	386	621	606	2.696
Países altamente endividados**	165	2.020	3.015	1.743	sem dados	sem dados

* Médias anuais em milhões de dólares.

**Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Costa do Marfim, Equador, Jamaica, México, Marrocos, Nigéria, Peru, Filipinas, Uruguai, Venezuela e Iugoslávia.

Tabela 03 – "Empréstimos do Banco Mundial para setores com foco no aliviamento da pobreza – anos fiscais 1981-1993". Fonte: Adaptado de PEREIRA, 2010, p. 265, dados de: Banco Mundial.

Setores*	1981/1983	1987/1989	1991/1993
Desenvolvimento de recursos humanos	659	1.059	3.494
Educação	603	756	2.047
População, saúde e nutrição	56	303	1.447
Agricultura e desenvolvimento rural	3.513	3.638	3.623
Abastecimento de água e saneamento básico	596	765	1.097
Total de empréstimos (milhões de dólares)	13.261	19.421	22.696
Países altamente endividados**	165	2.020	3.015

* Médias anuais em milhões de dólares.

**Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Costa do Marfim, Equador, Jamaica, México, Marrocos, Nigéria, Peru, Filipinas, Uruguai, Venezuela e Iugoslávia.

O discurso de McNamara na década de 1970 (citado acima), parece ter inaugurado um fundamento ideológico de "controle da pobreza", que embasou a intervenção dessas instituições nas décadas seguintes. Em meados dos anos 1990, a discussão sobre a dívida externa voltou a ganhar projeção. Em 1995, criou-se a OMC, "completando a tríade do sistema de Bretton Woods" (PEREIRA, 2014, p. 105), com o objetivo de regulamentar o comércio mundial em benefício dos bancos internacionais e das corporações transnacionais (CHOSSUDOVSKY, 1999). Em setembro de 1996, foi anunciado o programa *Países Pobres Muito Endividados* (PPME), reformulado no final de 1999. Entre as várias medidas anunciadas, exigia-se que cada candidato ao empréstimo elaborasse um *Documento Estratégico de Redução da Pobreza* (DERP) (PEREIRA, 2014).

> A emissão de títulos de dívida nova quase triplicou entre o primeiro quinquênio da década de 1990 e o segundo, passando de US$ 83 bilhões a quase US$ 235 bilhões. Mais de 85% desses montantes correspondiam a somente três países: Argentina, Brasil e México (VILAS, 2014, p. 71).

Os anos que vão de 1995 à 2008, são encarados como um período de reciclagem e dilatação do programa de neoliberalização do BM e FMI. A direção do BM por James Wolfensohn é caracterizada como um momento de cooptação, consentimento e internalização da dominação pelos Estados-membro, propondo: 1. um "clima hospitaleiro à acumulação capitalista e ao livre mercado" (PEREIRA, 2010, p. 332); 2. a articulação de novas associações com o setor privado, bancos, governos, ONGs; 3. criação de projetos de assistência pós-conflito (guerras); 4. trabalho conjunto com o FMI; 5. e um pacto internacional de assistência aos países que se localizam fora dos "fluxos privados de capital estrangeiro" (*idem*, p. 333). Para isso, foi fundamental a inserção do BM na produção de conhecimento, com o oferecimento de formação ideológica.

O trecho abaixo e a tabela a seguir explicitam essa investida.

> A institucionalização de prescrições de políticas e ideias, por sua vez, exige a criação e manutenção de um clima hospitaleiro pelo mundo afora, razão pela qual o Banco investe tanto em relações públicas, pesquisa, atividades de formação profissional e articulação com instituições internacionais, agências bilaterais, órgãos públicos e organizações nacionais privadas nos Estados-membro (PEREIRA, 2010, p. 474).

Tabela 04 – "Atividades de ensino e assistência institucional realizadas pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico – anos fiscais 1983-1990". Fonte: Adaptado de PEREIRA, 2010, p. 259, dados de: Banco Mundial.

Atividades	1983-86	1987-90
Cursos e Seminários (Política Sênior; Administração econômica e setorial; Análise e administração de projetos; Treinamento de multiplicadores)	321	389
Assistência institucional (Pedagógica; outras)	126	372
Total	447	761

O que gostaria de destacar até aqui é que embora a Economia Feminista tenha propósitos completamente contrários aos do BM – como o enfoque na expansão

do lucro e em relação ao modo como os processos de neoliberalização afetam a vida das mulheres – em alguma medida seus estudos se complementam. Veja que o debate sobre o desenvolvimento é um ponto nodal entre a ONU-CEPAL-BM-FMI-OMC e certa Economia Feminista focada na questão do desenvolvimento (seja ele "humano" ou pautado no gênero), como verificou-se na apropriação que o BM fez das economistas feministas vinculadas à IAFFE. Entre "desenvolvimento econômico" e "desenvolvimento humano" e a profícua igualdade de gênero, essas abordagens aparentemente tão opostas, se retroalimentam.

No que se refere ao Brasil, não é a minha intenção afirmar que a SPM, pela intermediação da ONU e da CEPAL, em conjunto com os interesses do BM, institucionalizaram a questão de gênero no Estado brasileiro, o que possibilitaria a posterior incorporação da Economia Feminista. Contudo, o que foi abordado até aqui revela que há interesses antagônicos por trás dessas narrativas e de suas incorporações pelos governos, que acabam se complementando. Todas as narrativas relacionadas ao BM (como a questão da pobreza e do desenvolvimento) tem por finalidade a expansão da exploração capitalista. Parece que a intenção da ONU e da CEPAL foi a de diminuir a desigualdade de gênero, que atrapalha o "crescimento econômico" e essa dimensão é que foi aproveitada pelos governos dos países "em desenvolvimento". Mas, o BM, o FMI e a OMC certamente estão interessados em causas menos nobres, como o enriquecimento de seu grupo interno. Desse modo, se os estudos apontam que a pobreza e a desigualdade de gênero estão atrapalhando, logo essas instituições usam essas questões para estimular o endividamento das nações. O caso é que em um contexto como o atual, o neoliberal, todas essas narrativas se complementam, se retroalimentam, mesmo que seus interesses sejam opostos.

Benería, Berik e Floro (2018 [2016]) analisaram que existe um risco de instrumentalização do debate sobre gênero e desenvolvimento por essas organizações. Um exemplo disso seria quando o BM destaca a importância da educação das mulheres como meio de aumentar a produtividade nos lares e no mercado.[176] Nos anos 1990, as políticas contra a pobreza em escala mundial, incluindo as políticas de microcrédito e de programas de transferências de rendas condicionadas, passaram a ter as mulheres como

176 Veja, por exemplo, o Informe Mundial de Desenvolvimento, do BM, de 2012 (BENERÍA, BERIK e FLORO, 2018 [2016])

destinatárias principais. A partir disso, o BM, o FMI e o *Fórum Econômico Mundial* "se sentiram obrigados a se ocuparem das questões de gênero" (BENERÍA, BERIK e FLORO, 2018 [2016], p. 22). Inclusive no Brasil, no âmbito do BM, em 2003, foi publicado, como resultado de uma de suas exigências, um relatório sobre "A questão de gênero no Brasil" (BM, 2003).

Alguns dados dessa história têm características bastante ambíguas. Benería, Berik e Floro, por exemplo, indicaram que, inspirados no enfoque da MnD, a integração das mulheres ao desenvolvimento era uma condição nos primeiros acordos de "ajuda" (BENERÍA, BERIK e FLORO, 2018 [2016], p. 33) dos Estados Unidos. A conferência da ONU de 1995, em Pequim, elaborou um programa "de amplo alcance com vistas ao 'empoderamento de todas as mulheres'" (*idem*, p. 33, aspas das autoras). Além disso, a ONU é uma organização fundada no mesmo contexto que as organizações de Bretton Woods (BM, FMI e OMC) e, apesar dos *Relatórios de Desenvolvimento Humano* (ONU) serem reconhecidos como uma importante "contribuição intelectual" (MACHADO e PAMPLONA, 2008, p. 61), João Guilherme Rocha Machado e João Batista Pamplona (2008) demonstraram como não há um consenso na ONU e PNUD sobre sua validade, isso porque esse viés (gênero e pobreza) não poderia ser confundido com os princípios da organização como um todo e de seus países membros.[177]

Ademais, uma série de estudos feitos por economistas feministas vão nessa mesma direção de complementaridade com os pressupostos do BM. Folbre (1986), por exemplo, argumentou que o trabalho doméstico está dentro do escopo da teoria econômica e, desse ponto de vista, a maior atenção para a produção e a distribuição dentro do agregado familiar poderia aumentar a compreensão e o provimento do desenvolvimento econômico. Em abordagem semelhante, Diane Elson, Irene van Staveren, Caren Grown e Nilüfer Çağatay, organizaram uma coletânea publicada pela IAFFE[178], chamada "A Economia Feminista do Comércio", de 2007[179].

177 Segundo os autores, "(…) o próprio Administrador do PNUD no prefácio do relatório de 2004 (...) afirma que, como todos os Relatórios de Desenvolvimento Humano, aquele era um estudo independente com a intenção de estimular discussões e debates sobre assuntos importantes e não uma declaração oficial da ONU ou do PNUD", (MACHADO e PAMPLONA, 2008, p. 62).

178 Trata-se de uma série publicada pela IAFFE em parceria com a editora Routledge. Essas coletâneas são publicadas desde 2002 e somam, em 2018, 17 livros. Outro livro relevante da série para o debate abordado neste capítulo, foi publicado em 2005, "Feminist Economics and the World Bank", organizado por Drucilla Barker, Edith Kuiper, em que as autoras analisaram o relatório de 2001 do BM, sob o enfoque do gênero.

179 "*The Feminist Economics of Trade*".

Na introdução dessa coletânea, assinada apenas por Elson, Grown e Staveren, as autoras afirmaram que uma Economia Feminista do comércio seria necessária porque priorizaria análises que tornam visíveis os aspectos negligenciados pela economia *mainstream*. Elas defenderam que as práticas comerciais e as relações de gênero seriam diversas, com impactos diversos nos diferentes países. Desse modo, tanto haveria um impacto do comércio na desigualdade de gênero quanto da desigualdade de gênero sobre o comércio (ELSON, GROWN e STAVEREN, 2007).

Em um capítulo dessa coletânea, escrito por Elson, Grown e Çağatay, as autoras abordaram o debate da "vantagem competitiva"[180], que versa sobre as vantagens que uma empresa tem em relação às demais que faz com que se desponte na competição. Elas afirmaram que essa teoria se relacionaria com o modo como se institui a divisão do trabalho socialmente construída. Para as autoras, as desigualdades sociais estruturariam o acesso à vantagem competitiva. Em relação ao modo como o trabalho das mulheres é incorporado no mercado, as diferenças salariais e a permanência do trabalho doméstico sob sua responsabilidade, as autoras concluem que as mulheres seriam "uma fonte de vantagem competitiva para empresas de propriedade masculina" (ELSON, GROWN e ÇAĞATAY, 2007, p. 45) e não seriam muito "empreendedoras de vantagem competitiva" (*idem*, p. 45).

Em outra publicação, Elson (2010) indicou que as abordagens dominantes sobre o livre comércio compreenderiam que o Estado e o comércio internacional deveriam seguir o princípio da "vantagem comparativa". Essa teoria segue a ideia de que o comércio se equilibraria diante da dinâmica de compra e venda de mercadorias (importações e exportações) entre países e compreende que o capital, para se reproduzir, necessitaria de força de trabalho qualificada e não qualificada. Diante disso, há a ideia de que as mulheres dos países "em desenvolvimento" poderiam tirar proveito da liberalização do comércio[181] porque a "liberação do comércio aumentaria a demanda por mão de obra não qualificada" (ELSON, 2010, p. 60), que os países "em desenvolvimento" supostamente teriam aos montes.

180 A teoria da vantagem competitiva é uma das chaves do debate sobre empreendedorismo. Ela foi sustentada por Michel Porter em "A vantagem competitiva das nações", de 1989.

181 Na Ciência Econômica essa teoria é chamada de: modelo econômico Heckscher-Ohlin-Samuelson (HOS).

Elson ressaltou que na manufatura as mulheres se concentram em setores de baixa tecnologia, enquanto os homens estão mais concentrados em setores de alta tecnologia.[182] Contudo, a autora não avançou sua crítica no sentido de questionar a maneira como ideologicamente a divisão sexual do trabalho é produzida pela teoria da "vantagem comparativa". Para contrariar essa abordagem dominante, a autora afirmou apenas que a liberalização do comércio afetaria "o trabalho não remunerado de reprodução social" (ELSON, 2010, p. 67), na medida em que aumentaria a restrição de tempo das mulheres, diminuiria as receitas fiscais e as políticas em troca de atrair investimento estrangeiro.

> As restrições de tempo, as restrições fiscais e a tentativa de minimizar os custos da reprodução social são contudo contraditórias, a longo prazo, para o comércio, para os governos e para o conjunto da sociedade. Elas minam as condições para o restabelecimento de uma força de trabalho saudável e bem-educada, e uma sociedade estável e segura na qual as pessoas vivam em harmonia (ELSON, 2010, p. 68).

O quadro abaixo explicita o modo como Diane Elson compreendeu que a igualdade de gênero pode impulsionar o desenvolvimento. Ele foi extraído de um texto de Helena Hofbauer e Claudia Vinay, em uma publicação de 2012, da ONU Mulheres, organizada por Márcia Laranjeira Jácome e Shirley Villela (2012), chamada "Orçamentos sensíveis a gênero: conceitos".

182 A título de exemplo, para Thais Lapa (2014) países como o Brasil concentram a parte considerada "não qualificada" do trabalho no setor de tecnologia da informação – montadoras de celular – com uma força de trabalho totalmente feminina. Enquanto que, na outra ponta, a parte "qualificada", predominantemente masculina, está em países "desenvolvidos", como é o caso do Vale do Silício, nos Estados Unidos. Isso parece revelar o modo como essa teoria da "vantagem comparativa" orienta a organização do trabalho em escala global e entre os sexos.

Quadro 04 – Quanto maior a igualdade de gênero, maior a eficiência. Adaptado de: HOFBAUER e VINAY (2012, p. 29). Dados de ELSON (1997).

Quanto maior a igualdade de gênero, maior a eficiência
Se na África fosse dada a mesma qualificação e insumos a mulheres e homens agricultores, a produção das mulheres aumentaria em mais de 20%
As disparidades na educação primária e secundária entre homens e mulheres podem contribuir para que o PIB de um país seja 25% mais baixo que o de outro similar, porém com menores disparidades.
Se as desigualdades do mercado de trabalho latinoamericano fossem eliminadas, o rendimento das mulheres subiria em 50%; e o rendimento nacional em 5%.

Na mesma linha, Isabella Bakker (1999) compreendeu que seria necessário analisar as políticas macroeconômicas, como as políticas de ajuste estrutural, a partir do ponto de vista de gênero. Para a autora, fazer isso possibilitaria examinar as consequências dessas políticas para a vida das mulheres, uma vez que as políticas de ajuste estrutural alterariam as relações existentes entre produção e reprodução, além de possibilitar a reflexão sobre as implicações de gênero para a própria política econômica (analisar, por exemplo, de que modo a política monetária e os gastos públicos são cegos ao gênero).

Em síntese, essas análises apresentadas acima demonstram uma preocupação em melhorar os critérios da macroeconomia, dando a elas um aperfeiçoamento em relação ao gênero. Em seu conjunto, elas são pouco críticas no sentido de romper com a lógica de mercado. Há a preocupação com o caráter androcêntrico da política econômica, mas pouco interesse nas condições materiais da vida das mulheres sob tais políticas. Pois bem, se Benería, Berik e Floro (2018 [2016]) analisaram que existe um risco de instrumentalização do debate sobre gênero e desenvolvimento por parte de organizações como o BM, questiono quais seriam os riscos de se produzir teorias que tendem a aperfeiçoar as ações de instituições como o BM?

O conjunto de economistas feministas abordadas aqui sugere, por fim, que a formação da Economia Feminista em torno da *International Association for Feminist Economics* (IAFFE), nos anos 1990, ampliou o debate sobre gênero e "desenvolvimento

econômico", especialmente vinculado à ONU, ao BM e ao FMI. Desse ponto de vista, considero importante refletir sobre questões como o caráter androcêntrico da macroeconomia, como fazem as economistas feministas. Contudo, o limite de suas abordagens está no distanciamento da crítica anticapitalista.

Capítulo 04 – Um feminismo contra-hegemônico para a Economia Feminista

> Em todo o continente, as mulheres seguem em marcha transformando a economia desde o feminismo.
> Nalu Faria (2015a, p. 08).
>
> OMC: Olha as Multinacionais Chegando!
> SOF (2006, p. 15).
>
> (…) para o feminismo e para a economia solidária, o presente é matéria-prima da ação política.
> Mariam Nobre (2003, p. 100).

Uma maneira de se abordar a incorporação da Economia Feminista, no país, é remontar ao processo histórico de neoliberalização imposto na região nos anos 1990 e a reação do feminismo latinoamericano a esse processo. Essa reação construiu uma crítica radical, uma oposição, ao *Banco Mundial* (BM), o *Fundo Monetário Internacional* (FMI), a *Organização Mundial do Comércio* (OMC), que resultou na formação da *Rede Latinoamericana de Mulheres Transformando a Economia* (REMTE), em 1997, e na maneira como ONGs, como a *Sempreviva Organização Feminista* (SOF), atuam nesse contexto.

4.1 – Um projeto neoliberal para o Brasil

A partir da década de 1950, em que o tema do desenvolvimento passou a ter importância internacional, no Brasil houve a entrada maciça de capital estrangeiro, em decorrência da política de desenvolvimento industrial (setor automobilístico, eletroeletrônico, químico-farmacêutico, plástico, entre outros). Já em 1975, com o *II Plano Nacional de Desenvolvimento* (PND), do governo Geisel, o país se endividou em decorrência a diversificação do parque industrial por meio de empréstimo (setores de maquinário, siderúrgico, petroquímico, alumínio, nuclear) (AMORIM, 2011). O objetivo do plano era implementar significativas mudanças no "peso relativo dos setores público

e privado" (CRUZ, 1997, p. 58). Em 1977, entidades empresariais lançaram a *Carta de Princípios* da *IV Conferência das Classes Produtoras* (CONCLAP), defendendo a livre empresa e a economia de mercado. Essas diretrizes foram encaminhadas nos anos seguintes por uma série de organizações como a *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo* (FIESP), a *Federação das Indústrias do Rio de Janeiro* (FIERJ), e a *Confederação Nacional da Indústria* (CNI) (CRUZ, 1997).[183]

No entanto, foi com o presidente Fernando Collor de Mello (primeiro presidente eleito após um período de quase 30 anos de ditadura militar), a partir de 1989, que se iniciou o processo de ajuste estrutural. Um exemplo desse ajuste foram as *Diretrizes Gerais Para a Política Industrial e de Comércio Exterior* (PICE), "que consistiram na abertura da economia e no incentivo às indústrias nacionais a se modernizarem por meio da incorporação de novas tecnologias e novos métodos gerenciais" (AMORIM, 2011, p. 47). Com inspiração nos modelos organizacionais japoneses, essa diretriz envolveu: planos de demissão voluntária, diminuição de níveis hierárquicos e inovações gerenciais.[184] Isto é, um momento de intensa reestruturação do mercado de trabalho no país, com a intensificação da perda do controle do trabalho por parte dos trabalhadores.[185]

183 O caso do Chile é emblemático nesse período. Enquanto havia uma tensão (e certa resistência) no governo militar brasileiro sobre as medidas neoliberais (especialmente as privatizações), no Chile, um grupo de economistas que estudaram na Universidade de Chicago foram levados ao governo de Pinochet, em 1975, para privatizar instituições públicas, liberar a extração de recursos naturais, desregulamentar as relações de trabalho, facilitar investimentos de capital estrangeiro e liberar o comércio. A primeira medida do grupo foi, justamente, negociar empréstimos com o FMI (HARVEY, 2008 [2005]).

184 Esse era o mesmo contexto do Plano Baker (1985), Plano Brady (1989), do Consenso de Washington, da queda do muro de Berlim, da investida do BM na questão da pobreza/desenvolvimento e da consolidação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) (CHOSSUDOVSKY, 1999; PEREIRA, 2014). O economista Lauro Lobo Burle descreveu as medidas tomadas pelo governo Collor, em um artigo publicado em 1993. Seu entusiasmo com o projeto de neoliberalização evidencia como se constituiu ideologicamente as ações de abertura comercial e de privatizações. Analisando os projetos do governo de Collor, o autor escreveu o seguinte: (...) constatou-se que foram adotadas algumas medidas de liberalização das importações no âmbito das barreiras não-tarifárias. Além do mais, extinguiram-se os incentivos fiscais e financeiros às exportações e a política cambial oficial passou a reger-se pelas leis do mercado, embora nos seis meses iniciais dessa mudança o Banco Central tenha atuado para valorizar o cruzeiro em termos reais. O governo implantou uma nova estratégia industrial e de comércio exterior (...). No começo de 1991, as autoridades econômicas adotaram o Plano Collor II e consolidaram a política industrial através da reestruturação competitiva, incluindo a reintrodução dos financiamentos oficiais às exportações. Paralelamente, foi anunciado o cronograma de redução tarifária nas importações para o período 1991-94 e o BNDES assumiu papel fundamental no financiamento de longo prazo, englobando o crédito ao pré e ao pós-embarque das exportações. Ademais, com a mudança da equipe econômica em maio, a política cambial passou a estimular também as exportações, principalmente a partir de setembro" (BURLE, 1993, p. 111). "Neste sentido, o governo agiu corretamente (...), embora fosse mais sugestivo o alongamento do prazo das aplicações internas dentro de uma reforma geral do sistema financeiro, objetivando a retomada do desenvolvimento" (*idem*, p. 112).

185 Helena Hirata (2003b) compreendeu que uma comparação entre o Brasil e os países europeus no que se refere à reestruturação produtiva precisa sempre ser mediada, uma vez que no Brasil a ausência histórica de desproteção

A desestruturação provocada pelo governo Collor se agravaram em seu processo de *impeachment*, que serviu para desviar a atenção pública das consequências de seu plano: desemprego e queda real do salário. Segundo Chossudovsky, os credores da dívida brasileira impuseram a desvalorização do cruzeiro, para assegurar que o país permaneceria endividado por muito tempo e que a economia nacional e o Estado fossem reestruturados em seu próprio benefício (dos credores). As medidas para isso visavam a exploração dos recursos naturais, a consolidação da economia de exportação baseada na força de trabalho barata e a aquisição de empresas estatais mais lucrativas pelo capital estrangeiro (CHOSSUDOVSKY, 1999).[186]

Nesse sentido, concordo com Eric Hobsbawm em sua avaliação de que "O triunfo da teologia neoliberal na década de 1980 na verdade traduziu-se em políticas de privatização sistemática e capitalismo de livre mercado" (HOBSBAWM, 1995, p. 420). Esse processo de neoliberalização foi aprofundado com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que teve o apoio de uma base social mais ampla e em decorrência da estabilização da moeda: "ampliou a aprovação de medidas relacionadas à privatização, às políticas de abertura comercial, à desregulamentação do mercado de trabalho e à redução dos gastos sociais" (AMORIM, 2011, p. 49)[187]

Em síntese, os dados citados acima sobre a política econômica brasileira entre as décadas de 1980 e 1990 agradou, especialmente, as elites dominantes, como os

social não pode ser comparada à crise do Estado-providência dos países europeus, como é o caso da França. Gostaria de fazer outra ressalva sobre a compreensão do processo de reestruturação produtiva. Há grande diversidade de composição do mercado de trabalho no Brasil, com variações substanciais entre as regiões. Nesse sentido, remontar a história industrial pelo processo de reestruturação produtiva e de neoliberalização da economia não significa dizer respeito ao país todo, de modo homogêneo. No caso da experiência industrial do Nordeste, por exemplo, entre 1982 a 1994, as taxas de desemprego e a informalidade das Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador permaneceram bem acima dos verificados para o Sul e Sudeste. Somar-se-ia a essa conta, as heranças do trabalho escravo, do latifúndio, o longo processo de incorporação do trabalho assalariado e a grande disponibilidade de força de trabalho. Além disso, há diversas experiências laborais que não estão compreendidas nesse processo, que não se inserem no circuito ampliado do capital mundial e que não passaram por esse movimento de industrialização e desindustrialização, como o *Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco*, construído com base no trabalho familiar, domiciliar e informal (OLIVEIRA, 2016).

186 "O plano Collor, iniciado em 1990, foi um estranho "coquetel" combinando uma política monetária intervencionista com a privatização ao estilo FMI, a liberalização do comércio e taxa de câmbio flutuante (...) A "agenda oculta" do Plano Collor consistia em cortar gastos públicos e salários para liberar o dinheiro necessário para o pagamento do serviço das dívidas interna e externa", (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 172, aspas do autor).

187 Em síntese, a política de FHC "(…) exigia uma abordagem de "engenharia social", uma estrutura política para "administrar a pobreza" e acalmar a agitação social a custo mínimo para os credores. Os chamados "programas de metas" destinados a "ajudar os pobres", combinado com a "recuperação de custo" e a "privatização" dos serviços de saúde e educação, foram apresentados como um meio "mais eficiente" de implementar programas sociais. Ao mesmo tempo o INSS deveria tornar-se cada vez mais "autofinanciado" por meio de contribuições substancialmente aumentadas dos trabalhadores urbanos e rurais" (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 180, aspas do autor).

grupos exportadores, latifundiários e grandes comerciantes importadores (VILAS, 2014, p. 66).[188] Além disso, os Estados Unidos têm papel central em todo esse processo, especialmente depois da Guerra Fria, em que um mundo capitalista foi desenvolvido em seu entorno e na medida em que esse país mantém o monopólio do poder no FMI e BM há seis décadas.[189] Isto é, esse contexto foi moldado por um campo vasto de relações, com graves consequências para o conjunto dos trabalhadores e, ainda mais graves, para as mulheres, levando-se em conta a sua incorporação ao mercado de trabalho, historicamente precária.

4.1.1 – O impacto do processo de neoliberalização na vida das mulheres: o mercado de trabalho dos anos 1990

Para compreender o modo como o processo de neoliberalização afetou a vida das mulheres trabalhadoras, penso ser necessário analisar o mercado de trabalho brasileiro na década de 1990, tendo em vista a incorporação dos *Programas de Ajuste Estrutural* (PAEs) a partir do governo Collor. Com isso, será possível compreender melhor os motivos da reação feminista ao processo de neoliberalização, que resultou na formação da *Rede Latinoamericana de Mulheres Transformando a Economia* (REMTE).

Para Helena Hirata e Hélène Le Doaré, esses processos de abertura de mercados, anteriormente descritos, reforçaram uma "nova lógica de expansão das firmas multinacionais" (HIRATA e LE DOARÉ, 1999, p. 10), criando uma dinâmica entre as dimensões de local e global. Para as autoras, a internacionalização do capital tendeu a diversificar e heterogeneizar as situações de trabalho, de emprego e as formas de inserção no mercado de trabalho de mulheres e de homens, de países do Norte e do Sul, mas não da mesma maneira. As autoras se valeram de uma série de referências que as possibilitaram afirmar que a "intensificação das trocas internacionais aumentam tendencialmente as oportunidades de emprego para as mulheres" (*idem*, p. 12). Em termos gerais, nas décadas de 1980 e 1990 a taxa de atividade mundial das mulheres

188 Com exceção da resistência, como as greves históricas da década de 1970-80 (PRAUN, 2012).

189 Segundo Sebastião C. Velasco e Cruz, o BM, o FMI e a OMC têm importância fundamental na formulação da política industrial brasileira. Para ele, a política industrial se insere, "no sistema maior da economia mundial", (CRUZ, 1997, p. 29), na medida em que "a política industrial de um dado país é suscetível de alterar os equilíbrios estabelecidos nessa esfera e é afetada pelas mudanças que nela se processam" (*idem*, p. 29).

teve forte progressão, passando de 38%, em 1970, para 52% em 1990[190] – criando "'uma nova figura salarial feminina', porém *de crise*" (*idem*, p. 22, aspas e grifo das autoras):

> Essa figura feminina da instabilidade, que pode ser hoje simbolizada pela trabalhadora em tempo parcial, projeta-se assim para além das fronteiras nacionais bem delimitadas. Seu aparecimento *convida a repensar a tese do exército industrial de reserva*, que subestima a complexidade dos movimentos de mão-de-obra feminina e miniminiza a subjetividade das trabalhadoras, cuja vontade de se manter em uma atividade remunerada, a despeito da penúria geral do emprego, não poderá deixar de afetar as relações sociais de sexo. Com efeito, sua vontade de preservar – enquanto sujeito sexuado – sua independência econômica, de se inscrever positivamente em sua atividade profissional, pode ser considerada um dos elementos de explicação do crescimento do número de mulheres assalariadas (HIRATA e LE DOARÉ, 1999, p. 22, grifo meu).

Especialmente se referindo à América Latina, Ásia e Europa, as autoras destacaram ainda o quanto esse aumento mundial da taxa de atividade das mulheres foi acompanhado por flexibilidade, instabilidade e vulnerabilidade. Elas afirmaram que as análises sobre a evolução de salários constataram uma degradação após as políticas de ajuste estrutural. Por exemplo, no México, país gravemente afetado pelas políticas do FMI e do BM, precursor da "crise da dívida", o salário das mulheres representava 80% em relação aos dos homens, em 1980, e passou para 50%, em 1992.[191]

Segundo Helena Hirata (2003b), nas três últimas décadas do século XX, paradoxalmente, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional dos anos 1990 tiveram como consequência o aumento do emprego assalariado e do trabalho remunerado das mulheres. Para Hirata (2003a), no entanto, esse aumento foi acompanhado de expansão da precarização e vulnerabilidade desses empregos.

> As desigualdades dos salários, das condições de trabalho e da saúde não foram significativamente reduzidas com o crescimento do emprego assalariado das mulheres, e a divisão do trabalho doméstico não mudou de fato, apesar das responsabilidades

190 Dados PNUD, 1997 (HIRATA e LE DOARÉ, 1999, p. 17).
191 Dados PNUD, 1997 (HIRATA e LE DOARÉ, 1999, p. 14).

> crescentes assumidas, pelo menos por algumas dessas mulheres, no campo do trabalho profissional (HIRATA, 2003a, p. 16).

Bruschini observou que na década de 1990 as "novas diretrizes econômicas" promoveram uma abrupta abertura do mercado nacional aos produtos importados, o que acelerou o ritmo de introdução de mudanças tecnológicas e organizacionais, "visando o aumento dos patamares de produtividade e de qualidade dos produtos nacionais, para fazer frente à concorrência internacional" (BRUSCHINI, 1998, p. 21). Para Bruschini e Maria Rosa Lombardi (2003 [1998]), durante toda a década houve crescimento na participação das mulheres na população economicamente ativa (PEA). No período, a taxa de atividade das mulheres chegou à 47%, o que significaria dizer que quase metade de todas as mulheres do país estavam empregadas ou procurando emprego. No final da década de 1990, as mulheres representavam 41% da força de trabalho brasileira.[192]

No mercado de trabalho brasileiro há uma grande variação entre as regiões e, também, entre pessoas brancas e negras. A tabela abaixo, demonstra o modo como as mulheres negras, em todas as regiões do país ocupavam patamares inferiores de participação na *População Economicamente Ativa* (PEA). Entre as pessoas escolarizadas, as remunerações decresciam na seguinte ordem: homens brancos, homens negros, mulheres brancas, mulheres negras.[193]

192 Nadya Araújo Guimarães apresentou dados um pouco diferentes, mas que também demonstram o crescimento da participação das mulheres. Para ela, a taxa de atividade feminina, entre 1985 e 1995, ampliou de 36,9% para 53,4%, enquanto a taxa masculina pouco se alterou, passando de 76% para 78,3% (GUIMARÃES, 2001).

193 Mais dados sobre isso, ver: ABREU, JORGE e SORJ, 1994; ARAÚJO e LOMBARDI, 2013; GUIMARÃES, 2001.

Tabela 05 – "Mulheres e homens no mercado de trabalho: indicadores de participação econômica segundo raça/cor – Brasil e regiões, 1998". Fonte: Adaptado de BRUSCHINI e LOMBARDI, 2003 [1998], p. 327, dados de: IBGE, PNAD, 1998 (microdados).

	PEA (em milhões)		**Taxa de atividade (em%)**		**PEA (em %)**		**Empregados (em %)**	
	brancos	negros	brancos	negros	brancos	negros	brancos	negros
Mulheres								
Brasil	17,3	13,7	47,3	47,8	55,4	43,7	62,6	36,4
Norte	0,4	1,0	46,4	45,1	30,2	69,0	36,3	62,9
Nordeste	2,6	6,0	45,7	47,6	30,4	69,3	38,2	61,7
Sudeste	8,6	4,7	44,7	47,6	63,7	35,0	69,0	29,5
Sul	4,6	0,8	53,9	49,4	85,2	14,3	87,0	12,5
Centro-oeste	1,1	1,2	49,3	51,1	46,6	52,0	51,5	47,2
Homens								
Brasil	24,4	20,8	73,4	73,9	53,6	45,6	54,5	44,9
Norte	0,5	1,5	70,7	70,5	26,5	72,8	27,0	72,6
Nordeste	3,6	9,2	73,8	74,4	27,9	71,8	28,1	71,7
Sudeste	12,6	7,1	71,7	72,8	63,3	35,4	62,6	36,6
Sul	6,2	1,2	77,7	77,0	82,8	16,6	80,3	19,2
Centro-oeste	1,5	1,8	76,4	77,0	45,3	53,5	43,7	55,2

Embora tenha havido nesse período maior crescimento dos registros de empregos formais para mulheres do que para os homens, em 1998, apenas 38,4% desses registros eram de mulheres. As mulheres continuavam a representar a menor parte entre os trabalhadores registrados. Isto é, o crescimento no número de postos de trabalho formais das mulheres ainda era pouco satisfatório se comparado ao número de homens que estavam cobertos pelos direitos trabalhistas. A tabela abaixo apresenta o modo como as mulheres se inseriram de maneira precária no mercado de trabalho, ainda que tenha havido crescimento no número de contratações e ainda que elas correspondessem a uma maior parte de pessoas escolarizadas (54%) (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2003 [1998]).

Tabela 06 – "Distribuição de homens e mulheres em posição precária – Brasil (em%)".
Fonte: Adaptado de BRUSCHINI e LOMBARDI, 2003, p. 344, dados de: IBGE, PNAD.

	1993	1998
Homens em posições precárias	11,2	10,1
Mulheres em posições precárias	40,0	36,4
Trabalhadoras domésticas	16,6	16,9
Trabalhadoras domésticas sem carteira de trabalho	83,9	76,4
Trabalhadoras domésticas que ganham até 02 salários mínimos	96,5	88,5
Trabalhadoras domésticas não remuneradas	13,5	11,4

O trabalho doméstico, que é predominantemente composto por mulheres, se manteve praticamente inalterado em toda a década, absorvendo 17% da força de trabalho das mulheres. Em 1997, 47% das empregadas domésticas trabalhavam mais de 45 horas por semana, 28% delas por mais de 49 horas, 88% delas ganhava até dois salários mínimos e 59% delas eram negras. Em síntese, o estudo dessas autoras mostrou que na década de 1990 houve uma consolidação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro. No entanto, de modo profundamente segmentado por gênero e cor, além de se efetivar em postos de trabalhos precários, concentrando 36% das trabalhadoras (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2003 [1998]).

Segundo Bruschini, os postos de trabalho perdidos na indústria estavam sendo substituídos por outros nos setores de comércio e de serviços, "em grande parte informais, com produtividade relativamente mais baixa e pagando salários menores do que os da indústria" (BRUSCHINI, 1998, p. 23). Conforme Bruschini, as mulheres ocupavam os lugares menos privilegiados na economia, ganhavam menores salários do que os homens e tinham condições de trabalho mais precárias, com trabalhos mais rotineiros e repetitivos (*idem*, p. 23). Cabe, então, destacar que, sob as políticas neoliberais, a participação das mulheres no trabalho remunerado se configurou como uma "inserção precária".

> (…) a concentração ocupacional das mulheres se mantém, fazendo com que quase metade delas encontre-se ligada a atividades que geram baixa remuneração, sem proteção da legislação trabalhista ou previdenciária, realizadas muitas vezes no próprio domicílio ou na rua, principalmente em jornadas parciais de trabalho (ABREU, JORGE e SORJ, 1994, p. 153).

Conforme Alice Abreu, Angela Jorge e Bila Sorj (1994), a análise do "setor informal" permitiu constatar que esta participação das mulheres se fez em condições muito desfavoráveis quando comparada à dos homens. Segundo essas autoras, mesmo nesse "setor" caracterizado pela precariedade de trabalho, as mulheres concentraram-se nos piores indicadores: menor vínculo à Previdência Social; menores remunerações; locais de trabalho insalubres; e elevada participação no trabalho doméstico remunerado.

Foi assim que na década de 1990, a noção de "nova informalidade" tentou demonstrar que havia no mercado de trabalho brasileiro certa continuidade na ampliação da informalidade (ARAUJO, 2012). Maria C. Cacciamali (2000 e 2001), falou em termos de "processo de informalidade", composto pelo desemprego, intermitência, novas modalidades de contrato de trabalho, sub-contratação, terceirização, desrespeitos à legislação trabalhista, trabalho por conta própria. Já Maria Augusta Tavares, definiu os trabalhos informais como sendo todas as relações entre capital e trabalho nas quais a compra da força de trabalho seria "dissimulada por mecanismos, que descaracterizam a condição formal de assalariamento, dando a impressão de uma [mera] relação de compra e venda de mercadorias" (TAVARES, 2002, p. 52). Por fim, Manoel L. Malaguti afirmou que a informalidade estaria "entranhada no âmago das relações capitalistas de produção" (MALAGUTI, 2000, p. 14). Segundo esse autor, como expressão do processo de desprezo pelos direitos da cidadania, de desmantelamento das organizações dos trabalhadores e de crescentes níveis de desemprego no Brasil, teríamos, entre outras questões, o acelerado crescimento do trabalho informal "por todos os poros da economia" (*idem*, p. 63).[194]

Pelos motivos acima citados, a informalidade contribuiria para "a manutenção da segmentação por gênero no mercado de trabalho" (ARAÚJO, 2009, p. 137). Para Angela Araújo, essas relações de trabalho se constituíram como "novos ou

194 Segundo Malaguti (2000), a taxa de informalidade no Brasil ultrapassava naquele período 50% da população ocupada.

renovados espaços de confinamento da força de trabalho feminina, contribuindo para a incorporação das mulheres sob condições de trabalho precárias, nas quais há uma superposição de novos e antigos mecanismos de segmentação de gênero" (*idem*, p. 139).

A esse respeito, Hirata compreendeu que: "O modelo de trabalho precário, vulnerável e flexível tomou, nos países do Norte, a forma de trabalho em tempo parcial e, nos países do Sul, a forma de trabalho informal, sem estatuto e sem a menor proteção social" (HIRATA, 2003a, p. 16). Essa autora demonstrou ainda que, diante de todo esse processo de inserção precária, a divisão sexual do trabalho doméstico permaneceu inalterada.

Em relação ao padrão de segmentação por gênero e cor dos anos 1990, vemos que ele também se manteve ao longo da primeira década do século XXI. Nos anos 2000, houve sinais de crescimento na economia, no emprego formal e na renda do trabalho. No entanto, o desemprego das mulheres esteve acima da média nacional, mesmo sendo mais escolarizadas do que os homens. Reproduziu-se, também, a diferença salarial entre os sexos no emprego formal e informal, sendo os rendimentos das mulheres inferiores aos dos homens, e a maior responsabilização das mulheres pelos trabalhos domésticos e de cuidados. Nos empregos em tempo parcial, as mulheres também foram maioria (LOMBARDI, 2009; LAVINAS, CORDILHA e CRUZ, 2016). Ademais, a informalidade, amplamente representada pelas mulheres, mostrou-se como um traço histórico do mercado de trabalho brasileiro (ARAÚJO, 2009; ARAÚJO e LOMBARDI, 2013). Os trabalhos domésticos concentraram a maior proporção de mulheres e homens negros. Nesses trabalhos, as mulheres são maioria absoluta (94,6%) e a maior parte das pessoas que trabalham sem carteira assinada no emprego doméstico são também as mulheres (73,7% contra 55,2% dos homens). As mulheres negras tiveram os menores rendimentos e permaneceram maioria nos trabalhos mais precários e desprotegidos (ARAÚJO e LOMBARDI, 2013).

Os dados apresentados neste item demonstram o contexto histórico brasileiro do final do século XX e início do século XXI, que justificam a reação feminista em defesa das condições de trabalho e vida das mulheres. No entanto, o mercado de trabalho representa apenas uma parte desse processo, que se capilarizou por diversas dimensões da vida. Dias (2012), por exemplo, apontou o modo como o genocídio das

populações negras, pobres e encarceradas compõe o neoliberalismo brasileiro.[195] Acrescenta-se à essa "destruição criativa" (HARVEY, 2008 [2005], p. 13)[196] do neoliberalismo, questões como a ampliação da pobreza e crescimento urbano das favelas (DAVIS, 2006) e o esgotamento de recursos naturais e destruição ambiental (BROWN, 2003).[197] Essas e outras razões provocaram a construção de um feminismo contra-hegemônico na América Latina, com justificado interesse pela economia.

4.2 – A construção de um feminismo contra-hegemônico

A trajetória do movimento feminista no Brasil é contada a partir de alguns marcos históricos, sendo o ano de 1975, que a *Organização das Nações Unidas* (ONU) definiu como o "Ano Internacional da Mulher", considerado o "momento inaugural" do feminismo no país (PINTO, 2003, p. 56). Naquele mesmo ano, a ONU patrocinou um seminário na cidade do Rio de Janeiro, na *Associação Brasileira de Imprensa* (ABI), chamado "O papel e o comportamento da mulher brasileira". É também do mesmo período uma série de conquistas e de marcos na história do feminismo brasileiro, como a abertura de um espaço na reunião anual na *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* (SBPC) e a publicação do livro "A mulher na sociedade de classes", de Heleieth Saffioti, cuja edição publicada pela editora Vozes, no ano de 1976, se vincula às publicações comemorativas do "Ano Internacional da Mulher".

195 Cabe destacar que nas últimas décadas o aumento do encarceramento feminino no Brasil é superior ao aumento do encarceramento masculino (FGV, 2018). Um estudo realizado por Andressa Contarato e Danielle Sanches (FGV/DAPP, 2018) apontou que o Brasil é proporcionalmente o terceiro país com a maior população carcerária feminina do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos (1º) e da Tailândia (2º). No país, apenas 7% dos presídios são especificamente femininos, 28% das prisões são decorrentes de tráfico de drogas. Segundo dados da INFOPEN (2017), entre os anos 2000 e 2016 houve um aumento de 455% na população carcerária feminina, sendo que 62% da população prisional feminina seria composta por mulheres negras.

196 Para David Harvey, o processo de neoliberalização provocou o que chamou de "destruição criativa" (HARVEY, 2008 [2005], p. 13). Trata-se de uma destruição que não incide apenas sobre as relações de trabalho, mas sobre o conjunto das relações sociais. Para ele, com o trabalho flexível, os contratos de curto prazo, a insegurança crônica, a perda de proteção social e o desmonte de instituições coletivas surgiu a figura do "trabalhador descartável", (idem, pp. 182-183), em geral, mulheres.

197 Há diversos estudos que demonstram impactos variados do neoliberalismo sobre a vida das mulheres. Jules Falquet (2017), por exemplo, analisou o neoliberalismo como um processo de utilização perversa da violência contra as mulheres. A autora analisou o modo como a violência contra as mulheres, tanto as individuais (companheiros, patrões, etc.) como coletivas (governos, exércitos, etc.) e em diversos contextos que se imbricam, como a guerra e o trabalho, compõem o desenvolvimento da globalização neoliberal. Paradis, Carrau e Barreto (2017), destacaram como as cidades mineradoras brasileiras oferecem modos muito reduzidos de autonomia econômica para as mulheres. As obras na usina de Belo Monte, por exemplo, teriam levado ao aumento da violência e da prostituição, inclusive com a situação de mulheres prostituídas em cárcere privado. Essas autoras também demonstraram como a mineração prejudica a produção de alimentos.

Sob o ponto de vista desses marcos, Céli Pinto diferenciou o "movimento feminista" – um tipo de luta "mais orgânica" (PINTO, 2003, p. 13) – do "movimento de mulheres" – lutas mais esparsas e dispersas (descentralizadas). De seu ponto de vista, os movimentos contra a carestia (1940-1950), os clubes de mães (por volta de 1970), as mulheres organizadas em associações de bairro, entre outros agrupamentos, não questionavam a opressão das mulheres tal como faziam os grupos que formavam a cúpula feminista. Para essa autora, seriam movimentos "organizados não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como o caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público" (*idem*, p. 43). Essa autora defendeu ainda que no "movimento de mulheres" as reflexões sobre as relações de gênero não estariam em seu horizonte, isto é, a posição de poder dos homens não seria contestada.

Segundo Denise Gomide Carvalho (2002), os clubes de mães tiveram importância fundamental na medida em que fizeram com que as ideias feministas chegassem às mulheres de várias camadas sociais. Por exemplo, o jornal "Nós Mulheres" era vendido por clubes de mães e por isso atingia mulheres de diversos contextos sociais. Maria Amélia de Almeida Teles (1999 [1993]) destacou, por seu turno, a importância das lutas das mulheres no Brasil colônia e a organização política de mulheres populares, como as mulheres da periferia da cidade de São Paulo, mulheres rurais e as que atuavam dentro dos sindicatos. Elizabeth Souza-Lobo (1991) destacou a organização das mulheres em associações de bairro, ocupações de terreno e em demais práticas da vida cotidiana e Maria José dos Santos (2012) remontou a luta das mulheres nas comunidades quilombolas.

Tendo em vista a diversidade de experiências que extrapolam os limites do que convencionalmente se conhece como "movimento social", Sonia Alvarez compreendeu o feminismo como um "campo discursivo de ação" (ALVAREZ, 1998, s.p.), ou seja, como um campo amplo, heterogêneo, policêntrico, multifacetado e polifônico, o que seria diferente de pensá-lo como um movimento social em seu sentido clássico, relacionado com mobilizações visíveis e constantes, que remontaria o final do século XIX, mas também incluiria os "novos movimentos sociais" do século XX (o que provoca

uma oposição/diferenciação entre "movimento feminista" e "movimento de mulheres").[198]

O próprio contexto do feminismo dos anos 1990, em que a Economia Feminista foi incorporada à agenda de alguns grupos feministas, possibilita pensar a noção ampliada de feminismo proposta por Sonia Alvarez. Isso porque essa incorporação só foi possível em decorrência da reunião de certos grupos feministas críticos aos feminismos submetidos à ONU. Alvarez escreveu que o período entre os anos 1980 e 1990 foi chamado de "internacionalização" ou "globalização" das lutas feministas. Segundo essa autora, para diversas analistas, tal internacionalização se deveu "à crescente participação de setores expressivos dos movimentos feministas nas esferas hegemônicas da política internacional e, em particular, nas conferências e cúpulas mundiais promovidas pelo sistema das Nações Unidas" (ALVAREZ, 2003a, p. 533).

Em uma perspectiva crítica, Helena Hirata e Hèléne Le Doaré afirmaram que esse modo de pensamento único, que transformou mulheres ou homens em um "setor social" (HIRATA e LE DOARÉ, 1999, p. 27), oculta a dimensão de relação social e, com isso, as despolitiza. Tendo em vista a *IV Conferência* da ONU, as autoras afirmaram que a organização na América Latina foi composta por ONGs e outras organizações como a CEPAL, afastando as organizações populares de mulheres. Nesse sentido, avaliaram que "Entre o global e o local se constrói uma série de lógicas que, apoiando-se sobre o nível inferior, modifica de alguma forma totalmente o seu sentido, impondo-lhe aquele de seu próprio discurso dominante" (*idem*, p. 27). Apesar dessa crítica contundente, as autoras ressaltaram que, "pelo menos no papel", após a *Conferência de Pequim* (1995) houve certa aproximação com as mulheres populares e que embora a ONU não faça uma reflexão sobre os efeitos da homogeneização, sua investida acabou provocando a manifestação de "vozes discordantes" (*idem*, p. 29).

Jules Falquet apresentou argumentos que explicitam a rejeição à ONU. Veja, por exemplo, o modo como essa autora analisou a articulação entre o FMI, a ONU e outras organizações neoliberais em relação à política de acesso ao microcrédito fomentada por elas.

198 Sandra Harding (1987) também define o movimento feminista de um modo interessante: como um movimento político para a mudança social.

> O considerável desenvolvimento das políticas de microcrédito para as mulheres está ajudando a desvendar o conluio entre os interesses privados, o FMI, o Banco Mundial, a ONU e a AID, na mesma perspectiva neoliberal que é altamente prejudicial para as mulheres. É perturbador ver quantas organizações de mulheres estão lutando precisamente para desenvolver esses microcréditos (FALQUET, 2003, p. 187).

Nesse processo de internacionalização do feminismo, além das conferências da ONU, Alvarez destacou, os *Encontros Feministas Latino-Americanos e Caribenhos*, iniciados em 1981. A autora afirmou que "os Encontros fomentam processos de solidariedade e também de disputa entre as feministas da região" (ALVAREZ, 2003a, p. 534). Assim, a partir deles teria sido possibilitada outra abordagem para o feminismo latinoamericano. Em decorrência das reflexões sobre:

> (…) os significados e as práticas da autonomia e da 'institucionalização' dos movimentos, a diversidade e as desigualdades entre as mulheres e entre as feministas, e a relação dos diversos feminismos com outros movimentos, especialmente com o movimento amplo de mulheres, e com os partidos políticos, os Estados e as esferas das políticas internacionais (ALVAREZ, 2003a, p. 534).

Em meados da década de 1990, no entanto, esses encontros e conferências deixaram claro "que o empenho feminista em influenciar as esferas internacionais oficiais tinha rendido parcos resultados concretos" (ALVAREZ, 2003a, p. 534). Isso porque a América Latina enfrentava uma grave crise devido a investida neoliberal na região, como já mencionado. Refiro-me, sobretudo, aos Programas de Ajuste Estrutural (PAEs). A resistência feminista a esse processo foi enorme, mas ela foi combinada com uma série de outras lutas. A esse respeito, Sonia Alvarez escreveu:

> A evidente falência do modelo neoliberal gerou uma inovadora e efervescente resistência ao seu 'pensamento único' na América Latina nos últimos tempos – uma resistência que primeiro aparece no espaço público com o levantamento zapatista de 1994, e que se ramifica, diversifica e amplia por toda a região durante a última

> década do século 20 e os primeiros anos do século 21 – das mobilizações massivas do MST, à articulação dos movimentos indígenas e afro-descendentes em nível continental; das *asambleas barriales* e do movimento piquetero na Argentina aos enfrentamentos recentes entre os cocaleros e as forças da repressão na Bolívia (ALVAREZ, 2003a, p. 535, grifo da autora).

Frente a esse contexto econômico e ao desencantamento de muitas feministas com as conferências internacionais, que pouco ajudavam a construir uma resistência a esses processos, foram construídos outros espaços "transnacionais", porém alternativos e contra-hegemônicos (ALVAREZ, 2003a). No mesmo sentido, Renata Moreno aformou:

> Como parte da crescente resistência global às políticas neoliberais, os próprios movimentos foram impulsionadores de processos de articulação transnacional com formulações de alternativas globais, independente da agenda das conferências da ONU. Mais que isso, este processo autônomo teve como uma de suas características a recusa de participação nestes processos a partir da avaliação de que, em nome do "social" e do combate à pobreza, os mesmos legitimavam a expansão do neoliberalismo (MORENO, 2013, p. 106).

Conforme Nalu Faria, "A fragmentação da agenda feminista nesses marcos organizava propostas e ações fragmentadas, em temas como saúde e violência, mas sem um questionamento geral das políticas de globalização neoliberal e Estado mínimo" (FARIA, 2015a, p. 05). Alvarez (2003a) observou que nesse contexto de internacionalização dos feminismos, sobretudo, dos *Encontros Feministas Latino-Americanos e Caribenhos*, foi possível a organização de um feminismo contra-hegemônico na América Latina. É desse contexto, portanto, a formação da *Rede Latinoamericana de Mulheres Transformando a Economia* (REMTE), sob a orientação da Economia Feminista.

4.2.1 – A Rede Latinoamericana de Mulheres Transformando a Economia (REMTE)

A Economia Feminista na América Latina é tributária dos conceitos desenvolvidos na Europa e Estados Unidos. Contudo, na agenda da Economia Feminista latinoamericana esses mesmos conceitos têm sido questionados "para produzir conhecimento *situado*, relevante para nossas realidades e transformadoras, quer dizer, capazes de contribuir para a mudança dos fatores estruturais que sustentam as desigualdades de gênero, classe, etnia e geração" (ESQUIVEL, 2016, p. 103).

Com o intuito de debater a economia a partir de um ponto de vista feminista, organizações feministas da América Latina formaram a *Rede Latinoamericana de Mulheres Transformando a Economia* (REMTE), em 1997. Segundo Nalu Faria, a construção da REMTE foi "orientada por um questionamento global ao sistema capitalista e patriarcal" (FARIA, 2015a, p. 05). Carmen Diaz (2007) afirmou que a REMTE objetivava atuar para incorporar a economia na agenda feminista ao mesmo tempo em que incorporava o feminismo na agenda de luta política antineoliberalismo e concebia a si mesma como um espaço de *análise e ação*.[199]

Segundo Faria, na REMTE o debate sobre as mulheres foi colocado no centro da disputa acerca do modelo econômico. Isso foi feito por meio da análise do "predomínio do mercado sobre a vida" (FARIA, 2015a, p. 06) e a reflexão sobre o modo como as relações e desigualdades de gênero são fundamentais para a sustentação do modelo neoliberal de economia, colocando como preocupação fundamental a reflexão sobre o "desenvolvimento" e as dimensões econômicas, ecológicas, alimentares e de cuidados (*idem*).

Segundo um boletim da REMTE, publicado no ano de 2001, a rede firmou o seguinte compromisso:

199 Ao menos dez grupos feministas formavam a REMTE no ano de 2001: 1. Brasil: Rede Economia e Feminismo (REF), representante: SOF; 2. Colombia: Mesa de Trabajo Mujeres y Economía, representante: Martha Diaz; 3. Ecuador: Mujeres Transformando la Economía, representante: Magdalena León T.; 4. El Salvador: Espacio Mujer y Economía, representante: Zenaida Joachim; 5. Bolivia, representante: María Esther Ibañez; 6. México: Red Género y Economía, representante: Leonor Concha Aída; 7. Nicaragua: Colectivo Género y Economía; 8. Perú: Grupo Género y Economía, representante: Rosa Guillén; 9. Venezuela: Centro de Estudios de la Mujer (CEM), responsable: Adicea Castillo; 10. Chile: Centro de Estudios Mujer y Trabajo, representante: Angelica Alvarez. Formam a REMTE mulheres urbanas, rurais, acadêmicas, de organizações de base, ONGs. Fonte: Minga Informativa de Movimientos Sociales, 2019: <https://movimientos.org/remte>. Último acesso: 05/04/2019.

> Nós nos propusemos a transformar a economia em face de várias de suas dimensões: conhecimento e pensamento econômico, que tendem a invisibilizar as mulheres e suas contribuições; as relações econômicas, cujas características de gênero estão presentes desde o nível pessoal ao global; os papéis das mulheres, marcados pela desigualdade e discriminação; políticas e decisões, reivindicando nossos direitos de intervir diretamente nelas. Compartilhamos o desafio de construir alternativas e transformar o mundo, que é o eixo do movimento de resistência à hegemonia neoliberal, espaço de convergência em que atuamos a partir de uma perspectiva feminista, para denunciar a relação entre modelo econômico e militarização e promover a integração social e econômica entre os povos (…). Participamos, em nossos países e a nível internacional, nas lutas permanentes contra a ALCA, os TLC, a OMC, e pelo não pagamento da dívida externa (REMTE, 2001).

Em sua lista de atividades, consta: 1. *elaborar propostas de mudança global e resistência ao modelo neoliberal*, a partir de uma perspectiva feminista; 2. afirmar as mulheres como atrizes econômicas, tornando visíveis nossas múltiplas contribuições, bem como a dinâmica de desigualdade e discriminação que deve ser mudada, 3. fortalecer o conhecimento, análise e treinamento feministas; 4. desenvolver análises de realidades e políticas econômicas e suas conexões com a vida e os direitos das mulheres; 5. *divulgar e debater a teoria econômica feminista, como um discurso crítico nutrido por uma pluralidade de experiências e visões*[200]; 6. promover campanhas ou iniciativas temáticas com o denominador comum de justiça econômica e justiça de gênero; 7. fortalecer as mulheres como protagonistas das lutas sociais, tanto nos espaços femininos como nos mistos (REMTE, 2001).

De acordo com Diaz, a REMTE se inscreve em uma lógica de fazer pressão por meio de mobilização mais do que por meio do *lobby* com os governos "para incluir uma cláusula de gênero nas negociações" (DIAZ, 2007, p. 86). Segundo a autora, o *lobby* com relação ao Banco Mundial teria sido um ponto de conflito entre as participantes no início da organização.

O Brasil é um dos países que integram a REMTE, por meio da *Rede Economia*

200 Um ponto que parece ser determinante na incorporação da Economia Feminista pela REMTE foi um curso, no ano de 2007, chamado "Economia Feminista: um enfoque antissistêmico".

e Feminismo (REF), um grupo de reflexão sobre Economia Feminista criado pela *Sempreviva Organização Feminista* (SOF).[201] A REMTE compõe também a *Marcha Mundial das Mulheres* (MMM)[202] e o *Fórum Social Mundial* (FSM), como parte de seu *Conselho Internacional*. O *I Fórum Social Mundial*, no ano de 2001, em Porto Alegre/RS[203], foi um momento de fortalecimento da REMTE e, especialmente, serviu como um espaço de debate e difusão da Economia Feminista pela América Latina. Segundo Alvarez (2003a), o FSM é um marco na criação dos espaços "transnacionais", porém alternativos e contra-hegemônicos (ALVAREZ, 2003a). O objetivo principal da reunião feminista no *Fórum* foi, justamente, enfrentar as medidas econômicas que afetavam drasticamente as condições de vida das mulheres[204].

Conforme Alvarez, com o FSM

> (…) surge uma nova força social mundial que se articula justamente em oposição radical ao sistema global neoliberal imperante: o chamado movimento antiglobalização ou, como preferem alguns, o movimento global pela solidariedade e pela justiça social. Desde o início, muitas militantes feministas fizeram parte desses amplos, porém difusos, novos movimentos regionais e globais que ganharam uma expressão mais consolidada através do FSM (ALVAREZ, 2003a, p. 535).

201 Compuseram a REF, além das integrantes da SOF, Anita Oliveira, Beth Cardoso, Cláudia Luz, Emma Siliprandi, Graça Costa, Isolda Dantas, Júlia di Giovanni, Maria Emília Pacheco, Marilane Teixeira, Marli Emílio, Martha Bergamin, Neuza Tito, Rocicleide Silva, Sandra Quintela e Tatau Godinho (FARIA e NOBRE, 2003).

202 Renata Moreno (2013) afirmou que tanto a REMTE, como a MMM, colocam a economia como central na agenda feminista. A origem da MMM remonta a organização Pão e Rosas do Quebec, Canadá. Formada em 1995, a MMM atua junto de mais de 6 mil grupos de mulheres de 161 países e territórios. Suas ações são voltadas, sobretudo, ao combate à pobreza e à violência sexista. Com o mote "Seguiremos em Marcha até que todas sejamos livres!", a Marcha é desde o ano de 2000, classificada como um "movimento permanente" (MORENO, 2014). Mais sobre a Marcha pode ser visto em: FARIA e NOBRE, 2003; CARVALHO, 2002.

203 Sobre a formação do FSM, Sonia Alvarez refere que "A proposta então foi organizar um fórum de dimensões mundiais e em um país do sul. Um grupo de trabalho formado por oito organizações brasileiras [O grupo era formado pelas seguintes organizações: ABONG, ATTAC-SP, CBJP, CIVES, CUT, IBASE, MST e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos] assumiu sua construção e apresentou a proposta em uma massiva assembléia dos movimentos de resistência à globalização neoliberal, os quais se reuniram em junho de 2000 em Genebra para protestar contra a Cúpula Social da ONU Copenhagen + 5. Em janeiro de 2001 aconteceu o I Fórum Social Mundial em Porto Alegre, com a participação de mais de 20 mil pessoas de 117 países." (ALVAREZ, 2003a, p. 535).

204 O I Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/RS, no ano de 2001, é uma referência nesse processo de mobilizações políticas. Há, pelo menos, duas publicações que documentam a importância das organizações feministas no Fórum. Uma delas foi publicada pela Revista Estudos Feministas, 11 (2), julho-dezembro/2003; a outra está em FARIA, 2003. Uma apresentação dos processos políticos feministas do período, também pode ser vista em: MORENO, 2014.

Em conjunto com as ações do FMI e do BM, os acordos de livre comércio também figuravam como uma ameaça neoliberal na América Latina.[205] A proposta mais agressiva certamente foi da *Área de Livre Comércio das Américas* (ALCA). Em Miami, EUA, em 1994, o Brasil e mais 33 países começaram a debater a formação da ALCA. Decidiu-se formar até o ano de 2005 uma zona de livre comércio que incluiria todos os países do Hemisfério Ocidental, com exceção de Cuba. Tal proposta foi lançada pelo então presidente dos EUA, George Bush, em 1990. Nas propostas da ALCA havia uma gama muito grande de interação entre os países que ultrapassava a simples abertura de fronteiras.

> (...) a Alca incluiria acordos sobre barreiras tarifárias e não-tarifárias ao comércio de bens e serviços; agricultura; subsídios; investimento; direitos de propriedade intelectual; compras governamentais; barreiras técnicas ao comércio; salvaguardas; regras de origem; antidumping e direitos compensatórios; padrões e procedimentos sanitários e fitossanitários; mecanismos de solução de controvérsias; e políticas de defesa da concorrência. É possível, ou até provável, que normas trabalhistas e ambientais também venham a ser incluídas em um eventual acordo, por pressão de setores importantes do Congresso e dos sindicatos dos EUA (BATISTA JR., 2003, p. 269).

A ALCA era diferente do acordo da União Europeia, por não instituir uma estrutura monetária comum. Ela seguiria o modelo do *Acordo de Livre Comércio da América do Norte* (Nafta), com claro favorecimento dos EUA em detrimento dos demais países envolvidos. Com o acordo, o Brasil perderia a autonomia de sua política econômica e ficaria exposto à livre concorrência das poderosas corporações estadunidenses (BATISTA JR., 2003).

A *Campanha Continental* contra a ALCA reuniu um espectro amplo de organizações e movimentos sociais. Com o crescimento da resistência popular ao acordo e com a eleição de governos críticos ao domínio dos Estados Unidos na região, as

205 O primeiro acordo de livre comércio na região foi firmado pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960, englobando os países da América do Sul (exceto as Guianas) e o México. Substituindo a ALALC, foi criada a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em 1980. Já o Mercado Comum do Sul (Mercosul) é do contexto das décadas de 1980-1990, instituído em 26 de março de 1991, com a reunião dos presidentes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, na assinatura do Tratado de Assunção. O objetivo seria a constituição do Mercosul, a partir de 1995, designando a livre circulação de mercadorias, serviços, capital e trabalhadores entre os países-membros (FGV-CPDOC, 2019).

possibilidades de sua aprovação começaram a ser diminuídas e, em 2005, na reunião realizada em Mar del Plata, Argentina, a ALCA finalmente foi derrotada. A *Cúpula dos Povos* teve papel fundamental nesse processo, por rejeitar "o livre comércio, a dívida externa, a militarização e a pobreza" (REMTE, 2015, p. 37) e por afirmar a integração e o reconhecimento dos povos, "a soberania, a paz e a vida, e a distribuição da riqueza" (*idem*, p. 37).

Segundo a REMTE, a luta contra a ALCA possibilitou um processo de convergência dos movimentos que lutavam contra o neoliberalismo. Nos anos 1990, no contexto de redemocratização na América Latina, a globalização teria sido vista predominantemente positiva e como algo que melhoraria a vida das mulheres. Os grupos críticos a ela, desse modo, eram poucos, "o setor hegemônico do movimento feminista priorizou uma agenda ao redor dos eixos democracia e cidadania, que não se articulavam em um ponto de vista geral sobre o modelo como um todo" (REMTE, 2015, p. 10). Além disso, como já abordado, as conferências da ONU dos anos 1990 haviam proliferado o debate sobre "desenvolvimento", o que tornou consenso analisá-lo desde o ponto de vista de gênero como uma categoria transversal. O impacto do neoliberalismo sobre o mercado de trabalho e o debate sobre a pobreza se tornaram, então, temas centrais e foram apontados como estruturantes do modelo neoliberal (*idem*).

O processo de luta contra o livre comércio possibilitou um acúmulo de debates para a REMTE. É nesse contexto que o "reconhecimento do mundo da reprodução como parte da economia" (REMTE, 2015, p. 32), e a integração entre produção e reprodução tornou-se central. Com os aportes da Economia Feminista, constataram que "o mercado operava na sociedade e dominava todos os processos da vida de uma maneira tão profunda" (*idem*, p. 33), como nunca haviam visto antes. A Economia Feminista teria demonstrado a elas "as conexões entre as ganâncias do mercado e o trabalho invisível das mulheres na reprodução" (*idem*, p. 33), e a "exploração intensiva na produção" (*idem*, p. 33). A Economia Feminista serviu, sobretudo, para a compreensão de que "um ponto central da economia capitalista é considerar apenas a esfera mercantil, o mundo monetário e financeiro como econômica" (*idem*, p. 33). Além da compreensão de que a "divisão sexual do trabalho estrutura uma

nova divisão internacional do trabalho, característica central do neoliberalismo" (*idem*, p. 33).

Clarice Paradis, Natália Carrau e Viviana Barreto (2017) mostraram que a organização das mulheres, a partir da economia feminista, pode propor caminhos alternativos às práticas econômicas que estavam se desenvolvendo na região. Essas autoras examinaram esse processo, que tem centralidade na luta contra a ALCA, de uma maneira que acredito ser capaz de traduzir o que Valeria Esquivel (2016) chamou de "conhecimento situado" da Economia Feminista latinoamericana e o que Renata Moreno compreendeu como "apropriação coletiva da Economia Feminista" (MORENO, 2015, p. 35):

> Esse campo anticapitalista do feminismo também buscou refletir sobre as relações entre a divisão sexual do trabalho e o paradigma dominante da economia. A partir da experiência das mulheres, foi possível conectar a falta de equipamentos públicos como creches, restaurantes e lavanderias, a falta de reconhecimento do trabalho das mulheres no âmbito rural, a pequena ou inexistente implicação dos homens nas tarefas domésticas e as péssimas condições do trabalho doméstico remunerado, exercido especialmente pelas mulheres negras e imigrantes, com as necessidades do capitalismo de reproduzir as formas de exploração sobre trabalhadoras/es. Esta leitura permitiu compreender que não seria possível alcançar um outro mundo sem que toda essa carga de trabalho fosse reconhecida como fundamental para produção de riqueza, para a sustentabilidade da vida humana e para a manutenção das relações da sociedade (PARADIS, CARRAU e BARRETO, 2017, p. 35).

Foi proposto, assim, a reconexão entre o âmbito público e o privado, a reprodução e produção, "'um outro mundo possível' que estava ligado com o alto sentido ético e solidário do valor da vida humana" (PARADIS, CARRAU e BARRETO, 2017, p. 34, aspas das autoras).

É a partir desses marcos, portanto, que se passou a afirmar, no Brasil, que o trabalho das mulheres e a produção do viver deveriam ocupar lugar central na agenda política e econômica, por meio da visibilidade dos trabalhos domésticos e de cuidados, da tarefa de desconstruir o viés androcêntrico da Economia, da crítica à construção das estatísticas e da formulação de políticas públicas para as mulheres.

4.2.2 – A Sempreviva Organização Feminista (SOF)

No caso brasileiro, a luta das mulheres rurais e o desenvolvimento da Economia Solidária são parte fundamental desse processo de desenvolvimento da Economia Feminista no país. A história de organização política dessas mulheres remete ao início do século XX com a luta de mulheres como Margarida Alves, Alexina Crespo e Elizabeth Teixeira. Na década de 1970, organiza-se uma série de movimentos autônomos de trabalhadoras rurais, em articulação com movimentos de base cristã, como a *Comissão Pastoral da Terra* (CPT). Na região Nordeste, em decorrência do período de seca de 1979 a 1984, desenvolveu-se o fenômeno de mulheres como "chefes de família", devido a migração de homens para outras regiões em busca de trabalho. Essas mulheres participaram das Frentes de Emergências, com recursos do governo federal para o enfrentamento da seca (VIEIRA, 2017).

No contexto dos anos de 1980, com o processo de redemocratização do país, houve uma articulação desses movimentos rurais com o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST) e com a *Central Única dos Trabalhadores* (CUT), além da articulação feminista que tem como um marco o *III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe* (Bertioga/SP, 1985). Em 1987, formou-se o *Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste* (MMTR/NE), em 1995, a *Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais* (ANMTR) e, em 2000, a *Marcha das Margaridas* (VIEIRA, 2017).

As reivindicações iniciais mais relevantes das mulheres trabalhadoras rurais se referiam ao reconhecimento de sua profissão enquanto agricultoras e não como "donas de casa". Também reivindicavam o direito à posse de terra. Sua luta resultou na incorporação de suas demandas na Constituição de 1988, além de sua inclusão como beneficiárias especiais da previdência social. Ao longo dos anos, houve a ampliação da organização política dessas mulheres trabalhadoras, especialmente no que tange à sua organização produtiva, tocando em questões econômicas e de organização do trabalho e da produção, como é o caso da Economia Solidária (MORENO, 2013).

A trajetória da Economia Solidária no Brasil tem grande relevância para a incorporação da Economia Feminista ao contexto do país. Embora essa questão não seja

tratada no presente capítulo, é necessário apontá-la como parte desse processo. Desde a década de 1980, a Economia Solidária já havia ganhado terreno no Brasil e isso certamente foi um dos principais caminhos que fizeram com que a Economia Feminista encontrasse espaço. Conforme Henrique Wellen (2012), nas décadas de 1980 e 1990 houve um aumento de, respectivamente, 620,83% e de 349,50% no número de empreendimentos de Economia Solidária, segundo dados da *Secretaria Nacional de Economia Solidária* (SENAES). Segundo esse autor, os estudos sobre o tema indicam esse aumento como decorrência da crise capitalista do período. Isto é, o aumento no número de "empreendimentos econômicos solidários" seria derivado do contexto da crise do emprego formal. Contudo, o autor abordou uma série de fatos que demonstram o interesse do próprio governo e de instituições capitalistas, como o BM, em instituir essa modalidade de trabalho que é desprotegida e, quase sempre, precária.

Nesse processo aberto pela Economia Solidária, o MST tem grande relevância também. Há uma unanimidade entre as/os estudiosos do assunto sobre essa questão, na medida em que "a cooperativa, em menor ou maior grau, representa uma expressão das posições políticas e ideológicas desses sujeitos sociais e dessas realidades históricas" (WELLEN, 2012, p. 209).

Além disso, há nesse contexto a *Doutrina Social da Igreja Católica*, que por meio de duas encíclicas, a *Centesimus Annus* e a *Rerum Novarum*, fundamentou a "economia da comunhão", unindo valores cristãos ao mercado e disseminando a cultura solidária. Segundo Wellen, "a 'economia da comunhão' surgiu como um empreendimento econômico destinado a instaurar uma nova moral dentro das relações capitalistas" (*idem*, p. 191).

Também não posso deixar de mencionar a "teoria da dádiva", da reciprocidade, que figura como um dos fundamento para a Economia Solidária, especialmente em sua abordagem de gênero (GUÉRIN, 2005), baseada na obra de Karl Polanyi (1980 [1944]), sobre o sistema econômico de uma dada sociedade corresponder a sua lógica própria de funcionamento.

O trabalho de Polanyi tem, portanto, grande influência na Economia Feminista, bem como na Economia Solidária, devido a incorporação do debate sobre a reciprocidade na compreensão de que o interesse pelo lucro seria fruto exclusivamente

de uma sociedade moldada pelos princípios de mercado. Sua abordagem dialoga com um conjunto de debates antropológicos sobre a "teoria da dádiva", que além de Malinowisk também tem referência em Marcel Mauss, em seu célebre "*Ensaio sobre a dádiva*", em que o autor igualmente aborda a reciprocidade como um princípio organizativo de algumas sociedades tribais.[206] Esses estudos antropológicos demonstraram, para Polanyi, que a reciprocidade (ao contrário da lógica de mercado) "ajuda a salvaguardar tanto a produção como a subsistência familiar" (POLANYI, 1980 [1944], p. 63), que ela pode predominar como "comportamento social" (*idem*, p. 65), e é capaz de assegurar "o funcionamento de um sistema econômico" (*idem*, p. 63). Qualquer sistema econômico (mercantil ou reciprocitário) seria, portanto, "mera função da organização social" (*idem*, p. 64).

A reciprocidade é um tema de referência na imbricação da Economia Feminista com a Economia Solidária. Nancy Folbre (1995) afirmou que a reciprocidade, ao lado do altruísmo e do senso de obrigação ou de responsabilidade, é um dos aspectos que motivariam as mulheres a realizarem os trabalhos de cuidado. Reciprocidade seria, "uma forma de negociação muito mais frouxa do que aquela que normalmente ocorre no mercado, e tende a ser baseada em contratos implícitos, ao invés de explícitos, reforçados por normas de cooperação" (FOLBRE, 1995, p. 76).

Partindo disso, Isabelle Guérin (2005) desenvolveu uma referenciada pesquisa sobre o altruísmo feminino em experiências de Economia Solidária. Muito por conta dessa questão da reciprocidade, do entendimento de Polanyi de "economias", tanto a Economia Solidária quanto a Economia Feminista são consideradas, como já mencionado, "outras economias", constando inclusive no livro "*Dicionário Internacional da Outra Economia*" (CATTANI *et al*., 2009).[207]

Juntas, todas essas questões abriram espaço para que a Economia Feminista pudesse ser incorporada ao contexto brasileiro. Neste capítulo, gostaria de me concentrar em duas delas: a dimensão institucional, em que o gênero foi incorporado

206 Mais sobre a noção de reciprocidade pode ser visto em: SABOURIN, 2011. Mais sobre Karl Polanyi, pode ser visto em: FRASER, et al. 2016b.

207 Em vários textos de Folbre (1986, 1995 e 1997) há a citação de Karl Polanyi em suas referências bibliográficas, embora a autora não tenha feito menção direta no corpo do texto. Moreno (2013) reconhece a importância desse autor e ele é referenciado por: BENERÍA (1999); HILLENKAMP, GUÉRIN e VERSCHUUR (2016); GUÉRIN e NOBRE (2015); SANTOS (2009).

como uma abordagem de política pública; e a dimensão da luta feminista contra-hegemônica, na qual a Economia Feminista se tornou uma ferramenta política.

Foi a partir do final da década de 1990 que a Economia Feminista começou a aparecer no debate brasileiro. Isso aconteceu, sobretudo, porque ela foi incorporada pelos grupos feministas que se preocupam com a valorização das práticas econômicas que se diferenciam e se distanciam das práticas tipicamente capitalistas. *A Sempreviva Organização Feminista* (SOF), uma ONG com sede na cidade de São Paulo desde o ano de 1963, é uma das principais responsáveis por essa incorporação ter acontecido.[208]

Apesar de não ser a única organização feminista a trabalhar com Economia Feminista no Brasil[209], a SOF se destaca por conta de uma ampla produção de materiais bibliográficos, como a *Coleção Cadernos Sempreviva* e uma série de folhetos e cartilhas. Além do trabalho de produção desses materiais, a SOF os utiliza como fonte de estudos, debates e formação feministas e como fundamento para executar políticas públicas. Atualmente, seu trabalho de maior destaque nesse campo é desenvolvido na região do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, onde executa, desde 2015, uma política pública de *Assistência Técnica e Extensão Rural* (ATER), com enfoque na Economia Feminista, na Economia Solidária, na agroecologia e na soberania alimentar.

Por meio da *Rede Economia e Feminismo* (REF), criada 2001, a SOF integra a *Rede Latinoamericana de Mulheres Transformando a Economia* (REMTE), além de coordenar a *Marcha Mundial de Mulheres* (MMM), no Brasil. O trecho da entrevista abaixo, concedida por Renata Moreno, da SOF, explicita a relação da organização com a REF e a REMTE e a importância das mulheres rurais nessa trajetória.

> (...) a partir da SOF começou a se formar um grupo que é quase um grupo de reflexão sobre economia e feminismo e que, na verdade, virou uma rede, que é a REF. Isso tinha a ver com as articulações que a gente já tinha com organizações e uma das

208 A SOF conta com recursos de Heinrich-Böll-Stiftung, Christian Aid, Newton Fund e British Council. É parceira das seguintes organizações: ANA – Articulação Nacional de Agroecologia; ABONG – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais; CF8 – Centro Feminista 8 de Março; CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; CUT – Central Única dos Trabalhadores; FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Marcha Mundial das Mulheres Internacional; Marcha Mundial das Mulheres – Brasil; REMTE – Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia; REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos. Carvalho (2002) investigou a atuação da SOF no período de 1990 e 2000.

209 Ver, por exemplo, a *Casa da Mulher do Nordeste* (CMN).

> trilhas dessa articulação é com as mulheres rurais (Renata Moreno, SOF, 18/11/2016).

A primeira experiência da SOF foi com formação de profissionais da saúde para transmitir sua experiência com saúde da mulher. Em meados dos anos 1980, o movimento feminista brasileiro havia construído um parâmetro de atenção integral a saúde da mulher em políticas públicas. No período seguinte, nos anos 1990, a SOF passou a compreender os processos de autoorganização das mulheres e se aliou a diversos movimentos sociais e escolas de formação política, como o *Instituto Cajamar* e a *Central Única de Trabalhadores* (CUT). Nos anos 2000, houve a eleição do *Partido dos Trabalhadores* (PT), na instância municipal de São Paulo, com Marta Suplicy na prefeitura. Esse foi um período em que a SOF trabalhou com a "formação de gestores de várias secretarias municipais em implementação de políticas para as mulheres, articulando um debate mais geral sobre feminismo com políticas públicas de trabalho, saúde, educação e violência" (FARIA, 2015b, p. 10). A SOF começou a dar assessoramento e consultoria para ONGs de distintas modalidades, sobretudo organizações mistas, cujo enfoque era a "despatriarcalização da organização" (*idem*, p. 10), por meio de uma metodologia de educação popular.

Ainda nos anos 1990, a SOF já tinha iniciado o trabalho na área de gênero e agricultura familiar. Naquele momento, a categoria "agricultura familiar" passou a aparecer como demanda de política pública para trabalhadoras e trabalhadores do campo, como o *Programa de Apoio a Agricultura Familiar* (PRONAF), de 1995, explicita. A primeira oficina com essa temática foi realizada em 1996. O objetivo era desenvolver com mulheres e homens de movimentos sociais rurais e ONGs, uma leitura comum sobre "agricultura familiar", com enfoque em "desmantelar estruturas desiguais no interior das famílias e comunidades, e fortalecer a agricultura familiar e as comunidades do campo" (NOBRE, 2015, p. 59). Entre 1998 e 2004, a SOF assessorou o Grupo de Trabalho (GT) de gênero da *Rede de Programas de Tecnologia Alternativas* (PTA) da região sudeste e passou a integrar o GT de gênero da *Articulação Nacional de Agroecologia* (ANA). Esse foi um momento de fortalecimento dos movimentos rurais como *Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste* (MMTR-NE), o *Movimento de Mulheres Camponesas* (MMC), *Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu* (MIQCB) e

movimentos mistos, como *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura* (CONTRAG), MST, *Movimento dos Atingidos por Barragens* (MAB) e *Movimento de Pequenos Agricultores* (MPA). A SOF desenvolveu atividades de formação com a maioria desses movimentos.

Em um momento de intensa institucionalização da abordagem de gênero, a SOF compreendia a desigualdade entre mulheres e homens como a "opressão patriarcal" (FARIA, 2015b, p. 13). Miriam Nobre analisou que a trajetória da SOF desenvolveu uma abordagem que possibilitou

> (…) orientar uma estratégia de desnaturalização das desigualdades de gênero; demonstrar como se utiliza o trabalho das mulheres como recurso inesgotável, e como variável de ajuste das tensões do sistema; reconhecer a sabedoria e o conhecimento das mulheres e possibilitar que possam ir mais além; construir respostas coletivas de autoorganização e aliança (NOBRE, 2015, p. 61).

É do mesmo período, do final dos anos 1990 e início dos anos 2000 a formação da REMTE e da MMM, em que por meio da articulação nesses espaços a SOF se tornou bastante ativa na luta contra os tratados de livre comércio. Nos anos 2000, a SOF encampou a luta contra a mercantilização do corpo e, no campo da alimentação, assumiu a luta contra a produção de alimentos transgênicos e a favor dos sistemas agroecológicos (NOBRE, 2015). É também desse contexto que a SOF passou a incorporar a Economia Feminista como uma "ferramenta de análise" (MORENO, 2015, p. 35), formando a *Rede Economia e Feminismo* (REF) para pensar questões relativas à economia e ao desenvolvimento no contexto nacional.

Entre 2001 e 2003, esse grupo realizou diversos encontros para discutir a teoria econômica feminista e a conjuntura econômica brasileira. Em 2002, a SOF realizou o *Seminário Feminismo e Economia* e o *Curso de Formação Econômica Feminista*. Entre 2009 e 2013, a SOF atuou nos *Territórios da Cidadania* (TC) para qualificar suas demandas sobre a política de ATER e a partir de 2015 foi credenciada pelo Governo Federal para desenvolve essa política no Vale do Ribeira/SP.

Conforme afirmou Renata Moreno:

> Esse processo de *apropriação coletiva* da economia feminista esteve sempre vinculado a processos políticos, como a articulação das mulheres na economia solidária, o debate feminista nas práticas agroecológicas e nas lutas pela soberania alimentar, os debates sobre o modelo de desenvolvimento, e a crítica feminista a sociedade de mercado (MORENO, 2015, p. 35, grifo meu).

É desse contexto a produção bibliográfica da SOF em torno do tema da Economia Feminista, cuja principal referência é a coleção "Cadernos Sempreviva". A trajetória dessa coleção conta um pouco da história da SOF. A primeira edição, de 1997, trata do tema "Gênero e Desigualdade" (FARIA e NOBRE, 1997). A segunda edição, chamada "Gênero e Agricultura Familiar" (NOBRE, *et al*., 1998), já reflete o trabalho que a SOF havia começado a desenvolver com as mulheres trabalhadoras rurais. A quinta edição, chamada "O trabalho das mulheres" (FARIA e NOBRE, 1999), publicou textos de autoras estudiosas das relações de trabalho, como Helena Hirata e Lena Lavinas.

A partir deste ponto, muitos dos projetos políticos da ONG passaram a serem focados nos trabalhos das mulheres e, por conseguinte, na Economia Feminista, como a edição de 2002, chamada "Economia Feminista", que parece marcar a entrada da organização no campo da Economia Feminista e inaugurar a sistematização do debate sobre a Economia Feminista no país, com textos de Miriam Nobre, Diana Strassmann e Julie Matthaei. Na sequência, em 2003, isso se consolidou, com a edição chamada "A Produção do Viver", com textos de Cristina Carrasco. Ao longo dos anos, a SOF abordou, nessa perspectiva, temas como o cuidado, a autonomia das mulheres, ecologia, Economia Solidária, agroecologia, enfrentamento ao livre mercado e formação de práticas políticas feministas.

É possível traçar alguns paralelos entre a atuação da SOF e os estudos que se desenvolveram na pesquisa acadêmica. As décadas de 1980 e de 1990 foram marcadas por transformações nos estudos sobre as mulheres no Brasil. É conhecida a história de que no final dos anos 1980 começaram a circular cópias xerocadas do texto "Gênero, uma categoria útil de análise histórica" (1986), de Joan Scott, e logo depois, em 1995, a primeira tradução para o português foi publicada na revista *Educação e Realidade*. É desse período, também, a forte articulação entre os estudos sobre trabalho e gênero que

tem como uma das principais referências o livro "A classe operária tem dois sexos" (2011 [1991]) de Elisabeth Souza-Lobo. Neste cenário dos estudos sobre trabalho e gênero, há uma influência decisiva do feminismo materialista de Helena Hirata e Danièle Kergoat no Brasil. O conceito de divisão sexual do trabalho, conforme as autoras o entendem, se tornou um importante referencial teórico na sociologia do trabalho.[210]

Para as pesquisadoras Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999), o trabalho das mulheres teria sido um dos primeiros temas de entrada das mulheres feministas na academia no Brasil. Isso teria ocorrido no final dos anos 1960 e inícios dos 1970. Contudo, a inclusão da categoria gênero teria trazido mudanças nos estudos sobre o trabalho. Segundo as autoras, os estudos sobre as relações de gênero e trabalho, teriam recebido um impulso na década de 1980 no país, sobretudo em decorrência do aumento do número de mulheres em postos de trabalho industriais na década de 1970 e do próprio desenvolvimento das análises de gênero. Segundo essas autoras, as análises de gênero seriam as que mais consistentemente teriam reivindicado o lugar da cultura, da história e do poder nos estudos do trabalho e seu maior benefício residiria, justamente, na crítica ao paradigma econômico de que os "indivíduos [são] movidos por interesses racionais" (HEILBORN e SORJ, 1999, p. 209).[211]

Para Araújo (2005), as mudanças que as análises de gênero trouxeram para os estudos sobre o trabalho teriam influência decisiva na difusão das ideias feministas e no crescimento dos movimentos de mulheres, nos quais estariam presentes as mulheres das classes populares, as trabalhadoras, as sindicalistas e pesquisadoras vinculadas às universidades. Segundo a autora, no que se refere à Sociologia e à Economia do Trabalho, as análises sobre o mercado de trabalho seriam, ao lado das análises sobre os processos de trabalho e organização do trabalho fabril, um dos dois "núcleos temáticos" centrais, nos quais o conceito de "gênero" teria encontrado espaço. Inicialmente, o foco desses estudos seria a "segregação ocupacional das mulheres" e a "segmentação do mercado de trabalho". Nesses estudos, seriam questionadas as teorias "da mão-de-obra excedente" e da "segmentação do mercado de trabalho", ampliando as análises às formas

210 Referências: HIRATA, 1986 [1984] e 1995; HIRATA e KERGOAT, 1994 e 2007; HIRATA e ZARIFIAN, 2009 [2000]; KERGOAT, 1986 [1984], 1998 e 2018a [1978]; KERGOAT e CHENAL, 2018 [1981].

211 Os trabalhos de destaque são: Heleieth Saffioti (1976 [1969]) e Eva Blay (1978). Em relação aos estudos sobre gênero e trabalho: Abreu e Sorj (1993), Bruschini (1994), Hirata e Humphrey (1984) e Souza-Lobo (1991).

diferenciadas do trabalho feminino (ARAÚJO, 2005).[212]

A SOF, hoje "Sempreviva Organização Feminista", teve outras duas denominações, que acompanharam as transformações de seus propósitos e a ampliação de sua atuação. Entre os anos de 1963 a 1989, a SOF se chamou "Serviço de Orientação da Família". No período de 1989 a 1993, chamou "Sempre-Viva Organização e Formação". Nesta trajetória, a atuação da SOF teve três principais frentes de ação. A inicial, foi uma atuação na área da saúde e orientação familiar. O segundo período voltou-se para os movimentos sociais relacionados às mulheres e aos temas como saúde, carestia, habitação e violência. No terceiro momento, o viés feminista se aprofundou em conjunto com a relação com os movimentos sociais. É desse terceiro período, a forte incorporação das reflexões sobre gênero e o estreitamento de relações com outras organizações nacionais e parcerias para a elaboração de políticas públicas. É nesse período, também, que a SOF intensificou o trabalho de sistematização de conhecimentos por meio da produção de material impresso, como livros e cartilhas (CARVALHO, 2002).

A SOF tem importância fundamental na história da organização política feminista, sobretudo na cidade de São Paulo. A sua relação com diversos grupos de mulheres, como os clubes de mães, evidencia isto. Conforme Carvalho,

> (...) os clubes de mães da zona sul destacaram-se por ampliar os horizontes informacionais, relacionais e culturais de mulheres que passam a sair do âmbito doméstico para o político, mobilizando-se junto ao poder público para reivindicar melhorias para seu bairro. Esse processo incluiu a participação do SOF, que passou a atuar também na zona leste da cidade, a partir de 1979, onde se fortalecia o movimento das mulheres donas de casa e o de saúde que se ampliava e ganhava visibilidade. (…) Foram realizadas oficinas com metalúrgicas e também junto à CUT Zonal. (…) o SOF foi uma das primeiras ONGs do país a tratar da saúde das mulheres dentro de uma perspectiva feminista, ao lado de outras organizações como SOS Corpo (Recife) e do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde (São Paulo). (…) as reuniões gerais do Movimento de Luta por Creches ocorriam, normalmente, na sede do SOF, na zona sul da cidade. O Boletim Interno do SOF, nº 3,

212 A autora destacou "o trabalho doméstico, o trabalho remunerado realizado no domicílio, as relações entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo, a presença crescente das mulheres em carreiras consideradas masculinas, as mudanças nos padrões salariais e nos vínculos empregatícios, bem como nos atributos e qualificações, incluindo aí a escolaridade, associados às ocupações ditas femininas e masculinas", (ARAÚJO, 2005, p. 88).

> de julho/1979, deu ênfase ao I Congresso da Mulher Paulista (CARVALHO, 2002, p. 86-89).

Nos estudos sobre as organizações feministas, a SOF pode ser compreendida por meio de três abordagens que se combinam. A primeira delas, contextualiza a trajetória dos grupos feministas em um processo chamado "ONGização". No Brasil, esse processo é compreendido da seguinte maneira. No período do regime militar brasileiro, com o exílio de diversas mulheres brasileiras, foi possível o estabelecimento de um circuito de debates feministas envolvendo, sobretudo, o Brasil, a França e os Estados Unidos.[213] O retorno das mulheres exiladas ao Brasil, em meados dos anos 1980, se somou às experiências das mulheres que aqui ficaram, na construção de um período de consolidação do movimento feminista brasileiro. Nessa altura, havia uma diversidade de grupos feministas em todo país, envolvidos com o processo de redemocratização. Havia grande articulação desses grupos feministas com associações, sindicatos e partidos políticos, o que fez com que se tornassem mais técnicos, atuando na construção de políticas públicas e, muitas vezes, adquirindo a forma de *Organização Não Governamental* (ONG) (PINTO, 2003; SARTI, 2004).

Segundo Maria da Glória Gohn, essas ONGs foram decisivas no processo de redemocratização do país e esse período foi marcado por um tipo de ONG militante, que esteve na retaguarda de diversos movimentos sociais populares urbanos e que gerou uma intensificação da participação da "sociedade civil". Essa autora analisou que nos anos 1990, as ONGs se viram diante de um impasse em decorrência de sua crescente relação com o Estado, em espaços de negociação e equacionamento de conflitos de interesse. Por esse motivo as "ONGs militantes" teriam perdido espaço para um "universo de ações coletivas desenvolvidas nos espaços públicos sem fins lucrativos" (GOHN, 2000, p. 26).[214]

213 Sobre essa questão, veja: SARTI, 2004 e ABREU, 2010.

214 Gohn conceituou as ONGs mediada pelo debate sobre o "terceiro setor" (GOHN, 2000, p. 20). O termo "terceiro setor" foi parte do vocabulário sociológico dos Estados Unidos (FERNANDES, 1994) e deriva da ideia de que a sociedade poderia ser dividida em três setores: o Estado, o mercado e o da sociedade civil organizada. Ideia essa que, segundo Simone Coelho (2000), já estava presente em "Da democracia na América", de Alexis de Tocqueville (1835). Segundo Carvalho (2002), as ONGs compõem o terceiro setor, com outros tipos de organizações como as associações civis e sindicais, as entidades assistenciais /ou sociais, as fundações sem fins lucrativos, a filantropia empresarial, os movimentos sociais, as organizações não-lucrativas e as organizações sociais. Nas últimas décadas este termo foi cada vez mais institucionalizado no Brasil. Um exemplo disso é o "Novo Marco Regulatório do Terceiro Setor", fundamentado na Lei 13.019/2014. Segundo Céli Pinto, as atividades do terceiro setor são: "(...) aquelas atividades que nos últimos 20 anos têm sido deslocadas do

Para Denise Gomide Carvalho, o início do século XXI, com a reestruturação capitalista e políticas neoliberais, as ONGs se acentuaram como "um espaço tido como de integração cidadã" (CARVALHO, 2002, p. 07). De acordo com essa autora,

> No terreno movediço da atualidade, marcado pela reestruturação capitalista, pelo impacto das políticas globalizantes de cunho neoliberal, pelo choque das novas tecnologias, pela crise das utopias, pelo processo acelerado de transformação em todos os campos da atuação e do saber humanos; por entre as forças tentaculares do Estado e do mercado, passam a ter visibilidade as organizações sem fins lucrativos da sociedade civil, multifacetadas, dinâmicas, voláteis, por vezes paradoxais, e que um neologismo já de uso corrente denomina terceiro setor (CARVALHO, 2002, p.01).

Vera Soares ressalta os seguintes pontos positivos dessas ONGs:

> (...) o fato de não buscarem lucro; de não admitirem apropriação privada de seu patrimônio; de não pertencerem ao setor governamental; de manterem um compromisso com a transformação social e de estarem fortemente articuladas com os movimentos sociais (SOARES, 1998, p. 38).

Já em uma interpretação mais crítica, Jules Falquet diz o seguinte:

> Vistos de um ângulo "positivo", as instituições internacionais estão aceitando cada vez mais uma série de noções apresentadas pelos movimentos sociais, que se tornaram mais institucionalizados e mais propositivos, em vista de uma melhor gestão dos graves problemas que afetam a maior parte da humanidade. Visto de outro modo, essa tendência pode ser analisada como a progressiva ONGização dos movimentos sociais, aspirada pela lógica de institucionalização e legitimação fomentada em grande parte pelo sistema da ONU: esses movimentos não são apenas neutralizados, mas levam a contribuir para o estabelecimento de uma nova ordem mundial totalmente oposta aos interesses das populações

Estado para as organizações da sociedade civil, desresponsabilizando o Estado de políticas universalistas e transformando-as em ações públicas que, embora eficazes, são de alcance limitado; neste tipo de ação, a eficácia é medida pelo aumento do número de atendimentos, não pelo atingimento do universo", (PINTO, 2005, p. 211).

> inicialmente mobilizadas (FALQUET, 2003, p. 180, aspas da autora).

A segunda abordagem sobre a trajetória dos grupos feministas que serve à análise da atuação da SOF, é a interpretação de que as ONGs feministas têm "caráter híbrido" (ALVAREZ, 1998, s.p.). Segundo Sonia Alvarez, separar as ONGs, de um lado, e os movimentos sociais, de outro, é o mesmo que ignorar "importantes diferenças na extensão e grau de ONGeização em diferentes países, e obscurece a diversidade de atividades e práticas das ONGs" (*idem*, s.p.). Para essa autora, as ONGs feministas têm papel central na articulação formal e informal das variações de espaços e de grupos em que os feminismos atualmente se desenvolvem. Elas funcionariam como "pontos nodais" (*idem*, s.p.) de articulação discursiva do "disperso e fragmentado campo feminista" (*idem*, s.p). Isso porque, as mulheres que nelas atuam compõem movimentos de mulheres mais amplos. As ONGs feministas seriam integradas por mulheres de classe média, com formação universitária, mas que trabalhariam com grupos de mulheres "da base" (*idem*, s.p). Ademais, a maioria dessas ONGs feministas compreenderia seu trabalho como uma possibilidade de alterar relações de poder de gênero e não como assistencialismo. Para Alvarez, portanto, "Os vínculos com a base e com a diversidade de atrizes no restante do campo feminista da sociedade civil é o que permite importantes contribuições 'técnicas' das ONGs no terreno das políticas públicas" (*idem*, s.p).

Por fim, na terceira abordagem, esse tipo de ONG feminista na qual a SOF se constituiu, se insere em um processo em que as elas se tornaram importantes divulgadoras da produção acadêmica existente sobre os temas das mulheres, do gênero e dos feminismos.[215]

A esse respeito, Sônia Malheiros Miguel observou que

> Hoje em dia, o fato de que muitas das mulheres vinculadas às organizações não governamentais feministas fizeram, ou fazem ainda, parte do corpo docente ou discente de diferentes universidades brasileiras facilita essa ponte. É comum a participação de mulheres vinculadas a ONGs nos encontros ou reuniões de associações nacionais de pesquisa e pós-graduação (...)

215 Veja, também, o texto de Cristina Scheibe Wolff (2008) sobre a trajetória da *Revista Estudos Feministas* e sua proximidade com diversos grupos não acadêmicos.

> muitas das feministas vinculadas ao quadro docente e de pesquisa de diferentes universidades participam de seminários, eventos e cursos organizados pelas organizações não-governamentais (...). E convidam representantes de ONGs para falar em seus cursos, trazendo para a universidade o conhecimento produzido e refletido nesses lugares (MIGUEL, 2003, p. 275).

Picchio também abordou essa questão indicando que no campo da Economia, a maior parte das inovações de abordagens "vem de mulheres que pertencem a instituições não acadêmicas ou instituições acadêmicas vinculadas aos movimentos feministas, organizações não-governamentais e instituições internacionais" (PICCHIO, 2012 [2005], p. 16). Em relação a sua própria experiência, Picchio exemplificou dizendo que "a inspiração para construir espaços autônomos de pensamento econômico" (*idem*, p. 16), viria de sua militância no movimento feminista e dos encontros feministas em torno do tema do desenvolvimento, além do processo preparatório para a Conferência da ONU, de Pequim, na China, em 1995.

É nesse âmbito, portanto, que a Economia Feminista foi incorporada ao contexto brasileiro. Mais relacionada com a atuação das ONGs do que com os centros de pesquisa acadêmica, mas situada na relação entre diversos espaços e grupos feministas. É neste contexto de "tecnicização", "profissionalização" e hibridismo dos movimentos sociais, que podemos situar a SOF, que atua no Estado como executora de políticas públicas e que é produtora, tradutora e divulgadora de produção bibliográfica. No entanto, distanciando-se dos processos da ONU, ela é uma ONG que se apresenta como contra-hegemônica.

4.2.3 – As articulações com a Economia Solidária e a Agroecologia

Em 2003, a edição dos *Cadernos Sempreviva* da SOF dedicou-se explicitamente ao tema da Economia Feminista, o seguiu como um padrão nos anos seguintes. A publicação chamada "A produção do viver" (2003), tem como texto inaugural uma tradução de um texto escrito por Cristina Carrasco, chamado "A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?". Nesta edição há também a

tradução da palestra de Martha Rosemberg no *Fórum Social Mundial* de 2002, em Porto Alegre/RS, chamada "O 'produtivo' do trabalho reprodutivo". Além de um texto de Emma Silipradi sobre políticas de alimentação e um texto de Miriam Nobre sobre as relações entre Economia Feminista e Economia Solidária.

Em seu texto, chamado "Diálogos entre Economia Solidária e Economia Feminista", Nobre teve como ponto de partida a compreensão de que a Economia Solidária se constitui a partir de "práticas alternativas à economia capitalista" (NOBRE, 2003, p. 91), e um molde que não é a propriedade privada dos meios de produção, a extração de mais-valia e a alienação do trabalho. Essa compreensão tem fundamento, sobretudo, no trabalho de Paul Singer, para quem a reprodução de qualquer sociedade requereria "alguma solidariedade" (SINGER, 2001, p. 100), estando a sociedade capitalista "cindida entre as esferas do competitivo e do solidário" (*idem*, p. 100). Essas teses corroboram com a ideia de que as atuais associações ou cooperativas de trabalho pautadas pela Economia Solidária seriam uma forma supostamente mais democrática de geração de trabalho e renda, coexistente à "economia capitalista", e portadora da capacidade de colocar em prática um "novo ordenamento social" via solidarismo.[216]

Nobre resgatou os antecedentes da Economia Solidária, que remonta ao cooperativismo do final do século XVIII e início do século XIX, nascido na Europa, como a experiência britânica, de 1844, da cooperativa de consumo de Rochdale, para refletir sobre a ausência de relatos sobre as mulheres nessas primeiras experiências solidárias. Enfatizou que Louise Tilly e Joan Scott (1989) e Isabelle Guérin (2005) apontaram para o fato das mulheres terem ampla participação nas cooperativas de alimentos, como a *Women's Cooperative Guild*, criada em 1883, que chegou a ter 67 mil membros em 1930, cuja principal conquista seria melhores preços para produtos da cesta básica.[217]

Segundo Nobre, a Economia Solidária "deve assumir a agenda feminista de romper com a separação entre produção e reprodução, com a divisão sexual do trabalho e ampliar a noção de trabalho" (NOBRE, 2003, p. 95). Essa autora reconheceu que há uma série de grupos de mulheres "que se iniciam como forma coletiva de resolver problemas emergenciais de alimentação e cuidado das crianças" (*idem*, p. 100). Isto é,

216 Para uma análise crítica a essa perspectiva, ver: Henrique Wellen (2012).

217 Cabe lembrar as críticas de Rosa Luxemburgo sobre o caráter reformista das ideias da social democracia alemã, de Bernstein, sobre o estabelecimento progressivo de um sistema de cooperativas (LUXEMBURGO, 2011b [1899]).

mulheres que se organizam nessas experiências coletivas como "arranjos" (*idem*, p. 100), "diante de situações de extrema precariedade" (*idem*, p. 100). Contudo, Nobre compreende que mesmo nessas situações seria possível extrair da experiência das mulheres conhecimentos sobre "práticas inovadoras" (*idem*, p. 100), que somadas ao debate econômico mais amplo, expandem seu significado.

> O fato de não querermos que essas situações perdurem ou de as políticas públicas as considerarem como um dado, sem se proporem a alterar o cotidiano dessas mulheres, não deve nos impedir de ver que assim, muitas vezes, são geradas práticas inovadoras. Cabe a nós escutar com atenção as falas das mulheres nelas envolvidas, articulá-las em um conjunto de experiências e no debate econômico mais amplo para ampliar seu significado (NOBRE, 2003, p. 100).

A fala de uma representante caiçara do Vale do Ribeira no decorrer do Seminário "Economia Feminista e Solidária: Redesenhando o Território", na cidade de Registro/SP, em 1º de setembro de 2017, parece confirmar essa abordagem da SOF.

> Eu fiquei muito feliz de ouvir vocês falarem aqui de como que surgiu a ideia do processo de organização desse evento aqui, desse espaço. Porque para nós mulheres e que atuamos nesses processos de organização comunitária, é muito importante quando há esse cuidado, esse olhar para conhecer a nossa realidade, para conhecer a nossa região, antes de pensar em discutir políticas públicas ou ações mais efetivas. Então, quando a gente tem esse olhar no primeiro momento, quando a gente para um processo para olhar ou para olhar novamente, a gente já dá um salto de qualidade no que pode acontecer (Representante caiçara do Vale do Ribeira, preservado o anonimato, Seminário "Economia Feminista e Solidária: Redesenhando o Território", Registro/SP, 01 de setembro de 2017).

É nesse sentido que, para Nobre (2015), a experiência da SOF com as mulheres agricultoras teria como ponto prioritário "reconhecer as práticas que elas realizam" (NOBRE, 2015, p. 66). Segundo essa autora, "As mulheres cumprem um papel importante na domesticação de espécies, no mantenimento da bioodiversidade, na seleção de variedades baseadas em critérios de uso e conservação. Muitas delas são as

responsáveis por guardar e trocar sementes" (*idem*, p. 66).

Essas experiências levaram a SOF a ampliar seus conhecimentos sobre agroecologia e sobre o modo como o tempo das mulheres é organizado. O trecho abaixo evidencia isso:

> Analisar as tarefas que as mulheres realizam historicamente, nos obrigou a ampliar o que são as práticas consideradas agroecológicas, e incorporar por exemplo a coleta de frutos e os diversos usos que elas fazem dos bosques, assim como a elaboração de artesanato com matérias primas locais; também nos levou a valorizar a produção de plantas medicinais, e a repensar estratégias, como incorporar a conservação que se realiza no âmbito familiar como função fundamental para assegurar a disponibilidade das sementes agroecológicas. Resgatar essas experiências nos permitiu também visibilizar como se utiliza o tempo das mulheres , tendo em conta a dificuldade de separar o tempo dedicado ao cuidado da casa e da família, do tempo destinado ao cuidado da horta e a cria de animais (...). *O tempo das mulheres é tomado como inesgotável e como variável de ajuste; é apropriado de forma similar a natureza, vista como recurso* (NOBRE, 2015, p. 66-67, grifo meu).

Isabelle Hillenkamp é uma pesquisadora francesa do *Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento* (IRD), que a partir de um acordo entre o IRD, a *Universidade Federal de São Carlos* (UFSCar) e a SOF realizou uma pesquisa sobre os aspectos da Economia Solidária e Feminista no trabalho que a SOF realiza no Vale do Ribeira/SP.[218] Em um texto publicado em conjunto com Miriam Nobre, as autoras abordaram de que forma a agroecologia buscaria o "desenvolvimento de conhecimentos, técnicas e relações de produção e consumo que redefinam as relações entre homens, mulheres e natureza de modo social e ecologicamente sustentável" (HILLENKAMP e NOBRE, 2018, p. 169), apostando na solidariedade, compreendida como "interdependências voluntárias" (*idem*, p. 169), nos níveis locais, de redes territoriais, movimentos regionais e nacionais, em esferas socioeconômicas e políticas.

Essas autoras explicaram que a SOF atua no Vale do Ribeira, em doze municípios, desde 2015. O Vale do Ribeira abriga 7.037 estabelecimentos de agricultura

218 No âmbito do projeto *Feminist Analysis of Social and Solidarity Economy Practices: Views from Latin America and India* financiado pelo *Swiss national Network for international studies* (2016-2018), coordenado por Christine Verschuur (HILLENKAMP e NOBRE, 2018).

familiar, 24 comunidades Guarani e 66 comunidades quilombolas. Essa região tem a maior porção contínua de Mata Atlântica do Brasil (1,7 milhões de hectares), mas tem os menores índices de desenvolvimento humano (IDH) do estado de São Paulo. No município rural de Barra do Turvo (SP), concentram-se sete dos grupos apoiados pela SOF, reunindo entre 6 e 15 mulheres em cada um deles, em parceria com a associação de produção agroecológica, a *Cooperfloresta*, fundada em 1996, que agrega cerca de cem famílias.

Diante de uma situação de extrema diversidade, as autoras explicaram que a proposta de agroecologia feminista introduzida pela SOF vai na direção de valorizar as formas de produção e organização social "tradicionais" (inclusive a agricultura familiar), isto é, contra as formas excludentes de "modernização", enquanto busca ao mesmo tempo promover uma transformação das relações de gênero. A fala de uma representante quilombola do Vale do Ribeira no decorrer do Seminário "Economia Feminista e Solidária: Redesenhando o Território", na cidade de Registro/SP, em 1º de setembro de 2017, parece confirmar essa abordagem da SOF.

> A gente tem uma riqueza de população enorme. Além da riqueza ambiental, natural, uma diversidade. Tem os indígenas, os quilombolas, os caiçaras, os caboclos, os agricultores familiares e é impressionante né, Miriam? Porque a gente tava falando das ameaças, né, e eu tava pensando aqui a hora que você fez aquela abertura das ameaças. Eu acho que uma das principais ameaças ao Vale do Ribeira, é o discurso que vem, principalmente de gente de fora, de muitos políticos, de muita gente que tem interesse nessa riqueza aqui do Vale, que a todo momento tenta fazer a gente acreditar que o vale é pobre e o Vale não é pobre, o Vale é riquíssimo (Representante quilombola do Vale do Ribeira/SP, preservado o anonimato, Seminário "Economia Feminista e Solidária: Redesenhando o Território", Registro/SP, 01 de setembro de 2017).

Hillenkamp e Nobre destacaram que esse processo que resultou na execução de política pública de ATER no Vale do Ribeira, é parte de um longo percurso de luta das mulheres rurais, que sempre envolveu mulheres agricultoras, equipes de ONGs, gestoras públicas e professoras universitárias de diferentes regiões do Brasil. Esse processo remete à luta das mulheres rurais, que remonta às *Ligas Camponesas*, criadas em 1955,

ao sindicalismo rural no âmbito da *Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura* (CONTAG), criada em 1963, ao *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST), criado em 1984, e ao MMC e à ANA.

As autoras concluíram que a atuação da SOF na região contribuiu para afirmar a condição das mulheres como agricultoras, encorajar a formação de grupos baseados na auto-organização, a formular demandas e propostas específicas que refletissem sua situação local, transformar relações sociais com base na solidariedade, no reconhecimento do trabalho agrícola e na contribuição de seus trabalhos para a alimentação da família. Isso seria completamente diferente de políticas normalmente dirigidas às mulheres, de "inclusão produtiva", como o Bolsa Família, que estimulam o empreendedorismo.

> Em geral, a consolidação dos grupos ocorreu através da criação de respostas concretas a questões específicas que elas mesmas levantaram: como cultivar diferentes plantas, como fazer fertilizantes naturais para manter a qualidade do solo, como tratar as águas de esgoto, como aumentar as vendas, como conseguir acesso à terra, como processar os alimentos para evitar perdas, como utilizar a balança, como usar a Internet para se comunicar com os grupos de consumo, como fazer o passo a passo para emitir notas fiscais, como convencer os homens a contribuir em certas tarefas, como organizar o trabalho com crianças pequenas, como permitir que mulheres controladas por seus maridos participem, etc. (HILLENKAMP e NOBRE, 2018, pp. 183-184).

O trecho abaixo explicita a abordagem da Economia Feminista e agroecológica que a SOF desenvolve ao executar seus trabalhos no Vale do Ribeira:

> A contribuição econômica das mulheres do campo muitas vezes se oculta em relações que não necessariamente passam pelo dinheiro, como autoconsumo, trocas e doações daquilo que elas produzem. Retirar do próprio quintal quase toda a alimentação da família, intercambiar com a vizinha hortaliças por ovos, produzir plantas medicinais que substituem medicamentos, presentear com frutas parentes e amigos que vêm visitar no final de semana. São algumas atividades corriqueiras das mulheres rurais, cujo significado econômico nem sempre é levado em conta (SOF, 2016, p.06).

Uma proposta singular em todo esse processo se refere às Cadernetas Agroecológicas, que é um esforço desde a ANA, a partir de 2013, "para tornar visível o aumento da produção mercantil e não mercantil pela qual as mulheres são responsáveis, por meio do incentivo ao registro do destino do conjunto de sua produção agrícola, organizada em quatro categorias: autoconsumo, doação, troca e venda" (HILLENKAMP e NOBRE, 2018, p. 185).

Sobre as cadernetas, Renata Moreno (2018) explicou que o resultado da adoção desse instrumento revelou "a quantidade de trabalho realizado e sua contribuição significativa para o sustento da casa" (MORENO, 2018, p. 207), além de dar visibilidade "para outras lógicas que movem a economia real, outras racionalidades para além do dinheiro e do lucro, como a solidariedade e a reciprocidade" (*idem*, p. 207). A adoção das cadernetas teria, ainda, provocado transformações em relação à noção de "dependência" e fortalecido a autoestima das mulheres trabalhadoras rurais que a usaram, inclusive servindo como um recurso para acessar direitos e políticas públicas a partir das anotações.

Além das cadernetas, outra técnica usada pela SOF é conhecida como "dinâmica do relógio"[219], utilizada para compreender as dimensões da divisão sexual do trabalho, consistindo em organizar um dia inteiro dos trabalhos de uma mulher e um dia inteiro de um homem, resultando na "representação gráfica da desigualdade manifesta na sobrecarga de trabalho das mulheres e na responsabilização majoritária das mulheres pelo trabalho doméstico" (MORENO, 2018, p. 202). Isto é, trata-se de uma dinâmica feita em grupo, cujo objetivo é demonstrar a desigualdade da divisão sexual do trabalho, servindo de base para o aprofundamento da reflexão sobre a desnaturalização dos trabalhos das mulheres. Moreno explicou que ao dividir os tempos do cotidiano entre: tempo para a produção, para o trabalho doméstico e de cuidado, para a participação política, para o cuidado de si e para o ócio, as mulheres geralmente concluiriam que "somando as horas despendidas com cada 'tipo de tempo', seria preciso que seus dias durassem mais do que 24 horas para encaixar todas as atividades necessárias, o que revela a sobreposição dos tempos e a simultaneidade dos trabalhos" (MORENO, 2018, p. 204).

219 Desenvolvida em 2008, pelo Centro Feminista 8 de março (CF8) (MORENO, 2018).

Além das Cadernetas Agroecológicas e da dinâmica do relógio, a SOF auxilia na organização de feiras regulares para a comercialização dos produtos e na organização de "grupos de consumo responsável", que consiste em cinco grupos autogestionados de consumidores na periferia da cidade de São Paulo. Esses grupos consomem a produção agrícola (cerca de 200 itens: legumes e verduras, frutas, alimentos processados, medicamentos naturais e mudas) das mulheres do Vale do Ribeira, colaborando para seu reconhecimento como agricultoras e para a melhoria de suas negociações dentro de suas estruturas familiares e com os agentes do Estado, acessando documentos oficiais (HILLENKAMP e NOBRE, 2018).

As dificuldades de implementação de um projeto agroecológico e feminista são encontradas em muitos níveis. Desde a própria natureza do trabalho rural, a escassez de renda, a violência no campo, a desvalorização do trabalho que, em grande parte das vezes, é análogo à escravidão, o acesso a direitos básicos, como educação e saúde, o acesso à políticas públicas até questões estruturais da dinâmica da divisão sexual do trabalho.

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres agricultoras em relação ao domínio de seus saberes e de seus trabalhos ficam explícitas no seguinte relato: "Fui vencida, meu marido colocou veneno porque achou que eu não tava dando conta de tirar o mato dos palmitos novos. Eu não tinha tempo mesmo por conta das crianças, entendo a decisão dele" (SOF, 2017, p. 06).

> Em um bairro rural da Barra do Turvo, os maridos não deixaram as mulheres participarem de uma reunião no início da ATER porque, na reunião anterior, elas haviam chegado em suas casas depois deles. A medicalização aparece como possibilidade de tocar a vida. Várias agricultoras relataram que quando começaram a participar das reuniões de mulheres deixaram de tomar antidepressivos. Médicos cubanos do Programa Mais Médicos atuando em Barra do Turvo detectaram como é estendido o uso de antidepressivos. Mulheres guaranis relataram que a ONG Médicos Sem Fronteiras traz para as aldeias muitos medicamentos e desconsidera as plantas medicinais tradicionalmente usadas. A desqualificação das mulheres não se dá, portanto, apenas nas relações familiares, mas na relação com as instituições, que elas expressam como descaso: descaso no fechamento de escolas rurais

> nas comunidades, descaso na prioridade para áreas de grandes fazendas na manutenção de estradas vicinais (SOF, 2017, p. 07).

Como já mencionado, a atuação da SOF com a Economia Feminista, vai bastante além de uma mera abordagem sobre o trabalho das mulheres e tem o enfoque em transformar relações de desigualdade e de opressão entre os gêneros. Ao percorrer o objetivo de valorizar social e economicamente o trabalho das mulheres rurais, o feminismo esbarra em situações complexas, que vão desde questões como a medicamentalização e a transformação de relações de gênero de povos indígenas, violências domésticas, no trabalho, ausência de serviços públicos, questões relativas ao plantio e à logística sobre a comercialização dos produtos do trabalho das mulheres.

Por isso, a Economia Feminista é apenas uma das abordagens úteis a essa organização. Para atingir os objetivos acordados nas reflexões realizadas no interior de seu grupo, a SOF recorre a diversos outros conhecimentos pautados na Economia Solidária, na agroecologia e na soberania alimentar. A SOF se ancora, portanto, em um conceito ampliado de trabalho e de economia.

Capítulo 05 – Uma proposta política da Economia Feminista para o debate produção-reprodução: a vida no centro

> (…) a perspectiva da reprodução social abre novas avenidas para a crítica do sistema capitalista.
> Antonella Picchio (1992, p. 133).

> As necessidades humanas são de bens e serviços, mas também de afetos e relações.
> Cristina Carrasco (2003 [2001], p. 14).

> Não se trata de colocar o cuidado no centro, mas a sustentabilidade da vida.
> Amaia Pérez Orozco (2014a, p. 222).

No debate feminista dos anos 1970 sobre os trabalhos domésticos, havia grande interesse em reconhecer como trabalho as atividades domésticas. Cristina Carrasco (2006b) analisou que grande parte desses estudos pioneiros foram desenvolvidos com base nas categorias marxistas, como as de proletariado, modo de produção, mais-valia e valor. Para a autora, essas categorias localizavam os trabalhos domésticos de maneira análoga aos trabalhos assalariados, já que se constatava que precisavam de tempo e energia para serem feitos, formavam parte da divisão social do trabalho e produziam "bens" e "serviços" domésticos (cozinhar, lavar, limpar, cuidar). Isto é, para Carrasco, essas análises de base marxista davam aos trabalhos domésticos uma dimensão mercantil.

Carrasco afirmou que, embora por meio da identificação dos trabalhos domésticos com os trabalhos mercantis, desenvolveram-se importantes reflexões sobre, por exemplo, o reconhecimento da importância do trabalho doméstico para a reprodução da força de trabalho e o reconhecimento de distintas discriminações de gênero na divisão do trabalho. Esse seria, para ela, um programa de estudos chamado de "produção-reprodução".

Contudo, para Carrasco, a identificação dos trabalhos domésticos com os trabalhos mercantis, faria com que os primeiros apenas fossem vistos como de maneira espelhada em relação às outras atividades já consideradas como trabalho, impedindo

uma conceituação própria para defini-los.

Como já abordado ao longo desta tese, uma característica fundamental da Economia Feminista é incentivar a construção de novos pressupostos e métodos, que substituam as perspectivas dominantes, especialmente aquelas consideradas androcêntricas. É nesse sentido que Antonella Picchio, Cristina Carrasco e Amaia Pérez Orozco elaboraram um quadro analítico distinto para estudar os trabalhos domésticos e de cuidados, o qual qualifiquei nesta tese de perspectiva da "vida no centro".

Destaco que, na Economia Feminista, o debate sobre as relações entre produção e reprodução é abordado de uma maneira que reduz a produção às relações de mercado (relações de produção de bens e serviços por meio de trabalho assalariado) e a reprodução às relações domésticas (relações de cuidado por meio de trabalho doméstico não remunerado). Sob essa problemática dicotômica, de uma maneira geral, a Economia Feminista se interessa em dar "a organização social da reprodução humana a mesma importância conceitual que a organização da produção assalariada" (BORDERÍAS e CARRASCO, 1994, p. 78). Contudo, a perspectiva da "vida no centro" se formou como uma vertente específica da Economia Feminista que tem como *proposta política* (CARRASCO, 2014; PÉREZ, 2014a) que a "esfera da reprodução" seja colocada em um lugar central, sobrepondo a "esfera da produção".

É nesse sentido que a Economia Feminista da "vida no centro" se interessa pelos "aspectos subjetivos do trabalho doméstico" (CARRASCO, 2006b, p. 46) e pelo reconhecimento de certos valores "próprios do trabalho doméstico como valores sociais fundamentais" (*idem*, p. 43). Tratar-se-ia, portanto, do reconhecimento das características dos trabalhos realizados nos lares "não comparáveis com as de mercado" (*idem*, p. 43), em que se compreendeu que haveria "qualificações e capacidades específicas das mulheres desenvolvidas no interior dos lares (não reconhecidas oficialmente) e formas de estruturar a vida e o trabalho que dão às mulheres uma identidade distinta da masculina" (*idem*, p. 43). Isto é, teria sido possível distinguir o trabalho doméstico como "um trabalho diferente, cujo objetivo (…) [seria] o cuidado da vida e o bem-estar das pessoas" (*idem*, p. 43).

Sob esse pressuposto se desenvolveram uma série de fundamentos teóricos-metodológicos, como o "fluxo do padrão de vida ampliado", de Antonella Picchio

(PICCHIO, 1992 e 2012 [2005]), a "sustentabilidade da vida", de Cristina Carrasco, e suas elaborações sobre o "circuito ampliado do trabalho", sobre os usos do tempo e os "tempos geradores da reprodução" (CARRASCO, 2003 [2001], 2006b, 2011, 2014, 2016). Além disso, Amaia Pérez Orozco afirmou a centralidade do conflito capital-vida, em detrimento da centralidade do conflito capital-trabalho e a noção de que o sistema socioeconômico funcionaria como um *iceberg*, em que a parte visível (menor parte) representaria o mercado, enquanto que a parte invisível (a maior parte) representaria a reprodução social (PÉREZ, 2014a).

5.1 – A reprodução da vida no centro e o fluxo do padrão de vida ampliado de Antonella Picchio

Segundo Antonella Picchio, Karl Polanyi fez avançar o debate econômico sobre produção-reprodução ao argumentar que a exclusão da reprodução social das análises econômicas, resultaria na diminuição do escopo de seu significado. Do mesmo modo, Piero Sraffa teria permitido a inclusão do processo de reprodução social no quadro analítico geral da Economia Política. Avançando em relação as proposições desses economistas, Picchio considerou a reprodução como "a pedra fundamental" (PICCHIO, 1992, p. 01) para a crítica da Economia moderna e para a avaliação da "relação capitalista específica, historicamente determinada, entre a produção de mercadorias e a reprodução social da população trabalhadora" (*idem*, p. 01).

Carrasco e Cristina Borderías são economistas feministas que destacaram a importância da abordagem de Picchio. Em relação ao enfoque dessa autora sobre o debate produção-reprodução, Carrasco e Borderías analisaram que Picchio romperia com as visões tradicionais sobre o mercado de trabalho, propondo uma nova maneira baseada no enfoque da reprodução social como elemento central, abandonando o mercado como "eixo vertebrado de toda a atividade econômica-social e o substitui pela esfera da reprodução" (BORDERÍAS e CARRASCO, 1994, p. 82).

Picchio partiu da compreensão de que o capitalismo impôs uma relação específica entre a produção de mercadorias e serviços e a reprodução da "população" (PICCHIO, 1992, p. 01). A autora tem como ponto de partida a noção de que, nesse modo

de produção, as mercadorias seriam produzidas pelo trabalho assalariado e o acesso aos meios de subsistência, para grande parte da "população", seria mediado pelo salário[220]. Em sua visão, essa mediação feita pelo salário especificaria a relação entre o processo de produção e o processo de reprodução social, na medida em que "o trabalho doméstico não pago é uma dedução dos custos" de produção (PICCHIO, 2018 [1992], p. 73).

Picchio analisou, então, a relação entre os "trabalhos reprodutivos" (domésticos e de cuidado) e o mercado de trabalho e argumentou que o importante não seria ampliar o significado do termo "trabalho" ao incorporar, por exemplo, o trabalho doméstico ao trabalho assalariado na soma do trabalho total, mas especificar a relação entre produção e reprodução (PICCHIO, 2018 [1992], p. 72). Para a autora, portanto, o que estariam esquecidas nessa história não seriam as tarefas domésticas, mas a relação capitalista entre produção e reprodução.

> Quando a relação entre a produção e a reprodução desaparece da análise do contexto econômico, o trabalho concreto de reprodução fica camuflado e as trabalhadoras domésticas se tornam socialmente invisíveis, mesmo que representem uma grande parcela da população de trabalhadores. Mais precisamente, não é o trabalho doméstico ou as trabalhadoras domésticas que ficam escondidas, mas sim a relação capitalista entre a produção e a reprodução (PICCHIO, 2018 [1992], p. 71).

Para Picchio, o trabalho doméstico formaria "parte da organização profunda das condições de vida, sedimentada em práticas históricas de relação entre homens e mulheres, classes e gerações" (PICCHIO, 2001, p. 02). Definiu-o como "o cuidado de mantenimento dos espaços e bens domésticos, assim como o cuidado dos corpos, a educação, a formação, o mantenimento de relações sociais e o apoio psicológico aos membros da família" (*idem*, p. 02). Para ela, em termos de quantidade, medido em unidades de tempo de relógio, o trabalho doméstico superaria o tempo total de trabalho assalariado de mulheres e homens. Mas, em termos de qualidade, suas características seriam "fundamentais para manter as condições de sustentabilidade do sistema em seu conjunto" (*idem*, p. 02). Não apenas às pessoas dependentes os trabalhos domésticos

220 Antonella Picchio abordou o salário em um sentido ampliado, "que inclui toda a renda proveniente do emprego diretamente intercambiado por uma recompensa monetária", (PICCHIO, 2012 [2005], p. 18).

seriam destinados, mas a todas as pessoas, incluindo homens adultos, "sujeitos fortes" (PICCHIO, 2012 [2005], p. 18), e saudáveis, considerados como o "modelo social" (*idem*, p. 18), na "normalidade cotidiana" (PICCHIO, 2001, p. 03).

Contudo, o trabalho doméstico não seria relevante para as teorias do trabalho por uma questão política, que o neutraliza favorecendo ideologicamente o capitalismo. Haveria, para ela, duas formas principais de se fazer isso: uma é considerar as mulheres que realizam o trabalho doméstico como potenciais sujeitos políticos, apenas no caso de se tornarem assalariadas, como faz a perspectiva socialista; a outra seria "glorificar o seu papel e retirá-lo da esfera econômica e política" (PICCHIO, 2018 [1992], p. 90). Picchio advoga que a questão do vínculo *funcional* entre trabalho assalariado e trabalho doméstico revelaria, então, uma questão geral e não uma questão específica "de mulheres".

Partindo da análise crítica da teoria clássica do valor[221], a relação entre produção e reprodução poderia ser evidenciada por meio da abordagem do *excedente*. Com isso, o trabalho doméstico se referiria à *produção* do trabalho como uma *mercadoria*, enquanto que o trabalho assalariado designaria a dimensão da *troca*.[222] Picchio argumentou ainda que "Para ocorrer a troca, o trabalho precisa ser produzido; e para ser utilizado na produção de outras mercadorias, o trabalho precisa ser produzido e trocado" (PICCHIO, 2018 [1992], p. 72), o que ocorreria por meio de "uma relação *funcional* entre processos" (*idem*, p. 72, grifo meu).

Para Picchio, a noção de *salário* como custo da reprodução social, dentro de uma definição de lucro como excedente, seria válida precisamente porque criaria um conflito entre o lucro e a reprodução social do trabalho. Os salários seriam considerados *custos de produção* e, desse modo, o trabalho doméstico não pago seria uma *dedução dos custos*. O excedente seria apropriado pelos capitalistas "não pela *venda* do trabalho, mas por sua *compra*" (PICCHIO, 2018 [1992], p. 73, grifo meu). Além disso, haveria a questão de dois trabalhos (domésticos e de mercado) serem feitos por apenas um salário. Isso ficaria evidente no fenômeno da "dupla jornada" das mulheres, mas também se manteria

221 Smith, Ricardo e Malthus.

222 Do ponto de vista marxiano, a dimensão central é a da venda da força de trabalho, o que remete necessariamente à distinção entre trabalho e força de trabalho, distinção essa que Picchio não considera. Ver: "Compra e venda da força de trabalho" (MARX, 1988b [1867]) e "Trabalho e força de trabalho" (BRAVERMAN, 1980).

no contexto tradicional do homem "ganha-pão" e da mulher "dona de casa" e em situações em que o homem eventualmente divida os trabalhos domésticos. A autora ressaltou ainda que diferentes composições de arranjos familiares não alterariam a relação entre produção e custos de reprodução do trabalho assalariado.[223]

Sob esse fundamento, Picchio elaborou a ideia de que os trabalhos reprodutivos estão no coração do mercado de trabalho, na medida em que o trabalho doméstico não seria apenas uma mera combinação de tarefas que reproduz física e psicologicamente os membros de uma família, mas seria o *elo* na relação entre a produção e a reprodução, o que *garantiria* a acumulação de capital. O trabalho doméstico, para ela, "*restaura* a relação entre produção e reprodução" (PICCHIO, 2018 [1992], p. 75, grifo meu), como trabalho "interminável" (*idem*, p. 75). Enquanto no mercado, "no mundo lá de fora" (*idem*, p. 75), o sentido desse processo teria como objetivo a produção de mercadorias, na família "a reprodução de pessoas é o objetivo final e a produção de mercadorias é apenas o meio" (*idem*, p. 75). Ou seja, nesta leitura utópica de Picchio a produção de mercadorias se coloca à serviço da reprodução de pessoas no âmbito familiar. Picchio, dessa maneira, estabelece uma cisão entre produção e reprodução tornando o trabalho doméstico uma forma ideal-típica de trabalho desvinculado do processo de valorização do capital.

Assim, para Picchio, em um sistema que trata as pessoas como mercadorias, a família precisaria ser um lugar onde isso fosse amortecido. Na medida em que historicamente os trabalhos domésticos e de cuidados são designados às mulheres, a elas recairia a responsabilidade por "compensar os serviços públicos inadequados e os efeitos destrutivos do mercado de trabalho" (PICCHIO, 2018 [1992], p. 76). Contudo, de seu ponto de vista, quanto maior for a alienação do trabalho no "sistema de produção" (*idem*, p. 75), e a desigualdade na divisão dos trabalhos domésticos e de cuidados, mais difíceis se tornariam esses trabalhos e mais a família se tornaria "um lugar onde as tensões e inseguranças de todos os membros são descarregadas" (*idem*, p. 76).

Dentro dessa problemática da família, a autora analisou ainda o modo como

223 A abordagem apresentada por Picchio remonta estudos feministas anteriores, como os de Mariarosa Dalla Costa e Selma James (1972), Silvia Federici (2019a [1975]) e Maxine Molineux (1994 [1979]). Picchio rememorou a Campanha de Salários para o Trabalho Doméstico (*The International Wages for Housework Campaig*n), um movimento surgido nos anos 1970, sendo suas principais expoentes: Selma James, Brigitte Galtier, Mariarosa Dalla Costa e Silvia Federici. Ver mais detalhes em nota de rodapé nº 06 de PICCHIO (2018 [1992], p. 73).

algumas mulheres combinam o trabalho doméstico com outros trabalhos em casa, como o artesanato, a manutenção de um comércio e a agricultura. Segundo Picchio, essas mulheres realizariam trabalho (quase sempre não pago) em uma unidade de produção definida pela família, acessada pelo casamento, desenvolvendo uma contínua interação entre trabalho para o mercado e trabalho doméstico. Outra questão emblemática que revelaria a influência do trabalho doméstico no trabalho assalariado seria o fenômeno do trabalho com jornada flexível, majoritariamente feminino (PICCHIO, 2018 [1992]).

Além dos nexos entre produção e reprodução que Picchio abordou em relação ao debate sobre trabalho, elaborou a questão em termos de uma perspectiva política de transformação radical do modo de produção capitalista. Para ela, a redistribuição do trabalho doméstico demandaria uma redistribuição massiva de recursos a favor da reprodução da "população" trabalhadora (PICCHIO, 2018 [1992]).

> Essa redistribuição pode assumir diferentes tipos de "salários para trabalho doméstico" – benefícios monetários, licença remunerada, redução da jornada de trabalho com manutenção de salário, serviços públicos, etc. – e certamente favorecerá tanto homens como mulheres – mas, em qualquer caso, deve ser massiva e deve modificar os modos de produção (PICCHIO, 2018 [1992], p. 91).

Sua análise compreendeu o trabalho doméstico ainda como sendo a base da relação entre as mulheres e o Estado. Segundo Picchio, isso se daria na medida em que o Estado seria a instituição responsável por regular o arranjo entre o processo de acumulação e o processo de reprodução social, por regular e controlar os conflitos do trabalho, por agir como complemento ao trabalho doméstico, por regular e controlar as políticas que incidem sobre o corpo das mulheres, como o direito ao aborto e o controle da natalidade, além de tolerar certo grau de violência contra as mulheres (PICCHIO, 2018 [1992]).

Com esse ponto de vista, Picchio abordou o modo como desde meados da década de 1970, as mulheres têm se organizado como sujeito político, que embora considere a multiplicidade e a especificidade das relações entre produção e reprodução, entre mulheres de diferentes países, são construídas alianças em nível internacional, como as articulações que incidem sobre as políticas de desenvolvimento, com o apoio de

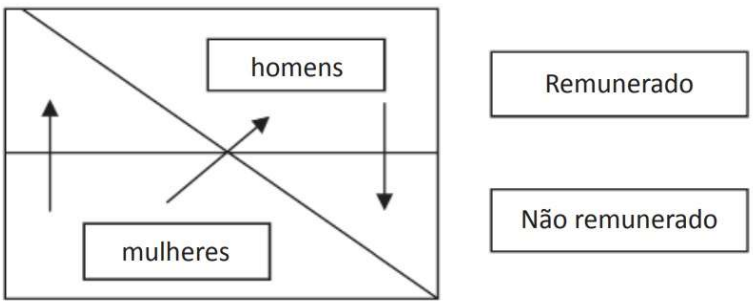
ONGs (PICCHIO, 2018 [1992]).[224]

Partindo desse fundamento, Picchio elaborou uma maneira de modificar a compreensão do sistema econômico, que almejaria explicitar a tensão entre a produção de mercadorias para o mercado e a produção de pessoas "definidas em sua totalidade por corpos, mentes e relações" (PICCHIO, 2012 [2005], p. 16). Opondo-se à maneira como, no âmbito analítico, separam-se as dimensões pública e mercantil das doméstica e reprodutiva, Picchio destacou que para se considerar as "condições sustentáveis da vida" (*idem*, p. 17), dever-se-ia ampliar a visão do sistema econômico, modificar o enfoque analítico e centrá-lo sobre o processo de reprodução social.

5.1.1 – O fluxo do padrão de vida ampliado

A ONU, por meio do *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD) e do *Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a mulher* (UNIFEM) [hoje *Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres* – ONU Mulheres], abordou a questão da ampliação da visão do sistema econômico, para incorporar a dimensão do trabalho doméstico. Uma dessas maneiras se materializou na representação gráfica do trabalho total, publicada no *Relatório sobre Desenvolvimento Humano*, do PNUD, de 1995, apresentada a seguir.

Gráfico 01 – Trabalho Total (PNUD, 1995). Fonte: PICCHIO (2012 [2005], p. 19). Dados do *Relatório sobre Desenvolvimento Humano*, do PNUD, de 1995.



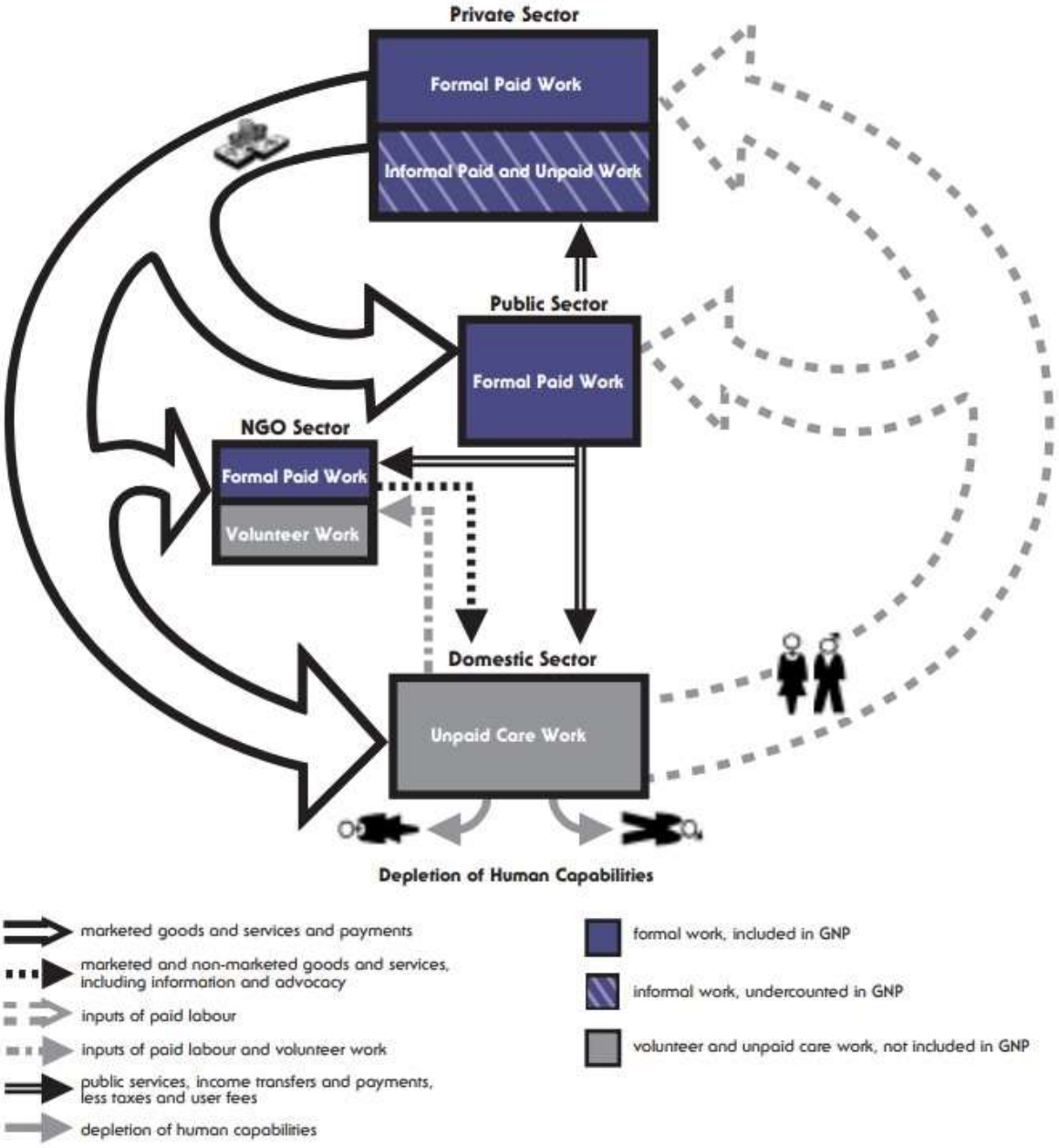
224 Exemplos citados pela autora são: *Development Alternatives with Women for a New Era* (DAWN) e *Women in Development* (WID).

Picchio explicou que este quadro seria a representação de uma pesquisa realizada em 14 países "industrializados" (PICCHIO, 2012 [2005], p. 19, realizada pelos institutos de pesquisa de cada país, baseada em dados sobre o uso do tempo. Para Picchio, o gráfico da ONU explicitaria que a quantidade de trabalho de reprodução social não remunerado seria superior ao total de trabalho remunerado de mulheres e homens, além de que a divisão sexual do trabalho apresentaria disparidades grandes e comuns a todos esses países. De seu ponto de vista, a melhor maneira de se analisar o gráfico seria comparar o total de trabalho não remunerado das mulheres com o agregado do trabalho remunerado dos homens. Ao fazer isso, seria possível "perceber o papel de apoio desempenhado pelo trabalho doméstico e cuidados realizado pelas mulheres, mantendo os homens dentro do mercado de trabalho" (*idem*, p. 20).

> A partir dessa perspectiva, se vê com clareza que a mulher que faz o trabalho de reprodução não estará em condições, por sua vez, de lidar com as condições do mercado formal. Primeiro porque ela suporta uma carga maior de trabalho total, e, segundo, porque ela não recebe o bastante de trabalho doméstico, nem de cuidados. Neste sentido, para que as políticas de igualdade de oportunidades sejam efetivas, elas teriam que promover uma mudança nas relações e nas regras fundamentais que estruturam o mercado de trabalho, em termos de horários, lugares, salários, estresse e segurança. Isso significa uma mudança na própria estrutura do sistema capitalista (PICCHIO, 2012 [1995], pp. 20-21).

A outra maneira da ONU abordar a ampliação da visão do sistema econômico, foi feita pela UNIFEM/ONU Mulheres, em uma publicação coordenada pela economista feminista Diane Elson, chamada "O progresso do mundo das mulheres" ("*Progress of the World's Women*"), de 2000. Nesse relatório, a UNIFEM/ONU Mulheres divulgou que enquanto a maneira tradicional de analisar o sistema econômico está centrada nas dinâmicas do mercado e do Estado, uma maneira revista, por meio dos "olhos das mulheres" (ELSON, 2000, p. 26), poderia considerar, também, o domínio das ONGs e do "setor" doméstico, incluindo o "setor" informal e até mesmo o trabalho não pago. A métrica usada consideraria tanto o valor monetário produzido por esses setores, quanto o número total de horas gastos em suas atividades.

Gráfico 02 – Revisão da economia através dos olhos das mulheres (UNIFEM, 2000). Fonte: ELSON, 2000, p. 26. NGO é a sigla para Non-governmental Organizations : ONG. GNP é a sila para Gross National Product : Produto Interno Bruto (PIB).

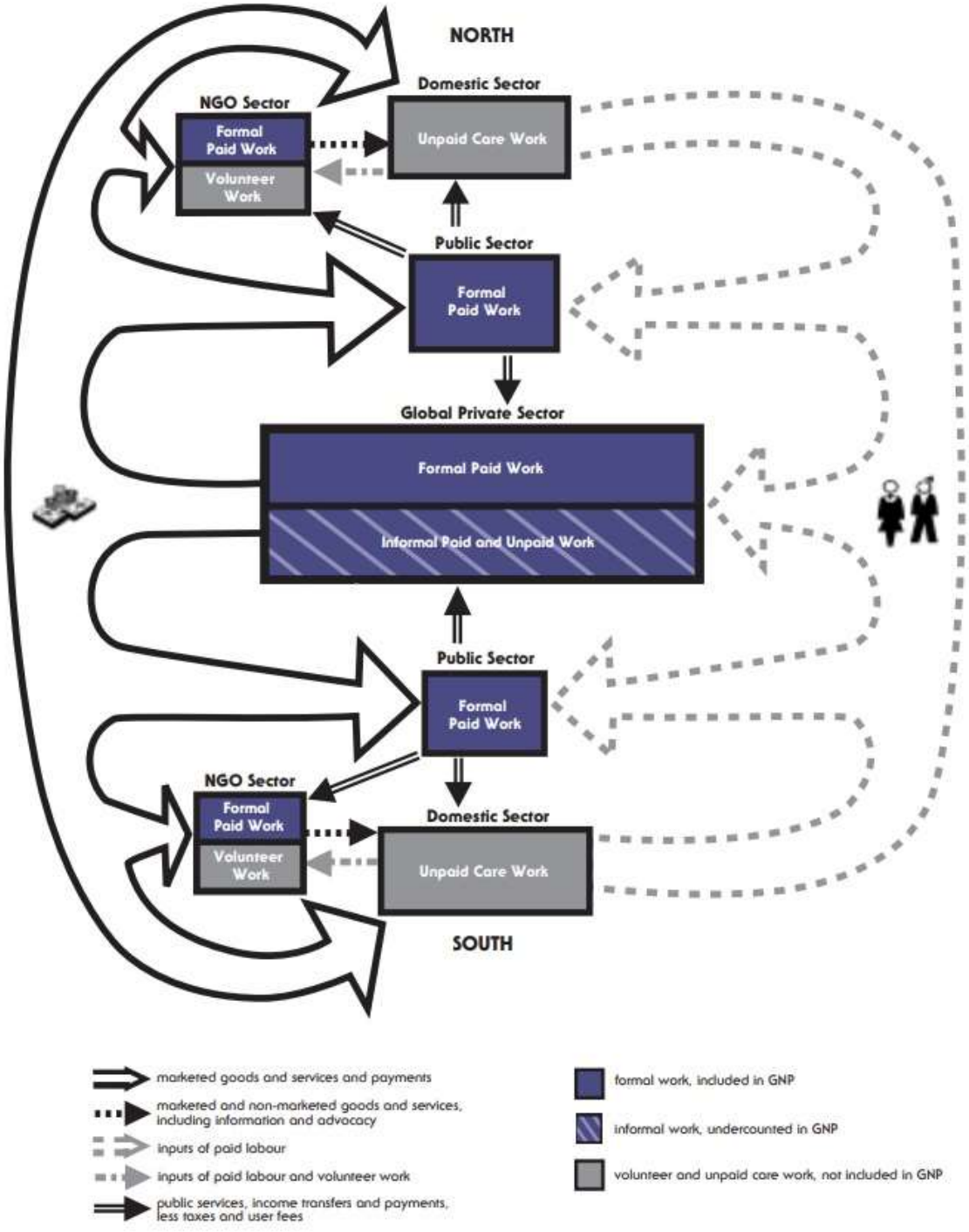


As autoras do UNIFEM/ONU Mulheres demonstraram no gráfico acima a maneira como os quatro "setores" (privado, público, ONGs e doméstico) estariam ligados por canais de mercado e de extra-mercado. Em resumo, para o UNIFEM/ONU Mulheres, o "setor" doméstico forneceria pessoas para o trabalho em todos os outros "setores". O

"setor" privado venderia mercadorias para todos os outros. O "setor" público cobraria impostos e taxas de uso e faria transferências de renda para os demais setores, além de serviços. As ONGs forneceriam serviços, como saúde, educação, serviços sociais e culturais e recreativos ao "setor" doméstico, gratuitamente ou não. A partir disso, concluem que esses canais transportariam bens, dinheiro e pessoas. Os valores comerciais, que fluiriam do setor privado, enfatizariam a importância de ganhar dinheiro. Os valores regulatórios fluiriam do setor público e enfatizariam a cidadania, as regras e leis, apesar de não garantir que essas regras e leis sejam democrática. Os valores de provisionamento fluiriam do setor doméstico e enfatizariam o atendimento às necessidades das pessoas, apesar disso significar "que mulheres adultas e saudáveis satisfazem as necessidades de todos enquanto se mantêm necessitadas" (ELSON, 2000, p. 27). Já das ONGs fluiriam valores de mutualidade e cooperação, mesmo que frequentemente isso se maniste de formas que permanecem hierárquicas e excludentes.

No quadro abaixo, o UNIFEM/ONU Mulheres incorporou em seu gráfico ampliado do sistema econômico a dimensão da globalização, em que se pode concluir que as autoras consideraram o modo globalizado da produção privada de riqueza, mas não consideraram o *care* como um trabalho fundamental no fluxo migratório desse sistema globalizado. Isto é, as autoras consideraram apenas a face não remunerada do trabalho doméstico, ignorando o *care* enquanto um trabalho remunerado e precário.

Gráfico 03 – Revisão da economia através dos olhos das mulheres considerando a globalização (UNIFEM, 2000). Fonte: ELSON, 2000, p. 30.



A problemática atual dos trabalhos domésticos e de cuidados é localizada em uma "crise dos cuidados", que impôs uma nova divisão sexual e internacional do trabalho (HIRATA, 2016), ignorada pelo gráfico da globalização da UNIFEM/ONU Mulheres (*Gráfico 03*). De uma maneira geral, a "crise dos cuidados" se impõe diante do déficit entre a demanda de cuidados e pessoas disponíveis para supri-los (HOCHSCHILD, 1995). Isto é, em decorrência do envelhecimento da população, a neoliberalização dos Estados e a participação massiva das mulheres no mercado de trabalho são apontados como os impulsores desse problema (HIRATA, 2010), verificado em diversos contextos, como nos Estados Unidos (HOCHSCHILD, 1995), na Europa, na Ásia e na América Latina (GUIMARÃES, HIRATA e SUGITA, 2011; GRECCO, 2017; ABRAMO e VALENZUELA, 2016).

O trabalho que antes era realizado de forma gratuita pelas mulheres no âmbito doméstico, passou por um processo de mercantilização e externalização, constituindo uma reorganização da divisão do trabalho que vai além das fronteiras dos países, alcançando uma dimensão internacional. Tornou-se, assim, um trabalho reconhecido como tal, um serviço, que abriu espaço para que inclusive homens possam realizá-los. No entanto, esse modelo tem se expressado em vulnerabilidade, baixos salários, alto grau de informalidade, poucos ou deficientes benefícios associados, pouco reconhecimento das qualificações, baixa valorização social, alto grau de rotatividade, imprevisibilidade e flexibilidade e definição deficiente das responsabilidades profissionais. Trata-se, assim, de uma profissão pouco valorizada, com salários relativamente baixos e pouco reconhecimento social. Além disso, seria um exemplo de como as desigualdades de gênero, de classe e de raça se imbricam, pois o trabalho de cuidado ainda é predominantemente feito por mulheres, pobres, negras e, muitas vezes, imigrantes (HIRATA, 2005 e 2016).

Hirata (2016) analisou como a expansão do trabalho de cuidados estaria estreitamente ligada aos movimentos migratórios internacionais, que desenharia uma nova divisão internacional do trabalho, na medida em que requereria a migração de trabalhadoras da Ásia, África, América Latina, do Caribe e da Europa Oriental para os Estados Unidos, o Canadá, a Europa Ocidental e o Japão, bem como entre países do sul. No Brasil, esse movimento estaria relacionado a questões regionais, sobretudo entre o sudeste e o nordeste (GUIMARÃES, HIRATA e SUGITA, 2011). É desse modo, portanto,

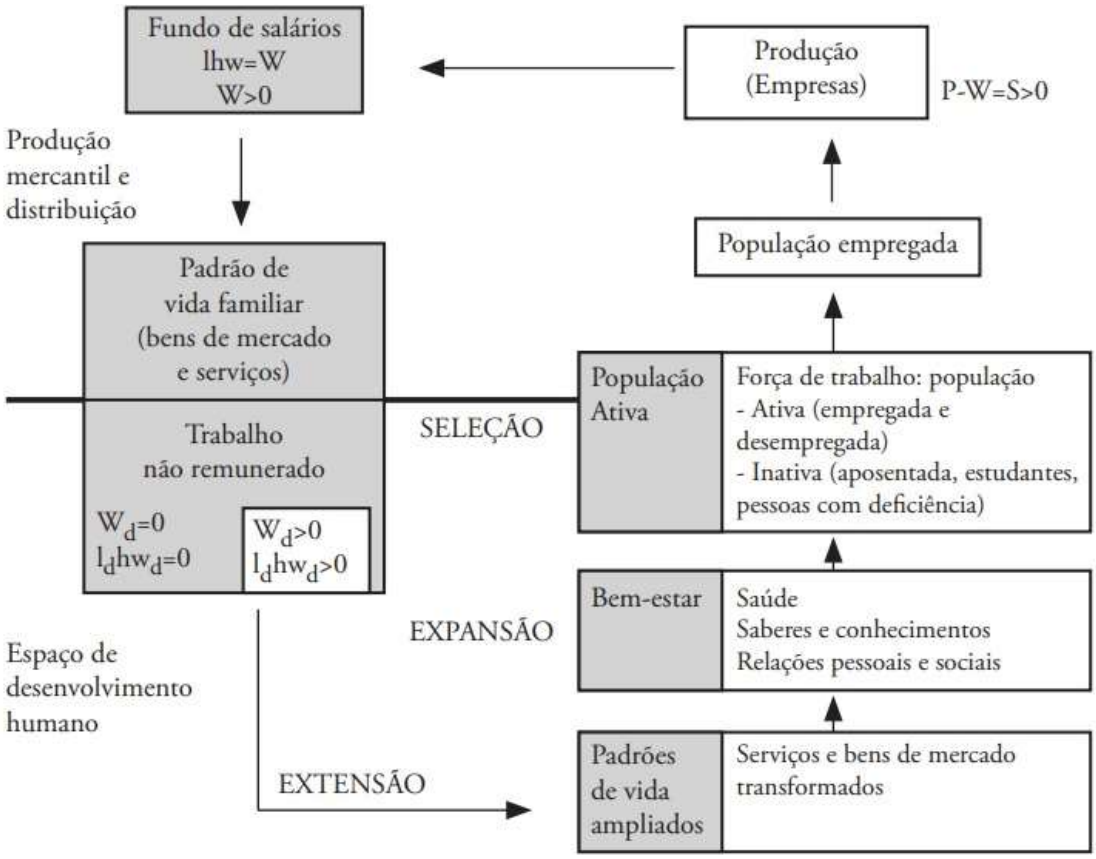
que estão colocados dois processos que se criam mutuamente: a crise dos cuidados e a formação das "cadeias globais de cuidados" (HOCHSCHILD, 2017 [2002]).[225]

Para Hirata e outras autoras, como Nancy Fraser (2016a), esse processo fez com que mulheres brancas e escolarizadas contratassem mulheres de origens mais pobres e racializadas, que por sua vez delegaram a outras mulheres a responsabilidade pelos cuidados que lhes caberiam. A questão dos cuidados revela, assim, que nas últimas décadas houve a afirmação do papel tradicional das mulheres no âmbito da família e na esfera profissional. O próprio Estado teria papel fundamental em "redesignar as mulheres ao seu papel de 'cuidado'" (GEORGES, 2017, p. 132, aspas da autora). Há um paradoxo presente na atual crise do cuidado, que embora ela represente certa desestabilização de antigos padrões de gênero – padrão esse representado pelo trabalho não reconhecido, não remunerado e pela solidão das mulheres no âmbito doméstico –, esse processo, na mesma medida em que desestabiliza esse padrão, o resgata e o aprofunda.

O que gostaria de evidenciar, portano, refere-se à ausência dessa problematização acima apresentadas na maneira como a ONU compreendeu o sistema socioeconômico ao incorporar nele os trabalhos domésticos (PNUD e UNIFEM/ONU Mulheres – *Gráficos 01, 02 e 03*). Picchio partiu dessas representações da ONU para elaborar seu próprio gráfico, sua representação do sistema socioeconômico, considerando a reprodução social do trabalho e seu "vínculo funcional" com o processo de produção de mercadorias, chamado de "fluxo do padrão de vida ampliado" ou, simplesmente, "fluxo circular de renda", ampliado para incluir o processo de reprodução. Contudo, a autora também ignorou a dimensão remunerada dos trabalhos domésticos e de cuidados ou mesmo as complementaridades dos serviços públicos e privados.

225 Sobre *care* e migração, ver, também: BENERÍA (2008).

Gráfico 04 – Fluxo do padrão de vida ampliado de Antonella Picchio. Fonte: PICCHIO (2012 [2005], p. 22 / 2001, p. 30).[226]



P=produto nacional; W=renda salarial (fundo de salário); S=excedente; 1=força de trabalho; h=horas trabalhadas; w=salário hora; ld=força de trabalho doméstico; wd=salário doméstico.

Indo além do sistema ampliado da ONU, a proposta de Picchio distingue três funções econômicas que são desenvolvidas no âmbito familiar (espaço de desenvolvimento humano): extensão, expansão e seleção/redução. A *extensão* se refere à maneira como o salário se estende ao "consumo real" (PICCHIO, 2012 [2005], p. 23), de um pacote de bens, como a comida cozida, as roupas limpas. A *expansão* se refere à maneira como o consumo é expandido para o bem-estar, tal como o compreenderam

226 Picchio explicou que seu gráfico se baseou em: "*La questione del lavoro non pagato nella produzione di servizi nel nucleo domestico (Household)*", Antonella Picchio – STAMPA (1999).

Amartya Sen (1987; 1993 [1989]; 2000 [1999]) e Martha Nussbaum (2003), abordados ao longo desta tese. Isto é, refere-se ao conjunto de "capacidades humanas", que seriam "funcionais" para a sociedade, incorporando, contudo, a dimensão dos trabalhos domésticos e de cuidados "na formação da capacidade para um exercício satisfatório das funções humanas" (PICCHIO, 2001, p. 05). Por fim, a terceira função econômica desenvolvida no âmbito familiar seria o que Picchio chamou de "seleção" (PICCHIO, 2012 [2005], pp. 22-23), ou de "redução" (PICCHIO, 2001, p. 04 e 30). A *seleção* ou *redução* se refere ao "apoio prestado pela família no processo de seleção dos segmentos da população e das capacidades individuais para serem usadas como capital humano no processo de produção de bens e serviços na economia de mercado" (PICCHIO, 2012 [2005], p. 23). Trata-se da "redução quantitativa e qualitativa da população trabalhadora em trabalhadores e trabalhadoras efetivamente empregados" (PICCHIO, 2001, p. 04).

> Se passamos do nível de vida ampliado ao bem-estar como uma formação e utilização efetiva das capacidades individuais que permita ativar funções vitais fundamentais (gozar de boa saúde, conhecimentos, mobilidade, relações sociais e interpessoais, etc.), os problemas da relação entre os recursos distribuídos e o contexto social de referência se voltam ainda mais complexos e impossíveis de resolver no plano teórico a partir da suposição de ajustes mecânicos entre o mercado de trabalho e a estrutura social. A tensão entre as condições da produção e distribuição da riqueza e as condições da reprodução social da população requer, sim, uma abordagem da própria vida aberta a ajustes e uma corresponsabilidade social que se expresse em forma de política de serviços públicos em matéria de educação, formação, sanidade, condições de habitação (PICCHIO, 2001, p. 22).

Segundo Picchio, sua abordagem ajudaria a evidenciar os conflitos e tensões do sistema econômico, bem como ajudaria a melhor compreender os processos de reprodução social e a maneira como as "capacidades individuais" são formadas. Em síntese, Picchio afirma que "a reprodução social da vida cotidiana constitui um aspecto fundamental do sistema econômico" (PICCHIO, 2012 [2005], p. 25): "O trabalho de reprodução social (...) aparece como elemento de uma grande elasticidade, suficiente para garantir uma grande flexibilidade de todo o sistema" (PICCHIO, 2001, p. 22).

O organograma de Picchio demonstra o modo como o salário faz a mediação

entre a produção mercantil e a reprodução (espaço de desenvolvimento humano). Por meio do trabalho doméstico não pago, ele seria estendido ao "consumo real", transformado em "bem-estar" e usado no processo de seleção/redução da população trabalhadora e suas "capacidades" e "funções" para o mercado, realimentando o processo. Esse seria, em síntese, o "fluxo do padrão de vida ampliado" proposto por Picchio, que é mais complexo do que a abordagem do PNUD (gráfico 01) e relativamente diferente da abordagem do UNIFEM/ONU Mulheres (gráficos 02 e 03).

O que chama atenção é que todos esses gráficos, incluindo o de Picchio, compreendem os trabalhos domésticos de maneira restrita ao trabalho doméstico não remunerado e ignoram a sua dimensão remunerada ou mesmo as complementaridades dos serviços públicos e privados. Além disso, se por um lado, Picchio avança no sentido de incorporar a reprodução das pessoas (trabalho doméstico e de cuidados) como elemento central do processo de produção e reprodução social, por outro, a autora desconsidera que o processo de reprodução é atravessado por diferentes conflitos, como os de gênero, raça e geração. Ademais, Picchio estabelece uma cisão entre produção e reprodução, na qual a dimensão da reprodução de pessoas se torna alheia à acumulação capitalista, na medida em que a parte subjetiva do trabalho doméstico e de cuidado não seriam contaminados pela lógica de acumulação.

É interessante notar também que em seu estudo de 1992, "Reprodução social: a política econômica do mercado de trabalho"[227] – em que Picchio analisou a questão do salário nos economistas clássicos – já estava presente seu interesse pela questão do desenvolvimento, quando a autora analisou o trabalho doméstico como uma das bases da relação entre as mulheres e o Estado. Contudo, apenas em seus trabalhos posteriores, como os acima citados, a autora desenvolveu uma abordagem que incorporou de maneira explicita os debates em torno da ONU, de Amartya Sen e de Martha Nussbaum. Como abordado neste capítulo, a própria autora se situa como militante na construção de alianças internacionais, com o apoio de ONGs, sob esse enfoque.

Seu interesse na incorporação do trabalho doméstico não remunerado na análise macroeconômica deriva de sua intenção em oferecer novas perspectivas para a

227 "*Social Reproduction: the political economy of the labour market*". Um capítulo do livro foi publicado em português, no dossiê "Economia Feminista", da *Revista Temáticas* (UNICAMP), nº 52. Ver: PICCHIO (2018 [1992]).

formulação de políticas. Em suas palavras:

> Antes de tudo, ao visibilizar o lugar (físico e metafórico) das grandes desigualdades entre homens e mulheres no que se refere à distribuição dos tempos de trabalho, as rendas e as responsabilidades, é colocado claramente um problema de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres (PICCHIO, 2001, p. 20).

Acredito ser nessa linha que se desenvolveram os "orçamentos sensíveis a gênero", como abordado no *Capítulo 03* desta tese. Segundo Picchio, para se compreender as repercussões das políticas sobre as condições de vida e sobre o trabalho não remunerado seria necessário também desenvolver "instrumentos institucionais" (PICCHIO, 2001, p. 24), como a conta do trabalho total, calculada por meio de um sistema de contabilidade nacional, que faz visível a contribuição da reprodução social para a economia. Para Picchio, além dos indicadores sensíveis ao gênero poderem captar as "condições de vulnerabilidade do sistema social" (*idem*, p. 24), compreendendo os trabalhos remunerados e não remunerados, reprodutivos e produtivos, também poderiam captar as "rendas 'ampliadas', que permitem evidenciar as contribuições de homens e de mulheres para as condições de vida do núcleo de convivência" (*idem*, p. 24, aspas da autora).

Tendo como base os principais pontos da produção teórica de Antonella Picchio, apresentados até aqui, gostaria de dar atenção às contribuições elaboradas por Cristina Carrasco, que também analisou o sistema econômico de uma maneira ampliada por meio da compreensão das relações entre a produção de mercadorias e a reprodução da vida das pessoas.

5.2 – A sustentabilidade da vida no centro, usos do tempo e o circuito ampliado do trabalho de Cristina Carrasco

"Como as sociedades resolvem as necessidades de subsistência das pessoas?" (CARRASCO, 2003 [2001], p. 12). Essa é a principal questão que orienta o trabalho de Cristina Carrasco, para quem, a "sustentabilidade da vida" corresponderia a questões

relacionadas às "necessidades de reprodução das pessoas" (*idem*, p. 12), pensadas em um sistema socioeconômico, que vai além de bens e serviços (a dimensão objetiva das necessidades) e compreende os afetos, os cuidados, a segurança psicológica, a criação de relações e laços humanos (a dimensão subjetiva das necessidades).

Para Carrasco, nas sociedades ocidentais industrializadas, a subsistência e a qualidade de vida estariam ancoradas no mercado e na oferta de serviços públicos, que estariam mais relacionados ao provimento das necessidades objetivas das pessoas, mas também estaria ancorada nos cuidados realizados nos lares, que corresponderiam a bens e serviços que poderiam ou não encontrar substitutos no mercado ou nos serviços públicos. Por exemplo, no cuidado das crianças pode-se encontrar soluções públicas ou privadas, mas a relação estabelecida nos cuidados, a depender de cada caso, dificilmente encontraria um substituto. Disso deriva a compreensão da autora de que seria impossível classificar "as tarefas do lar em mercantilizáveis ou não-mercantilizáveis, precisamente pelo componente subjetivo que podem incorporar" (CARRASCO, 2003 [2001], p. 15).

> Em suma, quero dizer que o trabalho destinado ao cuidado das pessoas do lar tem contexto social e emocional diferente do trabalho remunerado e, além disso, necessidades pessoais e sociais que não permitem uma simples substituição por produção de mercado. Implica relações afetivo-sociais dificilmente separáveis da própria atividade e cria um tecido complexo de relações humanas, sobre o qual, de alguma forma, se sustenta o resto da sociedade (CARRASCO, 2003 [2001], pp. 15-16).

Haveria, dessa maneira, uma tensão fundamental e contraditória entre a obtenção de lucro e o cuidado da vida humana, acentuada pela dependência "da produção capitalista em relação aos processos de reprodução e de sustentabilidade da vida humana" (CARRASCO, 2003 [2001], p. 12). Integraria nessa tensão uma separação entre duas esferas, em que a pública estaria mais relacionada ao masculino, focada no que se considera "social, político e econômico-mercantil" (*idem*, p. 16), e a outra esfera seria a privada ou doméstica, relacionada ao feminino, focada no lar e baseada em afetos e sentimentos, comprometida com a "sustentabilidade da vida humana", que apoia todas as pessoas, incluindo os homens adultos e saudáveis, mas que, entretanto, não teriam

reconhecimento, valor ou visibilidade.

Da tensão/contradição entre o objetivo do lucro e o objetivo do cuidado da vida derivaria a tensão vivida pelas mulheres de acumular os trabalhos remunerados com os trabalhos domésticos e de cuidados, não remunerados, chamada de "dupla jornada". Carrasco explicou essa questão da seguinte maneira:

> A dupla participação das mulheres – no mercado de trabalho e na responsabilidade do lar – que originalmente se definiu como duplo trabalho e posteriormente como dupla presença, atualmente é denominada "dupla presença/ausência", para simbolizar o estar e não-estar em nenhum dos dois lugares e as limitações que a situação implica sob a atual organização social (CARRASCO, 2003 [2001], p. 27).

Segundo Carrasco, o modelo fordista de produção se somava a um tipo tradicional de família, em que "os trabalhos de mulheres e homens apareciam como paralelos e independentes" (CARRASCO, 2003 [2001], p. 28), diante do que "o nexo entre o cuidado da vida e a produção capitalista permanecia oculto e todo o trabalho que as mulheres realizavam em casa ficava invisível" (*idem*, p. 28). Enquanto foi estabelecido um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, o mesmo não teria ocorrido com os homens em relação ao trabalho doméstico. Os homens, teriam mantido "seu papel quase intacto" (*idem*, p. 25) e as mulheres, como abordado acima, "conciliariam" (*idem*, p. 26), tempos e trabalhos.

As categorias "tempo" e "trabalho" são centrais na obra de Carrasco. Em relação ao conceito de trabalho, a autora destacou que a ideia de trabalho anterior à industrialização estaria associada a "subsistência e continuidade da espécie" (CARRASCO, 2014, p. 26), e ao longo da história do processo de industrialização passou a ser identificado com "atividade laboral remunerada" (*idem*, pp. 26-27), estabelecendo uma identificação de trabalho com emprego. Isso teria sido reforçado pelas teorias do valor de Smith, Ricardo e Marx, incorporando a análise do salário, e legitimando a separação entre "público econômico (mercado)" (*idem*, p. 28), e o "privado não econômico" (*idem*, p. 28). Para a autora, com o feminismo dos anos 1970, tentou-se dar valor e reconhecimento ao trabalho doméstico, usando como referencial o trabalho de

mercado. Ela mesma desenvolveu um estudo econômico importante nesse sentido. Como já apontado no *Capítulo 01* desta tese, em 1988, em um estudo publicado no *Cuadernos de Economía*, chamado "Notas para um tratamento reprodutivo do trabalho doméstico"[228], Carrasco construiu um modelo econométrico para o estudo do trabalho doméstico, que permitiria dar a ele um valor.[229]

Contudo, para Carrasco, não é suficiente adicionar os trabalhos domésticos e de cuidados, como uma variável a mais nos modelos econômicos tradicionais. A tensão criada entre o objetivo do lucro e o objetivo do cuidado se reverberaria, sobretudo, na produção do conhecimento econômico, que tenderia a enfocar apenas as questões referentes ao mercado, isto é, à produção de bens e serviços. É nesse sentido que, para ela, o enfoque na "sustentabilidade da vida" ofereceria uma "nova perspectiva sobre a organização social" (*idem*, pp. 12-13), e permitiria visibilizar:

> (…) interesses prioritários de uma sociedade, recuperar todos os processos de trabalho, dar os nomes de quem assume a responsabilidade do cuidado da vida, estudar as relações de gênero e de poder e, em consequência, analisar como se estruturam os tempos de trabalho e de vida dos diferentes setores da população (CARRASCO, 2003 [2001], p. 13).

É nesse sentido que Carrasco, assim como Antonella Picchio, propôs a necessidade de outorgar centralidade aos trabalhos domésticos e de cuidados por serem "dirigidos diretamente ao cuidado das pessoas" (CARRASCO, 2014, p. 31). Segundo Carrasco, o "descobrimento do cuidado" (*idem*, p. 35), avançou no sentido da compreensão do "espaço doméstico" (*idem*, p. 35), como algo sem o qual nem o Estado e nem o mercado poderiam funcionar. A "Economia do Cuidado"[230] evidenciaria, assim, a base material do bem-estar, bem como as necessidades emocionais, como os afetos e o reconhecimento. Além disso, evidenciaria, ainda, a maneira como os cuidados têm grande importância na reprodução da força de trabalho, bem como que a necessidade de cuidados se coloca como uma dimensão universal: "todos e todas necessitamos de cuidados ao longo do ciclo da vida" (*idem*, p. 36).

228 "*Notas para um tratamiento reproductivo de trabajo doméstico*".
229 Apresentado nos *Anexos V, VI, VII* e *VIII* desta tese.
230 Segundo Carrasco (2014), é assim que se costuma designar o *care* na Economia Feminista.

> O denominado trabalho de cuidado nos permite crescer, socializarmos, adquirir uma linguagem, alguns valores, uma identidade e autoestima básicas. Desenvolvimento pessoal que tem lugar através dos bens, serviços e cuidados tanto biofísicos como emocionais histórica e fundamentalmente produzidos por mulheres desde os lares (CARRASCO, 2014, p. 35).

Como já indiquei no *Capítulo 01* desta tese, os estudos de Carrasco têm grande influência das elaborações de Amartya Sen (1987; 1993 [1989]; 2000 [1999]) e Martha Nussbaum (2003), o que mostrei também em relação ao trabalho de Picchio. Essa influência se deveu especificamente às formulações de "capacidade", "desenvolvimento humano" e de "justiça social", também já apresentados aqui. Isso teria encaminhado Carrasco a formular o conceito de "sustentabilidade da vida humana", por reunir as dimensões econômica, social e ecológica na sua compreensão de trabalho. Sustentabilidade essa que "supõe uma relação harmônica entre humanidade e natureza, e entre humanas e humanos" (CARRASCO, 2014, p. 46).

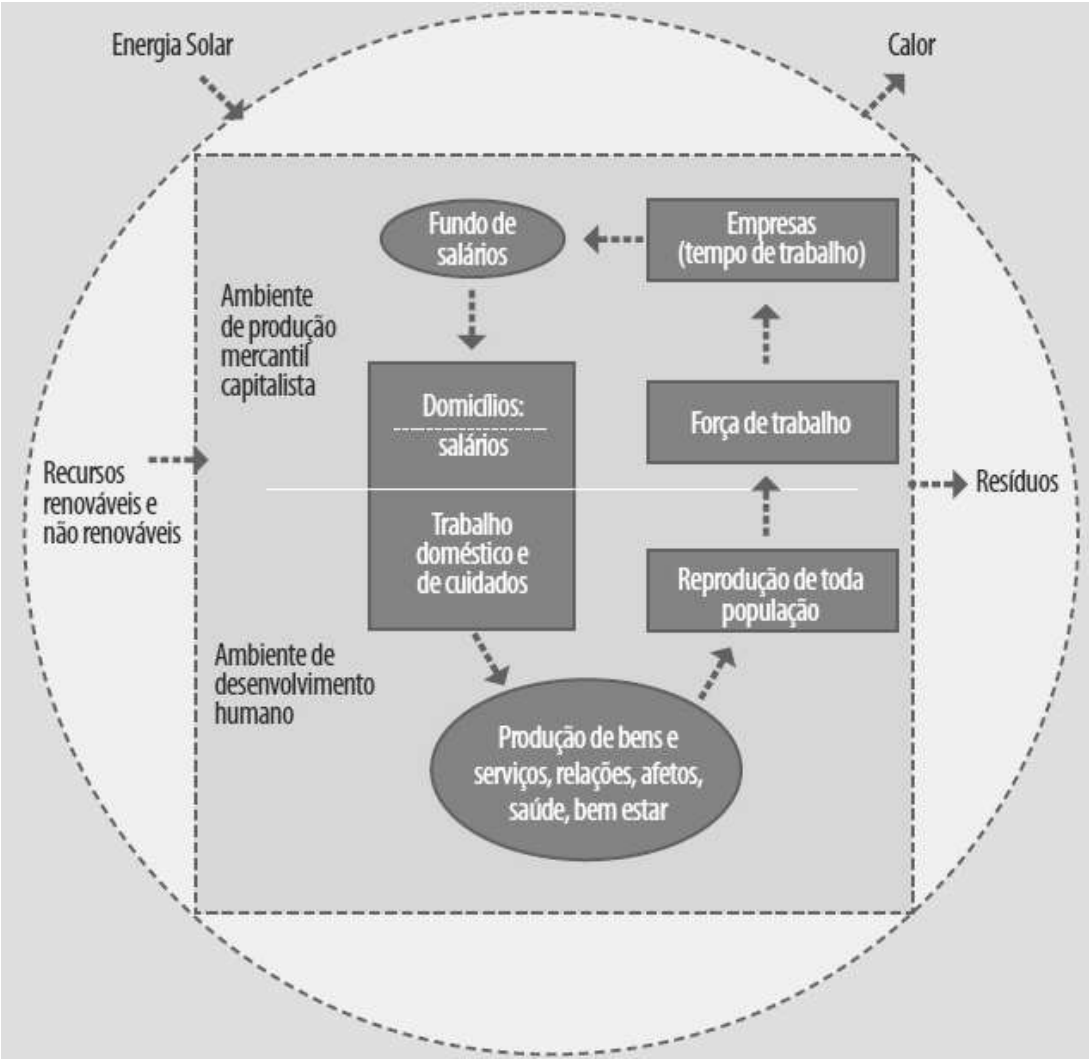
Nesse esquema, seriam combinados três tipos de sustentabilidade. A primeira seria a "sustentabilidade econômica", que implicaria em um equilíbrio entre produção, consumo e utilização do produto. Isto é, novas formas de produção e consumo e uma distribuição equitativa da renda. A "sustentabilidade ecológica" seria "a capacidade de uma sociedade de viver e desenvolver-se sem pôr em perigo a vida das gerações futuras" (CARRASCO, 2014, p. 45). Por fim, a "sustentabilidade social", que implicaria certa coesão social, com equidade de repartição dos tempos e dos trabalhos, "em que todas as pessoas pudessem desfrutar de condições de vida adequadas" (*idem*, p. 45).[231] Com isso, Carrasco elaborou suas reflexões sobre a questão do tempo, bem como sua proposta de "circuito ampliado do trabalho", os quais gostaria de abordar nesse momento.

231 Como já abordado na Nota de Rodapé nº 105, é interessante destacar, mais uma vez, que o termo "desenvolvmento sustentável" tem grande relação com BM que foi um grande impulsionador do conceito (PEREIRA e PRONKO, 2015).

5.2.1 – O circuito ampliado do trabalho

O circuito ampliado do trabalho é, para Carrasco, um esquema da maneira como o processo de trabalho é pensado, desde seu ponto de vista, considerando tanto o trabalho mercantil, como os trabalhos domésticos e de cuidados, como necessários para a reprodução da vida, em geral, e da força de trabalho, em particular. Na verdade, sua elaboração nada mais faz que acrescentar a questão da ecologia ao esquema de Picchio do "fluxo do padrão de vida ampliado" (*Gráfico 04*). Além desse acréscimo, do ponto de vista do debate teórico está implícita no esquema de Carrasco a parte "subjetiva" do trabalho doméstico e de cuidados, a parte "não monetizável", que tem grande importância em sua compreensão da "sustentabilidade da vida", incluindo suas três dimensões: econômica, ecológica e social.

Gráfico 05 – Circuito ampliado do trabalho de Cristina Carrasco. Fonte: SPM (2016, p. 20), adaptado de CARRASCO (2014, p. 32).



Carrasco elencou o que seriam, para ela, os elos da "cadeia que sustenta a continuidade da vida humana"[232], que expicam o "circuito ampliado do trabalho" representado no gráfico acima. Em tal cadeia, o primeiro elo se referiria à natureza. Segundo Carrasco (2018) ser sustentável com a natureza significaria manter uma "relação de interdependência de nossas sociedades com a natureza, por um caminho coevolutivo – sempre aberto e cambiante – que seja perdurável a partir do ponto de vista dos recursos naturais e serviços ambientais, tanto para as gerações futuras como

232 A "cadeia que sustenta a continuidade da vida humana" foi elaborada inicialmente por Cristina Carrasco e Enric Tello (2011).

para as atuais" (CARRASCO, 2018, p. 53). O segundo elo seriam os cuidados. Em relação a importância desse elo, Carrasco escreveu o seguinte:

> Quando a vida começa, é preciso cuidá-la, particularmente a vida humana, devido à sua enorme vulnerabilidade. Para nós, este é o âmbito fundamental, já que é o centro da criação e recriação da vida. Aí crescemos, somos socializados, adquirimos uma identidade, etc., através de bens, serviços e cuidados emocionais produzidos fundamentalmente pelas mulheres, que assumiram a responsabilidade de uma árdua e silenciosa tarefa, que foi desvalorizada pela sociedade heteropatriarcal e que nunca foi reconhecida pela economia (CARRASCO, 2018, p. 53).

No terceiro elo estaria a comunidade. Segundo Carrasco, em sociedades antigas "predominava ou subsistia a gestão comunal dos recursos naturais básicos" (CARRASCO, 2018, p. 53). Atualmente, esse tipo de comunidade existiria de forma minoritária, mas permaneceria uma referência de "participação cidadã e para a coesão social" (*idem*, p. 54). Esses três primeiros elos seriam a parte "invisível" da economia, não compreendidas, portanto, no cálculo do *Produto Interno Bruto* (PIB).

O quarto elo é o Estado, que, para Carrasco, seria indispensável para o funcionamento da sociedade capitalista, na medida em que regulamentaria o funcionamento da sociedade. Por fim, o mercado seria o quinto elo da cadeia que sustenta a vida – a "economia real" (CARRASCO, 2018, p. 54), representada no PIB.

Gráfico 06 – A cadeia de sustentação das necessidades humanas de Cristina Carrasco e Enric Tello. Fonte: MORENO (2013, p. 48), com base em CARRASCO e TELLO (2011).

Parte da cadeia de sustentação incluída no PIB:	**Meio de satisfação:**	**Direitos ou regras de acesso:**	**Desenvolvimento humano:**
Mercados →	Mercadorias →	Dinheiro →	Através do funcionamento combinado destes cinco âmbitos, as pessoas adquirem as capacidades que permitem construir seu desenvolvimento humano e ter uma vida e morte dignas.
Estado →	Serviços públicos →	Cidadania →	
Parte da cadeia de sustentação não incluída no PIB :	**Meio de satisfação:**	**Direitos ou regras de acesso:**	
Comunidades →	Vizinhança e associação →	Ajuda mútua, trabalho voluntário e amizade, marcados pela desigualdade e pelo patriarcado →	
Cuidado Doméstico →	Amor, cuidado, identidade, auto-estima →	Reciprocidade e gratuidade marcados pelo patriarcado →	
Sistemas naturais →	Recursos e serviços naturais básicos →	Livre acesso, coletivos ou privatização →	

Segundo Carrasco, os elos da cadeia estariam "interligados, apresentando fortes relações de dependência e de espoliação entre eles" (CARRASCO, 2018, p. 55). Contudo, haveria grande dependência de toda a cadeia ao primeiro elo. Outra questão destacada pela autora é a interdependência entre "o espaço de produção capitalista e o âmbito do cuidado" (*idem*, p. 55), o quanto o atual funcionamento capitalista da sociedade seria insustentável e a irreconciliação da "lógica da vida" com a "lógica do lucro" (*idem*, p. 55).

5.2.2 – Usos do tempo

Na trajetória dos estudos sobre o tempo social, que problematizam a maneira como o trabalho doméstico é pensado, a Economia Feminista tem centralidade. Um exemplo disso são as pesquisas sobre o uso do tempo.[233] No Brasil não há uma pesquisa

233 Do ponto de vista macro, as pesquisas do uso do tempo tem sido provocadas nos últimos anos pelos "orçamentos sensíveis a gênero" (OSGs), que consiste em um programa da ONU Mulheres (antes UNIFEM), que apoia iniciativas de orçamentos estatais com perspectiva de gênero, em diferentes países do mundo. A Economia Feminista é importante para esse programa na medida em que produz instrumentos e informações

nacional específica sobre os usos do tempo. De um modo geral, os dados utilizados são da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD), que entre os anos 1990 e 2000 ampliou seu espectro de investigação, como já mencionado aqui. O problema do amparo das pesquisas sobre os usos do tempo na PNAD é que ela abarca um número restrito de atividades (AGUIAR, 2010), além dos limites do alcance da própria população, sobretudo daquelas residentes em lugares mais afastados das regiões metropolitanas.

Apesar disso, nas últimas décadas, vem sendo construída uma tradição de estudos nessa área. Um exemplo disso é a formação do Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo (CGUT)[234], em 2007, além do fato de, no ano de 2013, o país ter sediado a *35ª Conferência Internacional da Associação de Pesquisas de Uso do Tempo* (IATUR), na cidade do Rio de Janeiro, que resultou na coletânea *Uso do tempo e gênero*, organizado por Natália Fontoura e Clara Araújo, em 2016 (FONTOURA e ARAÚJO, 2016).

O trabalho de Hildete Melo, já mencionado aqui, é uma das principais referências no assunto, devido a sua trajetória de estudos na Economia e, especificamente, de sua abordagem sobre o cálculo do trabalho doméstico no PIB. Mas, há outros trabalhos igualmente referenciados sobre o uso do tempo, dos quais gostaria de mencionar brevemente três: o de Neuma Aguiar, de Claudio Dedecca e de Maria Betânia Ávila.

Neuma Aguiar (2011) evidenciou o modo como as pesquisas de uso do tempo estão relacionadas a uma tentativa de compreensão de questões referentes à vida cotidiana e ao trabalho das pessoas. Para ela, uma das finalidades das pesquisas de uso do tempo seria, justamente, a condução de comparações internacionais, por meio da organização do dia a dia das populações. O primeiro projeto de impacto nesse sentido teria sido conduzido por Alexander Szalai, em 1966. Na década de 1970, Amaury de Souza aplicou o método de Szalai ao contexto brasileiro, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, e, nos anos 2000, Aguiar realizou a mesma pesquisa na cidade de Belo Horizonte/MG. Essas pesquisas utilizaram uma técnica de preenchimento de diários de uso do tempo e entrevistas do dia seguinte ao pesquisado para verificação e complementação dos

para que essas políticas sejam criadas (JÁCOME e VILLELA, 2012, p. 21). As pesquisas de uso do tempo têm servido a esse programa. Na América Latina, a CEPAL tem tido protagonismo nesse sentido. Isso foi abordado no *Capítulo 03*.

234 O CGUT é formado por representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da ONU Mulheres (FONTOURA e ARAÚJO, 2016).

diários.[235] Segundo a autora, o emprego de diários de uso do tempo é uma metodologia clássica nesses estudos e consistiria em um tipo de investigação comportamental, que utiliza o preenchimento de um protocolo de uso do tempo, com as atividades desenvolvidas e o seu contexto, em intervalos padronizados, para posterior codificação. Acrescenta-se a esse método uma entrevista no dia seguinte à elaboração do registro, para a verificação dos dados (AGUIAR, 2010).

Claudio Dedecca também elaborou uma maneira interessante de abordar a questão do tempo. Para ele, o tempo teria, ao menos, duas dimensões principais: para reprodução econômica, que envolveria os tempos destinados ao trabalho remunerado e o gasto com deslocamento para sua realização, e para reprodução social, que incorporaria, ao menos, as atividades de organização domiciliar, de lazer e de sono. Ambos os tempos seriam moldados pelas mudanças econômicas, sociais e culturais e sua regulação e interdependência seriam estabelecidas pelas instituições políticas e culturais: as pessoas realizariam a alocação de seu tempo "sob constrangimento social, tendo pouca ou relativa autonomia de decisão sobre esse processo" (DEDECCA, 2004, p. 01).

Para Carrasco, os limites dos estudos sobre o uso do tempo estariam presentes tanto em como o tempo é conceituado, quanto na forma como ele é medido, isto é, estariam limitados a uma dimensão quantitativa que nada teria a ver com o bem-estar (CARRASCO, 1998). Em seu estudo de 1988, Carrasco propôs um modelo econômico para calcular economicamente o trabalho doméstico e indicou que haveria certa dificuldade nesse tipo de cálculo econômico, devido a impossibilidade de mensuração da face subjetiva do trabalho doméstico.

Com o objetivo de "traduzir para a linguagem dos tempos a atividade das pessoas que se encarregam da sustentabilidade da vida humana" (CARRASCO, 2003 [2001], p. 29), Carrasco elaborou uma classificação de cinco categorias para o uso do tempo, cada uma delas variando conforme a necessidade, o grau de substituição por trabalho remunerado ou serviços públicos e o grau de flexibilidade. É importante destacar que sua classificação tem como ponto de referência as "pessoas em idade ativa" (*idem*, p. 30), que seriam pessoas que apresentam maior conflito com a organização do

235 Os dados comparados das três pesquisas podem ser vistos em: AGUIAR (2011).

tempo. Embora as pessoas idosas possam ser potenciais responsáveis pelos cuidados no interior da família, Carrasco compreendeu que elas, juntamente com as crianças, tenderiam a demandar mais cuidados do que oferecê-los.

Feitas essas ressalvas, a primeira categoria de uso do tempo de Carrasco é o "tempo das necessidades pessoais" (CARRASCO, 2003 [2001], p. 31). Esse tempo se caracteriza pelas necessidades indispensáveis, como dormir, alimentar-se e se higienizar. Para Carrasco, esse tempo seria pouco flexível, na medida em que seria impossível diminuir o tempo necessário para cada uma dessas necessidades.

É interessante notar que a rigidez com que esse tempo foi abordado por Carrasco parece ignorar as longas jornadas das trabalhadoras e trabalhadores que exigem justamente a flexibilização desse tempo. Um exemplo é a jornada de trabalho de entregadores de comida por aplicativos na cidade de São Paulo, grande parte homens, que têm longas jornadas de trabalho, de cerca de 12 horas, e chegam a dormir nas ruas devido as distâncias de suas residências até os locais que têm os maiores picos de demanda desse tipo de serviço, como a região central da cidade.[236] Outro exemplo é o das mulheres trabalhadoras atendentes de *telemarketing*, cuja fixidez de turnos de trabalho as impede de ingerir quantidades adequadas de água e de usar o banheiro, causando-lhes graves problemas de saúde, como infecções urinárias.[237] Isto é, são incontáveis os exemplos sobre como o tempo para as necessidades pessoais é usado como maneira de estender as jornadas de trabalho a favor do lucro.

A segunda categoria abordada por Carrasco é a do "tempo do ócio" (CARRASCO, 2003 [2001], p. 31). Segundo a autora, esse tempo teria grande grau de flexibilidade, utilizado como "variável de ajuste" (*idem*, p. 31), em relação ao "tempo do trabalho familiar doméstico" (*idem*, p. 31). Isto é, na medida em que o tempo do trabalho doméstico aumenta o tempo do ócio diminui.

Embora tenha constatado o grau de flexibilização do tempo do ócio, em relação ao tempo de trabalho, Carrasco ignorou o modo como o tempo do ócio é diminuído a serviço do tempo de trabalho de mercado. Seria bastante flexível também o "tempo da participação cidadã" (*idem*, p. 31), uma vez que o grau de participação em

236 Fonte: MACHADO, 2019. Há a estimativa de que 4 milhões de pessoas formam a categoria que trabalha para empresas de aplicativos de serviços no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além do que as condições desse tipo de trabalho para as mulheres são ainda piores (DOLCE, 2019).

237 Fonte: G1, 2014.

"trabalho voluntário" (como associações e partidos) seria fortemente marcado por gênero, sendo as mulheres a menor parte dos participantes devido ao seu comprometimento com o trabalho de cuidados.

A quarta categoria, a do "tempo do trabalho familiar doméstico" (CARRASCO, 2003 [2001], p. 31), seria dividida em dois conjuntos, separados por uma "abstração teórica" (*idem*, p. 32). As atividades que incorporam relações afetivas e que, por consequência, não teriam substitutos no mercado, que em sua escassez afetaria o "desenvolvimento integral das pessoas como tais" (*idem*, p. 32). O segundo conjunto seria o das atividades que produzem bens e serviços domésticos, que encontram substitutos no mercado.

Em quinto lugar, "o tempo de trabalho de mercado" (*idem*, p. 32), que tenderia a ser rígido do ponto de vista do indivíduo que trabalha, tendo sua face flexível imposta pela empresa, pelo empregador.

Os limites da maneira como Carrasco e os autores acima citados abordaram a questão do tempo, podem ser explicitados por meio das reflexões de Maria Betânia Ávila, cujo trabalho está ancorado no feminismo materialista. Ávila sugeriu o seguinte sobre o tempo de trabalho doméstico que as mulheres despendem:

> Esse tempo de trabalho, que não é percebido como parte da organização do tempo social, é retirado, fundamentalmente, do tempo que forma o dia a dia das mulheres como parte das atribuições femininas, determinadas por relações de poder que entrelaçam a dominação patriarcal à exploração capitalista. Para a maioria das mulheres que estão no mercado de trabalho, formal e informal, o tempo de trabalho para a realização das tarefas domésticas é aquele que sobra da sua inserção formal ou informal nesse mercado. É justamente aí que se produz uma jornada extensiva de trabalho. Essa forma de organização social baseada na jornada de trabalho das mulheres, formada por trabalho gratuito e trabalho remunerado, é fundamental para a acumulação do capital e manutenção do poder patriarcal, uma vez que baixa os custos da reprodução social e mantém os homens fora da responsabilidade com o trabalho reprodutivo (ÁVILA, 2010, p. 65).

Para Ávila, duas questões seriam importantes na reflexão sobre a organização do tempo social. A primeira seria a da relação entre capital e trabalho na

apropriação do tempo. Tratar-se-ia do "tempo concreto da existência das pessoas que, para assegurar sua própria reprodução, vendem sua força de trabalho" (ÁVILA, 2010, p. 62). A segunda questão versa sobre o uso do tempo pelas mulheres ser diferente daquele dos homens, dada certa relação de contradição entre o trabalho "produtivo" e o trabalho "reprodutivo". Além disso, o conceito de classe deveria ir além da análise do tempo da esfera produtiva e incorporar a apropriação do tempo na esfera do "trabalho reprodutivo". Dever-se-ia considerar, segundo a autora, que "a apropriação do tempo se realiza através das relações sociais de sexo/gênero, imbricadas às relações de classe" (*idem*, p. 62).

Para finalizar, gostaria de fazer uma breve ressalva sobre a questão do tempo e das relações sociais, já que ela se apresentou como uma questão chave nesta tese. Do ponto de vista marxista, o tempo social é tempo histórico, socialmente necessário, para a produção-reprodução da sociedade. Não é o tempo do relógio, embora esse tempo seja um paradigma industrial, que organiza a jornada de trabalho das trabalhadoras e trabalhadores. Diferentemente do tempo industrial, o tempo do processo de valorização é tempo socialmente necessário, determinado historicamente. Isto é, não é a simples apreensão de uma unidade de medida.

Daniel Bensaïd foi um teórico que compreendeu dessa maneira a questão do tempo nos escritos marxistas. Para esse autor, "Uma nova escrita da história é também uma nova escuta do tempo" (BENSAÏD, 1999, p. 105). O tempo é, para Marx, segundo Bensaïd, "a relação social conflitual da produção e da troca" (*idem*, p. 109). Nessa relação, o capital seria "uma organização conceitual específica e contraditória do tempo social" (*idem*, p. 113). O tempo seria a própria medida da relação social. Seria "repleto de lutas" (*idem*, 1999, p. 107). Portanto, o tempo que mede o valor não seria o tempo em geral, mas o tempo "socialmente determinado como tempo de trabalho necessário" (*idem*, p. 121). O tempo e o movimento social, desse modo, determinam-se reciprocamente, sendo o tempo é "uma relação social em movimento" (*idem*, p. 123).

> O valor de uma mercadoria conservar-se-ia constante se o tempo necessário à sua produção assim também se mantivesse. Ora, ele varia permanentemente com a produtividade do trabalho. A determinação do tempo de trabalho social contradiz assim a

> definição formal do tempo. Trata-se doravante do tempo que a sociedade reconhece através da troca generalizada de mercadorias. Quando o tempo de trabalho social não tem mais validade para a sociedade, em razão do rompimento do ciclo entre venda e compra, "o social exclui o social", diz Marx (BENSAÏD, 1999, p. 121).

Logo, o problema não é que o cálculo do trabalho doméstico e de cuidados, em unidade de tempo de relógio, não alcança sua dimensão subjetiva, que não pode ser quantificada. A questão que se coloca é que o estudo da produção-reprodução capitalista com enfoque no trabalho doméstico e de cuidados deve pensar o tempo como tempo histórico, socialmente necessário, e o trabalho doméstico e de cuidados como determinados por relações antagônicas. Isto é, estudá-los por meio de sua compreensão como relação social.

5.2.3 – O problema da quantificação do trabalho de cuidado

O debate do *care* surgiu em um campo de reflexões sobre as emoções e a moral. As pioneiras são a sociologia das emoções de Arlie Hochschild (1979) e a filosofia moral de Carol Gilligan (1982). Em contrapartida, Joan Tronto (1987), questiona a equação "*care* + feminino" da ética do *care* proposta por Gilligan e propõe situar a ética do cuidado como uma teoria moral alternativa, para além de afirmá-la como uma diferenciação entre gêneros, como faria Gilligan. Nesse campo da filosofia moral, há a ideia de que: "(...) todas as categorias de pessoas envolvidas no *care* são vulneráveis e de que, na realidade, todos nós somos vulneráveis em algum momento das nossas vidas" (HIRATA, 2010, p. 45), logo, "O *care* deveria atingir todas as pessoas da sociedade, porque a sociedade toda precisa de care" (*idem*, p. 45).

Já as análises da Sociologia do Trabalho e da Sociologia Econômica, vieram um pouco depois, com análises do processo de trabalho, da divisão sexual do trabalho, das relações salariais, entre outras dimensões dos trabalhos de cuidados. Além disso, o *care* é um ramo de trabalho, mas também um modo de questionar os estudos do trabalho. Como afirma Pascale Molinier, o *care* "não é uma moda, mas uma outra maneira de pensar" (MOLINIER, 2013, p. 09), na medida em que coloca a preocupação

com as pessoas como uma questão ética prioritária em uma agenda que é simultaneamente teórica, metodológica e política. Helena Hirata (2016) analisou essa questão, dizendo que o *care* é relevante na medida em que possibilita uma crítica aos paradigmas dominantes, diante dos quais a razão e a cognição seriam instâncias superiores às emoções e aos afetos. Com isso, seria possível também analisar criticamente o paradigma da disciplinaridade, propondo a reunião, por exemplo, da sociologia com a política, a filosofia, a medicina, a enfermagem, a fisioterapia e a psicologia.

Conforme Isabel Georges (2017), o cuidado é uma categoria emergente, heterogênea e tem um caráter de categoria de mediação[238], apesar de ter significados conflitantes. Na Sociologia do Trabalho, a categoria cuidado "(...) é localizada nas transformações do mundo do trabalho globalizado, que transformaram as fronteiras entre o trabalho e o não-trabalho" (GEORGES, 2017, p 127). Para a autora, as transformações no mundo do trabalho das últimas décadas, sobretudo no que tange à questão dos cuidados, levaram a uma "re-conceituação do trabalho no mundo globalizado" (*idem*, p. 236):

> (…) a mobilização da categoria do "cuidado", para a Sociologia do Trabalho, funciona como um prisma catalisador, revelador de um conjunto de formas de hierarquização e de valorização (ou de desvalorização) do trabalho – relativos tanto à origem racial/étnica e social dos(as) trabalhadore(a)s quanto às tarefas realizadas – ela se adequa, também, à análise de um contexto de "globalização" do trabalho precário e a um questionamento em termos de repartição de "funções sociais", muito mais do que em termos de categorias de trabalhadores ou em termos de uma Sociologia das profissões do "cuidado", como na França (GEORGES, 2017, p. 139).

Dadas essas maneiras de se compreendero *care*, é possível afirmar que a Economia Feminista se relaciona com os estudos do *care* no seguinte aspecto: ambos almejam modificar os referenciais teóricos tradicionais, que não alcançam dimensões extramercadológicas, como parte dos trabalhos reprodutivos e, até mesmo, as emoções.

Ao longo deste texto demonstrei que no diz respeito à Economia Feminista, o

238 Georges (2017) usa como referência as noções de "quase-conceito" e de "categoria-ônibus" de Antônio Machado da Silva, Ver: GEORGES, 2017, p. 126.

cuidado é compreendido como a responsabilidade com a vida das outras pessoas. Para Picchio, trata-se da manutenção dos espaços e bens domésticos, cuidando dos corpos, da educação, das relações sociais e aspectos psicológicos dos membros da família (PICCHIO, 2001, p. 02). De forma semelhante, para Carrasco, o trabalho de cuidado corresponderia à parte subjetiva do trabalho doméstico (CARRASCO, 2006b). Já Nancy Folbre (1995 e 2001), compreendeu que o cuidado implicaria em reciprocidade, altruísmo e responsabilidade. O *care* seria um trabalho fundamental, pois teria relação com o bem-estar emocional das pessoas. Mesmo quando mediado por remuneração, o amor seria sua motivação. Para Folbre, o *care*, não seria uma atividade em si, mas o motivo pelo qual se faz o trabalho.

Não obstante, Carrasco (2006b e 2011) analisou o problema da quantificação dos cuidados. Uma das maneiras de se investigar o tempo dedicado aos trabalhos domésticos e de cuidados seria as investigações sobre o número de horas dedicadas a essas atividades. Questionários e diários de uso do tempo seriam as técnicas mais comuns utilizadas para esse objetivo (CARRASCO, 2011). Contudo, para ela, essa seria uma maneira "reducionista" (*idem*, p. 2018), de abordar o tempo. Isso porque o tempo do relógio (que diz respeito à produção mercantil) não compreenderia o conjunto de tarefas de gestão, organização e responsabilidades pelos trabalhos domésticos e de cuidados, além de não compreender as relações sociais, a atenção psicológica e a segurança emocional e afetiva.

A autora analisou que antes da industrialização o tempo do trabalho tinha relação com "os ciclos da natureza e da vida humana" (CARRASCO, 2003 [2001], p. 33), passando a sere orientado pelo relógio que seria "um instrumento de regulação e controle do tempo industrial" (*idem*, p. 33), que condiciona os tempos de vida e de trabalho, identificando-o com dinheiro. Segundo Carrasco, a economia neoclássica teria papel determinante nessa compreensão. A autora analisou que a economia dominante considera o tempo de maneira homogênea, com um preço de mercado estabelecido em relação ao "capital humano" da pessoa: "o tempo considerado 'dinheiro' tem conseguido influenciar notavelmente nossa cultura e nossa vida social industrial" (*idem*, p. 34, aspas da autora).

Para Carrasco, não seriam todas as relações humanas que estariam

governadas pelo tempo-dinheiro. Dormir, comer e estabelecer relações sociais e afetivas estariam, para ela, regidas por outra lógica, localizada no lar, onde as noções de "eficiência" e "produtividade" perderiam seu sentido mercantil.

> No lar, mais que realizar uma atividade em menos tempo, normalmente interessa que o resultado quanto a relações e afetos seja de maior qualidade. Que sentido teria, por exemplo, pretender maior produtividade ao ler histórias para uma filha? Ser mais rápido para conseguir ler quatro contos em vez de um no mesmo tempo? (CARRASCO, 2003 [2001], p. 36).

Essa maneira usada pela Economia dominante, de quantificar o trabalho doméstico e de cuidados por meio do "tempo do relógio" compreenderia o tempo como "'recurso escasso' com características de homogeneidade, que permite reduzir seu tratamento a termos de simples quantidade" (CARRASCO, 2006b, p. 48). Isto é, o tempo reduzido a algo que possa ser cronometrado. Ademais, essa seria, para Carrasco, um fundamento androcêntrico:

> Tempo medido, centrado no tempo de trabalho mercantil, transformado em nossas sociedades industrializadas em tempo dinheiro, compreende os restos dos tempos sob uma organização produtivista e masculina. Sob esta lógica, as dimensões mais qualitativas do tempo são borradas, aquelas mais próprias da experiência feminina ligadas ao ciclo da vida e ao correspondente cuidado das pessoas (CARRASCO, 2006b, p. 49).

De uma perspectiva diferente do tempo-dinheiro, Carrasco compreendeu que "nem todo tempo é dinheiro, nem todas as relações humanas estão mediadas pelo tempo mercantilizado, nem todos os tempos são homogêneos, nem todo tempo de trabalho é remunerado" (CARRASCO, 2006b, p. 49). Trata-se do que passou a chamar "tempos geradores da reprodução" (*idem*, p. 49), os tempos não mercantilizáveis, os "tempos necessários para a vida" (*idem*, p. 49), como os cuidados, afetos, manutenção gestão e administração doméstica[239], relações pessoais e ócio. São os tempos "vivido, doado e

239 O conceito de "carga mental" (HAICAULT, 1984) apreende o trabalho cognitivo/subjetivo implicado na organização do trabalho doméstico.

gerado" (*idem*, p. 49).[240] Haveria, assim, um método que investigaria "a percepção que tem as pessoas sobre a proporção de trabalho que realizam" (CARRASCO, 2011, p. 217). O "tempo da percepção" seria uma medida subjetiva, condicionada por fatores sociais e ideológicos (incluindo ideologias patriarcais), de uma dada estrutura social e por variáveis como idade e gênero (*idem*).[241]

Carrasco desenvolveu essa ideia propondo que uma pesquisa sobre o uso do tempo que intente alcançar questões relativas ao bem-estar das pessoas deveriam ir além das quantificações. O ponto de partida seria uma noção multidimensional do tempo, a compreensão de que ele seria socialmente definido, mas, ao mesmo tempo, seria "expressão da subjetividade de cada um/a" (CARRASCO, 2016, p. 376), compreendendo aspectos afetivos e emocionais. Desse modo, uma investigação mais objetiva sobre os usos do tempo, medidas em tempo de relógio, poderiam ser complementadas por uma série de perguntas que permitissem captar "as necessidades de tempo das pessoas para dedicar ao cuidado mutuo e à interdependência e o bem-estar e mal-estar que origina o cuidado tanto das pessoas cuidadoras como das pessoas cuidadas" (*idem*, p. 377). Isso faria com que os objetivos da investigação se estendessem a uma análise "mais global da realidade das pessoas" (*idem*, p. 377).

Entre as propostas de Carrasco, está a inclusão de perguntas como: 1. sobre os desejos relacionados ao trabalho e as formas de vida, como desejar ter mais tempo livre; 2. sobre o mal-estar no uso do tempo, como falta ou intensificação do tempo; 3. sobre as dificuldades em combinar atividades, como conciliar o cuidado com uma enfermidade com uma reunião fora de hora; 4. captar possíveis apoios emocionais a outras pessoas; 5. que permita capitar o nível de atenção requerida a outras pessoas; 6. questões subjetivas dos cuidados, como o tipo de relação com a pessoa cuidada; 7. efeitos e consequências desse tipo de trabalho de cuidado com outras pessoas; 8. tipo de relação com a pessoa cuidadora; 9. percepção do nível de felicidade e de satisfação nas relações familiares, pessoais, de trabalho, escolar, com a organização do tempo pessoal e do tempo familiar (CARRASCO, 2016).

Considero relevante apontar que Carrasco refletiu sobre o tempo como uma

240 Uma referência importante no debate sobre o tempo é Barbara Adam, "*Time and social theory*" (1990).

241 Mais sobre a maneira como Carrasco tem elaborado a questão do tempo pode ser visto em: CARRASCO e RECIO (2014) e CARRASCO (2016).

construção social que serve ao capitalismo (tempo-relógio). Porém, diferenciou o tempo mercantil do tempo de cuidado, como se o último não fosse determinado pelas mesmas relações sociais antagônicas que o primeiro. Assim, da mesma maneira que as formulações de "fluxo do padrão de vida ampliado" (Picchio) e de "circuito ampliado do trabalho" (Carrasco), sua a análise sobre o problema da quantificação dos cuidados está centrada em aspectos afetivos e emocionais (supostamente opostos aos aspectos mercantis), perdendo de vista que tanto o cuidado quanto o tempo do cuidado são pautados pelas mesmas condições materiais de existência dos sujeitos envolvidos nessas relações sociais.

5.3 – O conflito capital-vida no centro e o sistema socioeconômico como um iceberg: Amaia Pérez Orozco

Ao longo deste texto mencionei que a vertente da Economia Feminista da "vida no centro" tem desenvolvido uma *proposta política* que almeja que a "esfera da reprodução" seja colocada em um lugar central. A sobreposição da "esfera da produção" pela "esfera da reprodução" foi bastante evidenciada na maneira como abordei as perspectivas de Picchio e de Carrasco. Não obstante, Amaia Pérez Orozco radicaliza as perspectivas anteriores, propondo a centralidade do conflito capital-vida, em detrimento da centralidade do conflito capital-trabalho. Começarei por sua elaboração de que o sistema socioeconômico funcionaria como um *iceberg*, em que a parte visível (menor parte) representaria o mercado, enquanto que a parte visível (a maior parte) representaria a reprodução social (PÉREZ, 2014a), para depois apresentar a maneira como tal *proposta política* foi concebida.

5.3.1 – A teoria do iceberg

A metáfora do *iceberg* foi usada pela socióloga Maria Mies em seu livro "Patriarcado e acumulação em escala mundial"[242], de 1986, para representar as partes visíveis e invisíveis do sistema socioeconômico, da seguinte maneira:

242 "*Patriarchy & Accumulation on a World Scale*".

> Usamos a metáfora de um iceberg, onde o capital e o trabalho assalariado formam a economia visível, "acima da água", contados no PIB, em que o trabalho assalariado é protegido por um contrato de trabalho e onde trabalho doméstico, trabalho no setor informal, trabalho nas colônias e produção da natureza a parte subaquática desta economia (MIES, 1986, p. xi, aspas da autora).

Duncan Ironmonger, em um texto publicado no periódico *Feminist Economics* em 1996, chamado "Contagem de produtos, insumos de capital e trabalho de cuidado: estimativa do Produto Doméstico Bruto"[243], também usou a metáfora do *iceberg*, para se referir ao capital invisível produzido nos lares: "(...) o valor agregado dos bens e serviços produzidos pelo setor doméstico, na economia, é quase equivalente a totalidade da produção da economia de mercado. Certamente ele é como um *iceberg* – uma enorme massa de valor" (IRONMONGER, 1996, p. 43).

Baseada nessas duas concepções, Pérez abordou a metáfora do *iceberg* dizendo que ela permitiria ir além de colocar a produção e a reprodução no mesmo plano de análises e relevância social. O *iceberg* permitiria, assim, visualizar as "esferas que conformam a base de toda a estrutura econômica" (PÉREZ, 2006, p. 189). Para Pérez, os processos de sustentabilidade da vida se estruturariam em forma de *iceberg*, que seria composto por "redes de poder e de vida social" (PÉREZ, 2006, p. 190), em um "circuito integrado"[244] (*idem*, p. 190). Haveria, de um lado, portanto, a parte visível, que se referiria "a economia monetizada, aquela que movimenta dinheiro, aquela que se situa naquela área do público e que é composta do setor público estatal e do setor mercantil privado" (*idem*, p. 190), já a parte invisível, compreenderia o restante do conjunto de relações necessárias à sustentabilidade da vida descritas acima. Isto é:

> (…) toda aquela dimensão não monetizada, associada à esfera privada e na qual está localizada o que a economia feminista da conciliação denominou trabalho doméstico, mas também outros tipos de trabalho não remunerado como o trabalho de participação

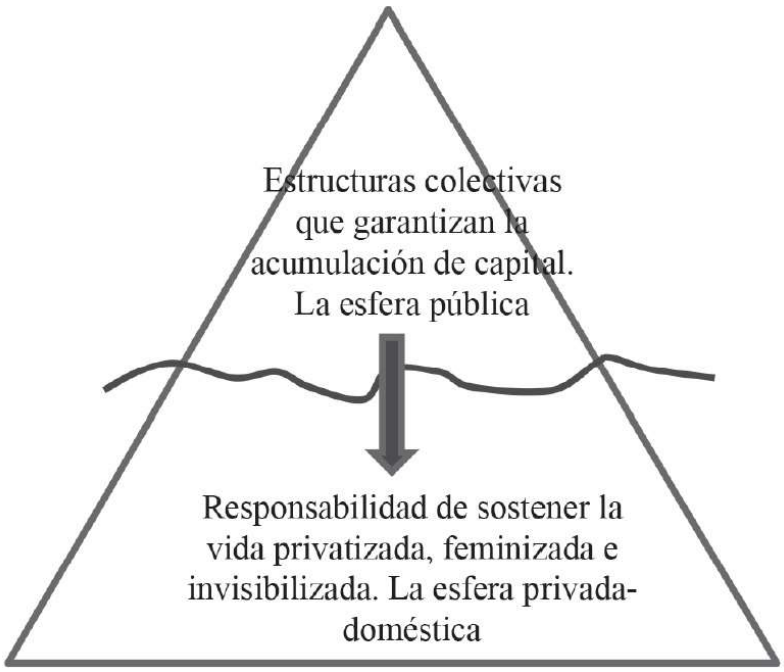
243 "*Counting Outputs, Capital Inputs and Caring Labor: Estimating Gros Household Product*".

244 Essas ideias de "redes de poder e de vida social", em um "circuito integrado" foram elaboradas por Donna Haraway, em "Manifesto ciborgue" (*A Cyborg Manifesto*), de 1991, da seguinte maneira: "Tenho utilizado o conceito – inventado por Rachel Grossman (1980) – de 'mulheres no circuito integrado', para nomear a situação das mulheres em um mundo tão intimamente reestruturado por meio das relações sociais da ciência e da tecnologia", (HARAWAY, 2009 [1991], p. 67). Fariam parte do "circuito ampliado das mulheres", de Haraway, a casa, o mercado, o lugar do trabalho assalariado, o Estado, a escola, o hospital-clínica e a igreja.

> cidadã, ou aquelas outras atividades que foram enquadradas sob o nome de trabalho de subsistência (PÉREZ, 2006, p. 190).

O que é importante destacar aqui é que, para Pérez, cada uma dessas esferas representariam espaços onde se imbricariam "norma social, imaginário, estereótipo, realidade, etc., onde a distribuição efetiva de espaços, papéis e valores é retroalimentada com sua divisão normativa em uma performance coletiva que cria, assim, espaços, papéis e valores de gênero" (PÉREZ, 2006, p. 190). Isto é, "para manter em pé um sistema que ataca a vida é necessária a existência de esferas socioeconômicas ocultas" (PÉREZ, 2014a, p. 57). Feitas essas considerações, a representação do *iceberg* da "sustentabilidade da vida" pode ser visualizado nos quadros abaixo:

Gráfico 07 – O *iceberg* de Amaia Pérez Orozco. Fonte: PÉREZ (2014a, p. 243).



Quadro 05 – Explicando o *iceberg* de Amaia Pérez Orozco. Fonte: PÉREZ (2006, p. 190). Baseada em: Borrego et al. (2004).

Esfera pública	**Esfera privada**
Masculino: liberdade mente – produção de ideias razão – entendimento fazer produtividade-trabalho	**Feminino:** necessidade corpo – produção de corpos paixão – sentimentos ser improdutividade - "não trabalho"
Lógica de mercado	**Lógica do cuidado**
Objetivo: acumulação de capital econômico interesse (a mão invisível) intercâmbio rentável razão	**Objetivo:** satisfação de necessidades não econômico desinteresse (a mão estendida) altruismo sentimentos

Segundo Pérez, no capitalismo, a invisibilização de esferas, trabalhos e sujeitos seria uma condição imprescindível para o funcionamento desse modo de produção e para o processo de valorização do capital, sendo que tal invizibilização significaria, para ela, não ser "objeto de discussão pública e política" (PÉREZ, 2014a, p. 177).

> Vice-versa, um trabalho será mais visível quanto mais ele for reconhecido e coletivamente assumido. A (in)visibilidade refere-se à disponibilidade ou falta de dados, em geral, e medidas quantitativas, em particular, em uma sociedade obcecada por números. Também se refere à disponibilidade ou falta de nomes e conceitos para apreender o que acontece nesses trabalhos (…). (In)visibilidade também em função da existência ou ausência de um sistema de reconhecimento dos saberes (…) se deve também a existência ou falta de remuneração associada a atividade e a qualidade dessa remuneração (…) segundo exista ou não regulação coletiva para definir as condições laborais (…) (PÉREZ, 2014a, p. 177).

Desse modo, diante da invisivilização da parte não monetizável dos trabalhos domésticos e de cuidados desapareceria o conflito "capital-vida" (PÉREZ, 2014a, p. 179). O conflito capital-vida seria uma "tensão estrutural entre a acumulação de capital e a sustentabilidade da vida" (*idem*, p. 102). Esse conflito atravessaria toda a estrutura

socioeconômica, envolvendo "estruturas políticas, aparatos de verificação, um sistema de disciplinamento e mecanismos de reconstrução de subjetividades" (*idem*, p. 65). Esses "mecanismos de reconstrução de subjetividades" se referem ao modo como se "re-criam subjetividades (sexuadas) cúmplices" (*idem*, p. 26). É nesse sentido que a invisibilização seria um sistema de poder, que seria, antes de tudo, heteropatriarcal. Desse ponto de vista, assumir a responsabilidade da "sustentabilidade da vida" significaria assumir a responsabilidade de administrar[245] esse conflito. É nesse sentido, portanto, que a Economia Feminista tem apresentado um conjunto de ideias que conformam um projeto político de sociedade.

5.3.2 – Economia Feminista: uma proposta política

Os trechos abaixo explicitam a intenção de Carrasco e Pérez de definir um projeto político baseado em suas teses:

> Em definitivo, [a Economia Feminista] se trata de uma perspectiva que integra todos os trabalhos necessários para a subsistência, bem-estar e a reprodução social, sustentando como principal objetivo as condições de vida das pessoas. Abordagem totalmente contraposta ao da economia dominante, cujo único objetivo é o benefício econômico individual. A economia feminista integra assim explicitamente uma proposta política (CARRASCO, 2014b, p. 25).

> O trabalho doméstico, os cuidados, a reprodução…, como queira que o chamemos, é um âmbito de análises em que se condensam três características que identificam a economia feminista: o questionamento da fronteira do mercantil como definidora do econômico, ressaltando que o trabalho não é redutível ao trabalho assalariado ou remunerado; a consideração de que compreender as relações de gênero é chave para compreender o funcionamento do sistema econômico (…); e a adoção de um *compromisso político* expresso, o qual implica que não se faz teoria só pelo amor de conhecer, mas para contribuir para a construção de um sistema socioeconômico mais sustentável e justo (PÉREZ, 2014b, p. 49, grifo meu).

De uma maneira geral, o projeto político da perspectiva da "vida no centro"

245 Em espanhol: "gestionar" (PÉREZ, 2014a, p. 179).

da Economia Feminista, está fundamentado em todo o conjunto de abordagens apresentadas até aqui. No início deste *Capítulo* mencionei que tal projeto político se refere a uma proposta de que a "esfera da reprodução" fosse colocada em um lugar central, sobrepondo a "esfera da produção". Ao longo do texto, demonstrei que isso significa, mais precisamente, colocar a "sustentabilidade da vida" em um lugar central, incluindo suas três dimensões (dimensões econômica, social e ecológica) e os aspectos que a compõem os cuidados.

Não obstante, Pérez (2017) definiu uma série de propostas e práticas, divididas em três níveis de ação, conforme o quadro abaixo apresenta:

Quadro 06 – Propostas e práticas de subversão. Fonte: PÉREZ (2017). Elaboração própria.[246]

Propostas e práticas de subversão ao nível macro	• Resistência à lógica de acumulação relacionada à territórios (defesa dos comuns, luta contra livre comércio). • Desfinanceirização da economia • Resistência às políticas austeras • Auditoria cidadã da divida externa • Vizibilização dos cuidadosamudança de indicadores (PIB, por exemplo).
Propostas e práticas de subversão ao nível médio	• Mercado de trabalho: contra discriminações; defesa do emprego decente; resistência a ideia de que o trabalhador nasce pronto (como um cogumelo); defesa políticas de conciliação que envolvam toda a família; a emancipação não está no emprego (pelo fim do trabalho assalariado e a invisibilização dos cuidados). • Política fiscal: reforma profunda e progressiva; defesa crítica do público (defesa do Estado de bem-estar e do bem viver); propostas sensíveis ao gênero, participativos e com enfoque no bem-estar. • Economia social e solidária e feminista, com moedas sociais/locais. • Espaços autogestionados e desmercantilizados: resoluções coletivas e não mercantilizadas das necessidades; reorganização dos trabalhos; combate à propriedade privada. • Reforma agrária: terra como bem comum; reconhecer protagonismo das mulheres; agroecologia e soberania alimentar; recampenização.
Propostas e práticas de subversão ao nível micro	• Desobediência diária ao gênero: desobedecer as dimensões econômicas e a matriz heterossexual; reconhecer a dimensão econômica da desobediência em matéria de desejo sexual, identidade de gênero, amor e relações; construir uma lógica ecológica do cuidado. • Erosão da divisão sexual do trabalho nas práticas cotidanas em todos os espaços de convivência e trabalho. • Revolução silenciosa da economia no dia-a-dia: construção cotidiana e coletiva de outros sentidos de viver bem; formas de vida ecológicamente sustentáveis.

Pérez analisou que o conflito capital-vida tem se agudizado nas últimas décadas devido ao declínio do Estado de bem-estar social na Europa e Estado Unidos. A autora se referiu, sobretudo, a sociedade espanhola, da qual faz parte. Segundo Pérez,

246 Uma versão desse quadro foi distribuído e discutido no Seminário "Feminismo contra o neoliberalismo: nossas resistências, análises e propostas", organizado pela SOF e pela MMM, realizado em São Paulo, no mês de outubro do ano de 2017.

ataca-se "a vida usando os mecanismos da democracia formal para perverter os princípios da democracia real" (PÉREZ, 2014a, p. 117). A decorrente "crise dos cuidados", abordada acima, é a principal consequência da retração da responsabilidade do Estado em relação ao bem-estar das pessoas. Apesar de avaliar criticamente essa retração do Estado, Pérez não é defensora dos princípios do Estado de bem-estar social. Segundo ela, a intenção desse tipo de política de Estado seria "construir a sociedade sobre a tensão capital-vida" (*idem*, p. 132). Assim, ao mesmo tempo em que o Estado de bem-estar social teria potencial de amenizar o conflito capital-vida, também poderia acentuá-lo, na medida em que seu objetivo nunca seria o de resolvê-lo.

As linhas gerais da maneira como sua proposta política se diferencia d a forma atual da organização econômica, social e política da sociedade, foi explicitada no gráfico abaixo. Na parte de cima do gráfico estão descritas as perspectivas atuais em torno do trabalho e dos cuidados. Na linha abaixo, estão indicados os questionamentos que são o ponto de partida de Pérez para a elaboração de sua proposta. As questões seriam: qual vida vale a penas ser vivida? E, quais são os trabalhos necessários, como organizá-los, valorá-los e dividi-los?[247]

Como já dito aqui, segundo Pérez, para assumir a responsabilidade da "sustentabilidade da vida", seria preciso assumir a responsabilidade de administrar o conflito capital-vida. Para Pérez, administrar tal conflito deveria ser uma responsabilidade, em primeiro lugar, coletiva. Desse ponto de vista, suas questões foram incrementadas da seguinte maneira: "o que vamos definir colectiva e democraticamente como bem-viver? Como vamos fazê-lo possível?[248] Como vamos organizar uma responsabilidade coletiva para alcançá-lo?" (PÉREZ, 2014a, p. 222). Do sentido coletivo que Pérez deu a suas reflexões, derivou a noção de que seria necessário construir o "comum"[249], em torno do qual se viva uma vida que vale a penas

247 Rememoro, conforme abordado no *Capítulo 01*, que a noção de bem viver de Pérez se baseou na matriz comunitária de povos andinos e amazônicos (sumak kawsay / suma qamaña / nhandereko). Um modo de vida, alternativo ao "desenvolvimento", orientado pela definição de "harmonias múltiplas" (sem exacerbação de conflitos) e que, por si só, já vem sendo projetada como um projeto político para a superação do capitalismo (ACOSTA, 2016).

248 "¿Cómo vamos a poner sus condiciones de posibilidad?" (PÉREZ, 2014a, p. 222).

249 O "comum" tem se constituído em uma proposta política de organização da sociedade. Esse termo parece ter fundamento no momento histórico de crise do Estado de bem-estar social e os desenvolvimentos recentes da crise da democracia liberal, fruto do neoliberalismo. Silvia Federici é uma das referências dessa proposta. Federici escreveu que a ideia do comum e os comuns proporcinaram uma "alternativa lógica e histórica ao binômio Estado e propriedade privada, Estado e mercado (…). Também cumpriu função ideológica, como conceito unificador prefigurativo da sociedade cooperativa que a esquerda radical luta para construir"

ser vivida: "comum como um regime comunitário de propriedade e gestão de recursos, que pelo menos parcialmente liberta a reprodução social do trabalho assalariado" (*idem*, p. 251).

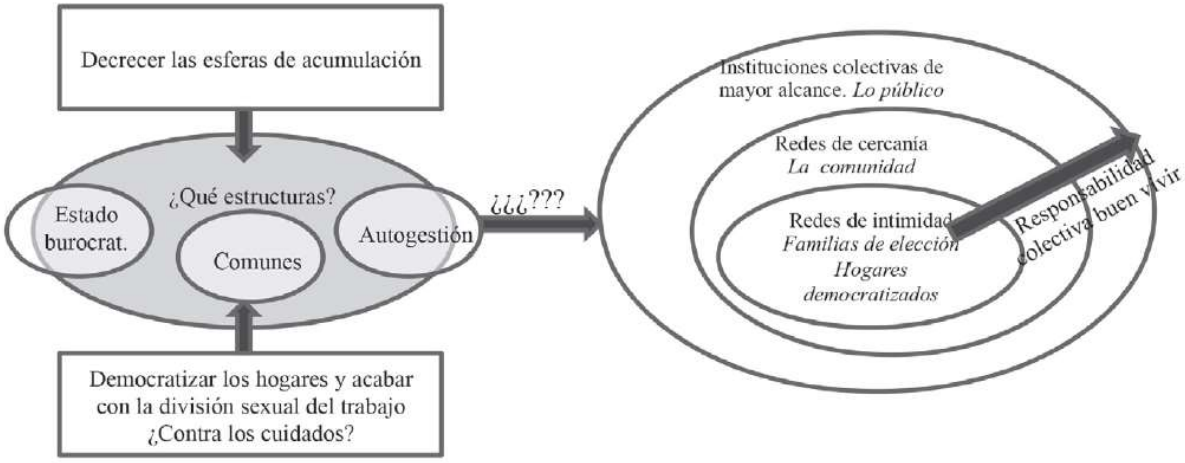
Além da coletividade e do "comum", Pérez também compreendeu que seria necessário apostar em um "decrescimento ecofeminista" (PÉREZ, 2014a, p. 224). Nessa expressão, Pérez se referiu ao contrário do incentivo ao crescimento econômico. Trata-se de decrescer a lógica de acumulação. Além disso, seria necessária a "democratização dos lares", que significaria o desmanche de relações heteropatriarcais.

Quadro 07 – Proposta para uma vida que vale a pena ser vivida e como resolvê-la. Fonte: Adaptado de PÉREZ (2014a, p. 226).

	Decrescimento	**Ecologismo social**	**Feminismo**
Tipo de vida	Melhor com menos (redução do consumo mercantil)	Ecodependência	Interdependência e vulnerabilidade (crítica a autosuficiência masculina)
Como	Decrescer as esferas do mercado	Austeridade e redistribuição Com os fluxos materiais e energéticos realmente disponíveis	Responsabilidade coletiva na sustentabilidade da vida

(FEDERICI, 2014 [2010], p. 146). Dever-seia, assim, redefinir "a reprodução humana em termos mais cooperativos" (*idem*, p. 157). Processo esse em que as mulheres teriam centralidade. Outras referências sobre o "comum", saõ: Antonio Negri e Michael Hardt, em "*Commonwealth*", de 2009, e Pierre Dardot e Christian Laval, em "Comum. Ensaio sobre a revolução no século XXI", 2017.

Gráfico 08 – Proposta de uma "economia diversa" que sustente o bem-viver. Fonte: PÉREZ (2014a, p. 253).



Pérez apostou também na autogestão. Segundo Pérez, para Alberto Acosta – que é autor do livro em que Pérez buscou inspiração para a teoria do bem viver – seria possível imaginar um tipo de Estado desatado das tradições eurocêntricas, com um exercício horizontal de poder. Isso significaria "cidadanizar o Estado" (PÉREZ, 2014a, p. 255), desde os espaços comunitários. De uma maneira resumida, essas seriam as principais propostas do projeto político desenhado por Pérez, que almeja a "sustentabilidade da vida" no centro, por meio de uma "economia diversa".[250]

5.4 – A "vida no centro" em perspectiva

No *Capítulo 01* desta tese discuti o caráter ambivalente da Economia Feminista da ruptura por se aproximar de perspectivas hegemônicas, como as de Amartya Sen e Martha Nussbaum. Neste Capítulo, gostaria de refletir sobre os limites das três principais abordagens que formam a perspectiva da "vida no centro", que discutem as relações e interconexões entre produção-reprodução, tendo como base o referencial teórico marxista exposto no decorrer desta tese.

250 Mesmo não sendo o foco dessa tese, os limites desse projeto político podem ser analisados pela chave de leitura "reforma ou revolução", amplamente discutido por Rosa Luxemburgo (2011b [1899]), no final do século XVIII, sobre o caráter reformista das ideias da social democracia alemã, de Bernstein. A noção de "comum" também pode ser problematizada, nem como a maneira como a perspectiva do "bem viver" vem sendo apropriada.

Em primeiro lugar, questiono em que medida a proposta de Picchio do "fluxo do padrão de vida ampliado" pode resgatar a dinâmica de separação entre os momentos da produção-reprodução?

É verdade que a autora avança ao demonstrar os nexos entre a produção e a reprodução por meio do salário (da remuneração). Ela demonstrou também, a maneira como o trabalho doméstico é útil para a reprodução ampliada do capital ao se referir que o total de trabalho doméstico não pago realizado no interior da família produz (por extensão) bens como cozinhar alimentos, limpar as roupas e a casa. Demonstrou que isso se expande em bem-estar (desenvolve "capacidades"), demonstrando também que nesse processo ocorreria uma seleção/redução desse bem-estar em "capital humano" com a intenção de inserir as pessoas no mercado de trabalho.

Contudo, seu modo de compreender o circuito do trabalho sugere que momentos da produção, como a produção *stricto sensu*, a troca e a circulação, se mantém em uma "esfera" separada do doméstico, o que inclusive seu recurso gráfico enfatizou. É nesse sentido que compreendo que, por consequência, Picchio estabelece uma cisão entre produção e reprodução, na qual a dimensão da reprodução de pessoas se torna alheia à acumulação capitalista.

Além disso, sua concepção de reprodução se limita ao trabalho doméstico não remunerado realizado dentro dos lares por um de seus integrantes, provocando um reducionismo do conceito de reprodução social e da própria relevância dos trabalhos domésticos e de cuidados para a reprodução ampliada do capital. Isto faz com que a autora desconsidere, portanto, que o processo de reprodução é atravessado por diferentes conflitos. Essas mesmas críticas podem ser estendidas ao "circuito ampliado do trabalho" de Carrasco, que apenas incluiu a dimensão ecológica ao que Picchio já havia elaborado.

Considero importante refletir também sobre alguns fundamentos básicos das proposições de Pérez. Rememoro que Pérez institui a análise do conflito capital-vida como eixo central de suas elaborações. Com isso, a autora afirma a centralidade do conflito capital-trabalho para a teoria marxista como um problema que tende a negligenciar e a invisibilizar o conflito capital-vida. Para Pérez, a centralidade do conflito capital-vida é colocada da seguinte maneira: "Afirmamos que existe uma contradição

estrutural entre o processo de valorização do capital e o processo de sustentabilidade da vida e que, sob a proeminência do primeiro processo, o segundo está sempre sob ameaça" (PÉREZ, 2014a, p. 106).

Segundo Pérez, o marxismo explicaria apenas o funcionamento das empresas capitalistas e, portanto, o ciclo da produção que gera valor. De seu ponto de vista, para o marxismo, as classes sociais "lutam para reter o valor do que é produzido na forma de salários ou na forma de benefício (mais-valia). Toda a mais-valia é um trabalho que o capitalista se apropria e não paga. Lá reside a exploração do trabalho e conflito de classes" (PÉREZ, 2014a, p. 107). Essa maneira reducionista com que Pérez abordou a teoria marxista serviu para a autora explicar que o marxismo estaria supostamente concentrado em abordar o trabalho assalariado, enquanto que o feminismo, por sua vez, compreenderia que o conflito com o capital seria medido por todos os trabalhos (não apenas o assalariado).

Segundo Pérez, para o feminismo de base marxista o capital se apropriaria do trabalho gratuito que reproduz a força de trabalho a um custo menor ao que teria caso essa quantidade de trabalho fosse adquirida no mercado. Dessa ideia, bastante presente no feminismo da década de 1970, abrir-se-ia um debate, de seu ponto de vista, "interminável" (PÉREZ, 2014a, p. 108) sobre se o trabalho não remunerado é produtivo ou improdutivo[251] e se há ou não há um modo de produção doméstico próprio ou não.[252]

Contudo, segundo Pérez, do ponto de vista da Economia Feminista pretender-se-ia pensar a vida não apenas em relação ao "*input* no processo de valorização" (PÉREZ, 2014a, p. 109):

> (…) queremos pensar a vida desde a própria vida. O que nos abre uma infinidade de questões que não se reduzem à questão de como o trabalho é reproduzido. Em outras palavras, o bem-estar (ou mal-estar) é uma experiência multidimensional e complexa que não pode ser entendida apenas pela questão do acesso ao salário, nem mesmo de sua noção ampla de salário direto, indireto e diferido (PÉREZ, 2014a, p. 109).

O que fica explícito na passagem acima é que Pérez propõe uma ruptura com

251 Por exemplo: BENSTON (1969); DALLA COSTA e JAMES (1972); SECCOMBE (1974).
252 O debate sobre o modo de produção doméstico pode ser visto em: DELPHY (2015 [1970]).

os pressupostos marxistas. Não seria mais suficiente pensar o trabalho doméstico e de cuidados por meio das categorias marxistas de trabalho e valor. O que Pérez propôs, portanto, foi o enfoque em outras problemáticas, definidas por ela como questões multidimensionais da própria da vida e não questões que se referem à exploração do trabalho capitalista. Isto é, Pérez propõe a centralidade da análise sobre a maneira como o capital incide predatoriamente sobre a qualidade da vida humana e não humana. Nessa perspectiva, o conflito capital-trabalho seria menos relevante. Mais do que isso, a centralidade de sua análise nublaria a compreensão dos "conflitos da vida".

Questiono, contudo, em qual situação o conflito capital-vida estaria cindido do conflito capital-trabalho?

Há, pelo menos, duas tradições de estudos feministas que propõem uma análise sobre os nexos entre produção-reprodução, diferente da maneira como as economistas feministas, abordadas aqui, desenvolveram. Essas perspectivas estão mais próximas da ressalva que fiz acima sobre a produção não dever ser compreendida como mera etapa de um processo, separada da reprodução social. Se, de um lado, as economistas feministas invertem a relação hierárquica estabelecida pela economia dominante entre produção-reprodução, essas abordagens demonstram como produção e reprodução formam uma totalidade.

A primeira delas tem base no feminismo materialista e as principais referências são Danièle Kergoat e Helena Hirata. Essas autoras elaboraram uma maneira de conceituar a divisão sexual do trabalho, afirmando-a como a base material das relações sociais entre os sexos. O ponto de partida é o entendimento de Hirata e Kergoat de que mulheres e homens formam dois grupos sociais, os quais estão envolvidos em uma relação social[253] específica, que são as relações sociais de sexo ou relações de gênero[254], cuja base material é o trabalho. A divisão sexual do trabalho é, assim, a expressão da base material das relações sociais de gênero. A partir disso, a divisão sexual do trabalho está ancorada em dois princípios. O princípio de separação, no qual haveria trabalhos convencionalmente femininos e masculinos, e o princípio de hierarquia, no qual os trabalhos masculinos teriam maior valor e prestígio do que os

253 As relações sociais (*rapport sociaux*) são entendidas como tensões que atravessam o campo social, que produzem fenômenos sociais e constituem grupos de interesses antagônicos (KERGOAT, 2009 [2000]).

254 Disputas sobre os conceitos de gênero e de relações sociais de sexo podem ser vistas em: MATHIEU, 2009 [2000].

femininos (HIRATA e KERGOAT, 1994, 2005 e 2007; KERGOAT, 1998, 2002, 2009 [2000]).[255] Nesse processo, combinam-se "consubstancialmente" as relações sociais de sexo, classe e raça (HIRATA, 1995; KERGOAT, 2010).

Assim, Hirata e Kergoat propuseram uma teoria do trabalho que afirma a não hierarquização das fundamentais contradições do capital, que o fazem se reproduzir reiteradamente. As palavras de Kergoat são claras nesse sentido: "Articular, no seio de uma problemática coerente, produção e reprodução é para mim da ordem da necessidade" (KERGOAT, 1986 [1984], p. 79). Segundo Kergoat, nos discursos sociológicos e políticos dominantes haveria a falsa noção de que a relação capital-trabalho criasse apenas classes masculinas: "essa conceituação faz com que efetivamente seja impossível falar das operárias, salvo dissociando seu estatuto de reprodutoras de seu estatuto de produtoras" (*idem*, p. 81).

> Para isso, foi preciso que um movimento social impusesse as categorias de sexo como variável social, logo, abordável sociologicamente; o que coloca em questão a diversidade das duas ordens produtiva e reprodutiva e interpela a acepção tradicional do conceito de trabalho: é somente nas pegadas do feminismo, graças ao questionamento epistemológico que ele impôs, que a reflexão sobre as práticas sociais das operárias tornava-se possível" (KERGOAT, 1986 [1984], p. 81).

O que o trecho acima explicita é que, do ponto de vista dessa tradição de estudos na análise da produção-reprodução, a dimensão do trabalho das mulheres não precisa necessariamente desaparecer, como acontece na Economia Feminista. Kergoat partiu de uma crítica semelhante: a de que nas teorias do trabalho, o conflito capital-trabalho invisibiliza o trabalho das mulheres, na medida em que compreendem os processos de trabalho relacionados ao trabalho assalariado realizado por uma classe trabalhadora supostamente homogênea e masculina. Para ela, os aspectos produtivos e reprodutivos deveriam ser considerados seja no estudo das práticas sociais masculinas

255 Ambas, separação e hierarquia, se dariam não apenas em processos de trabalho específicos, por exemplo, dentro de uma determinada fábrica. Antes de tudo, trata-se de separações e hierarquias que conformam toda a estrutura das sociedades capitalistas e sua principal característica é estabelecer o lugar da produção para os homens e o da reprodução para as mulheres, constituindo uma hierarquia entre eles. Em outras palavras, nas sociedades capitalistas ocidentais há separação e hierarquia em todo o conjunto de trabalho e isto se reflete, por exemplo, dentro das empresas, fábricas, escritórios, unidades familiares e cooperativas de trabalho. (HIRATA e KERGOAT, 2007).

ou femininas.

Isto é, não é porque a categoria trabalho tenderia a ser pensada de maneira restrita ao trabalho assalariado masculino que se deva abandoná-la. Deve-se, ao contrário, "trabalhar simultaneamente sobre dois grupos de relações sociais, relações entre os sexos e relações de classe, (...) respectivamente opressão e exploração. (...) [O que implicaria na] recusa a hierarquizar essas relações sociais" (KERGOAT, 1986 [1984], p. 83).[256] Trata-se de considerar a totalidade do trabalho no estudo de práticas sociais. Isto é, refletir sobre as relações sociais simultaneamente.

Esse fundamento teórico-metodológico está presente no trabalho de Helena Hirata, quem inclusive propôs um conceito de trabalho que explicita a maneira ampliada em que se deve considerar a sua totalidade. Segundo a autora[257], a concepção moderna de trabalho parte de um modelo assexuado de trabalho, considerando o "sujeito do trabalho" masculino como universal. Essa noção moderna de trabalho surgiria como uma atividade social objetivada, como algo que se possa "descrever, analisar, racionalizar, prescrever em termos precisos: uma sequência de operações, consideradas numa abstração generalizante, e o tempo mensurável necessário para realizá-la" (HIRATA e ZARIFIAN, 2009 [2000], p. 253).

> A noção moderna de trabalho surgiu então sob o impacto de um verdadeiro golpe de força política e social: a separação entre uma sequência de operações que podem ser objetificadas e a capacidade humana de realizá-las. O trabalho, de um lado; a força de trabalho, de outro. E, entre os dois, o tempo, referencial central de avaliação da produtividade dessa combinação entre trabalho e trabalhador. O nascimento da noção de trabalho assalariado é a história dessa separação, que opõe uma forma objetificada e uma potência subjetiva. O trabalhador, ser de subjetivação, torna-se prisioneiro daquilo a que ele deve se reportar: as operações objetificadas (HIRATA e ZARIFIAN, 2009 [2000], p. 253).

Já a noção de trabalho doméstico seria o oposto. Seria ligada por relações afetivas da família e baseada na disponibilidade das mulheres. Seria um trabalho "refratário à mensuração" (HIRATA e ZARIFIAN, 2009 [2000], p. 253).

256 Mais adiante a autora incorporou a dimensão da dominação em seus trabalhos: KERGOAT, 2010.
257 Em um texto publicado com Philippe Zarifian (HIRATA e ZARIFIAN, 2009 [2000]).

> (…) a existência de uma perpétua hesitação entre o trabalho assalariado exclusivo, de um lado, e o trabalho doméstico ou útil em geral, de outro, não é nada mais do que um indicador do fato de que duas questões, a captação do tempo e a *produção do viver*, se interpenetram sem, no entanto, se confundirem (HIRATA e ZARIFIAN, 2009 [2000], p. 253, grifo meu).

A "produção do viver" seria, assim, uma maneira de interpelar a "dimensão útil do trabalho", (HIRATA e ZARIFIAN, 2009 [2000], p. 254). Seria um "questionamento social que permite estabelecer uma ponte entre as diferentes esferas de atividade" (*idem*, p. 256), sem contudo que se desconsidere a centralidade do trabalho. Essa reconceituação de trabalho (que inclui opressão, dominação e exploração) permitiria abranger o trabalho não assalariado, não remunerado, não mercantil e informal. Assim: "Trabalho profissional e trabalho doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social e sexo social são considerados categorias indissociáveis" (*idem*, p. 254).

A segunda proposta feminista que analisa os nexos entre produção-reprodução que gostaria de abordar aqui, tem se conformado como uma perspectiva feminista e marxista, intitulada como Teoria da Reprodução Social (TRS). Uma das bases da perspectiva feminista da TRS é a concepção de Lise Vogel (1983) de teoria unitária. Contrapondo-se a uma teoria dos dois sistemas, em que, de um lado, estaria o patriarcado e, de outro, o capitalismo, Vogel partiu de "O Capital" de Karl Marx e elaborou uma explicação teórica unitária e integrada, tanto da opressão às mulheres quanto do modo de produção capitalista.

Vogel tomou a produção e a reprodução da força de trabalho como ponto de partida, entendendo a força de trabalho, assim como Marx, como uma mercadoria que sustenta todo o modo de produção de mais-valor. No entanto, foi além de Marx ao questionar de que maneira a mercadoria força de trabalho seria, ela mesma, produzida e reproduzida socialmente. Vogel compreendeu que apesar da força de trabalho ser uma mercadoria, ela não seria produzida de maneira capitalista. A família da classe trabalhadora seria o local social da (re)produção dessa mercadoria, mas sem a mercantilização. Assim, a família produziria valores de uso, mas não mercadorias cuja

venda realizaria mais-valor. A opressão giraria, assim, em torno da importância social do trabalho doméstico para o capital, isto é, de uma relação estrutural do lar com a reprodução do capital (FERGUSON e MCNALLY, 2017 [2013]).

Partindo da noção da teoria unitária de Vogel, a TRS seria uma metodologia para analisar a exploração da força de trabalho sob o capitalismo e uma ferramenta importante para pensar o capital, nos moldes marxistas, como uma relação social. Susan Ferguson aponta, nessa direção, que a perspectiva feminista da TRS avança no argumento de que há uma relação interna entre "trabalho reprodutivo" e "produtivo" e oferece uma concepção teórica do trabalho como uma unidade diversa. O trabalho "(re)produtivo (ou atividade humana prática)" seria um momento unificador, "na medida em que todo corpo que trabalha, diversamente constituído, participa na reprodução de uma realidade social compartilhada, e é uma expressão desse todo social" (FERGUSON, 2017 [2016], p. 30).

A análise de Ferguson (2017 [2016]) possibilita pensar que a unidade entre produção e reprodução social não é um fenômeno estático, mas é uma síntese de relações sociais. A inseperabilidade da (re)produção supõe, portanto, uma determinada concepção de trabalho. O trabalho como uma relação social que se fundamenta historicamente como uma unidade diversa. Isto implica, por conseguinte, a compreensão da sociedade por meio da noção de relação social historicamente determinada. Recobrando Marx, a totalidade sistêmica do capitalismo seria compreendida por meio de um conjunto de relações sociais, "elementos de uma totalidade" (MARX, 1996 [1857], p. 40).

O trabalho, desse ponto de vista, como uma unidade diversa, faz referência a um conceito multidimensional que exige uma compreensão dialética do social. Nessa concepção, trabalho é compreendido como amplamente produtivo, ou seja, como "criador não apenas de valores econômicos, mas da sociedade (e, portanto, da vida)" (FERGUSON, 2017 [2016], p. 24), como "a 'atividade humana prática' que cria todas as coisas, práticas, pessoas, relações e ideias que constituem a totalidade social mais ampla" (*idem*, p. 24, aspas da autora). Essa compreensão integrativa, compreende aspectos do social como reciprocamente determinados, ou co-constituídos e objetiva "revelar a lógica subjacente que estrutura essas relações" (*idem*, p. 22). Sendo que o

social é “uma totalidade aberta e historicamente mutável, cuja lógica reprodutiva reside em todas as suas partes” (*idem*, p. 22).

Tal lógica reprodutiva não se refere aqui a um simples sinônimo de trabalho doméstico e de cuidado. Está muito além disso e remete ao modo como Marx teorizou a reprodução social. Embora ele tenha se equivocado na compreensão do trabalho doméstico como uma função natural da família (MARX, 1988b [1867], p. 74 e 75), a sua compreensão de valor como relação social e da reprodução social como a capacidade de “regeneração global do capitalismo: às instituições e processos que permitem que as relações ‘produtivas’ prosperem, assim como às próprias relações diretas de produção” (FERGUSON, 2017 [2016], p. 24), permite a teorização feminista afirmar a inseparabilidade entre “trabalhos produtivos” e trabalhos domésticos e de cuidados. Nesse sentido, “A despeito do trabalho social reprodutivo ser (em diferentes graus) parcialmente autônomo frente à dominação do capital, não há trabalho na sociedade moderna inteiramente fora do capital, e não há capital fora do trabalho (socialmente diferenciado [re]produtivo)” (*idem*, p. 31).

Com base nessa noção marxiana, para Ferguson, ao compreender o modo como a sociedade é reproduzida, “especialmente geracionalmente reproduzida” (FERGUSON, 2017 [2016], p. 27), é preciso atentar ao fato de que “o trabalho é uma experiência concreta, corporificada” (*idem*, p. 27). Nessa compreensão, o local sócio-geográfico dos corpos e o trabalho envolvido em reproduzir socialmente esses corpos, importa, uma vez que “corpos iguais se tornam diferentes, e diferentemente valorados, no interior das sociedades capitalistas” (*idem*, p. 29).

Dentro dessa lógica argumentativa, segundo Tithi Bhattacharya, o objetivo da TRS é explorar e fornecer respostas a perguntas como: “se o trabalho dos trabalhadores produz toda a riqueza da sociedade, quem então produz o trabalhador?” (BHATTACHARYA, 2017, p. 01). Para a autora, a percepção fundamental da TRS seria a de que o trabalho está no coração da reprodução da sociedade como um todo. No entanto, o capitalismo reconheceria apenas o trabalho produtivo para o mercado como legítimo. Assim, uma grande quantidade de trabalho familiar e comunitário, que reproduz a força de trabalho, seria naturalizada, relegada e invisibilizada. Segundo Bhattacharya, com o objetivo de enfrentar esse ocultamento e os silêncios de Marx, a

TRS se ocuparia dos nexos entre o mercado e as relações extramercado.

Concluo assim que, se de um lado as autoras da perspectiva da "vida no centro" jogam luz em um problema central, que é dar relevo ao trabalho doméstico e de cuidados, por outro, suas análises se limitam em localizá-los numa dada maneira de se compreender o sistema socioeconômico, relegando esses trabalhos à dimensão doméstica e apresentando apenas sua face subjetiva, isentando-os de serem determinados por relações sociais antagônicas.

Apesar de demonstrar os nexos entre indústria e casa, ou seja, entre os trabalhos domésticos e de cuidados e os trabalhos de mercado, as autoras mantém a reprodução social em um sentido restrito do termo, o que tende a limitar a análise da "reprodução social" ao trabalho doméstico não remunerado, realizado dentro dos lares pelas mulheres, nublando a relevância dos trabalhos domésticos e de cuidados para a reprodução ampliada do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, tive o objetivo de estudar o que caracteriza o viés androcêntrico da Ciência Econômica denunciado pelas economistas feministas, a maneira como elas compreendem a relação entre produção e reprodução social e como e em que contexto suas teses se desenvolveram no Brasil. Para além disso, expus algumas dimensões que conformam a Economia Feminista como um corpo teórico, como uma abordagem prática e que fundamentam a elaboração de um projeto político de sociedade. Demonstrei que a Economia Feminista almeja a valorização econômica e social dos trabalhos domésticos e de cuidados, mas que se constitui como um campo de análise e ação (*práxis*), plural e ambivalente.

Afirmá-la como um campo de análise e ação não significa dizer que ela é uma coisa adicionada à outra. Ela é análise e ação ao mesmo tempo. Para usar os termos marxistas, uma coisa cria a outra, elas se criam mutuamente. Me refiro, assim, à "análise-ação" ou, precisamente, a uma forma de *práxis*. Tal como Antonio Gramsci a compreendeu, como "uma filosofia que é também política e (...) uma política que é também filosofia" (GRAMSCI, 1981 [1955], p. 107) ou tal como E. P. Thompson (1981 [1978]), que afirmou a relevância da não hierarquização entre teoria e prática ou entre objeto e ser cognoscente.

Compreendo, contudo, que toda a teoria feminista tem a particularidade de se apresentar dessa maneira. Apresenta-se como um "saber localizado" (HARAWAY, 2004 [1991]), com a demarcação de um ponto de vista. Isto é, sua dimensão política nunca é negada, mas é assumida como parte da construção do conhecimento (HARDING, 1987). Todo feminismo, portanto, tem uma implicação política, modifica o contexto social em que se insere ao mesmo tempo que produto dessa realidade histórica. Esse é o fluxo da história e com a Economia Feminista não é diferente.

Foi desse problema de pesquisa que parti. Compreendo que a Economia Feminista se desenvolveu no contexto do neoliberalismo, ao mesmo tempo em que se posiciona criticamente a ele. É por essa razão que percorri a hipótese de que ela se

constituiria em um campo ambivalente.

Esta tese não perde de vista a importância histórica da utilização da Economia Feminista como uma abordagem prática. Assim se dá particularmente no Brasil, em que ONGs pautam e executam políticas públicas e convivem com as experiências concretas das mulheres trabalhadoras "de carne e osso".

Abordei essa dimensão da Economia Feminista nesta tese ao analisar que no final dos anos 1990, na América Latina, a Economia Feminista despontou como uma abordagem que orienta a prática política de alguns grupos feministas. A luta contra o neoliberalismo foi um dos motores dessa incorporação. A Economia Feminista passou a compor alguns debates e ações feministas, por ser uma abordagem capaz de incidir diretamente (de modo prático) sobre um dado conjunto de mulheres, sobretudo no que se refere aos trabalhos reprodutivos.

Não obstante, ao longo dos capítulos demonstrei as aproximações e, ao mesmo tempo, os posicionamentos críticos que as economistas feministas conduzem em relação às perspectivas hegemônicas. Discuti, também, que além dessa ambivalência, há limites no desenvolvimento teórico-conceitual dessas autoras. Esses limites estão, de uma maneira geral, em mistificar a questão do desenvolvimento e os conflitos que atravessam os trabalhos domésticos e de cuidados, no intuito de se valorizar dimensões subjetivas como o bem-estar e o afeto.

Embora a Economia Feminista tenha o potencial de explicitar o quanto o androcentrismo científico é fundamental para a reprodução capitalista, ela perde isso de vista ao centrar sua atenção exclusivamente na demonstração dos limites de gênero das teorias dominantes, perdendo de vista o conflito capital-trabalho e se aproximando de perspectivas hegemônicas. É assim que chegam a conclusão, por exemplo, de que o cálculo do PIB deveria compreender o trabalho doméstico ou que há uma cegueira de gênero nos Ajustes Estruturais propostos pelo Banco Mundial. Isto é, o problema não seria o caráter capitalista da noção de desenvolvimento econômico, mas seus limites de gênero.

As economistas feministas ampliam o olhar da Economia aos trabalhos domésticos e de cuidados, às relações entre produção e reprodução social, mas limitando-se a mensurar os trabalhos domésticos e de cuidados, a tentar apreender a

sua dimensão subjetiva ou a localizá-los em certo sistema socioeconômico. Com isso, perdem de vista as questões materiais de existência da experiência das mulheres, as relações sociais de opressão, dominação e exploração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís; VALENZUELA, María Elena. "Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual". In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs.). "Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais". São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (orgs.) (2016). "Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais". São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

ABREU, Alice Rangel de Paiva; JORGE, Angela Filgueiras; SORJ, Bila (1994). "Desigualdade de gênero e raça. O informal no Brasil em 1990". Estudos Feministas, 1994.

ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila (orgs.) (1993). "O Trabalho Invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil". Rio Fundo Editora, Rio de Janeiro, 1993.

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de (2010). "Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris". Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas, SP: [s. n.], 2010.

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de (2016). "Politizando a anatomia : antinaturalismo e materialismo no pensamento feminista francês (1960-1980)". Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas, SP: [s. n.], 2016.

ACOSTA, Alberto (2016). "O bem viver. Uma oportunidade para imaginar outros mundos". São Paulo: Autonomia Literária e Elefante editora, 2016.

ADAM, Barbara. (1990). "*Time and Social Theory*". Cambridge, UK: Polity Press

AGUIAR, Neuma (2010). "Metodologias para o levantamento do uso do tempo na vida cotidiana no Brasil". Revista Econômica, Rio de Janeiro, v 12, n 1, junho 2010.

AGUIAR, Neuma (2011). "Mudanças no uso do tempo na sociedade brasileira". Revista de Ciências Sociais, n. 34 Abril de 2011 - p.73-106.

ALVAREZ, Sonia (1998). "Feminismos Latinoamericanos". Revista Estudos Feministas, v. 6, n. 2, 1998.

ALVAREZ, Sonia (2003a). "Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos". Revista Estudos Feministas, v. 11, nº 2, 2003.

ALVAREZ, Sonia (2014). "Neoliberalismo e as trajetórias dos feminismos latinoamericanos". In: MORENO, Reanata. "Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres". São Paulo: SOF, 2014.

ALVAREZ, Sonia; et al. (2003b). "Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos". Revista Estudos Feministas, v. 11, nº 2, 2003b.

AMORIM, Elaine Regina Aguiar (2011). "No limite da precarização? Terceirização e trabalho feminino na indústria de confecção". São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

AMORIM, Henrique (2012). "Valor-trabalho e imaterialidade da produção nas

sociedades contemporâneas". Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2012.
AMORIM, Henrique; FERRAZ, Cristiano (2007). "Dialética e luta de classes: contradição e mediação". Revista Temáticas: ano 15, 29, 2007.
AMORÓS, Célia (1992). "Hongos hobbesianos, setas venenosas". *Mientras Tanto*, nº 48, 1992, pp. 59-68.
ANTUNES, Ricardo (1995). "Adeus ao Trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho". São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
ANTUNES, Ricardo. et al. (1997). "Neoliberalismo, trabalho e sindicato. Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra". São Paulo: Boitempo, 1997.
ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (2005). "Gênero nos estudos do trabalho (Para relembrar Elizabeth de Souza Lobo)". In: QUARTIM DE MORAES, M. L. (org.). "Gênero nas fronteiras do Sul". Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/ Unicamp, Coleção Encontros, 2005. pp.85-96.
ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (2009). "Informalidade e relações de gênero". In: GEORGES, Isabel; LEITE, Marcia de Paula (orgs.). "Novas configurações do trabalho e Economia Solidária". São Paulo: Annablume, 2009.
ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente (2000). "Sindicalismo e Relações de Gênero". In: Maria Isabel Baltar da Rocha (org.). "Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios". São Paulo: Editora 34, 2000, p. 309-346.
ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa (2013). "Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI". Cadernos de Pesquisa, v. 43, n.149, p.452-477, maio/ago., 2013.
ARAÚJO, Clara; GAMA, Andréa (orgs.), (2017). "Entre a casa e o trabalho. Gênero e família no Rio de Janeiro". Rio de Janeiro: NUDERG/UERJ, 2017.
ARENDT, Hannah (1998 [1958]). "The human condition". Chicago: University of Chicago Press, 2a ed., 1998.
ARENDT, Hannah (2007 [1958]). "A condição Humana". Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10ª ed., 2007.
ARRUZZA, Cinzia (2017 [2016]). "Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos". Cadernos Cemarx, nº10, 2017.
ÁVILA, Maria Betânia (2010). "O Tempo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo na Vida Cotidiana". Revista ABET, vol. IX, n. 2/2010.
BADGETT, Lee (1995). "The last of the modernists?". *Feminist Economics*, Vol. 1, 1995.
BAERT, Patrick (1997). "Algumas limitações das explicações da escolha racional na ciência política e na sociologia". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 12, nº 35.
BAKKER, Isabella (1999). "Dotar de género a la reforma de la política macroeconómica em la era de la reestructuración y el ajuste global". In: CARRASCO, Cristina (org.). "Mujeres y Economía. Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemnas". Barcelona: Icaria editorial, 1999.
BALBO, Laura (1978). "La doppia presenza". *Inchiesta*, nº 32, pp. 03-06, 1978.
BANDEIRA, Lourdes (2005). "Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas". In: MELO, Hildete Pereira; BANDEIRA, Lourdes (2005). "A pobreza e as políticas de gênero no Brasil". CEPAL: 2005.
BARGAWI, Hannah; COZZI, Giovanni; HIMMELWEIT, Susan (2017). "Economics and Austerity in Europe. Gendered impacts and sustainable alternatives". Routledge:

2017
BATISTA JR., Paulo Nogueira (2003). "A ALCA e o Brasil". Revista Estudos Avançados, 17 (48), 2003.
BECKER, Gary (1973). "Theory of Marriage: Part I". *The Journal of Political Economy*, Vol. 81, No. 4. (Jul. - Aug., 1973), pp. 813-846.
BECKER, Gary (1974). "Theory of Marriage: Part II". *The Journal of Political Economy*, Vol. 82, No. 2, Part 2: Marriage, Family Human Capital, and Fertility (Mar. - Apr., 1974), pp. S11-S26.
BEECHEY, Veronica (1977). "Some notes on famele wage labour in capitalist production". *Capital and Class*, nº 03, 1977.
BELENKY, Mary (et al.) (1986). "*Women's Ways of Knowing: The Development of Self, Voice and Mind*". New York: Basic Books, 1986.
BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello (1987). "Prefácio à edição brasileira". RUBIN, Isaak Illich. "A teoria marxista do valor". São Paulo: Editora Pólis: 1987 [1928].
BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello (1998). "Valor e capitalismo. Um ensaio sobre a economia política". Campinas: Instituto de Economia da Unicamp: 1998.
BENERÍA, Lourdes (1979). "Reproduction, production and the sexual division of labour". *Cambridge Journal of Economics*, 3, pp. 203-225, 1979.
BENERÍA, Lourdes (1999). "Globalization, gender and the Davos man". Feminist Economics 5(3), 1999, 61–83.
BENERÍA, Lourdes (2008). "The crisis of care, international migration, and public policy". Feminist Economics, 14:3, 2008.
BENERÍA, Lourdes; BERIK, Günseli; FLORO, Maria S (2018 [2016]). "Género, desarrollo y globalización. Una visión desde la economía feminista". Barcelona: Edicions Bellaterra, 2018.
BENERÍA, Lourdes; ROLDAN, Martha (1987). "The crossroads of class and gender: homework, subcontracting and householld dynamics in Mexico City". Chicago: University of Chicago Press, 1987.
BENERÍA, Lourdes; SEN, Gita (1982). "Class and gender inequalities and woman's role in economic development". Feminist Studies, 8 (1), pp. 157-178.
BENSAÏD, Daniel (1999). "Marx, o Intempestivo. Grandezas e misérias de uma aventura crítica". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
BENSTON, Margaret (1969). "The political economy of woman's liberation". Monthly Review, vol. 21, nº 4, 1969.
BERGMANN, Barbara (1973). "The Economics of Women's Liberation". In: "Successful Women in the Sciences". Annals of the New York Academy of Sciences, 208 (March): 154-60, 1973.
BERGMANN, Barbara (1995). "Becker's theory of the family: Preposterous conclusions". Feminist Economics, 1:1, 141-150, 1995.
BERIK, Günseli; RODGERS, Yana van der Meulen; SEGUINO, Stephanie (2009). "Feminist Ecoomics of inequality, development, and growth". Feminist Economics, 15(3), July, 2009, 1–33.
BHATTACHARYA, Tithi (2017). "How Not to Skip Class: Social Reproduction of Labor and the Global Working Class". In: BHATTACHARYA, Tithi (org.) (2017). "Social Reproduction Theory Remapping Class, Recentering Oppression". Pluto Press, 2017.
BIANCHI, Marina (1994 [1978]). "Más allá del 'doble trabajo'". In: BORDERÍAS, Cristina;

CARRASCO, Cristina; ALEMANY, Carme (orgs.) (1994). "*Las mujeres y el trabajo: rupturas conceptuales*". Barcelona: ICARIA : FUHEM, D. L. 1994.

BIDERMAN, Ciro; GUIMARÃES, Nadya Araújo (2004). "Na ante-sala da discriminação: o preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989-1999)". Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004.

BLAY, Eva (1978). "*Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*". São Paulo: Editora Ática. 1978.

BM – Banco Mundial (2003). "A questão de gênero no Brasil". BM: 2003.

BOHN, Liana; CATELA, Eva Yamila A. S. (2017). "Há economia feminista na ciência econômica brasileira? Avaliação da produção científica na área entre 1990-2015". Anais do ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2017.

BOHN, Lina (2017). "Inserção feminina na teoria e na prática: ensaios sob o olhar da economia feminista". Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

BORDERÍAS, Cristina (1984). "Evolución de la Division sexual del trabajo. Barcelona 1924-1980. La CTNE". Tese de doutorado. Universidade de Barcelona, 1984.

BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina (1994). Introdução. In: BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; ALEMANY, Carme (orgs.) (1994). "*Las mujeres y el trabajo: rupturas conceptuales*". Barcelona: ICARIA : FUHEM, D. L. 1994.

BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; ALEMANY, Carme (orgs.) (1994). "*Las mujeres y el trabajo: rupturas conceptuales*". Barcelona: ICARIA : FUHEM, D. L. 1994.

BOSERUP, Ester (1970). "Women's Role in Economic Development". London: George Allen Unwin, 1970.

BRANDÃO, Adriana Micheletto (2010). "Economia Solidária e Feminista: A experiência da Casa da Mulher do Nordeste". NAU – Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA, Salvador, v.1, n.1, p. 65-70 Jun./Nov. 2010.

BRAVERMAN, Harry (1980). "Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do trabalho no século XX". Cap. 1: "Trabalho e força de trabalho". Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 49-60.

BRONOWSKI, Jacob (1956). "Science and Human Values. I – The Creative Mind". Higher Education Quarterly, vol. 10, n. 3, 1956.

BROWN, Wendy (2003). "Neo-liberalism and the end of liberal democracy". Johns Hopkins University Presse, Theory & Event, vol. 07, issue 1, 2003.

BROWN, Wendy (2015). "Undoing the Demos. Neoliberalism's Stealth Revolution". New York: Zone Books, 2015.

BRUSCHINI, Maria Cristina (1994). "O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes". Estudos Feministas. CIEC/ECO/UFRJ, n. Esp./2º sem./1994.

BRUSCHINI, Maria Cristina (1998). "Trabalho das mulheres no Brasil. Continuidades e mudanças no período 1985-1995". São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

BRUSCHINI, Maria Cristina (2006). "Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?". Revista bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006.

BRUSCHINI, Maria Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa (2003 [1998]). "Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990". In. MARUANI, Margaret. HIRATA, Helena. "As novas fronteiras da desigualdade: homens e

mulheres no mercado de trabalho". São Paulo, Senac-SP, 2003, p. 323-361.
BURLE, Lauro Lobo. "A política de comércio exterior e a abertura do mercado de capitais: 1990-92". *Revista de Adm. Púb*. Rio de Janeiro, 27 (3): 98-114, jul./set. 1993.
BUTLER, Judith (2012 [1990]). "Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
BUTTO, Andrea (2009). "Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres". MDA: 2009.
BWE – EconomistAs, Brazillian Women in Economics. "Relatório 2018". Disponível em: <http://paineira.usp.br/bwe/wp-content/uploads/2019/03/Relat%C3%B3rio-Final.pdf>. Último acesso em: 17/04/2019.
CACCIAMALI, Cristina (2000). "Globalização e processo de informalidade". Economia e Sociedade, Campinas, n. 14, pp. 152-174, jun. 2000.
CACCIAMALI, Cristina (2001). "Padrão de acumulação e processo de informalidade na América Latina contemporânea: Brasil e México". Pesquisa e Debate, São Paulo, vol. 12, nº 1(19), 2001.
CARRASCO, Cristina (1988). "Notas para un tratamiento reproductivo de trabajo doméstico". Cuadernos de economía: Spanish Journal of Economics and Finance, vol. 16, nº. 45, 1988.
CARRASCO, Cristina (1992). "El trabajo de las mujeres: producción y reproducción". *Cuadernos de Economía*, vol. 20, pp. 95-109, 1992.
CARRASCO, Cristina (1998). "Género y valoración social: la discusión sobre la cuantificación del trabajo de las mujeres". *Mientras Tanto*, nº 71 (Invierno 1998), pp. 61-79.
CARRASCO, Cristina (1999) (org.). "Mujeres y Economía. Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemnas". Barcelona: Icaria editorial, 1999.
CARRASCO, Cristina (2003 [2001]). "A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?". IN: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.). "A produção do viver". São Paulo: SOF, 2003, pp. 11-49.
CARRASCO, Cristina (2006a). "La Economía Feminista: Una apuesta por otra economía". In: VARA, María Jesús (ed.). "Estudios sobre género y economía". Madrid: Akal, 2006.
CARRASCO, Cristina (2006b). "La paradoja del cuidado: necesario pero invisible". *Revista de Economía Crítica*, nº 05, marzo, 2006, pp. 39-64.
CARRASCO, Cristina (2011). "La economía del cuidado: planteamiento actual y desafíos pendientes". *Revista de Economía Crítica*, nº11, primer semestre 2011.
CARRASCO, Cristina (2012 [2006]). "Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres". São Paulo, SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2012.
CARRASCO, Cristina (2014a) (org.). "Con voz própria. La economía feminista como apuesta teórica y política". Madri: La Oveja Roja, 2014.
CARRASCO, Cristina (2014b). "La economía feminista: ruptura teórica y propuesta política". In: CARRASCO, Cristina (org.). "Con voz própria. La economía feminista como apuesta teórica y política". Madri: La Oveja Roja, 2014, pp. 25-47.
CARRASCO, Cristina (2016). "El tiempo más allá del reloj: las encuestas de uso del tempo Revisitadas". Cuadernos de Relaciones Laborales, 34(2), p. 357-383, 2016.
CARRASCO, Cristina; RECIO, Alberto (2014). "Del tiempo medido a los tiempos vividos".

Revista de Economía Crítica, nº17, primer semestre 2014.

CARRASCO, Cristina; TELLO, Enric (2011). "Apuntes para una vida sostenible". In: MATEO, Maria Freixanet. "Sostenibilitats. Polítiques públiques des del feminisme i l'ecologismie". Barcelona: ICPS, 2011.

CARVALHO, Denise Gomide (2002). "Mulheres na coordenação de organizações do terceiro setor no município de São Paulo (1990-2000): construção de sujeitos coletivos e de propostas socioeducativas". Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação/UNICAMP. Campinas, SP: [s.n.], 2002.

CASTRO, Mary; LAVINAS, Lena (1992). "Do feminino ao gênero: a construção de um objeto". In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.) (1992). "*Uma questão de gênero*". Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2007). "El aporte de las mujeres a la igualdad en América Latina y el Caribe". CEPAL: 2007.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2016a). "Estrategia de Montevideo para la implementación de la agenda regional de género en el marco del desarrollo sostenible hacia 2030". CEPAL: 2016a.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2016b). "¿Qué es la Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y Caribe?". CEPAL: 2016b.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2018). "Los cuidados en América Latina y el Caribe". CEPAL: 2018.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2019). "Informação histórica – Evolução das ideias da CEPAL". CEPAL: 2019. Disponível em: <https://www.cepal.org/sites/default/files/pages/files/14-20735_sitio_web_cepal_info_historica_port.pdf>. Último acesso em: 27/02/2019.

CHARUSHEELA, ...S; ZEIN-ELABDIN, Eiman (2003). "Feminism, Posticolonial Throught, and Economics". In: FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (orgs.) (2003). "Feminist Economics Today". Chicago: University of Chicago Press, 2003.

CHOSSUDOVSKY, Michel (1999). "A globalização da pobreza. Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial". São Paulo: Moderna, 1999.

CMN – CASA DA MULHER DO NORDESTE (2017). "Casa da Mulher do Nordeste. Trabalho e Cidadania (Portfólio)". Recife: CMN – Casa da Mulher do Nordeste, 2017. Disponível em: <https://issuu.com/cmnordeste/docs/relat__rio_institucional>. Último acesso em: 10/05/2017.

COELHO, Lina (2009). "Economia Feminista". In: CATTANI, A. et al. "*Dicionário internacional da outra economia*". Coimbra: Almedina, 2009.

COSTA, Albertina de Oliveira et al. (orgs.) (2008). "Mercado de trabalho e gênero. Comparações internacionais". Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

CRENSHAW, Kimberle. "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics". University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8.

CRUZ, Sabastião C. Velasco (1997). "Estado e economia em tempo de crise. Política industrial e transição política no Brasil dos anos 80". Campinas: Editora Unicamp; Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

CUNHA, Teresa (2015). "'Women inPower Women': outras economias geradas e lideradas por mulheres no Sul não-imperial". Ciudad Autónoma de Buenos Aires:

CLACSO, 2015.
DALLA COSTA, Mariarosa; JAMES, Selma (1972). "The power of woman and the subversion of the community". Inglaterra: The Falling Wall Press, 1972.
DANBY, Colin (2007). "Political Economy and the Closet: Heteronormativity in Feminist Economics". Feminist Economics, 13(2), April 2007, 29 – 53.
DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian (2017). "Comum. Ensaio sobre a revolução no século XXI". São Paulo: Boitempo, 2017.
DAVIS, Angela (2016 [1981]). "Mulheres, raça e classe". São Paulo: Boitempo, 2016.
DAVIS, Mike (2006). "Planeta favela" (2006). São Paulo: Boitempo: 2006.
DEDECCA, Cláudio (2004). "Tempo, trabalho e gênero". In: COSTA, Ana et al. (Orgs.). Reconfiguração das relações de gênero no trabalho. São Paulo: CUT Brasil, 2004.
DEERE, Carmen Diana (1976). "Rural Women's Subsistence Production in the Capitalist Periphery". *Review of Radical Political Economics*, 8: 9, 1976.
DELPHY, Christine (2003). "Pour une théorie générale de l'exploitation. En finir avec la théorie de la plus-value". Mouvements, 2003/2, nº 26, p. 69-78, 2003.
DELPHY, Christine (2004). "Pour une théorie générale de l'exploitation. Deuxième partie: repartir du bon pied". Mouvements, 2004/1, n° 31, p. 97-106, 2004.
DELPHY, Christine (2015 [1970]). "O inimigo principal: a economia política do patriarcado". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº17. Brasília, p. 99-119, maio-agosto, 2015.
DIAS, Edmundo Fernandes (2012). "Revolução passiva e modo de vida. Ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia". São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.
DÍAZ ALBA, Carmen Leticia (2007). "La red latinoamericana de mujeres transformando la economía: construir puentes entre la justicia económica y la equidad de género". *La Ventana*, nº 26, 2007.
DOLCE, Juliana (2019). "A uberização do trabalho é pior para elas". Disponível em: <https://apublica.org/2019/05/a-uberizacao-do-trabalho-e-pior-pra-elas/?fbclid=IwAR2YNU0jFrjmxCIM-t1Im4Zl7FD9U5L3X3WQfcpiY5rogxbN8X2fRBRchkk>. Último acesso em: 28/05/2019.
DURANT, Will (1996 [1926]). "A história da filosofia". Os Pensadores. Rio de Janeiro: Editora Nova Cultural, 1996.
EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Russel (orgs.) (2003). "Global Woman. Nannies, Maids and sex workers in the new economy". New York: Metropolitan Books, 2003.
ELSON, Diane (1998). "The economic, the political and the domestic: Businesses, states and households in the organisation of production". *New Political Economy*, 3:2, 189-208, 1998.
ELSON, Diane (2000). "Progress of the World's Women". UNIFEM: 2000.
ELSON, Diane (2010). "Commerce international, égalité des sexes et avantage compétitif". In: FALQUET, Julie. et al. (orgs.) (2010). "Le sexe de la mondialisation. Genre, classe, race et nouvelle division du travail". Paris: Presses de Sciences Po, 2010.
ELSON, Diane; GROWN, Caren; ÇAĞATAY, Nilüfer (2007). "Mainstream, heterodox, and feminist trade theory". In: STAVEREN, Irene van; ELSON, Diane; GROWN, Caren; ÇAĞATAY, Nilüfer. "The Feminist Economics of Trade". IAFFE e Routledge, 2007.
ELSON, Diane; GROWN, Caren; STAVEREN, Irene van (2007). "Introduction. Why a

feminist economics of trade?". In: STAVEREN, Irene van; ELSON, Diane; GROWN, Caren; ÇAĞATAY, Nilüfer. "The Feminist Economics of Trade". IAFFE e Routledge, 2007.

ENGLAND, Paula (1993). "The Separative Self. Androcentric Bias in Neoclassical Assumptions". In: FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (orgs.) (1993). "Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics". Chicago: University of Chicago Press, 1993.

ESQUIVEL, Valeria (2015). "La economía feminista desde América Latina: ¿Una vía para enriquecer los debates de la economía social y solidaria?". In: VERSCHUUR, Christine; GUÉRIN, Isabelle; HILLENKAMP, Isabelle (2015). "*Une économie solidaire peut-elle être féministe? Homo oeconomicus, mulier solidaria*". Nouvelle édition [em ligne]. Genève: Graduate Institute Publications, 2015.

ESQUIVEL, Valeria (2016). "La economía feminista em América Latina. *Revista Nueva Sociedad*, nº 265, septiembre-octubre de 2016.

FALQUET, Jules (2003). "L'ONU, alliée des femmes ? Une analyse féministe du système des organisations internationales", Multitudes, 2003/1 (no 11), p. 179-191.

FALQUET, Jules (2017). "Pax Neoliberalia. Perspectivas feministas sobre (la organización de) la violencia contra las mujeres". Buenos Aires: Madreselva, 2017.

FALQUET, Jules; HIRATA, Helena; LAUTIER, Bruno (2006). "Les nouveaux paradoxes de la mondialisation". Cahiers du Genre, n° 40, 2006.

FARIA, N.; NOBRE, M. (Org.) (1997). "Gênero e desigualdade". Cadernos Sempreviva, São Paulo, SOF, 1997.

FARIA, N.; NOBRE, M. (Org.) (1999). "O trabalho das mulheres". Cadernos Sempreviva, São Paulo, SOF, 1999.

FARIA, Nalu (2003). "*Construir la igualdad. Debates feministas en el Foro Social Mundial*". Lima: Rede Latinoamericana de Mulheres Transformando a Economia; Montreal: Marcha Mundial de Mulheres; São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2003.

FARIA, Nalu (2015a). "Presentación". In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (orgs.) (2015). "Las mujeres contra el libre comercio. Una historia de resistencia y lucha". São Paulo: REMTE – Rede Latinoamericana de Mulheres Transformando a Economia, 2015.

FARIA, Nalu (2015b). "La formación como instrumento para la construcción de un abordaje antipatriarcal". In: SOF. "En busca de la igualdad. Textos para la acción feminista". São Paulo: SOF, 2015.

FARIA, Nalu; MORENO, Renata (2012). "Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia". Sao Paulo: SOF, 2012.

FARIA, Nalu; MORENO, Renata (orgs.) (2015). "Las mujeres contra el libre comercio. Una historia de resistencia y lucha". São Paulo: REMTE – Rede Latinoamericana de Mulheres Transformando a Economia, 2015.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.) (2002). "Economia Feminista". São Paulo: SOF, 2002.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.) (2003). "A produção do viver". São Paulo: SOF, 2003.

FEDERICI, Silvia (2014 [2010]). "O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva". In: MORENO, Reanata. "Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres". São Paulo: SOF, 2014.

FEDERICI, Silvia (2017 [2004]). "*Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*". São Paulo: Editora Elefante: 2017.

FEDERICI, Silvia (2019a [1975]). "Salários contra o trabalho doméstico". In: FEDERICI, Silvia. "O ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista". São Paulo: Elefante Editora, pp. 40-54, 2019.

FEDERICI, Silvia (2019b). "O ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista". São Paulo: Elefante Editora, 2019.

FERBER, Marianne (2003). "A feminist critique of the neoclassical theory of the family". In: MOE, Karine. "Woman, family and work". Blackwell Publishing, 2003.

FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (orgs.) (1993). "Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics". Chicago: University of Chicago Press, 1993.

FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (orgs.) (2003). "Feminist Economics Today". Chicago: University of Chicago Press, 2003.

FERGUSON, Susan (2017 [2016]). "Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa". Cadernos Cemarx, nº 10 – 2017 [2016].

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David (2017 [2013]). "Capital, força de trabalho e relações de gênero". Revista Outubro, n. 29, novembro de 2017.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno (2018). "Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros". *Revista de Economia Política*, vol. 38, nº 3 (152), pp. 559-583, julho-setembro/2018.

FERREIRA, Andressa Cristina Silva (2008). "Como se media a distância até o Sol". Relatório Final. Disciplina (F609) – Tópicos de Ensino de Física I. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Instituto de Física Gleb Wataghin – IFGW, 2008. Disponível em: <https://www.ifi.unicamp.br/~lunazzi/F530_F590_F690_F809_F895/F809/F809_sem2_2008/AndressaC-CarolaRama_RF1.pdf>. Último acesso em: 25-01-2019.

FGV – Fundação Getúlio Vargas; CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. "Verbete Mercosul". Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/mercosul>. Último acesso em: 01/04/2019.

FGV – Fundação Getúlio Vargas; DAPP – Diretoria de Análises de Políticas de Públicas da Fundação Getúlio Vargas (2018). "Encarceramento Feminino". Rio de Janeiro: FGV – DAPP, 2018.

FOLBRE, Nancy (1986). "Cleaning house: New Perspectives on Households and Economic Development". Journal of Development Economics, 22, pp. 5-40, 1986.

FOLBRE, Nancy (1995). "Holding hands at midnight: the paradox of caring labor". Feminist Economics, 1:1, 73-92, 1995.

FOLBRE, Nancy (1996). "Économie politique et rapports de sexe". In: FOLBRE, Nancy (1997). "De la différence des sexes en économie politique". Paris: Des Femmes, pp. 163-206, 1997.

FOLBRE, Nancy (1997). "De la différence des sexes en économie politique". Paris: Des Femmes, 1997.

FOLBRE, Nancy (2001). "The invisible heart. Economics and Family values". New York: The News Press, 2001.

FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (2016). "Usos do tempo e gênero". UERJ, SPM e IPEA,

2016.
FOUCAULT, Michel (2008 [1978-1979]). “Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)”. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
FRACCARO, Glaucia (2018). “Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho no Brasil (1917-1937)”. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
FRASER, Nancy (2009). “O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história”. Revista Mediações, vol. 14, nº 2, 2009.
FRASER, Nancy (2016a). “Contradictions of capital and care”. New Left Review, 100, july-aug, 2016.
FRASER, Nancy, et al. (2016b). “Socioeconomia e democracia. A atualidade de Karl Polanyi”. Porto Alegre: Escritos, 2016.
G1 (2014). “Funcionários do setor de telemarketing relatam série de abusos”. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/10/funcionarios-do-setor-de-telemarketing-relatam-serie-de-abusos.html>. Último acesso em 29/03/2019.
GATT – Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (1947). "Lei 313 de 30/07/48 e alterações posteriores". In: BRASIL, Ministério da Economia, Indústria, comércio exterior e serviços. “Acordos da OMC”. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/1885-omc-acordos-da-omc>. Último acesso em 02/04/2019.
GÊNERO e NÚMERO (2017). “Qual a diferença salarial?”. Disponível em: http://www.generonumero.media/interativos/salario-genero/index.html. Último acesso: novembro de 2017.
GEORGES, Isabel (2017). “O ‘cuidado’ como ‘quase conceito’: porque está pegando? Notas sobre a resiliência de uma categoria emergente”. In: DEBERT, Guita Grin; PILHEZ, Mariana Marques (org.). Textos Didáticos. IFCH/Unicamp, nº 66, 2017.
GILLIGAN, Carol (1982). “*In a Dijferent Voice: Psycbological Tbeory and Women's Development*”. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1982.
GOLDMAN, Wendy (2014 [1993]). “Mulher, Estado e Revolução”. São Paulo: Boitempo, 2014.
GRAMSCI, Antonio (1981 [1955]). “Alguns problemas para o estudo da filosofia da ‘práxis’”. In: GRAMSCI, Antonio. “Concepção dialética da história”. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 4ª ed., 1981.
GRAMSCI, Antonio (2011 [1934]). “Cadernos do Cárcere – Caderno 22: Americanismo e Fordismo”, vol. 04, 03ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
GRAPARD, Ulla (1995). “Robinson Crusoe: The quintessential economic man?”. *Feminist Economics*, 1:1, 33-52.
GRECCO, Fabiana Sanches (2014). “Produção e Reprodução capitalista na indústria da reciclagem”. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2014.
GRECCO, Fabiana Sanches (2016). “Uma crítica à Economia Solidária e Feminista: a extenuante Divisão Sexual do Trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis”. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.20 n.36, p.38-50, jan./jun. 2016.
GRECCO, Fabiana Sanches (2017). “O debate sobre a reprodução social no Brasil nos marcos da ‘crise do cuidado’”. Anais do 41º Encontro Anual da ANPOCS, 2017.
GRECCO, Fabiana Sanches (2018). “Algumas análises críticas feministas à teoria do valor”. Anais do IX Colóquio Internacional Marx e Engels, 2018.
GRESPAN, Jorge (2002). “A dialética do avesso”. Crítica Marxista. Boitempo, nº 14, p. 26-

47, pp. 26-47, 2002.
GUÉRIN, Isabelle (2005). "As Mulheres e a Economia Solidária". São Paulo: Loyola, 2005.
GUÉRIN, Isabelle; NOBRE, Miriam (2012). "L'économie solidaire revisitée à la lumière du genre. Changement social ou subordination féminine?". In: VERSCHUUR, Christine; GUÉRIN, Isabelle; et GUÉTAT-BERNARD, Hélène (orgs.). "Sous le développement, le genre". Marseille : IRD Éditions, 2015
GUIMARÃES, Nadya Araújo (2001). "Laboriosas mas redundantes: gênero e mobilidade no gênero e mobilidade no trabalho no Brasil dos 90". Revista Estudos Feministas, ano 09, nº 82, 2001.
GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi (2011). "Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão". Revista Sociologia & Antropologia, vol. 01, pp. 151 – 180, 2011.
HAICAULT, Monique (1984). "La gestion ordinaire de la vie em deux". *Sociologie du Travail*, nº 03, 1984.
HAMROUNI, Naïma (2011). "La non reconnaissance du travail des femmes : Smith n'est pas coupable". Revue de philosophie économique, 2011/1 (Vol. 12), p. 53-89.
HARAWAY, Donna (1995 [1988]). "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". Cadernos Pagu, (5), 7-41.
HARAWAY, Donna (2004 [1991]). "'Gênero' para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra". Cadernos Pagu, (22) 2004: pp.201-246.
HARAWAY, Donna (2009 [1991]). "Manifesto ciborgue Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX". In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz. "Antropologia do ciborgue. As vertigens do pós-humano". Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
HARDING, Sandra (1986). "Ciencia y feminismo". Ed. Morata: 1986.
HARDING, Sandra (1987). "Conclusion: Epistemological Questions". In: HARDING, Sandra (ed). "Feminism & Methodology: Social Science Issues". Bloomington and Indianapolis/Milton Keynes: Indiana University Press/Open University Press, pp. 181-190, 1987.
HARDING, Sandra (1992). "Rethinking Standpoint Epistemology: What is 'Strong Objectivity'". In: Linda Alcoff e Elizabeth Potter (eds). "Feminist Epistemologies". New York: Routledge, 1992.
HARDING, Sandra (1995). "Can feminist thought make economics more objective?". Feminist Economics, 1:1, 7-32, 1995.
HARTMANN, Heidi (1976). "Capitalism, Patriarchy, and Job Segregation by Sex". Signs, vol. 01, Nº 03, "Women and the Workplace: The Implications of Occupational Segregation", 1976.
HARTMANN, Heidi (1979). "The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a more Progressive Union". Capital and Class, 1, 1979.
HARTSOCK, Nancy (2006). "Globalization and Primitive Accumulation: The Contributions of David Harvey's Dialectical Marxism". In: HARVEY, David. "A Critical Reader", ed. Noel Castrée and Derek Gregory, 167-90. New York: Blackwell, 2006.
HARVEY, David (2005 [2003]). "O novo imperialismo". São Paulo: Edições Loyola, 2005 [2003].
HARVEY, David (2008 [2005]). "O neoliberalismo. História e Implicações". São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila (1999). "Estudos de gênero no Brasil". In: MICELI, Sergio. (org.). "*O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPES*". São Paulo: Editora Sumaré, pp. 183-221, 1999.

HEWITSON, Gillian (1999). "Feminist Economics. Interrogating the Masculinity of Rational Economic Man", Edward Elgar, 1999.

HILL, Marianne (2003). "Development as Empowerment". Feminist Economics, 9(2 – 3), 2003, 117 – 135.

HILLENKAMP, Isabelle; GUÉRIN, Isabelle; VERSCHUUR, Christine (2016). "A Economia Solidária e as teorias feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária". In: SOF – Sempreviva Organização Feminista. Disponível em: <http:// www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/10/a-economia-solidaria-e-as-teorias-feministas.pdf>. Último acesso em: 14/04/2019.

HILLENKAMP, Isabelle; NOBRE, Miriam (2018). "Agroecologia e feminismo no Vale do Ribeira: contribuição para o debate sobre reprodução social". *Revista Temáticas*, nº 52, 2018.

HIMMELWEIT, Susan (1984). "The Real Dualism of Sex and Class". *Review of Radical Political Economics*, 16: 167, 1984.

HIRATA, Helena (1986 [1984]). "Vida Reprodutiva e Produção: família e empresa no Japão". In: KARTCHEVSKY, Andrée. et al. "O sexo do trabalho". Rio de Janeiro: Guerra e Paz, 1986.

HIRATA, Helena (1995). "Divisão – relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de Trabalho". Em Aberto, Brasília, ano 15, n.65, jan./mar. 1995.

HIRATA, Helena (2003a). "Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho". In: EMÍLIO, Marli; et al. (orgs.). "Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas". São Paulo: Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher, Coordenadoria Especial da Mulher, 2003a.

HIRATA, Helena (2003b). "Apresentação à edição brasileira". In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (2003 [1998]). "As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho". São Paulo: Editora Senac, 2003b.

HIRATA, Helena (2005). "Globalização, Trabalho e Gênero". R. Pol. Públ., v. 9, n. 1, p.111-128, jul./dez. 2005.

HIRATA, Helena (2009). "Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais". Cadernos de Crítica Feminista, Recife, ano III, n. 2, dez. 2009.

HIRATA, Helena (2010). "Teorias e práticas do care: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos de debate". In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata. "Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres". São Paulo: SOF, 2010.

HIRATA, Helena (2016). "O trabalho de cuidado". Revista SUR 24, v.13 n.24, 53 - 64, 2016.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle (1994). "A classe operária tem dois sexos". Revista Estudos Feministas, nº 01, 1994.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle (2005). "Les paradigmes sociologiques à l'épreuve des catégories de sexe: quel renouvellement de l'épistémologie du travail?". In: "Les ressorts de la mobilisation au travail". Durand J. P. e Linhart D. (coord.), Octarès Editions, collection Le travail en débats, série Colloques et Congrès, 2005.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle (2007). "Novas configurações da divisão sexual do

trabalho". Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.
HIRATA, Helena; LE DOARÉ, Hélène (1999). "Os paradoxos da globalização". In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. "O trabalho das mulheres". São Paulo: SOF, Cadernos Sempreviva, 1999.
HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe (2009 [2000]). "Trabalho (conceito de)". In: HIRATA, Helena. et al. (orgs.). "Dicionário crítico do feminismo". São Paulo: Editora UNESP, 2009.
HIRATA, Hirata; HUMPHREY, John (1984). "O Emprego Industrial Feminino e a Crise Econômica Brasileira". *Revista de Economia Política*, n° 4, out./dez., 1984.
HOBBES, Thomas (1999 [1651]). "Leviatã". Os pensadores, 1999.
HOBSBAWM, Eric (1995 [1994]). "Era dos extremos: o breve século XX". São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
HOCHSCHILD, Arlie Russell (1979). "Emotion Work, Feeling Rules, and Social Structure". The American Journal of Sociology, Vol. 85, No. 3, (Nov., 1979), pp. 551-575, 1979.
HOCHSCHILD, Arlie Russell (1995). "The Culture of Politics: Traditional, Postmodern, Cold-modern, and Warmmodern Ideals of Care". Social Politics 2, n.3, pp. 331-346, 1995.
HOCHSCHILD, Arlie Russell (2017 [2012]). "Amor e ouro". In: DEBERT, Guita Grin; PILHEZ, Mariana Marques (org.). Textos Didáticos. IFCH/Unicamp, nº 66, 2017.
HOFBAUER, Helena; VINAY, Claudia (2012). "Orçamentos sensíveis a gênero: ferramentas metodológicas. Experiências internacionais e do México". In: JÁCOME, Márcia Laranjeira; VILLELA, Shirley "Orçamentos sensíveis a gênero: conceitos". ONU MULHERES: 2012.
HOLLIS, Martin; NELL, J. Edward (1977 [1975]). "O homem econômico racional. Uma crítica Filosófica da Economia Neoclássica". Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
HUMPHRIES, Jane; RUBERY, Jill (1994 [1984]). "La autonomía relativa de la reproducción social: su relación com el sistema de producción". In: BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; ALEMANY, Carme (orgs.) (1994). "*Las mujeres y el trabajo: rupturas conceptuales*". Barcelona: ICARIA : FUHEM, D. L. 1994.
HUNT, Emery Kay (1981 [1978]). "História do pensamento econômico". Petrópolis: Vozes, 2008.
HUNT, Emery Kay; SHERMAN, Howard (1985 [1972]). "História do pensamento econômico". Petrópolis: Vozes, 1985.
INFOPEN – Mulheres (2017). "Levantamento Nacional de informações penitenciárias", 2ª edição. Brasilia: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.
IRONMONGER, Duncan (1996). "Counting Outputs, Capital Inputs and Caring Labor: Estimating Gros Household Product". *Feminist economics*, 2:3, 1996.
JENNINGS, Ann L. (1993). "Public or Private? Institutional Economics and Feminism." In: Marianne Ferber and Julie Nelson, ed.Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics.Chicago: University of Chicago Press.
JEVONS, W. (1983 [1871]). "*A Teoria da Economia Política*". Col. "Os Economistas". São Paulo, Abril Cultural.
KAPUR, Devesh; LEWIS, John; WEBB, Richard. "The World Bank. Its First Half Century". Washington: Brookings Institution Press, 1997.
KEATING, Christine; RASMUSSEN, Claire; RISHI, Pooja (2010). "The Rationality of Empowerment: Microcredit, Accumulation by Dispossession, and the Gendered

Economy". Journal of Women in Culture & Society, vol. 36, Issue 1, p. 153-176, 24p., 2010.

KERGOAT, Danièle (1986 [1984]). "Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação". In: KARTCHEVSKY, Andrée. et al. "O sexo do trabalho". Rio de Janeiro: Guerra e Paz, 1986.

KERGOAT, Danièle (1998). "La division du travail entre les sexes". In: Kergoat, Jacques. et. al. "Le monde du travail". Paris: Decouverte, 1998, pp. 319-327.

KERGOAT, Danièle (2002). "A relação social de sexo. Da reprodução das relações sociais à sua subversão". Pro-Posições – v. 13, n. 1 (37) – jan./abr de 2002.

KERGOAT, Danièle (2009 [2000]). "Divisão Sexual do Trabalho e relações sociais de sexo". In: HIRATA, Helena. et al. (orgs.). "Dicionário crítico do feminismo". São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KERGOAT, Danièle (2010). "Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais". Revista Novos Estudos, ed. 86, 2010.

KERGOAT, Danièle (2016). "O cuidado e a imbricação das relações sociais". In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (orgs.). "Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais". São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

KERGOAT, Danièle (2018 [1978]). "Operários = Operárias? Proposições para uma articulação teórica de duas variáveis: sexo e classe social". In: KERGOAT, Danièle. "Lutar, dizem elas...". Recife: SOS Corpo, 2018a.

KERGOAT, Danièle; CHENAL, Odile (2018 [1981]). "Produção e reprodução. As jovens trabalhadoras, o salário e a família". In: KERGOAT, Danièle. "Lutar, dizem elas...". Recife: SOS Corpo, 2018.

KOSIK, Karel (2002). "A Dialética do Concreto". São Paulo, SP: Paz e Terra, 7ª Ed. 2002.

LAPA, Thaís de Souza (2014). "Processo de trabalho, divisão sexual do trabalho e práticas sociais das operárias na indústria eletroeletrônica no contexto da flexibilidade produtiva". Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2014.

LAVILLE, Jean-louis (1994). "*L'économie solidaire: une perspective internationale*". Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

LAVINAS, Lena; CORDILHA, Ana Carolina; CRUZ, Gabriela Freitas da (2016). "Assimetrias de gênero no mercado de trabalho no Brasil. Rumos da formalização". In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. "Gênero e Trabalho no Brasil e na França. Perspectivas interseccionais". São Paulo: Boitempo, 2016.

LEITE, Márcia de Paula (2003). "Trabalho e sociedade em transformação. Mudanças produtivas e atores sociais". São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Angela; e LIMA, Jacob (2015). "O trabalho na Economia Solidária: entre precariedade e emancipação". São Paulo: FAPESP/Annablume, 2015.

LEMKE, Thomas (2001). "'The Birth of bio-politics': Michel Foucault's lecture at the Collège de France on neo-liberal governmentality". Economy and Society, vol. 30, nº 2, 2001.

LEÓN T., Magdalena (2015). "ALCA: resistencias feministas y claves de integración alternativa". In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (orgs.) (2015). "Las mujeres contra

el libre comercio. Una historia de resistencia y lucha". São Paulo: REMTE – Rede Latinoamericana de Mulheres Transformando a Economia, 2015.

LIMA, Fernando Moreira Couto de (2017). "A Participação das Mulheres na Carreira de Economista". FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas: 2017. Disponível em: <http://downloads.fipe.org.br/content/downloads/publicacoes/bif/bif446-26-35.pdf>. Último acesso em: 21/04/2019.

LINDÔSO, Raquel Oliveira (2010). "Migração e força de trabalho feminina no Nordeste da última década". Anais do Fazendo Gênero, 9: "Diásporas, Diversidades, Deslocamentos", 2010.

LOMBARDI, Maria Rosa (2009). "Anotações sobre desigualdades de gênero no mercado de trabalho". In: GEORGES, Isabel; LEITE, Marcia de Paula (orgs.). "Novas configurações do trabalho e Economia Solidária". São Paulo: Annablume, 2009.

LOPES, Maria Margaret; COSTA, Maria Conceição (2005). "Problematizando ausências: mulheres, gênero e indicadores na História das Ciências. In: QUARTIM DE MORAES, Maria Lygia. (org.). "*Gênero nas fronteiras do Sul*". Campinas-SP: Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, Coleção Encontros, 2005.

LÖWY, Llana (2009 [2000]). "Ciências e gênero". In: HIRATA, Helena. et al. (orgs.). "Dicionário crítico do feminismo". São Paulo: Editora UNESP, 2009 [2000].

LUKÁCS, Georg (1978). "As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem". In: "*Temas de Ciências Humanas*". São Paulo, n. 4, p. 1-18, 1978.

LUXEMBURGO, Rosa (1984 [1912]). "A acumulação do Capital". Vol. I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

LUXEMBURGO, Rosa (2011a [1912]). "Direito de voto das mulheres e luta de classes". In: LOUREIRO, Isabel (org.). "Rosa Luxemburgo: textos escolhidos". Vol. I. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LUXEMBURGO, Rosa (2011b [1899]). "Reforma social ou revolução?". In: LOUREIRO, Isabel (org.). "Rosa Luxemburgo: textos escolhidos". Vol. I. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LUXEMBURGO, Rosa (2011c [1914]). "A proletária". In: LOUREIRO, Isabel (org.). "Rosa Luxemburgo: textos escolhidos". Vol. I. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LUXEMBURGO, Rosa (2011d [1903]). "Paralisia e Progresso no Marxismo". In: LOUREIRO, Isabel (org.). "Rosa Luxemburgo: textos escolhidos". Vol. I. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MACHADO, João Guilherme Rocha; PAMPLONA, João Batista (2008). "A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD". Economia e Sociedade, Campinas, vol. 17, nº 1 (32), p. 53-84, abr. 2008.

MACHADO, Leandro (2019). "Dormir na rua, pedalar 30 km e trabalhar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos". Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/tecnologia/noticias/bbc/2019/05/22/dormir-na-rua-pedalar-30-km-e-trabalhar-12-horas-por-dia-a-rotina-dos-entregadores-de-aplicativos.htm?fbclid=IwAR2EZhYfwYWNnQQ73R6tUP7Dn4O9zaLoH6wrSrqX3yHEcKqgEli_cGIGfd4>. Último acesso em: 28/05/2019.

MALAGUTI, Manoel Luiz (2000). "Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado". São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.

MANDEL, Ernest (1971 [1962]). Tratado de economía marxista. México: Ediciones Era,

1971. Tomo II.
MARANHÃO, Tatiana de Amorim (2016). "Amartya Sen e a responsabilização dos pobres na agenda internacional". Revista Contemporânea, vol. 6, n. 1, p. 13-26, Jan.–Jun. 2016.
MARSHALL, Alfred (1982 [1890]). "Princípios de Economia". São Paulo: Abril Cultural, 1982.
MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (2003 [1998]). "As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho". São Paulo: Editora Senac, 2003.
MARX, Karl (1988a [1867]). "O capital. Volume II". São Paulo: Nova Cultural, 1988.
MARX, Karl (1988b [1867]). "O capital. Volume I". São Paulo: Nova Cultural, 1988.
MARX, Karl (1996 [1859]). "Para a Crítica da Economia Política". São Paulo: Nova Cultural, 1996.
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1993 [1845]). "A ideologia alemã (I – Feuerbach)". São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.
MATHIEU, Nicole-Claude (2009 [2000]). Sexo e gênero. In: HIRATA, Helena [et. al.]. "Dicionário crítico do feminismo". São Paulo: Editora Unesp, 2009. pp. 222-230.
MATOS, Marlise (2008). "Teorias e gênero ou teorias de gênero? Se e como os estudos feministas se transformaram em um campo novo para as ciências". Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2008.
MELO, Hildete Pereira de (2005). "Gênero e pobreza no Brasil". In: MELO, Hildete Pereira; BANDEIRA, Lourdes. "A pobreza e as políticas de gênero no Brasil". CEPAL: 2005.
MELO, Hildete Pereira de; BANDEIRA, Lourdes (2005). "A pobreza e as políticas de gênero no Brasil". CEPAL: 2005.
MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio Monteiro; SABBATO, Claudio Di (2007). "Os afazeres domésticos contam". Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 435-454, dez. 2007.
MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio Monteiro; SABBATO, Claudio Di (2016). "Dez anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil". In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (201). "Usos do tempo e gênero". UERJ, SPM, IPEA, 2016.
MELO, Hildete Pereira de; PENA, Maria Valéria (1985). "A condição feminina e a teoria econômica". Literatura Econômica, Rio de Janeiro, Inpes/Ipea, fev. 1985.
MELO, Hildete Pereira de; SERRANO, Franklin (1997). "A mulher como objeto da teoria econômica". In: AGUIAR, Neuma. "*Gênero e Ciências Humanas. Desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*". Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1997.
MENEGATTI, Jessica Cristina Luz (2017). "Teoria da dissociação-valor: análise da mercadoria e hierarquia sexual". Cadernos Cemarx, nº10, 2017.
MIES, Maria (1986). "*Patriarchy & Accumulation on a World Scale*". Londres: Zed Books Ltd., 1986.
MIGUEL, Sônia Malheiros (2003). "Publicando nas ONGs feministas: entre a academia e militância". Estudos Feministas, Florianópolis, 11(1): 336, jan-jun/2003.
MILLET, Kate (1974 [1969]). "*Política sexual*". Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1974.
MINAYO, Maria Cecília de Souza. "Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta". MINAYO, M. C. de S. (Org.). "*Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*". 28. ed. Ed. Vozes; Petrópolis, 2009.
MITCHELL, Juliet (1967 [1966]). "Mulheres: a Revolução Mais Longa". Revista

Civilização Brasileira, 14, 1967.
MOLINEUX, Maxine (1994 [1979]). "Más allá del debate sobre el trabajo doméstico". In: BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; ALEMANY, Carme (orgs.) (1994). "*Las mujeres y el trabajo: rupturas conceptuales*". Barcelona: ICARIA : FUHEM, D. L. 1994.
MOLINIER, Pascale (2013). "Le travail du care". Paris: La Dispute, 2013.
MORENO, Renata Faleiros Camargo (2013). "Além do que se vê; uma leitura das contribuições do feminismo para a economia". Dissertação de Mestrado, UFABC. 2013.
MORENO, Renata Faleiros Camargo (2014). "A economia na agenda política do feminismo". In: MORENO, Renata (org.). "Feminismo, Economia e Política". São Paulo: SOF, 2014.
MORENO, Renata Faleiros Camargo (2015). "Economía Feminista: una visión antisistémica". In: SOF. "En busca de la igualdad. Textos para la acción feminista". São Paulo: SOF, 2015.
MORENO, Renata Faleiros Camargo (2018). "Economia feminista em movimento: experiências e desafios teórico-políticos a partir das lutas das mulheres". Revista Temáticas, nª 52, 2018.
MORGAN, Mary (2006). "Economic man as model man: ideal types, idealization and caricatures". Journal of the History of Economic Thought, Volume 28, Number 1, March 2006.
MORTON, Peggy (1970). "A woman's work is never done". *Leviathan*, 2 (1), 1970.
MÜLLER, Marcos Lutz (1982). "Exposição e Método Dialético em 'O Capital'". Boletim Seaf, nº 2, Belo Horizonte, 1982.
NELSON, Julie (1993). "The study of choice or the study of provisioning? Gender and the definition of economics". In: FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (eds.). "Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics". Chicago: University of Chicago Press, 1993.
NETO, Octávio Cruz (1999). "O trabalho de campo como descoberta e criação". In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). "*Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*". Petrópolis: Vozes, 1999.
NOBRE, Miriam (2002). "Introdução à Economia Feminista". In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.). "Economia Feminista". São Paulo: SOF, 2002.
NOBRE, Miriam (2003). "Diálogos entre economia solidária e economia feminista". In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.) (2003). "A produção do viver". São Paulo: SOF, 2003.
NOBRE, Miriam (2015). "La perspectiva feminista sobre la soberanía alimentaria". In: SOF. "En busca de la igualdad. Textos para la acción feminista". São Paulo: SOF, 2015.
NOBRE, Miriam, et all. (1998). "Gênero e Agricultura Familiar". Cadernos Sempreviva, São Paulo, SOF, 1998.
NOBRE, Miriam; et al. (2015). "Economia feminista e soberania alimentar". SOF/CRESÇA/OXFAM, 2015.
NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu (2003). "Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da marcha mundial das mulheres no fórum social mundial". Revista Estudos Feministas, v. 11, nº 2, 2003.
NUSSBAUM, Martha (2003). "Capabilities as fundamental entitlements: Sen and social

justice". Feminist Economics, 9(2 – 3), 2003, pp. 33 – 59.
OIT – Organização Internacional do Trabalho. "Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação". Brasília: OIT, pp. 131-148, 2012.
OIT – Organização Internacional do Trabalho. "Trabalho e família: rumo a novas formas de conciliação com corresponsabilidade social". Brasília: OIT, 2009.
OLIVEIRA, Laércio Rodrigues de (2006). "As repercussões do acordo com o FMI sobre os ajustes da Economia Brasileira". Revista Pesquisa & Debate, SP, vol. 17, nº 1 (29) p.79-102, 2006.
OLIVEIRA, Roberto Véras (2016). "Trabalho no Nordeste em perspectiva histórica". Revista Estudos Avançados, 30 (87), 2016.
ONU MUJERES (2012). "La economía feminista desde América Latina. Una hoja de ruta sobre los debates actuales en la región". Santo Domingo, República Dominicana, ONU Mujeres, 2012.
PARADIS, Clarisse; CARRAU, Natalia; BARRETO, Viviana (2017). "A resistência feminista contra o livre comércio e a luta das mulheres pela autonomia sobre o corpo, trabalho e territótio". In: SOF – Sempreviva Organização Feminista. "Desafios Feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida. Nós mulheres seguimos em luta!". São Paulo: SOF, 2017.
PATEMAN, Carole (2014 [1989]). "Críticas feministas à dicotomia público/privado". In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (orgs.). "Teoria política feminista: textos centrais". Eduff: 2014.
PEREIRA, João Márcio Mendes (2010). "O banco mundial como ator político, intelectual e financeiro 1944-2008". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
PEREIRA, João Márcio Mendes (2014). "Poder, política e dinheiro: a trajetória do Banco Mundial entre 1980 e 2013". In: PEREIRA, João Márcio Mendes; PRONKO, Marcela (orgs.). "A demolição de direitos. Um exame das políticas do banco mundial para a educação e saúde (1980-2013)". Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.
PEREIRA, João Márcio Mendes; PRONKO, Marcela (orgs.). "A demolição de direitos. Um exame das políticas do banco mundial para a educação e saúde (1980-2013)". Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.
PÉREZ OROZCO, Amaia (2005). "Economía del género y economia feminista ¿Conciliación o ruptura?". Revista venezolana de estúdios de la mujer. Caracas, Enero-junito, 2005 – Vol. 10 - N° 24.
PÉREZ OROZCO, Amaia (2006). "Perspectivas Feministas en Torno a la Economía: el caso de los cuidados". Consejo Económico y Social, 2006.
PÉREZ OROZCO, Amaia (2012a). "¿Qué es la economia feminista?". In: Fundación Manu Robles-Arangiz. Entrevista, 2012. Disponível em: http://www.mrafundazioa.eus/es/articulos/que-es-la-economia-feminista. Último acesso em 02/02/2017.
PÉREZ OROZCO, Amaia (2012b [2006]). "Ameaça tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico". In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata. "Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia". Sao Paulo: SOF, 2012.
PÉREZ OROZCO, Amaia (2014a). "Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida". Madrid: Traficantes de Sueños, 2014.
PÉREZ OROZCO, Amaia (2014b). "Del trabajo doméstico al trabajo de cuidados". In: CARRASCO, Cristina (org.). "Con voz própria. La economía feminista como apuesta

teórica y política". Madri: La Oveja Roja, 2014, pp. 25-47.
PÉREZ OROZCO, Amaia (2014c). "Crisis multidimensional y ajuste feminizado: retos y oportunidades". In: CARRASCO, Cristina (org.). "*Con voz própria. La economía feminista como apuesta teórica y política*". Madri: La Oveja Roja, 2014, pp. 171-192.
PÉREZ OROZCO, Amaia (2017). "¿Espacios económicos de subversão feminista?". In: CARRACO, Cristina; DÍAZ, Carme (org.). "*Economía feminista. Desafíos, propuestas, alianzas*". Barcelona: Entrepueblos, 2017.
PERSKY, Joseph (1995). "Retrospectives: The Ethology of Homo Economicus". *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 9, No. 2 (Spring, 1995), pp. 221-231.
PICCHIO, Antonella (1992). "Social Reproduction: the political economy of the labour market, Cambridge". CUP, 1992.
PICCHIO, Antonella (2001). "Un enfoque macroeconómico 'ampliado' de las condiciones de vida". In: Conferencia Inaugural de las Jornadas 'Tiempos, trabajos y género', realizadas en febrero de 2001 en la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Barcelona, 2001.
PICCHIO, Antonella (2009). "Condiciones de vida: perspectivas, nálisis económico y políticas públicas". Revista de Economía Crítica, nº7 , primer semestre, 2009:27-54. ISSN : (en trámite)
PICCHIO, Antonella (2012 [2005]). "A Economia Política e a pesquisa sobre as condições de vida". In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata. "Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia". Sao Paulo: SOF, 2012.
PICCHIO, Antonella (2018 [1992]). "Trabalho feminino no cerne do mercado de trabalho". Revista Temáticas, 2018.
PINTO, Céli Regina (2003). "Uma história do feminismo no Brasil". São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
PISCITELLI, Adriana (2001). Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2001, p. 7-42.
PISCITELLI, Adriana (2009). "Gênero: a história de um conceito". In: BUARQUE DE ALMEIDA, H.; SZWAKO, J. (org.). "Diferenças, igualdade". São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. pp. 116-148.
POCHMANN, Marcio. "A década dos mitos". São Paulo: Editora Contexto, 2001.
POLANYI, Karl (1980 [1944]). "A grande transformação: as origens de nossa época". Rio de Janeiro: Campus, 1980.
POWER, Marilyn (2004). "Social Provisioning as a Starting Point for Feminist Economics". Feminist Economics, 2004, 10(3): 3-19.
PRAUN, Luci (2012). "Sindicalismo Metalúrgico do ABC paulista: da contestação à parceria". In: SOUZA, Davisson C.; TRÓPIA, Patrícia (orgs.). "Sindicatos Metalúrgicos no Brasil Contemporâneo". Belo Horizonte: Fino Trato/FAPESP/FAPEMIG, 2012.
PUJOL, Michèle (1992). "*Feminism and anti-feminism in earlly economic thought*". UK e USA: Edward Elgar Publishing, 1992.
QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (1991). "*Variação sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*". São Paulo: T. A. QUEIROZ, 1991.
REID, Margaret G. (2016 [1934]). "¿Qué es la producción doméstica?". *Revista de Economía Crítica*, nº22, segundo semestre, 2016.
REMTE – Rede Latinoamericana de mulheres transformando a economia (2001).

"Quiénes Somos?". Disponível em: <https://movimientos.org/es/remte/show_text.php3%3Fkey%3D693>. último acesso em: 05/04/2019.

REMTE – Rede Latinoamericana de mulheres transformando a economia (2003). "Deuda externa y deuda con las mujeres". Disponível em: <https://movimientos.org/es/remte/show_text.php3%3Fkey%3D1410>. Último acesso: 05/04/2019.

REMTE – Rede Latinoamericana de Mulheres Transformando a Economia (2015). "Las mujeres contra el libre comércio: una historia de resistencia y lucha". In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (orgs.) (2015). "Las mujeres contra el libre comercio. Una historia de resistencia y lucha". São Paulo: REMTE – Rede Latinoamericana de Mulheres Transformando a Economia, 2015.

ROBEYNS, Ingrid (2007). "Le concept de capabilité d'Amartya Sen est-il utile pour l'économie féministe?". Nouvelles Questions Féministes, 2, vol. 26, 2007.

ROCHA, Isabel Baltar da (org.) (2000). "Trabalho e gênero. Mudanças, permanências e desafios". São Paulo: Editora 34, 2000.

ROSDOLSKY, Roman (2001 [1968]). "Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx". Rio de Janeiro: EDUERJ: contraponto, 2001 [1968].

RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (2018). "Precisamos falar de Gênero". In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (orgs.). "O Golpe na Perspectiva de Gênero". Salvador: Edufba, 2018.

RUBIN, Gayle (2017 [1975]). "O tráfico de mulheres". In: RUBIN, Gayle. "Políticas do sexo". São Paulo: UBU, 2017.

RUBIN, Isaak Illich (1987 [1928]). "A teoria marxista do valor". São Paulo: Editora Pólis: 1987.

SABOURIN, Eric (2011). "Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento". Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51.

SAFFIOTI, Heleieth (1976 [1969]). "A mulher na sociedade de classes: mito e realidade". Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth (1987). "O poder do macho". São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth (1992). "Rearticulando gênero e classe social". In: COSTA, Albertina e BRUSHINNI, Cristina. (orgs.). "Uma questão de gênero". São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992, pp.183-215

SAFFIOTI, Heleieth (1997). "Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade". Lutas Sociais, n. 2, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. "Emprego doméstico e capitalismo". Tomo 01. Petrópolis: Vozes, 1978.

SAFFIOTI, Heleieth. "Emprego doméstico e capitalismo". Tomo 02. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 1979.

SANFILIPPO, Josefina Roco (2016). "*Pasos en el camino: sistematización de las Escuelas de Economía. Feminista de Euskal Herria*", 2016. Disponível em: <http://biblioteca.hegoa.ehu.es/registros/20355>. Último acesso em: 19-12-2019.

SANTOS, Graciete Golçalves dos (2009). "Economia Solidária e Feminista: um encontro possível". Cadernos Feministas de Economia & Política, Recife, nº 05, 2009.

SANTOS, Graciete Golçalves dos (2017b). "As mulheres na política e a política na vida das mulheres: olhares sobre a ATER mulher no sertão do Pajeú-PE". Dissertação de

mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2017.

SANTOS, Luciane Lucas (2017a). "Deve a economia feminista ser pós-colonial? Colonialidade económica, género e epistemologias do Sul". Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 114 (2017)

SANTOS, Maria José dos (2012). "Mulheres Quilombolas: memória é acervo da nossa história". Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012.

SARTI, Cintia (2004). "O feminismo brasileiro desde os anos 1970". Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004.

SAUNDERS, Lisa; DARITY Jr, William (2003). "Feminist Theory and racial economic inequality". In: Ferber, M.; NELSON, J. "*Feminist Economics Today*". London: The University of chicago Press, 2003

SCHIEBINGER, Londa (2001 [1999]). "O feminismo mudou a ciência?". Bauru: EDUSC, 2001.

SCHIEBINGER, Londa (2008). "Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento". Apresentação de Maria Margaret Lopes. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., jun. 2008, p.269-281.

SCHOLZ, Roswitha (1996). "O valor é homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos". Novos Estudos. CEBRAP, São Paulo, n. 45, julho 1996.

SCOTT, Joan Wallach (1992 [1991]). "História das Mulheres". In: BURKE, Peter (org.). "A Escrita da história: novas perspectivas". São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SCOTT, Joan Wallach (1995 [1986]). "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". Educação e Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez., pp . 71- 99, 1995 [1986].

SCOTT, Joan Wallach (1998 [1991]). "A invisibilidade da experiência". Projeto História. São Paulo, n.16, 1998.

SECCOMBE, Wally (1974). "The housewife and her labour under capitalism". New Left Review, n. 83, 1974.

SEGUINO, Stephanie; STEVENS, Thomas; LUTZ, Mark (1996). "Gender and Cooperative Behavior: Economic Man Rides Alone. Feminist Economics, 2(1), 1996, 1-21.

SEN, Amartya (1987). "*Commodities and capabilities*". New Delhi: Oxford University Press, 1987.

SEN, Amartya (1993 [1989]). "O desenvolvimento como expansão de capacidades". *Revista Lua Nova*, nº 28-29, São Paulo, Apr. 1993.

SEN, Amartya (2000 [1999]). "*Desarrollo y libertad*". Barcelona: Editorial Planeta, 1999.

SEN, Amartya (2003). "Development as Capability Expansion". In: Fukuda-Parr S, et al. "*Readings in Human Development*". New Delhi and New York: Oxford University Press; 2003.

SINGER, Paul (2001). "Economia solidária versus economia capitalista". Sociedade e Estado online, v.16, n.1-2, pp. 100-112, 2001.

SMITH, Adam (1983 [1776]). "A riqueza das nações: investigações sobre a sua natureza e suas causas". Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOARES, Vera (1998). "Feminismo e ONGs". In: "O impacto social do trabalho das ONGs no Brasil". São Paulo, ABONG, 1998. p. 39-60.

SOF – Sempreviva Organização Feminista (2006a). "Neoliberalismo e livre comércio: o mundo da OMC". In: SOF – Sempreviva Organização Feminista. "Agricultura na sociedade de mercado. As mulheres dizem não à sociedade de mercado". São

Paulo: SOF, 2006.
SOF – Sempreviva Organização Feminista (2006b). "Agricultura na sociedade de mercado. As mulheres dizem não à tirania do livre comércio". São Paulo: SOF, 2006.
SOF – Sempreviva Organização Feminista (2016). "Mulheres do Campo construindo autonomia. Experiências de comercialização". São Paulo: SOF, 2016.
SOUZA-LOBO, Elisabeth (1991). "O gênero da representação: Movimentos de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990)". Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.6, n.17. Rio de Janeiro, out. 1991.
SOUZA-LOBO, Elisabeth (2011 [1991]). "A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência". São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
SOUZA-LOBO, Elisabeth. et al. (1986 [1984]). "A 'prática invisível' das operárias". In: KARTCHEVSKY, Andrée. et al. "O sexo do trabalho". Rio de Janeiro: Guerra e Paz, 1986 [1984].
SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2016). "Gênero e Autonomia Econômica para as Mulheres". Brasília: SPM, MMIRDH, 2016.
STRASSMANN, Diana (2002 [1999]). "A economia feminista". In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.). "Economia Feminista". São Paulo: SOF, 2002.
STROBER, Myra (2003). "The application of mainstream economics constructs to education: a feminist analysis". In: FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (orgs.) (2003). "Feminist Economics Today". Chicago: University of Chicago Press, 2003.
TALAHITE, Fatiah (2014). "Peut-on fair l'économie du genre?". La Découvert, 2014.
TAVARES, Maria Augusta (2002). "Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista". Revista Outubro, nº 7, 2002.
TEIXEIRA, Marilane de Oliveira (2008). "Desigualdades salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem de economistas feministas". Revista Gênero, vol. 09, nº 01, 2008.
TEIXEIRA, Marilane de Oliveira (2012). "Sistema de indicadores de gênero: instrumento para conhecer e reconhecer a experiência das mulheres". In: CARRASCO, Cristina (2012). "Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres". São Paulo, SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2012.
TEIXEIRA, Marilane de Oliveira (2017). "Uma abordagem da economia feminista para o mercado de trabalho no Brasil". Tese de Doutorado. Instituto de Economia – UNICAMP, 2017.
TEIXEIRA, Marilane de Oliveira (2018). "A Economia Feminista e a crítica ao paradigma econômico predominante". Revista Temáticas, Campinas, 26, (52): 135-166, ago./dez. 2018.
TELES, Maria Amélia de Almeida (1999 [1993]). "Breve história do feminismo no Brasil". São Paulo: Brasiliense, 1999.
THOMPSON, E. P. (1981 [1978]). "A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser". Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
TILLY, Louise; SCOTT, Joan Wallach (1989). "Woman, work and family". New York/Londres: Routledge, 1989.
TRONTO, Joan C. "Beyond Gender Difference to a Theory of Care". Signs, Vol. 12, No. 4, Within and Without: Women, Gender, and Theory (Summer,1987), pp. 644-663
UCL – University College London (2019). "Women in the Early Days of the RES".

Disponível em: <https://www.ucl.ac.uk/~uctp100/RESwomen.htm>. Último acesso em: 16/04/2019.

VARIKAS, Eleni (2009 [2000]). "Universalismo e particularismo". In: HIRATA, Helena. et al. (orgs.). "Dicionário crítico do feminismo". São Paulo: Editora UNESP, 2009.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez (2007 [1967]). "Filosofia da práxis". Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciências Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VICARD, Vicent (2017). "4. Quels déterminants de l'avantage comparatif au 21e siècle", Regards croisés sur l'économie, 2017/2 (n° 21), p. 49-57.

VILAÇA, Mônica (2019). "O trabalho das mulheres na Rede de Produtoras do Pajeú: Cuidados e Economia Feminista em práticas de Economia Solidária". Dissertação de mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2019.

VOGEL, Lise (1983). "Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory". New Brunswick, New Jersey, 1983.

WEBER, Max (2004 [1922]). "Economía y sociedad. Esbozo de sociología compreensiva". México: FCE, 2004.

WELLEN, Henrique (2012). "Para a crítica da 'Economia Solidária'". São Paulo: Outras Expressões, 2012.

WILLIAMS, Rhonda (1993). "Race, Deconstruction, and the Emergent Agenda of Feminist Economic Theory," in Marianne A. Ferber and Julie A. Nelson (eds.). "*Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*". Chicago: University of Chicago Press.

WINKLE, Elizabeth (2017). "'Hotter,' 'lesbian,' 'feminazi': How some economists discuss their female colleagues". The Washington Post, 2017. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/wonk/wp/2017/08/22/hotter-lesbian-feminazi-how-some-economists-discuss-their-female-colleagues/?noredirect=on&utm_term=.c37de1b95f7f>. Último acesso em: 16/04/2019.

WOLFERS, Justin (2017). "Evidence of a toxic environment for women in economics". In: The New York Times. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/08/18/upshot/evidence-of-a-toxic-environment-for-women-in-economics.html>. Último acesso em: 12-12-2018.

WOLFF, Cristina Scheibe (2008). "Estudos Feministas e Movimentos Sociais: desafios de uma militância acadêmica em forma de revista". Estudos Feministas, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril/2008.

WOOLF, Virginia (2014 [1928]). "Um teto todo seu". Tordesilhas, 2014.

WU, Alice (2017). "Gender Stereotyping in Academia: Evidence from Economics Job Market Rumors Forum". EJMR, 2017.

ANEXO I – Referências da AEA sobre Ciência Econômica e relações de gênero

- U.S. Department of Commerce Economics and Statistics Administration and Executive Office of the President, Office of Management and Budget, "Women in America: Indicators of Social and Economic Well-Being"; March 2011
- Bansak, Cynthia and Martha Starr; "Gender Differences in Predispositions towards Economics" May 2006; Available at SSRN: http://ssrn.com/abstract=908899
- Bartlett, Robin L.; "Attracting 'Otherwise Bright Students' to Economics 101" 1995; The American Economic Review; Vol85 No 2; pp. 362 – 366
- Bollinger, Christopher R, Gail Ann Mitchell Hoyt, and KimMarie McGoldrick; "Chicks Don't Dig It: Gender, Attitude and Performance in Principles of Economics Classes" September 2006; Available at SSRN: http://ssrn.com/abstract=931670
- Blackaby, David, Alison L. Booth, and Jeff Fran, "Outside Offers and the Gender Pay Gap: Empirical Evidence from the UK" September 2002; CEPR Discussion Paper No. 3549. Available at SSRN: http://ssrn.com/abstract=342822
- Broder, Ivy; "Professional Achievements and Gender Differences Among Academic Economists" 1993; Economic Inquiry; Vol31 No 1; pp. 116
- Cloutier, Norman R. and Dennis A Kaufman; "Attracting 'Otherwise Bright' Women to Economics: An Administrative Strategy for Small to Medium Size Economics Departments" November 2008; Available at SSRN: http://ssrn.com/abstract=1305369
- Thomas Cunningham, Rosemary and Madeline Zavodny; "Has Women's Participation in the AEA Meeting Risen Over Time? A Study of the 1985 and 2006 Programs" June 2008; Available at SSRN: http://ssrn.com/abstract=1153554
- Dolado, Juan, Florentino Felgueroso, and Miguel Almunia; "Do Men and Women-Economists Choose the Same Research Fields? Evidence from Top-50 Departments" November 2005; IZA Discussion Paper No. 1859
- Dwyer, Mary M., Flynn, Arlene A. and Inman, Patricia S. "Differential Progress of Women Faculty: Status 1980-1990; 1991; Higher Education Handbook of Theory & Research"; VolVII; pp. 173-222.
- Dynan, Karen and Elena Rouse; "The Underrepresentation of Women in Economics: A Study of Undergraduate Economics Students" 1997; The Journal of Economic Education; Vol28 No 4; pp. 350 – 368
- Ferber, Marrianne; "The Study of Economics: A Feminist Critique" 1995; The American Economic Review; Vol85 No 2; pp. 357 – 361
- Flynn, Patricia M. and Michael A. Quinn; "Economics: A Good Choice of Major for Future CEOs" November 2006; Available at SSRN: http://ssrn.com/abstract=947914
- Ginther, Donna K. and Shulamit Kahn; "Women in Economics: Moving Up or Falling Off the Academic Career Ladder?" Journal of Economic Perspectives (Summer 2004) 18:3, 193-214.
- Hale, Galina and Regev, Tali, "Gender Ratios at Top PhD Programs in Economics" Federal Reserve Bank, August 2011
- Hansen, Lee; "The Education and Training of Economics Doctortes: Major Findings of the Executive Secretary of the American Economic Association's Commission on Graduate Education in Economics" 1991; Journal of Economic Literature; Vol29 No 3; pg. 1054

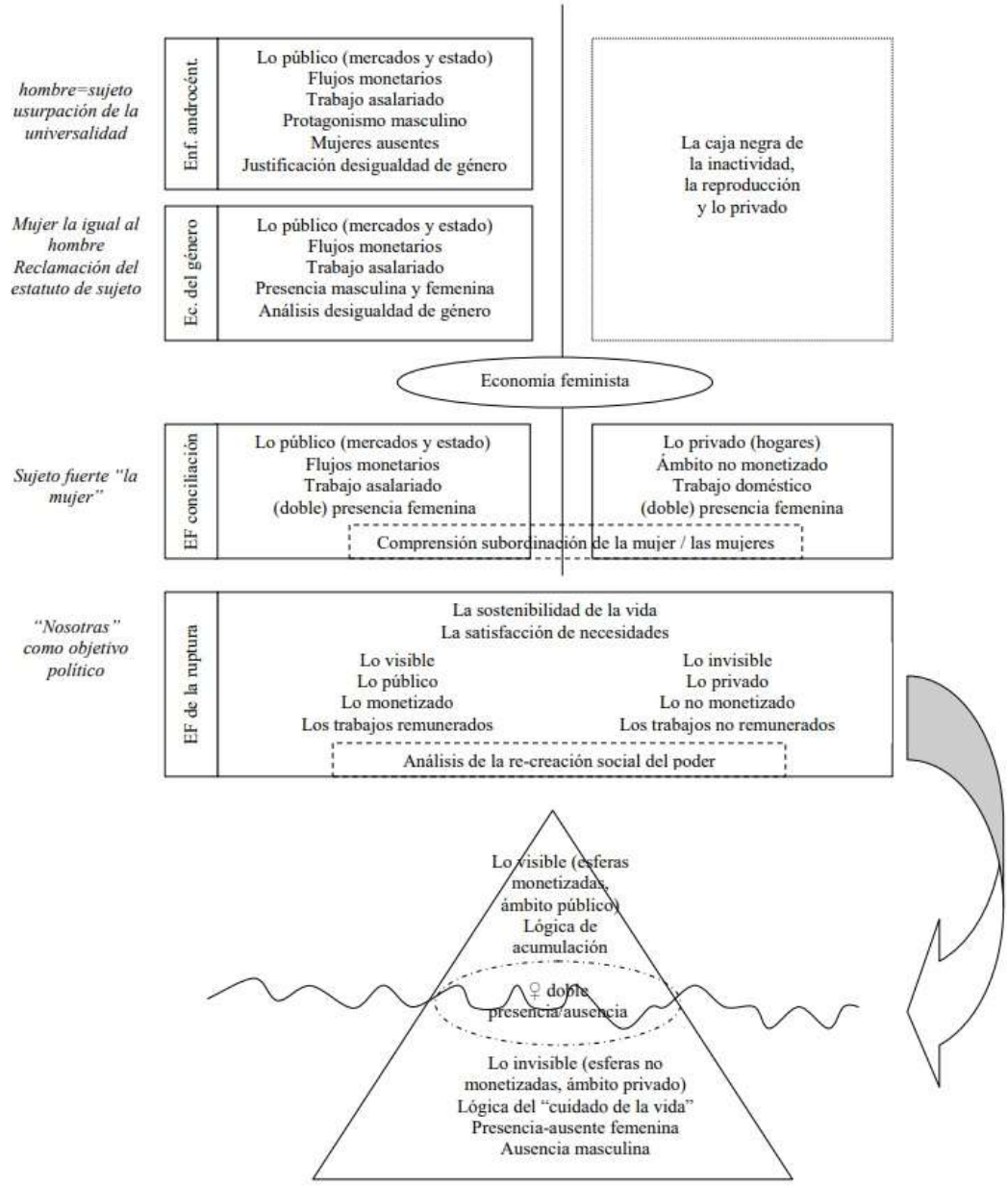
- Hartmann, Heidi; "The Economic Emergence of Women: Bergmann's Six Commitments" 1998; Feminist Economics; Vol4 No 3; pp. 169 – 180
- Hilmer, Christiana and Michael Hilmer; "Women Helping Women, Men Helping Women? Same Gender Mentoring, Initial Job Placements, and Early Career Publishing Success for Economic PhDs" May 2007; AEA Papers and Proceedings; Vol97 No 2; pp. 422 – 426
- Himer, Michael and Christiana Hilmer; "Dissertation Advisors and Initial Job Placements for Economics PhD Recipients" 2007; Applied Economics Letters; Vol14; pp. 311 – 314
- Jensen, Elizabeth and Ann Owen; "Why are Women Such Reluctant Economists? Evidence from Liberal Arts Colleges" May 2000; The American Economic Review; Vol90 No 2; pp. 466 – 470
- Jensen, Elizabeth and Ann Owen; "Gender and Interest in Economics" 2001; The Journal of Economic Education; Vol32 No 4; pp. 323 – 343
- Kahn, Shulamit; "Gender Differences in Academic Career Paths of Economists" May 1993; The American Economic Review; Vol83 No 2; pp. 52 – 56
- Kahn, Shulamit; "Women in the Economics Profession" 1995; Journal of Economic Perspectives; Vol9 No 4; pp. 193 – 205
- Kolpin, Van W. and Larry Singell, Jr.; "The Gender Composition and Scholarly Performance of Economics Departments: A Test for Employment Discrimination" 1996; Industrial and Labor Relations Review; Vol49 No 3; pp. 408 – 423
- McDowell, John, Larry Singell, Jr., and James Ziliak; "Cracks in the Glass Ceiling: Gender and Promotion in the Economics Profession" May 1999; The American Economic Review; Vol89 No 2; pp. 392 – 396
- McDowell, John, Larry Singell, Jr., and Mark Stater; "Two to Tango? Gender Differences in the Decisions to Publish and Coauthor" 2006; Economic Inquiry; Vol44 No 1; pg. 153
- McDowell, John, Larry Singell, Jr., and James Ziliak; "Gender and Promotion in the Economics Profession" 2001; Industrial and Labor Relations Review; Vol54 No 2; pp. 224 – 244
- Neumark, David and Rosella Gardecki; "Women Helping Women? Role-Model and Mentoring Effects on Female PhD Students in Economics" 1996; NBER Working Paper Series, Vol. w5733
- Neymotin, Florence, "Women in Economics: Making Connections and Forging Ahead," Journal About Women in Higher Education, NASPA, 2011 4(2), doi:10.2202/1940-7890.1122
- Rask, Kevin N. and Jill Tiefenthaler; "Too Few Women? - Or Too Many Men? The Gender Imbalance in Undergraduate Economics" August 2004; Available at SSRN: http://ssrn.com/abstract=595222
- Robb, Roberta Edgecombe and A. Leslie Robb; "Gender and the Study of Economics: The Role of Gender of the Instructor" 1999; The Journal of Economic Education; Vol30 No 1; pp. 3 – 19
- Salemi, Michael and Carlie Eubanks; "Accounting for the Rise and Fall in the Number of Economics Majors with the Discouraged-Business-Major Hypothesis" 1996; The Journal of Economic Education; Vol27 No 4; pp. 350 – 361
- Thilmany, Dawn; "Gender Based Differences of Performance and Pay among Agricultural Economics Faculty" 2000; Review of Agricultural Economics; Vol22 No 1; pp. 23 – 33
- Xie, Yu and Kimberlee A. Shauman; "Sex Differences in Research Productivity: New Evidence about an Old Puzzle" 1998; American Sociological Review, Vo 63 No 6; pp. 847 – 870

ANEXO II – Lista de organizações de mulheres economistas no mundo, segundo a AEA

- Accounting & Financial Women's Alliance
  http://afwa.org
- American Association of University Women
  http://www.aauw.org
- American Business Women's Association
  http://www.abwa.org/pages/abwa-home-page
- Association for the Advancement of African Women Economists
  http://www.aaawe.org/
- Aube Nouvelle pour la Femme et le Développements (ANFD)/ New Dawn for Woman and Development (NDWD)
- Brazilian Women in Economics
  http://www.usp.br/bwe/
- Canadian Women Economists Network/ Réseau de Femmes Économistes
  http://www.yorku.ca/cwen/
- Chinese Women Economists Network
- Committee on the Situation of Women in Economics
  http://asesec.org/COSME/en/index/
- Committee on Women in Agricultural Economics
  http://www.aaea.org/membership/sections/cwae
- DC Women in the Economics Profession
- Economic Society of Australia's Committee for Women Economists
  http://www.esaqld.org.au/
- European Economics Association Committee on Women in Economics
  http://www.eeassoc.org/
- Girls, Inc.
  http://www.girlsinc.org/resources/programs/girls-inc-economic-literacy.html
- Korean Women Economists Association
  http://www.e-kwea.or.kr/
- Leadership Women
  http://leadership-women.org
- National Association of Women Business Owners
  https://www.nawbo.org/
- Royal Economic Society's Women's Committee in the UK
  http://www.res.org.uk/view/womensComm.html
- EDIRC Index of Economics Associations and Societies
  https://edirc.repec.org/assocs.html

ANEXO III – Quadro síntese da Economia Feminista, segundo Pérez

Fonte: PÉREZ (2006a, p. 202.).



ANEXO IV – Detalhes do sistema de indicadores sensíveis ao gênero de Cristina Carrasco para a Catalunha

*Uma explicação detalhada de cada um desses indicadores pode ser vista em: CARRASCO, 2012.

1ª Capacidade: acesso à saúde (*indicadores*: expectativa de vida ao nascer; realização regular de mamografias preventivas; interrupção voluntária da gravidez; estado de saúde percebido; estado de saúde mental; mobilidade reduzida; tabagismo; atividade física com benefícios para a saúde; sobrepeso; perspectiva não androcêntrica no Planejamento de Saúde da Catalunha);

2ª Capacidade: acesso à educação e ao conhecimento (*indicadores*: proporção de abandono em três níveis educacionais; graduação em nível superior; educação de pessoas adultas; pesquisadoras por área de conhecimento; estudos de pessoas ativas e inativas; participação em ações de capacitação dirigidas a pessoas desempregadas e inativas para incorporar-se ao trabalho assalariado; pessoas beneficiárias de bolsas de apoio à formação e à pesquisa; pessoal docente nos três níveis educativos; direções e cargos de responsabilidade de centros docentes dos três níveis educativos; expectativa de pais e mães em relação ao nível máximo de estudos de seus filhos e filhas; currículo e materiais não estereotipados nos diferentes níveis de educação; conteúdos de saúde sexual e reprodutiva nos programas de estudo; prevenção da violência sexista: autoestima, gestão de conflito);

3ª Capacidade: acesso a um espaço doméstico adequado e seguro (*indicadores*: regime de propriedade da moradia principal; área do domicílio por pessoa segundo a pessoa de referência seja mulher ou homem; rendimentos brutos do domicílio dedicados à compra ou ao aluguel da moradia; localização dos domicílios monoparentais; instalações e serviços no domicílio; percepção de problemas no domicílio; titularidade da moradia de proteção oficial; auxílio para aluguel de moradia; espaços próprios no domicílio; responsabilidade por tarefas de reciclagem no domicílio);

4ª Capacidade: acesso a um trabalho remunerado em condições adequadas (*indicadores*: relação de tempo total de trabalho; relação de tempo médio de trabalho;

dupla jornada; taxas de ocupação; taxas de ocupação em situação específica de cuidados; tempo de trabalho remunerado; preferência de ocupação do tempo; ocupação em cargos de responsabilidade; taxa de temporalidade; taxa de parcialidade; taxa de desemprego; taxa de desemprego oculto; taxa de ocupação em setores majoritários do "outro sexo"; taxa de feminização da ocupação remunerada no serviço doméstico e de cuidados);

5ª Capacidade: acesso à obtenção de rendimentos monetários (*indicadores*: relação de salários mensais; relação de salário bruto por hora; pessoas que recebem pensões contributivas (aposentadorias e pensões por viuvez); valor relativo das pensões contributivas (aposentadorias e pensões por viuvez); pessoas que recebem pensões não contributivas; valor relativo das pensões não contributivas e das pensões contributivas de aposentadoria; controle das finanças do domicílio; decisões sobre as despesas no domicílio);

6ª Capacidade: acesso a uma mobilidade e a um planejamento territorial adequados (*indicadores*: titulares de novas licenças para dirigir; índice de motorização; acesso ao veículo particular; motivos dos deslocamentos; meio utilizado nos deslocamentos; distância dos deslocamentos; autoposicionamento segundo o modo de deslocamento; índice de segurança percebida em estações e veículos de transporte público; avaliação dos modos de deslocamento; estações de metrô e de trem adaptadas para pessoas com mobilidade reduzida na Catalunha; investimento público em transporte público e transporte privado na Catalunha; espaço público destinado ao trânsito de veículos e ao trânsito de pedestres nas capitais catalãs; novas moradias em loteamentos afastados e novas);

7ª Capacidade: acesso ao tempo livre e às atividades esportivas (*indicadores*: percepção de angústia por falta de tempo; taxa de realização de atividades culturais e de lazer; taxa de realização de atividades desportivas; taxa de realização de atividades desportivas; tempo de atividades de lazer, culturais e desportivas; pessoas associadas e federadas a entidades desportivas; esporte de acompanhamento; esporte de ócio/lazer);

8ª Capacidade: acesso aos cuidados (*indicadores*: tempo de trabalho de cuidados; tempo de cuidado direto; ocupação no trabalho de cuidados; ocupação em atividades de limpeza e de cozinha; cuidado de pessoas com problemas de saúde; pessoas cuidadoras não remuneradas; taxa de escolarização no primeiro ciclo de

educação infantil (de 0 a 3 anos); cobertura das bolsas-alimentação; cobertura da atenção residencial; cobertura de centros-dia; cobertura da atenção domiciliar; demanda de vagas em residências e centros-dia ou para atenção domiciliar; utilização de licenças-paternidade);

9ª Capacidade: acesso a uma vida livre de violência (*indicadores*: autopercepção das violências; dimensão das violências contra as mulheres; grau de satisfação com o sistema policial e o judiciário; detecção dos abusos emocionais e físicos pelos centros de atenção primária (serviços sociais e serviços de saúde); vitimização a médio prazo; percepção da violência segundo o bairro de residência; número de porteiros eletrônicos nos edifícios e visibilidade das partes internas dos edifícios; violência contra as mulheres nos espaços públicos);

10ª Capacidade: participação social e política na comunidade (*indicadores*: participação nos órgãos de decisão e trabalho das Associações de Mães e Pais (AMPAs); participação nos órgãos de decisão e trabalho das Associações de Bairro e de Moradores; mulheres e homens nas prefeituras desde 1979; encargos familiares de prefeitas e prefeitos; mulheres e homens cabeça de chapa municipais com representação desde 1979; mulheres e homens eleitos para o Parlamento da Catalunha desde 1980; mulheres e homens nas Secretarias Gerais de Governo desde 1980; encargos familiares de Secretárias e Secretários-gerais de Governo; mulheres e homens nos órgãos de direção dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras; encargos familiares de dirigentes sindicais; mulheres organizadas em grupos de mulheres).

Indicadores específicos para população imigrante: obtenção de permissão de trabalho; prazo para a obtenção de licenças administrativas; renovação das licenças; tramitação da nacionalidade; o trabalho sexual, o trabalho doméstico, o trabalho em serviços; luto migratório; grau de satisfação com o atendimento de saúde; doenças derivadas das tipologias trabalhistas; violência institucional (expulsões, sanções, tramitações); incidência do “racismo residencial” em mulheres migrantes.

ANEXO V – Modelo econômico de Cristina Carrasco para o trabalho doméstico (1988) I

Si se supone que se producen n mercancías, las líneas productivas correspondientes vienen representadas por:

$$
\begin{aligned}
&a_{1\,1}A_1 + a_{2\,1}A_2 + \ldots + a_{n\,1}A_n + l_1 \rightarrow a_1 A_1 \\
&a_{1\,2}A_1 + a_{2\,2}A_2 + \ldots + a_{n\,2}A_n + l_2 \rightarrow a_2 A_2 \\
&\quad\vdots \qquad\qquad\qquad\qquad\qquad\quad \vdots \\
&a_{1\,n}A_1 + a_{2\,n}A_2 + \ldots + a_{n\,n}A_n + l_n \rightarrow a_n A_n
\end{aligned}
\tag{1}
$$

donde a_{ij} representa la cantidad de mercancía A_i necesaria para producir a_j unidades de mercancía A_j y l_j es el número de horas de fuerza de trabajo necesarias para producir a_i unidades de mercancía A_j.

Introduciendo un sistema de precios y la existencia de un excedente a repartir, las condiciones de producción son:

$$
\begin{aligned}
&(a_{1\,1}p_1 + a_{2\,1}p_2 + \ldots + a_{n\,1}p_n)(1 + r) + l_1 w = a_1 p_1 \\
&(a_{1\,2}p_1 + a_{2\,2}p_2 + \ldots + a_{n\,2}p_n)(1 + r) + l_2 w = a_2 p_2 \\
&\quad\vdots \qquad\qquad\qquad\qquad\qquad\quad \vdots \\
&(a_{1\,n}p_1 + a_{2\,n}p_2 + \ldots + a_{n\,n}p_n)(1 + r) + l_n w = a_n p_n
\end{aligned}
\tag{2}
$$

donde p_i es el precio de la mercancía A_i; r, el tipo de beneficio y w el salario unitario.

En notación matricial, el sistema se representa:

$$pA(1 + r) + lw = p\hat{A}$$

Siendo

A: matriz de coeficientes de inputs industriales,
l : vector fila de fuerza de trabajo,
p : vector fila de precios,
$\hat{A}$: matriz de coeficientes de outputs industriales.

Este sistema tiene n ecuaciones y n + 1 incógnitas: los n−1 precios relativos, el salario y el tipo de beneficio. Así, será necesario fijar una de ellas para su resolución.

FONTE: CARRASCO, 1988, pp. 06-07.

ANEXO VI – Modelo econômico de Cristina Carrasco para o trabalho doméstico (1988) II

Establecidos los supuestos, formalizamos el sistema que queda representado por k líneas productivas correspondientes a los k bienes y servicios producidos en la esfera doméstica:

$$
\begin{aligned}
b_{11}A_1 + b_{21}A_2 + \ldots + b_{n1}A_n + t_1 &\rightarrow b_1A_1 \\
b_{12}A_1 + b_{22}A_2 + \ldots + b_{n2}A_n + t_2 &\rightarrow b_2A_2 \\
\cdot \quad \cdot \quad \cdot \quad \cdot \quad \cdot & \qquad (3) \\
\cdot \quad \cdot \quad \cdot \quad \cdot \quad \cdot & \\
\cdot \quad \cdot \quad \cdot \quad \cdot \quad \cdot & \\
b_{1k}A_1 + b_{2k}A_2 + \ldots + b_{nk}A_n + t_k &\rightarrow b_kA_k
\end{aligned}
$$

donde $A_1, A_2, \ldots A_k$, representan los k bienes y servicios producidos en el ámbito familiar durante el período. Los coeficientes b_{ij} representan la cantidad de mercancía A_i necesaria para producir b_j unidades del bien A_j en condiciones técnicas de producción distintas a la industria y t_j es el número de horas de trabajo doméstico necesario para producir b_j unidades del bien A_j. En los inputs de estas líneas se incluye todo lo que la familia adquiere en el mercado, incluso aquellas mercancías que se consumen directamente sin necesidad de transformación. Si la mercancía A_j se utiliza directamente, entonces los coeficintes b_{ij} y t_j correspondientes a la línea j serán nulos excepto b_{ij} que será igual a b_j. Se establece además la condición $k < n$, lo cual indica que se está considerando este conjunto de bienes como un subconjunto propio del conjunto $(A_i, i = 1 \ldots n)$. Esto significa que todos los bienes que se producen en la esfera doméstica pueden ser adquiridos en el mercado. Establecemos este supuesto aunque en muchos casos dicha producción quedará restringida sólo a determinados grupos sociales de renta elevada.

El sistema (3) se puede expresar matricialmente:

$$
B = \begin{bmatrix} b_{11} & b_{12} & \ldots & b_{1k} \\ b_{21} & b_{22} & \ldots & b_{2k} \\ \cdot & \cdot & & \cdot \\ \cdot & \cdot & & \cdot \\ \cdot & \cdot & & \cdot \\ b_{n1} & b_{n2} & \ldots & b_{nk} \end{bmatrix} \qquad \hat{B} = \begin{bmatrix} b_1 & \cdot & \cdot & \cdot & 0 \\ \cdot & b_2 & & & \cdot \\ \cdot & \cdot & & & \cdot \\ \cdot & \cdot & & & \cdot \\ \cdot & \cdot & & & \cdot \\ 0 & \cdot & \cdot & \cdot & b_k \end{bmatrix}
$$

$$
t = (t_1, t_2, \ldots\ldots\ldots t_k)
$$

siendo:

B: matriz de coeficientes de inputs domésticos,
B: matriz de coeficientes de outputs domésticos,
t: vector fila de trabajo doméstico.

FONTE: CARRASCO (1988, pp. 08-09).

ANEXO VII – Modelo econômico de Cristina Carrasco para o trabalho doméstico (1988) III

La matriz $\hat{B}$ representa las cantidades necesarias de bienes y servicios A_j (j = 1 ... k) para reproducir a toda la población. Aunque desde el punto de vista económico sólo interesa la reproducción de la fuerza de trabajo (diaria y generacional), ha de tenerse en cuenta que ancianos, enfermos, etc., también deben mantenerse con la producción doméstica.

Para ello, llamaremos $\bar{w}$ al "precio" del trabajo doméstico. De esta manera, el lado izquierdo del sistema (3) queda representado por:

$$p\,B + t\,\bar{w}$$

y el lado derecho por:

$$\bar{p}\,\hat{B}$$

siendo $\bar{p}$ el vector de precios de los bienes A_j (j = 1 ... k).

Si ahora –al igual que en la esfera industrial– establecemos la igualdad:

$$p\,B + t\,\bar{w} = \bar{p}\,\hat{B}$$

estaríamos valorando el total del trabajo doméstico en función de los precios de producción. Una valoración de este tipo –que se asemeja al método del valor añadido– nos permite obtener una primera aproximación del valor del trabajo doméstico. Sin embargo, por el momento no establecemos ninguna relación entre los dos miembros del sistema debido precisamente a que el carácter teórico de $\bar{w}$ nos induce a analizarlo en distintas e hipotéticas situaciones.

FONTE: CARRASCO (1988, pp. 09-10).

ANEXO VIII – Modelo econômico de Cristina Carrasco para o trabalho doméstico (1988) IV

La nueva relación definida, puede escribirse:

$$(p_1^1, p_2^1, \ldots p_n^1) \begin{pmatrix} \sum_1^k b_{1j} \\ \sum_1^k b_{2j} \\ \cdot \\ \cdot \\ \cdot \\ \cdot \\ \sum_1^k b_{nj} \end{pmatrix} = w_1 \sum_1^n l_j$$

Esta nueva ecuación la introducimos en el sistema (2), con lo cual tenemos n + 1 ecuaciones y n + 1 incógnitas y el sistema queda determinado. La resolución del sistema permite hallar el vector de precios relativos p^1, el salario w_1 y el tipo de beneficio r_1. Naturalmente, en este caso, el tipo de beneficio alcanza el mayor nivel posible.

Con el salario w_2, la nueva relación queda expresada:

$$(p_1^2, p_2^2, \ldots p_k^2) \begin{pmatrix} b_1 \\ b_2 \\ \cdot \\ \cdot \\ \cdot \\ \cdot \\ b_k \end{pmatrix} = w_2 \sum_1^n l_j$$

Incorporando esta nueva ecuación en el sistema (2), se determina el nuevo vector de precios relativos p^2, el salario w_2 y el tipo de beneficios r_2, de tal manera que:

$$p^2 \neq p^1$$

$$w_2 > w_1$$

$$r_2 < r_1$$

En el caso particular que $r_2 = 0$, todo el producto neto es destinado a los salarios y, por tanto, el precio de producción de la fuerza de trabajo es proporcional a su "valor". Si $r_2 < 0$, el sistema es inviable con salario w_2 y, en consecuencia, incapaz de reproducir la fuerza de trabajo.

FONTE: CARRASCO (1988, pp. 12-14).